ESTUDO DA LÍNGUA PORTUGUESA:

TEXTOS DE APOIO

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Celso Amorim
Secretário-Geral Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Presidente Embaixador Jeronimo Moscardo

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo, Sala 1
70170-900 Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br

EVANILDO BECHARA

Estudo da Língua Portuguesa: textos de apoio

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Brasília, 2010

Copyright © Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 3411-6033/6034
Fax: (61) 3411-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@itamaraty.gov.br

Capa:
Erika Silva Nascimento

Equipe Técnica:
Maria Marta Cezar Lopes
Cíntia Rejane Sousa Araújo Gonçalves
Erika Silva Nascimento
Fabio Fonseca Rodrigues
Júlia Lima Thomaz de Godoy
Juliana Corrêa de Freitas

Programação Visual e Diagramação:
Juliana Orem e Maria Loureiro

Impresso no Brasil 2010

E 8 5 Estudo da língua portuguesa: textos de apoio. – Brasília : FUNAG, 2010.
420p. : il.

ISBN: 978-85-7631-215-4

1. Língua portuguesa – Estudo. 2. Língua portuguesa – História.

CDU: 811.134.3

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei n° 10.994, de 14/12/2004.

Sumário

Prefácio, 7

Epígrafe, 9

I – Fundamentos históricos

Origem e evolução da Língua Portuguesa (José Leite de Vasconcelos), 13
História resumida da Língua Portuguesa (M. Said Ali), 19
Da latinidade à lusofonia, 25
Por que se aprende latim, 45
José de Alencar e a língua do Brasil, 51
Português ou brasileiro?, 67
A denominação do idioma nacional do Brasil (A. F. de Sousa da Silveira), 71
A língua dos modernistas: Revolução ou Tradição?, 77
A Língua Portuguesa e a sua contribuição, 93

II – Meios de expressão

As línguas e seus usos caprichosos, 105
Os escritores e a gramática, 111
A polidez e as línguas, 121
Poluição linguística, 131
As palavras têm seu destino, 139

Na esteira da unidade: Moscou ou Moscovo?, 147
A norma ortoépica, 155
Gandavo ou Gândavo?, 163
Brasileirismos: Eu vi ele (Sílvio Elia), 169
Está na hora da onça (ou de a onça) beber água?, 181
Dequeísmo: um *de* intruso, 193
O infinitivo: Será um quebra-cabeça?, 197
A concordância com *um dos que* na tradição gramatical do português, 201
Sobre a sintaxe dos demonstrativos, 209
O emprego da maiúscula (H. Meier), 227
O purismo e o progresso da Língua Portuguesa (M. Said Ali), 239
Estrangeirismos – Aquisições Novas – estrangeirismos (M. Said Ali), 261
O pior dos estrangeirismos, 265
A gramática dos termos estrangeiros no português, 269
A dimensão do texto e o ponto e vírgula, 275

III – Questões metodológicas

O valor da gramática (Antonino Pagliaro), 281
A gramática no atual contexto das disciplinas linguísticas, 283
Língua comum e língua escrita (Antonino Pagliaro), 289
A língua literária (J. Mattoso Câmara Jr.), 291
A língua literária (Eugenio Coseriu), 301
Que se entende por correção de linguagem?, 305
Duas afirmações muito complexas, 329
A língua de uso, 337
Linguagem e educação linguística, 345
Em defesa da Língua Portuguesa, 349
Má ideologia na linguagem?, 353
A boa estimação dos clássicos (João Ribeiro), 365
Imexível – Uma injustiça a ser reparada, 367
Novos horizontes no estudo do léxico, 371
Correção e norma linguística (J. G. Herculano de Carvalho), 385
A língua exemplar, 397
A ABL e a reforma ortográfica, 403

Bibliografia, 411

Prefácio

A educação linguística no idioma materno de um candidato ao Instituto Rio Branco difere consideravelmente, em nossa opinião, daquela que se há de exigir de outras atividades de nível superior. O candidato ao Instituto Rio Branco, neste plano de conhecimento, desempenha papel que fica entre a atividade do escritor e o conhecimento do especialista de assuntos linguísticos. A atividade de escritor lhe exige o conhecimento cabal das potencialidades do idioma materno que lhe facilite uma expressão inteira e inconfundível de seus pensamentos e opiniões.

A excelente formação secundária e universitária com que chegam os candidatos ao Instituto Rio Branco já os colocou em condições idiomáticas de discorrer com preparo intelectual e dentro das normas discursivas de coerência e coesão desejadas em textos a que se terão de submeter em trabalhos orais e escritos. Por isso, a nossa proposta de agora é percorrer outro caminho que lhes ofereça adequado, seguro e reflexivo conhecimento do idioma, da sua rica tradição literária e das suas riquíssimas normas de funcionamento.

O conhecimento técnico, que não se há de confundir com o do linguista de profissão, irá prepará-lo para os momentos em que seja convidado a opinar sobre questões idiomáticas que estão afetas à atividade do Ministério das Relações Exteriores dentro e fora do país, bem como emitir juízos de valor que se alicercem em bases científicas, e não em impressões livrescas, ou em meras conjeturas de falante nativo.

Para atender a esta dupla função de escritor e de especialista em questões relativas à natureza das atividades linguísticas, reunimos um conjunto de páginas em que emitimos reflexões sobre temas variados que entendemos pertinentes ao propósito deste livro. Foram elas objeto de artigos da coluna "Na ponta da língua", vindos à luz no seminário carioca *O Mundo Português*. Enriquecendo estas páginas juntamos outras assinadas por grandes figuras nacionais e estrangeiras de reconhecida competência na área dos estudos linguísticos. São reflexões e lições de natureza diferente, repartidas nas três séries *Fundamentos históricos, Meios de expressão* e *Questões metodológicas*, mas que se acham fortemente interligadas.

A primeira série envolve o percurso histórico de nosso idioma desde suas atividades iniciais como manifestação escrita, juntando-lhe alguns aspectos particulares relativos à mesma temática.

A segunda série de artigos apresenta ao jovem candidato questões que dizem respeito aos meios e recursos de expressão que traduzem a potencialidade discursiva do idioma no uso dos meios que estão disponíveis a um artista consciente dessas riquezas linguísticas em todos os domínios do idioma: fonéticos, fonológicos, gramaticais, léxicos semânticos, estéticos, estilísticos e pragmáticos.

A terceira série de artigos introduz o candidato em questões de natureza técnica, apresentando-lhe problemas e discussões de que precisa tomar conhecimento e para refletir sobre eles, no momento em que o Ministério das Relações Exteriores tenha de emitir parecer em assuntos do idioma, em assuntos fronteiriços à teoria linguística nas suas diversas áreas de investigação ou normatização.

Esperamos que a leitura reflexiva de tais textos contribua para a adequada formação linguístico-idiomática daqueles que, no Instituto Rio Branco, se preparam para os encargos e altas funções que no futuro o Ministério das Relações Exteriores tenha de a eles recorrer.

Evanildo Bechara
Rio de Janeiro, 30 de maio de 2009

Epígrafe

Quem percorre uma estrada não tem, em geral, a preocupação de conhecer a história geológica das pedras que compõem a calçada que a pavimenta; sucede que procedemos da mesma maneira para o caminho das palavras, atentos apenas à sua função, isto é, aos significados que exprimem. Mas quem possui o interesse desperto e um ouvido apurado consegue uma vez por outra apreender, por detrás da forma e do valor semântico atuais, outros momentos distantes, mais ou menos escondidos, que conferem uma razão àquela forma e àquele valor.

O sinal fônico que hoje aparece indissoluvelmente ligado ao seu significado pela própria necessidade do sistema de que faz parte, tem nas suas raízes mais profundas um momento criador que é muitas vezes um momento de poesia. Desse momento emanou a necessidade interior, não natural, mas humana e intencional que ainda liga significante e significado. Cada sinal é portador do saber e este saber tem quase o caráter de uma hipótese que perenemente se renova, baseando-se numa garantia dada pelo consenso universal. Por isso mesmo tal fato está relacionado com a evolução da consciência da comunidade que objetiva as próprias experiências naquele conjunto de saberes.

Em consequência disso, a língua, até na sua estrutura atual, não é mais que uma teia de inovações, de atos criadores, exteriores à nossa consciência, porque o sistema é completo em si e suficiente para preencher as finalidades

da expressão. Mas quem volta a descobrir um desses momentos de criação, que constituíram aquela estrutura, faz emergir da névoa do tempo um elemento da construção aérea, sobre a qual a humanidade caminha. O raio que de vez em quando se desprende de um fragmento de poucas sílabas é um fio de luz que se estende entre nós e a pré-história.

(Antonino Pagliaro, *A Vida do Sinal,* págs. 44-45)

I — FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

Origem e evolução da Língua Portuguesa

José Leite de Vasconcelos

Latim vulgar em geral. — Línguas românicas. — Latim vulgar ibérico. — Latim bárbaro. — Épocas da língua portuguesa. — Onde pode estudar-se o português antigo. — Geografia da nossa língua. — Dialetos.

A língua portuguesa tem origem no latim vulgar trazido pelos romanos para a Lusitânia, e cá modificado; ou mais propriamente, é uma evolução desse latim. Os romanos vieram para a Península no século III a. C.; os mais antigos testemunhos históricos da luta deles com os lusitanos datam do ano de 193 a. C., e essa luta continuou até à conquista definitiva da Lusitânia no tempo de Augusto.

Outras línguas se desenvolveram do latim vulgar no *orbis Romanus*. O conjunto de todas forma a *família românica* ou *neolatina*. Os principais membros da família românica são: *português, espanhol, francês, provençal, italiano* e *romeno*, — todos eles providos de abundante literatura. Mas além destes podem contar-se outros, que, se não apresentam tão rico pecúlio literário como os antecedentes, apresentam, contudo, caracteres glotológicos que lhes dão individualidade: *o ladino*, falado em parte da Áustria, da Suíça, e do Norte da Itália; *o sardo*, falado na Sardenha. Há também quem conte como tal um grupo glótico (sueste da França; Val Soana e Vale d'Aosta; e Suíça Ocidental) que participa do francês e do provençal, e por isso se chama *franco-provençal.* Igualmente podemos considerar idioma românico distinto

o *dálmata* ou *dalmático*, falado outrora nas costas da Dalmácia, e hoje extinto. Concomitantemente com estes idiomas há ainda mais, que estão para com eles na relação de intermédios, de codialetos, de dialetos, de subdialetos, — por exemplo, o gascão, o catalão, o valão, o leonês para não falar na imensa variedade de romances crioulos que se desenvolveram na África, Ásia, América e Oceania.

O *latim vulgar*, na essência, não era diferente do *latim literário*, ou latim propriamente dito: o que não quer dizer que os escritores escrevessem exatamente a língua do povo. Deve entender-se que em todas as nações onde se cultivam as letras, as pessoas cultas podem servir-se de expressões, distinguir sons, e usar vocábulos, diversos dos das pessoas incultas. No *orbis Romanus* os literatos diziam, por exemplo, em língua apurada, *parca*, *minae*, *felix*; o povo dizia *fata*, *minacia*, *cattus*. Concorrentemente com *amabo* desenvolveu-se na linguagem popular a perífrase *amare habeo*, donde veio o português *amarei.* A gente culta pronunciou *homo*, com *h*, até certa época; a gente plebeia, desde muito cedo, omitiu o *h*, e fez *omo*. Em vez do *Petri domus* das classes elevadas, ouvia-se *casa de Petro* nas classes baixas. E assim por diante. — Dão-nos principalmente notícia do latim vulgar: as inscrições, quando gravadas por artífices pouco peritos, ou quando representam vocábulos locais; os gramáticos, quando combatem e exemplificam o que eles chamam *falar vicioso*; certos narradores, e poetas dramáticos, quando, para produzirem efeito cômico, fazem que os seus personagens falem a língua cotidiana; alguns autores da época da decadência literária.

Da propagação do latim na Península Ibérica temos duas provas diretas, além da que resulta do conhecimento geral da História: 1) um texto do geógrafo grego Estrabão (no séc. I da era cristã), que reza assim: os *Turdetanos*, e *mormente* os *ribeirinhos do Bétis, adotaram de todo os costumes romanos, e até nem já se lembram da própria língua*; 2) milhares de inscrições latinas encontradas tanto na Espanha como em Portugal, e coligidas pela maior parte no vol. II do *Corpus* da Academia de Berlim e seus suplementos. Todavia houve um rincão da Ibéria que resistiu à romanização, e onde se conservou até hoje uma língua pré-romana: as Vascongadas. Esta língua, chamada *vasconço* ou *basco*, ultrapassa a Península, pois se fala em França, num território confinante com aquelas províncias espanholas.

Do latim vulgar da Península trata em parte um opúsculo de L. Carnoy, *Le latin d'Espagne d'après les inscriptions*, 1ª parte (Vocalismo): 1902. O

título diz *Espagne*, mas entenda-se *Hispaníe*, porque o opúsculo tanto se refere à Espanha como a Portugal.

Não devemos confundir *latim vulgar* com *latim bárbaro*. Aquele é língua viva, que a pouco e pouco se modificou, estando hoje representado pelas línguas românicas ou *romanço*; este é o latim dos escrivães da idade média, latim não só estropiado, mas mesclado de palavras e expressões da língua falada. Pelo que toca a Portugal, possuímos textos em latim bárbaro, do séc. IX em diante. Antes de começar a usar-se o português nos documentos (contratos, testamentos, etc.), eles escreviam-se neste latim. Falava-se uma língua (romanço), e escrevia-se outra (latim bárbaro). Há muitos documentos em latim bárbaro nos *Portugaliae Monumenta Historica*, — publicação da Academia Real das Ciências de Lisboa; os mais antigos provêm de cartórios conventuais da Beira e do Minho.

As palavras e expressões portuguesas que transparecem nos documentos latino-barbáricos constituem o que costumo chamar *português proto-histórico*, que é a primeira fase do *português arcaico*. Esta primeira fase pode dizer-se que durou até o séc. XII, pois em tal época principiou a escrever-se a nossa língua, ou pelo menos é de então que datam os mais antigos documentos portugueses que possuímos. Do séc. XII aos meados do XVI, a língua diferença-se bastante da atual: é a *língua arcaica* propriamente dita.

Distinguiremos, pois, os seguintes períodos do português: 1) *arcaico* ou *antigo*, do séc. IX, e mais particularmente do séc. XII, aos meados do séc. XVI; 2) *moderno*, do séc. XVI ao séc. XX. Nestas duas classes há ainda subdivisões.

O português antigo, à parte certas peculiaridades dialetais, está intimamente correlacionado com o idioma da Galiza, ou galego; às fases primeiras de ambos costuma até chamar-se *galeco-português* ou *português-galego*. Ao mesmo tempo que o latim vulgar se transformava em português-galego na Lusitânia do Norte (tomo a expressão *Norte* em sentido lato), devia também produzir no resto da Lusitânia um idioma românico que por ora não sabemos ao certo em que relação estava com aquele: se lhe era igual, ou se diferia dele, muito ou pouco. Este idioma conservar-se-ia naturalmente no tempo dos árabes (do séc. VIII ao XIII), porque eles eram tolerantes. Após as conquistas de D. Afonso Henriques (dos meados do séc. XII em diante), o português do Norte, ou português arcaico, propagou-se no Sul e absorveu o romanço aí falado, ou identificou-se com ele; excetua-se, já se

vê, o que de tal romanço possa estar hoje representado no onomástico da Estremadura, Alentejo e Algarve, e na linguagem corrente dos povos das mesmas províncias. Do lado da Espanha aconteceriam naturalmente fatos análogos.

Dispomos de abundantes elementos para o estudo do português antigo. Em primeiro lugar atrai as nossas vistas a Livraria de mão dos monges de Alcobaça, hoje incorporada quase toda na Biblioteca Nacional e na Torre do Tombo; alguns manuscritos estão já publicados, por exemplo, nos *Inéditos*, de Fr. Fortunato do S. Boaventura, na *Romania*, na *Revista Lusitana*, e num opúsculo de Vasconcelos Abreu. Que útil seria que um funcionário da Biblioteca ou da Torre, ou um estudante de Filologia, desse a lume, segundo os preceitos da ciência moderna, novo catálogo desta Livraria de mão, e indicasse tanto quanto possível, as fontes e a história de cada códice! O mosteiro de Alcobaça jazia em risonha nesga da Estremadura, onde a fresquidão dos ribeiros pleiteia primazias com o viço dos arvoredos e a fertilidade dos campos: se por isso foi mansão paradisíaca de repouso carnal e espiritual, não menos foi também foco de estudos literários na idade média, e em tempos subsequentes: os venturosos Bernardos, no remanso da clausura, liam e copiavam pergaminhos antigos, traduziam-nos por vezes em vernáculo, e entregavam-se ao cultivo da Gramática e da História, — lembrados talvez do preceito de Plínio o Moço: *quatenus nobis denegatur diu vivere, relinquamus aliquid quo nos vixisse testemur*[1]. Quer a Biblioteca Nacional, quer a Torre do Tombo estão senhoras de muitas mais riquezas manuscritas. Bens análogos, embora não tão vastos, se encontram noutras bibliotecas e arquivos. Vários textos andam publicados em coleções, por exemplo (além dos citados *Inéditos*): nas *Dissertações*, de J. Pedro Ribeiro, nos *Documentos inéditos dos séculos XII a XVI*, de Oliveira Guimarães, nos *Documentos históricos da cidade de Évora*, de G. Pereira, nos *Portugaliae monumenta historica*, e que há pouco me referi, no *Archivo Historico Português*, de Braamcamp Freire, na *Revista Lusitana*, n' *O Archeologo Português*. Há também publicações avulsas (de Sousa Viterbo, Brito Rebelo, Pedro d'Azevedo e de outros). São dignos de nota, como grandes monumentos literários: os Cancioneiros (da Vaticana, de Colocci-Brancuti, da Ajuda, de Resende); o *Leal Conselheiro*, de el-rei D. Duarte, cujo

[1] Isto é: "Pois que não nos é outorgado viver muito tempo, deixemos alguma coisa com que provemos que fomos vivos".

manuscrito se conserva na Biblioteca Nacional de Paris; a *Demanda do Santo Graal*, romance de cavalaria, cujo manuscrito, na maior parte inédito, se conserva na Biblioteca Palatina de Viena d'Áustria; as Obras de Gil Vicente e de Sá de Miranda; as Crônicas. Infelizmente nem tudo está publicado, ou nem tudo o está bem. Pelo seu valor científico merecem, porém, toda a estima as edições dos Cancioneiros, por Kausler, Monaci, Molteni, D. Carolina Michaëlis, das Obras de S. de Miranda por D. Carolina Michaëlis, e das de Cristóvão Falcão por Epiphânio Dias. A *Demanda do Santo Graal* começou a ser impressa no seu conjunto por C. Reinhardstoettner em 1877, mas parou no começo. O *Cancioneiro de D. Dinis*, publicado por H. Lang em 1894 com aparato filológico, perdeu do seu valor primitivo, depois da crítica extensa e substanciosa que lhe fez a sábia glotóloga há pouco mencionada, e das finas observações de Mussafia *Sull'antica metrica portoghese*, Viena, 1895. Em Portugal, geralmente, quando se edita uma obra antiga, obedece-se a preconceitos pueris: altera-se o texto dela, e resulta disso um monstro, que não representa a língua antiga nem a moderna, e só serve para iludir os incautos.

O português é falado em grande área: no continente e ilhas adjacentes, em algumas partes da raia espanhola, no Brasil, nas nossas colônias, e em várias outras regiões da Ásia, da África, etc. Também outrora foi falado em cidades da Itália, da França, da Inglaterra, da Alemanha, da Holanda por judeus de origem portuguesa. Ocupei-me deste assunto na minha *Esquisse d'une Dialectologie portugaise*, Paris, 1901, pág. 15 ss., num capítulo consagrado à geografia da nossa língua.

Em tão grande extensão territorial não pode esperar-se que exista uniformidade idiomática. De fato, no continente há variações dialetais do Norte para o Sul: o minhoto, o trasmontano, o beirão falam de um modo, ou de muitos modos; os meridionais (estremenhos, alentejanos, algarvios) falam de outro, ou outros. Nas Ilhas (Açores e Madeira), para onde o português foi levado pelos marinheiros e colonizadores, do século XV para cá, notam-se variações análogas. Com a propagação da nossa língua nas longínquas regiões de além-mar, ela cindiu-se muito desvairadamente: aqui ouvimos o falar brasileiro; ali os romances crioulos da costa e arquipélagos d'África; mais além os de Ceilão, da Índia, o do Extremo Oriente. Grande povo, que assim deixou a sua alma *por o mundo em pedaços repartida*! Vigorosa língua, que no decurso dos cinco séculos tem resistido, mais ou menos, ao embate de outras, e servido para exprimir as crenças, as paixões, as ideias das mais desencontradas nações da terra! — Conjunto com o português propriamente

dito, temos o já referido idioma da Galiza, e, além disso, em relação genética um pouco mais remota, o mirandês, o guadramilês e o riodonorês, falados na raia trasmontana. De todos estes quatro idiomas o mais importante, e o que apresenta literatura mais antiga, pois ascende à idade média, é o galego. No que toca às diferenciações dialetais do português, devo dizer que elas não são muito grandes, excluindo os dialetos crioulos. Um habitante do Barroso entende no geral, um ilhéu ou um brasileiro, mas nenhum deles entenderá um indígena de Cabo Verde.

(José Leite de Vasconcelos, *Lições de Filologia Portuguesa*, 2ª ed. Lisboa, págs. 11-21)

História resumida da Língua Portuguesa

M. Said Ali

Do latim procedem os diversos idiomas chamados românicos, romances ou neolatinos. O domínio destes idiomas abrange na Europa, a partir de este para oeste, a Romênia, como região isolada, a Itália (compreendendo a borda do Adriático com o Trieste e toda a Dalmácia), parte da Suíça, a França com parte da Bélgica e finalmente a Península Ibérica. Para o linguista todo este domínio constitui a Romênia.

Os idiomas neolatinos não ficaram localizados somente na Europa. Com a colonização que alguns povos fizeram em certos pontos remotos da África e da Ásia e em grande extensão do continente americano, passaram a ser faladas as respectivas línguas também nestoutras partes do mundo. Assim veio o português ao Brasil, e o espanhol à América espanhola.

Não há rigoroso acordo entre os homens de ciência sobre a classificação dos diversos falares da Romênia; mas está assentado hoje que não deve prevalecer somente a divisão política, nem se deve atender só ao desenvolvimento literário. Nas diversas regiões onde imperam as línguas literárias, há dialetos muito notáveis que a ciência não pode desprezar. De alguns deles o estudo está apenas no início, e isto dificulta sobremodo a classificação.

Segundo Meyer-Lübke, dividem-se as línguas românicas em: romeno, dalmático, rético, italiano, sardo, provençal, francês, espanhol e português. Cada um destes idiomas compreende por sua vez uma série de dialetos.

Todas estas línguas e dialetos originaram-se do latim; não do latim literário, que em muitos pontos era linguagem artificial, e sim do latim vulgar, isto é, da linguagem viva, do latim falado.

Transformou-se o latim em tantos idiomas novos, principalmente porque teve de acomodar-se a antigos hábitos de pronúncia dos povos que o adotaram, hábitos em que os povos diferiam uns dos outros. E as modificações se davam não somente porque os órgãos de fonação, habituados aos sons indígenas, sentiam dificuldades em reproduzir sons estranhos, mas também porque o ouvido percebia mal certos sons que lhe não eram familiares.

Entre dialeto e língua não há diferença essencial senão a circunstância de ser a língua aquele dialeto que, entre outros muitos usados no mesmo país, se preferiu empregar como linguagem de chancelaria, servindo para a escritura de todos os documentos oficiais. O dialeto, que se adotou na corte dos reis, passou a ser o falar da gente culta, ficando por fim a linguagem usada nas produções literárias.

Ao cabo de algum tempo a língua assim constituída emancipa-se necessariamente do falar regional que lhe deu origem. Dá-se-lhe um caráter de uniformidade, submetendo-a a regras de bom gosto e a normas gramaticais mais fixas; introduzem-se nela expressões novas, que em grande parte se vão buscar ao latim. De popular que era, o antigo dialeto, agora língua oficial, adquire feição erudita e nobre, desprezando, por plebeias, certas maneiras de dizer que pareciam mal em boca de gente de educação mais fina.

As inovações, tomadas ao latim ou a outro idioma, pronunciavam-se com terminações e formas similares às que já andavam em voga. Fazia-se sentir a ação da analogia. Mas já agora os homens, ao reproduzirem sons estranhos, tinham mais facilidade do que na época em que pela vez primeira aprenderam o latim e o substituíram ao falar nativo. Vocábulos que então penetram no idioma, os chamados vocábulos de origem erudita ou culta, não estão sujeitos às mesmas alterações fonéticas de outrora.

Em Portugal foi entre os dialetos falados no norte do país que se tomou aquele que constituiu a língua portuguesa. Parece ter sido o de Entre Douro e Minho, quer dizer, o interamnense, ou talvez o galécio-português, isto é, o idioma falado nas margens do Minho.

Os mais antigos documentos escritos em português que se conhecem, datam do século XII. Vê-se por eles que o idioma se formou em época muito mais antiga, pois a linguagem nos aparece já bem caracterizada e mais

semelhante ao falar de hoje do que ao latim. Essa antiguidade do idioma se confirma por alguns vestígios de português que se encontram em documentos de latim bárbaro do século IX.

Tomado o século XII como início do português histórico, distinguiremos na evolução do idioma dois períodos principais: o do português antigo, que é a linguagem escrita usada até fins do século XV e ainda nos primeiros anos do século seguinte; e o do português moderno, que é a linguagem empregada dessa época em diante.

O português antigo legou-nos, além dos textos de leis, forais, ordenações, etc., os Cancioneiros, a história do Santo Graal, a de S. Amaro, a lenda de S. Barlaão e S. Josafate, o livro de Esopo, o *Livro da Corte Imperial*, o da *Virtuosa Benfeitoria*, o *Livro da Montaria*, de D. João I, o *Leal Conselheiro* e *Arte de Cavalgar*, de D. Duarte, a *Crônica dos Frades Menores*, as Crônicas de Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina e várias outras obras. Alguns textos têm sido publicados ultimamente e há outros ainda por publicar.

Mostram esses diferentes escritos não ser o vocabulário português de exclusiva procedência latina. Outros povos que depois dos romanos dominaram a península ibérica deviam deixar vestígios de sua passagem. Nota-se principalmente no português antigo a adoção de vários termos de origem árabe.

O português moderno subdivide-se nas fases quinhentista, seiscentista e hodierna, podendo-se admitir como transição entre estas duas últimas a fase setecentista.

São notáveis, sobretudo, os escritores quinhentistas por terem ousado romper com a velha tradição, pondo a linguagem escrita mais de acordo com o falar corrente, que nessa época se achava bastante diferenciado do falar de dois ou três séculos atrás. Modernizaram a linguagem e tornaram-na também mais elegante.

Publicaram-se em português quinhentista alguns romances de cavalaria, como a *História do Imperador Clarimundo*, de João de Barros, e o *Palmeirim de Inglaterra*, de Francisco de Morais; mas a época foi, sobretudo, fecunda no gênero propriamente poético e em narrações e descrições relativas às conquistas de ultramar. Sá de Miranda e Antônio Ferreira escrevem poesias e fundam o teatro português. São seus contemporâneos muitos outros escritores igualmente ilustres. A todos, porém, excedeu Luís de Camões com o imortal poema dos *Lusíadas*, publicado em 1572.

Camões não foi propriamente o criador do português moderno porque essa nova linguagem escrita já vinha empregada por outros escritores. Libertou-a, sim, de alguns arcaísmos e foi um artista consumado e sem rival em burilar a frase portuguesa, descobrindo e aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as ideias de modo elegante, enérgico e expressivo. Reconhecida a superioridade da linguagem camoniana, a sua influência fez-se sentir na literatura de então em diante até os nossos dias.

Entre as obras em prosa da era quinhentista cabe o primeiro lugar, quer pela excelente linguagem, quer pelos vastos conhecimentos do autor, às *Décadas* de João de Barros publicadas entre 1552 e 1563, em cujas narrações se inspirou por vezes o autor dos *Lusíadas*. Diogo de Couto foi digno continuador das *Décadas*.

Historiadores contemporâneos de João de Barros foram: Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Gois, Gaspar Correia e outros.

No gênero viagens sobressaem, entre outras obras, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto e a *Etiópia Oriental* de Fr. João dos Santos. As cousas novas e curiosas do Brasil descrevem-nas minuciosamente Magalhães de Gandavo, Gabriel Soares de Sousa e Frei Vicente do Salvador, este já em princípios do século XVII.

Nas descrições dos países de ultramar se revela enriquecimento do vocabulário português, de um lado com termos asiáticos e africanos, de outro lado com expressões das línguas brasílicas.

Lugar à parte ocupam na literatura quinhentista as comédias, autos e farsas. São de valia inapreciável para o conhecimento da linguagem popular da época. Avultam entre as produções deste gênero os *Autos* de Antônio Prestes, de Chiado e de Jerônimo Ribeiro, a *Eufrosina* e *Ulissipo* de Jorge Ferreira de Vasconcelos e o tesouro riquíssimo das obras de Gil Vicente.

A era seiscentista caracteriza-se sobretudo pelas obras moralistas, sermões, histórias da vida e milagres de santos, etc. Esta orientação literária não é inteiramente nova; teve também seus representantes no século anterior em escritores como Fr. Heitor Pinto, Fr. Amador Arrais, João de Lucena e outros. Por fins do século XVI e primeiros anos do século XVII viveram e escreveram Frei Luís de Sousa e Rodrigues Lobo. As histórias da literatura portuguesa costumam incluí-los na época seiscentista. Usam estes escritores ainda de certas expressões próprias da época

precedente e devem ser considerados, na historia da linguagem, como representantes do período de transição.

O vulto mais notável de toda a nova época é sem dúvida o padre Antônio Vieira, em cujos sermões encontram os estudiosos abundante material para as investigações de língua portuguesa.

Singulariza-se pela elegância de estilo e facilidade em cultivar diversos gêneros literários o polígrafo D. Francisco Manuel de Melo.

Mais moderno que estes dois escritores é o padre Manoel Bernardes, autor da *Nova Floresta*, de *Luz* e *Calor e* outras obras.

Em poesia deu-nos a época seiscentista a *Ulisseia* de Gabriel Pereira de Castro e a *Ulissipo* de Sousa de Macedo, poemas modelados sobre os *Lusíadas.*

À produção literária em língua portuguesa do século XVII costuma-se chamar escola gongórica. Há exagero nesse qualificativo. Aplicável embora a certas obras de ficção, que hoje se acham na maior parte esquecidas, não se pode entretanto afirmar que revelem a mesma decadência de linguagem os escritos de um Vieira, de um Bernardes, de um Francisco Manuel de Melo, ou de um Frei Luís de Sousa ou Rodrigues Lobo, autores mais antigos, porém computados na mesma escola. Encontram-se em alguns por vezes trechos cuja linguagem hoje nos parece amaneirada. Explicam-se essas singularidades, nomeadamente nos sermões, pela argumentação própria da escolástica de que se serviam os seus autores. Em exposições meramente narrativas ou descritivas usam todavia de linguagem simples, natural e elegante, como a que empregavam os quinhentistas.

O século XVIII é o das academias literárias. Floresce a poesia tanto em Portugal como no Brasil. Mal se notam modificações na gramática e contextura da linguagem. Mas a atenção dos homens de letras vai-se dirigindo para França, centro de grande movimento intelectual como de revolução política. A cultura francesa e a língua francesa passam a ser, em Portugal como em outras partes da Europa, a principal fonte de informação e inspiração para a literatura, a filosofia, as instituições políticas e sociais. E assim penetram no idioma português vocábulos criados no estrangeiro e postos em voga pelas necessidades da civilização moderna. Reagem os puristas contra a onda de galicismos que, segundo imaginam, ameaça demolir tudo quanto é vernáculo. Consegue-se abafar várias expressões supérfluas; aquelas que satisfazem as necessidades reais, que exprimem com clareza e precisão ideias novas, incorporam-se definitivamente ao idioma.

O enriquecimento do vocabulário com expressões e processos devidos ao estrangeiro perdura no português moderno. Perdura também a reação purista, implacável em alguns casos, e complacente em muitos outros.

(M. Said Ali, *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa*, 2ª Ed. Comp. Melhoramentos de São Paulo, São Paulo, 1931, págs. 1-6)

Da latinidade à lusofonia

Um dos caminhos menos formais de se entrar na história da língua portuguesa como veículo da Lusofonia, sem empanar o rigor do método histórico e linguístico-filológico da disciplina científica, é penetrar na mensagem extraordinariamente feliz contida no soneto de Olavo Bilac em honra e ufania do nosso idioma:

Língua portuguesa

Olavo Bilac

Última flor do Lácio, inculta e bela,
És, a um tempo, esplendor e sepultura:
Outro nativo, que na ganga impura
A bruta mina entre os cascavalhos vela...

Amo-te, assim, desconhecida e obscura,
Tuba de alto clangor, lira singela,
Que tens o trom e o silvo da procela,
E o arrolo da saudade e da ternura!

Amo o teu viço agreste e o teu aroma

De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,

Em que da voz materna ouvi: "Meu filho!"
E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!
(*Poesias*, 286)

Flor do Lácio

Cabe primeira referência à "flor do Lácio", mediante a qual nosso poeta alude à origem latina do português. O Lácio era uma pequena e desvalida região às margens do rio Tibre, povoada por humildes pastores que lutavam para vencer as dificuldades oferecidas por uma terra pantanosa e insalubre. Esta condição de comunidade rural vai deixar marcas profundas no léxico do latim, como veremos mais adiante.

Nessa época a Península Itálica agasalhava povos das mais variadas origens, indo-européias, como o osco e o umbro, e não indo-europeias, como os etruscos.

O latim era um modesto dialeto de pastores que fundaram Roma e que viviam numa pequena região do Lácio, às margens do rio Tibre, cercado pelos dialetos itálicos e pelo etrusco. Estes pastores tiveram de lutar para vencer dificuldades advindas de uma terra insalubre e pantanosa e, a pouco e pouco, foram dominando as comunidades vizinhas e se preparando para o grande destino que desempenhariam no futuro do mundo ocidental. Mas antes de chegar a este apanágio, veículo dos encantadores discursos de Cícero, da heroicidade descrita por Virgílio, dos tons plangentes de um Horácio ou das juras amorosas de um Catulo, o latim era um modesto veículo do conteúdo de pensamento de humildes pastores, condição refletida no seu vocabulário ligado à terra e a fertilidade do solo. Marouzeau, latinista francês dos melhores, nos apresenta vários exemplos disto: *arbor felix* ('árvore feliz') é aquela que produz frutos: a honestidade do homem se chama *homo frugi* ('de boa produção') passando ao significado moral de probidade; ou então é comparado ao animal de bom preço que se destaca do rebanho: *homo egregius*; a decadência do homem é comparada ao fruto que cai: *homo caducus* (de *cadere* 'cair'); ao ato de enganar-se dizia-se *delirare*, que significava originariamente sair do rego, do sulco, que em latim se chamava

lira (*delirare*, semente que caiu fora da lira); ao que se debate pelo direito ao mesmo canal de irrigação é o *rivalis* (= port. *rival*, derivado do latim *rivus*, 'rio'). Até palavras que servem à prática da vida literária têm origem rural; é o caso, por exemplo, de *escrever*, latim *scribere*, que significa 'gravar', " 'fazer uma incisão'; o ato de *falar*, *o discurso*, se dizia *sermo*, de *serere* 'entrançar'; *ler* se dizia em latim *legere*, que significava 'colher'.

Mas às vezes a explicação exige análise mais profunda. É o caso de se dar como exemplo de palavra da língua comum de origem da atividade rural o termo *pecus* 'gado' que dá o derivado *pecunia* com o significado de 'dinheiro'. É um dos exemplos de Marouzeau, que se vê repetido noutras ocasiões. Ora, Émile Benveniste, um dos maiores linguístas deste século XX, mostrou à saciedade que *pecus* significou originariamente 'o conjunto da posse móvel privada, tanto homens quanto animais', 'riqueza móvel', e que, só por especialização de significado, *pecus* passou a designar o 'gado'. Todos os autores da latinidade antiga e clássica não autorizam o estabelecimento de um elo entre *pecunia* e *pecus* 'rebanho, gado'; *pecunia* significa sempre 'fortuna, dinheiro', numa prova evidente de que o primitivo *pecus* significa 'posse móvel'. O mesmo se há de dizer de *peculium* posse ou economia do escravo, evidenciando que o significado do primitivo *pecus* não se refere especialmente a 'gado'. É, portanto, uma lição que deve ser alterada nos manuais de semântica histórica.

Última flor do Lácio

Se já estamos em condições de entender por que Bilac chamou o português "flor do Lácio", ainda não conseguimos entender a motivação que levou o poeta a classificá-lo "última" flor do Lácio. Sem sombra de dúvida, não havia no adjetivo a alusão à condição qualitativa a que no grupo das línguas românicas é das menos estudadas. Esta solução não seria de todo impossível, se nos reportássemos a que o poeta, em versos abaixo, não deixa de salientar ser a nossa língua "desconhecida e obscura" ou, mais adiante, "ó rude e doloroso (= que acompanha a dor) idioma". Bilac era um apaixonado da língua portuguesa, considerada por ele talvez o traço mais fundo da identidade nacional, e, numa conferência proferida no Centro de Letras, em Curitiba, em 1916, repetia uma afirmação do nosso primeiro gramático, Fernão de Oliveira, em 1536, que dizia que "os homens fazem a língua, e não a língua os homens": "O povo, depositário, conservador e reformador da língua

nacional, é o verdadeiro exército da sua defesa: mas a organização das forças protetoras depende de nós: artífices da palavra, devemos ser os primeiros defensores, a guarnição das fronteiras da nossa literatura, que é toda a nossa civilização" (*Últimas Conferências e Discursos*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1927, pág. 208).

Outra solução, a nosso ver mais plausível, é que se pode atribuir ao adjetivo "última" o significado locativo: situada a antiga província Lusitânia na parte mais ocidental não só da Península Ibérica, mas também no orbe romano ocidental, era natural que lá tivessem chegado por último os generais, os soldados, os colonos, os comerciantes e toda a sorte de integrantes da sociedade romana, para lançar as raízes de sua civilização.

Se esta foi a verdadeira motivação pretendida pelo poeta, não lhe dá razão a história da expansão romana, e Bilac, a confirmar a hipótese, imaginou a expansão atravessando o rio Pó ou Ádige e caminhando em direção do Norte, penetrando na atual Suíça pelos Alpes, chegando ao sul da França, atravessando os Pireneus e, internando-se pela atual Espanha, rumou em direção à região mais ocidental da península para acabar no atual Portugal.

Este trajeto jamais estaria na estratégia de um general romano, já que por aí encontraria dois inimigos então quase invencíveis: o terreno extremamente montanhoso dos Alpes, que prejudicaria a caminhada dos soldados e dos artefatos de guerra provenientes de Roma. O exército romano só iria beneficiar-se desses recursos depois do contato com os gauleses, hábeis na engenharia de estradas e de carros. Não é sem razão que o léxico do latim acusa numerosos empréstimos aos gauleses nessa área de atividade: *carrus*, *benna carpentum*, *petorritum*, *ploxenum*, todos denominações de diversos tipos de viaturas, além de *cant(h)us* 'roda'.

O outro inimigo, que nos tempos modernos, em outros sítios, derrotou o exército de Napoleão e parte do de Hitler, seria o frio. No Norte da Península Apenina estão os Alpes italianos e suíços que descoroçoariam qualquer investida militar. Destarte, temos de voltar à verdadeira orientação da expansão romana até chegar à Península Ibérica.

Apesar das circunstâncias inóspitas do terreno às margens do Tibre, o Lácio gozava de feliz situação geográfica, pois, instalada numa região de intensas rotas de tráfego comercial, permitia a comunicação entre a Itália do Norte e a do Sul. Depois de um período de submissão aos etruscos, submissão que, do ponto de vista de progresso material lhes foi proveitosa, uma vez que a dinastia dos Tarquíneos deu novo alento à região e fundou a cidade de

Roma, nome que, ao que parece, é de origem etrusca, e, além de exercer sobre os latinos influência na religião e no campo das artes divinatórias, foi por intermédio dos etruscos que o alfabeto latino, de origem mais próxima grega, chegou aos romanos.

Pela razão antes exposta, a expansão territorial dos romanos caminhou rumo ao Sul, depois de lutar e subjugar as comunidades mais próximas a Roma. Estas vitórias sobre as populações às margens do Mediterrâneo levaram os romanos a defrontar-se com os cartagineses, habitantes de Cartago, região ao Norte da África, e senhores quase absolutos do comércio marítimo mediterrâneo. Foram duras lutas, ora vencidas, ora perdidas, que acabaram por dar a vitória final aos generais de Roma, durante a terceira guerra púnica, no séc. II a.C.; estava assim aberto o caminho para a conquista do sul da Península Ibérica, pela atual Espanha. O Mediterrâneo bem mereceu dos romanos o título de *mare nostrum*.

Assim, o latim penetrou como língua do conquistador na *Hispania*, no ano 197 a. C., e daí em diante outras regiões passaram a engrossar o império romano, a tal ponto que a História não conheceu outro povo de tão larga e profunda dominação: *Illyricum*, em 167; *África e Achaia* (nome da Grécia), em 146; *Ásia* (isto é, Ásia Menor), em 129; *Gallia Narbonensis* (isto é, a antiga *Provença*, nome originado de 'província', por ser a província por excelência), em 118; *Gallia Cisalpina*, em 81; *Gallia Transalpina*, em 51, depois da campanha de Júlio César, a respeito da qual escreveu *o De bello Gallico*; *Aegyptus*, em 30; *Rhaetia* e *Noricum*, em 15; *Pannonia*, em 10 d.C.; *Cappadocia*, em 17; *Britannia*, em 43 e finalmente a *Dacia* (região onde hoje se situa a Romênia), em 107.

Por este quadro, vê-se que a atual língua portuguesa, de procedência originariamente galega, não poderia ser, com toda a certeza, a "última" flor do Lácio, embora a romanização da Península Ibérica tivesse levado dois séculos para completar-se definitivamente.

Cabe lembrar, para concluir este comentário, que algumas províncias conquistadas, especialmente as mais longínquas e as de menor interesse comercial ou estratégico, nunca foram totalmente romanizadas, enquanto outras, como a Britannia (= Inglaterra), conheceram um domínio muito curto, mas de penetrante influência cultural. Assim, chegamos a poder afirmar que a língua portuguesa foi das primeiras a se formar no quadro das línguas românicas. Como afirmou o notável romanista Gustav Gröber, o início de cada língua românica teve lugar no momento que o

latim foi transplantado para as regiões conquistadas e aí entrou um contato com o substrato cultural de diferentes povos e, ora mais rígidos, ora mais lassos, os cordões ligados ao poder central de Roma, os conquistadores se foram diferençando do primitivo latim.

Esta presença muito cedo do latim na Península Ibérica é responsável por certas características linguísticas arcaicas do chamado latim hispânico, de que resultaram o galego-português e o espanhol, quer na fonologia, quer na gramática (morfologia e sintaxe), quer no léxico. Assim nesse latim hispânico ocorrem os seguintes fatos, desconhecidos de outras línguas românicas:

a) a sobrevivência do pronome relativo *cujus*, genitivo de *qui*, *quae*, *quod*: português *cujo*, espanhol *cuyo*;

b) a sobrevivência do série tríplice dos pronomes demonstrativos *iste*, *ipse*, *ille* [na forma reforçada (accu + ille) port. *este*, *esse, aquele*; espanhol *este*, *esse*, *aquel*];

c) a conservação do mais-que-perfeito em *ra* (*amara*) e do imperfeito do subjuntivo em "*sse* (*amasse*);

d) a evolução fonológica de *mb* passando a *m*; espanhol: *palumba* dando *paloma*.

No léxico, a exemplificação ainda é mais representativa, porque o português e o espanhol em geral conservam a palavra mais antiga, enquanto o italiano e o francês adotam a palavra mais recente no latim.

Esta diferenciação toca num ponto de linguística geral de que teremos ocasião de falar, quando comentarmos distinções entre o português de Portugal e o português do Brasil: as regiões geograficamente periféricas ou marginais e as regiões centrais em relação ao centro cultural. Portugal e Espanha, bem como a Romênia, pertencem a áreas periféricas, enquanto Itália e França são áreas centrais relativamente a Roma; as primeiras são áreas conservadoras e as segundas inovadoras, e, em parte, isto se explica porque muitas inovações não tiveram a força de expansão para chegar ou implantar-se nas áreas mais afastadas ou periféricas. Vejam-se os seguintes exemplos, sabendo-se que as áreas conservadoras usam as palavras mais antigas no latim:

Latim	Português	Espanhol	Italiano	Francês	Romeno
FORMOSUS/BELLUS	formoso	hermoso	bello	beau	Frumos

Latim	Português	Espanhol	Italiano	Francês	Romeno
PLECARE/ARRIPARE	chegar	llegar	arrivare	arriver	a pleca

Latim	Português	Espanhol	Italiano	Francês	Romeno
MAGIS/PLUS	mais	más	più	plus	Mai

Latim	Português	Espanhol	Italiano	Francês	Romeno
RIVUS/FLUMEN	rio	río	fiume	Fleuve	rîu

Inculta e Bela

O adjetivo *inculta* referente à "flor do Lácio" prende-se à fase inicial da Filologia ou Linguística Românica, que chamava ao latim fonte das línguas românicas, isto é, suas continuadoras ininterruptas no tempo e no espaço (português, galego, espanhol, occitânico, catalão, francês, franco-provençal, italiano, sardo, reto-românico, dalmático e romeno), *latim vulgar*; e o caracterizava como a modalidade popular falada pelas camadas sociais que não tinham acesso à escolaridade e, por isso mesmo, falavam muito diferentemente do latim escrito e literário, chamado *latim clássico*.

Daí o nosso poeta não só estigmatizá-lo como "rude", mas ainda "desconhecida e obscura", já nas suas relações genealógicas com a língua portuguesa.

Hoje esta concepção de latim vulgar muito se modificou, principalmente pela visão de que uma língua histórica se constitui de um conglomerado de línguas dentro de si, aquilo a que os linguistas costumam chamar um "diassistema", isto é, um conjunto complexo e variado de tradições linguísticas, repartidas entre variedades *diatópicas* (regionais ou locais, os dialetos), *diastráticas* (sociais ou socioletos) e *diafásicas* (estilísticas).

Destarte, o latim, como língua de sociedade e do império romano, apresentava-se também polifacetado, de modo que o percurso do latim às línguas românicas não se pode atribuir, exclusiva ou preponderantemente, a

determinada modalidade "popular" ou a qualquer outra, pois já apareceu tese de que elas "provinham" do latim clássico. Neste processo histórico, com maior ou menor participação, esse latim fonte das línguas românicas é um depositário de isoglossas comuns oriundas de elementos populares, literários, da classe média e do latim dos cristãos, de elementos rústicos e itálicos, quer da atividade falada, quer da língua escrita.

Por isso, podemos dizer que Bilac, até certo ponto, na sua intuição de poeta (que, pelo visto, não é só um fingidor, mas um futurólogo...), se antecipou à concepção diassistêmica de linguistas hodiernos, pois não deixou de pressentir, na pretensa uniformidade do latim vulgar, a presença da multiformidade do latim *tout court*, do latim sem adjetivos, conjunto de isoglossas que se depreende vivo em qualquer momento histórico por que se queira estudar e descrever o latim.

Parece ser dentro desta nova visão de teoria linguística que Bilac aproxima "sem contradição!" ... inculta e bela.

És, a um tempo, esplendor e sepultura:

Ouro nativo, que na ganga impura

A bruta mina entre os cascalhos vela (= cobre com um véu para ocultar o ouro nativo).

Antes de prosseguir na exegese do soneto, paremos para apreciar a adequação e a justeza do léxico de Bilac; ao comparar o português com o ouro *in natura* ("ouro nativo"), reporta-se ao vocabulário especial ou técnico da mineralogia: "ganga", dizem os dicionaristas, é o "resíduo, em geral não aproveitável, de uma jazida filoniana, o qual pode, no entanto, em certos casos, conter substâncias economicamente úteis". Daí, nada mais normal do que se lhe aplicar a adjetivação "impura" e a referência a "cascalhos". A noção técnica de jazida filoniana do verbete dicionarístico está representada em a "bruta mina", em que "bruta", com significado de 'tal como é encontrada na natureza', retoma a noção de "nativo" em "ouro nativo", já que "nativo" significa, 'o que é natural'.

Cabe aqui uma curiosidade para os que conhecem pouco a atividade literária e cultural de Olavo Bilac: o exímio poeta e excelente prosador preparou um dicionário analógico que, parece, chegou a ser entregue ao livreiro Francisco Alves, obra ainda hoje inédita, em posse da editora. Ainda a relação das obras do autor que aparece na edição das *Últimas Conferências e Discursos* (1927) arrola o *Dicionário Analógico*, com a informação: "no prelo".

O poeta, no 2º quarteto do soneto, já vai falar da língua portuguesa literariamente constituída, deixando um vazio, entre o 1º quarteto (a latinidade do português) e o 2º, vazio que procuraremos preencher nas linhas que se seguem.

Estabelecida a origem latina do idioma, cumpre lembrar que, chegados os romanos à Península Ibérica no séc. III a. C., só no I a. C. estava a região romanizada. Ao lá chegarem, encontraram os conquistadores povos que já habitavam a península, povos de que não temos seguras notícias nem vestígios que não ofereçam muitas dúvidas. Fala-se numa base indígena de povos da cultura chamada capsense, bem como se aponta como possível um substrato mediterrâneo.

Menéndez Pidal, linguista espanhol do mais alto valor, acreditava na existência de um povo de raiz lígure ou que, para Serafim da Silva Neto, o mais competente filólogo brasileiro da história do português, conviria chamar "umbro-ilírio", que habitava o Norte de Portugal, Galiza, Astúrias e a parte ocidental de León, do qual temos alguns vestígios concretos, entre os quais lembraremos os sufixos "asco", "antia", "entia", "ace", "ice", "oce".

Ainda antes dos romanos, no séc. VIII a. C., penetram nessa região os celtas, povo de origem indo-européia. De nível cultural superior aos primitivos habitantes, devem ter-lhes exercido salutar influência, sem deixar de haver contribuições recíprocas, como sempre ocorre nesses convívios de culturas. As notícias desses povos que chegaram até nós procedem de historiadores greco-romanos, que descrevem esses habitantes como homens que viviam em constantes lutas tribais, dormiam no chão, e se alimentavam principalmente de bolotas ou frutos do carvalho e carne de ovelha preparada com manteiga, enquanto as mulheres se entregavam aos afazeres domésticos e ao trabalho agrícola. É nesses historiadores que encontramos a notícia de um produto usado no cozimento da comida até então desconhecido para eles: a manteiga. Realmente só no português e no espanhol (*mantequilla*) existe a palavra *manteiga*; nas demais línguas românicas, exceto o romeno, prevalecem os remanescentes do grego *bútyrum*, *butúrum*, *butírum*: italiano, *burro*, francês *beurre*, occitânico *burre*, reto-românico *bütír*.

Já vimos que a romanização militar, política e administrativa trouxe à região e a seus habitantes muitos benefícios, por estarem os romanos num grau de civilização bem superior, o que, como é óbvio, facilitou também a romanização linguística. Saídos de seus sítios montanhosos, logo se misturaram ao sistema de vida dos romanos, assimilando não só novos padrões de vida,

mas conhecendo novas técnicas de agricultura, de engenharia e de indústria; entre outros benefícios, as rivalidades tribais foram a pouco e pouco desaparecendo. Jovens incorporavam-se ao exército e, com as legiões, saíam para conhecer novos aspectos da sociedade romana em outras colônias conquistadas, contacto facilitado pela extraordinária rede de estradas abertas pelos romanos.

Fator assaz importante de congregação foi o Cristianismo, cuja época de introdução na península não está de todo fixada, mas sabemos que na metade do séc. III a Hispania já se achava fortemente evangelizada. Esta influência se reflete na visão moral do mundo, na severidade dos costumes e até no respeito às normas estabelecidas, como foi o caso de adotarem a determinação da Igreja de fugirem dos cultos e divindades pagãs, substituindo-as pelos preceitos cristãos. Explica-se assim o fato de o galego-português ser o único a adotar as denominações cristãs dos dias de semana na base de *feria* (*segunda-feira*, *terça-feira*, etc.), em vez das denominações pagãs *lunes* (*lundi*, *lunedi*, etc.), como permaneceu nas demais línguas românicas, inclusive no espanhol.

No séc. V os germânicos penetram na península, sendo a região da Gallaecia invadida pelo suevos, depois derrotados pelos visigodos, povos que já anteriormente tinham tido contacto com os romanos, razão por que a língua da região não sofreu grande influência da língua dos conquistadores, exceção feita ao léxico, parte do qual chegou já introduzido no latim.

No séc. VIII, em 711, é a vez de os árabes invadirem a península, provocando a quebra da hegemonia visigótica, e a região, que de há muito vinha conhecendo certa independência política, cultural e linguística de Roma, acentuou esta independência, o que favoreceu a progressiva diferenciação não só do latim hispânico da região, mas também de seus vizinhos do Oriente.

Esta é a língua do antigo reino da Galiza, que se estende pelo que é hoje a Galiza e a Galiza do Sul, chamada condado de Portugal. Tal situação iria propiciar a que o galego constituísse uma das primeiras línguas literárias da Península.

Como a língua acompanha os acontecimentos históricos do povo que a fala, o idioma da região vai experimentar os passos políticos que a Galiza conheceu nos fins do séc. XI: em 1090 o rei Afonso VI concede a Raimundo de Borgonha, que chegara à Península com os cavaleiros católicos, militares procedentes do centro da atual França, com a tarefa de reforçar a Reconquista do território invadido pelos árabes, a mão de sua filha

primogênita D. Urraca e, como presente, concede-lhe o título de conde e oferece-lhe o governo da atual Galiza, incluídos os territórios entre o Minho e o Mondego, e logo depois, em 1093, não podendo impor a ordem em tão vasto território, é constituído o condado portucalense no espaço geográfico que se situa entre os rios Minho e Douro, que foi oferecido a seu primo Henrique de Borgonha, casado com D. Teresa, filha natural do rei Afonso VI.

Já em 1128 constitui-se a nação portuguesa, independente da coroa integrada por Galiza, Leão e Castela e em 1139 ou 1140, Afonso Henriques, filho de Henrique de Borgonha e D. Teresa, se proclama rei de Portugal.

Os limites políticos da região, definidos por estes acontecimentos históricos, não correspondem, a princípio, aos limites linguísticos, prevalecendo entre Galiza e Portugal características idiomáticas comuns. Avançando cada vez para a Sul, empenhada na reconquista das cidades tomadas pelos árabes, a corte portuguesa instala-se em Coimbra, depois em Santarém e já no tempo de Afonso III, aclamado rei em 1248, reinado que durou até 1279, com excelente administração e proveito para Portugal. Lisboa começa a figurar como capital do reino.

Este espraiar-se em direção ao Sul foi favorecendo uma paulatina desgaleguização da fala dos conquistadores, ao lado de uma mútua adaptação linguística destes aos usos da extensa população moçárabe, isto é, cristãos que, não se refugiando ao Norte durante as conquistas árabes, permaneceram, entre os infiéis, praticando o seu latim hispânico romano-gótico e seus primitivos costumes e suas crenças.

Assim, não foi o falar do Norte de Portugal, trazido pelos conquistadores cristãos, que serviu de base à constituição do que hoje se chama língua histórica portuguesa, mas sim, como já defendiam os linguistas Francisco Adolfo Coelho e José Leite de Vasconcelos, se forjou no centro e no sul com a província da Estremadura como limite meridional. Um dos testemunhos, entre outros, deste fato histórico na prática linguística desta língua comum está no desaparecimento, na língua comum, do fonema nortenho /tx/ ouvido em palavras como *chave*, *chapéu*, *chover*, substituído por /*x*/; das consoantes africanas /ts/ e /dz/ ouvidas em *cervo* e *prazer*, simplificadas em /ss/ e /z/; do *s* implosivo ouve-se como /x/ diante de consoante surda (*os cães*) ou como /*j*/ diante de consoante sonora (*os gatos*), conforme hoje se profere o "chiamento" em Lisboa e no Rio de Janeiro, por exemplo; dos destinos dos ditongos nasais com a perda do "n" intervocálico.

Se do lado da desgaleguização do português ocorreram estes e outros fenômenos, do lado do galego outros fenômenos iriam contribuir para maior afastamento da relativa unidade originária como, por exemplo, a dessonorização das consoantes (*genro* > *xenro*) não penetrou na região do Minho.

Em resumidas considerações, podemos concluir com a lição de excelentes linguistas galegos e lusitanos, que a nossa língua, no decorrer de um período cujos limites não se podem com precisão fixar, nasce do galego do sul ou da região portucalense, que se desgaleguizou na sua caminhada para o sul, ao influxo também da situação linguística moçárabe. A unidade primitiva galego-portuguesa está presente na perspectiva dos primeiros romanistas que estudaram conjuntamente as línguas românicas ou neolatinas; é o caso de Frederico Diez, fundador da Filologia Românica em 1836, que assim se expressa, na tradução francesa de sua *Gramática das Línguas Românicas*: "le portugais et le galicien (...) sont une seule et même langue, comme des savants indigènes eux-mêmes l'on reconnu et demonstré avec des chartes rédigées dans les deux pays" (vol. I, pág. 91).

Em 1105, Afonso VI concede autonomia à Província Portucalense e em 1139 Afonso Henriques se proclamou o primeiro rei de Portugal, como já dissemos.

O português, na sua feição originária galega, surgirá entre os séculos IX-XII; mas seus primeiros documentos datados só aparecerão no século XIII: o Testamento de Afonso II e a Notícia de torto. Curiosamente, a denominação "língua portuguesa" para substituir os antigos títulos "romance" ("romanço"), "linguagem", só passa a correr durante os escritores da casa de Avis, com D. João I. Foi D. Dinis que oficializou o português como língua veicular dos documentos administrativos, substituindo o latim.

Entre os séculos XV e XVI Portugal ocupa lugar de relevo no ciclo das grandes navegações, e a língua, "companheira do império", se espraia pelas regiões incógnitas, indo até o fim do mundo, e, na voz do Poeta, "se mais mundo houvera lá chegara" (*Os Lusíadas*, VII, 14).

Daí a 2ª quadra de Bilac, completada pelos dois tercetos:
Amo o teu viço agreste e o teu aroma
De virgens selvas e de oceano largo!
Amo-te, ó rude e doloroso idioma,
Em que da voz materna ouvi: "meu filho"!

E em que Camões chorou, no exílio amargo,
O gênio sem ventura e o amor sem brilho!

Depois da expansão interna que, literária e culturalmente exerce ação unificadora na diversidade dos falares regionais, mas que não elimina de todo essas diferenças refletidas nos dialetos, o português se arroja, na palavra de indômitos marinheiros, pelos mares nunca dantes navegados, a fim de ser o porta-voz da fé e do império. São passos dessa gigantesca expansão colonial e religiosa, cujos efeitos, além da abertura dos mares, especialmente do Atlântico e do Índico, foram, segundo uma afirmação de Humboldt, uma duplicação do globo terrestre:

1415: expedição a Ceuta sob o comando do próprio rei
1425-1436: Madeira e Açores
1444: Cabo Verde, com início de povoamento em 1462
1446: Guiné
1483-1486: Angola (primeiros contatos) e colonização de S. Tomé e Príncipe
1498: Vasco da Gama chega à Índia e passa por Moçambique
1500: Brasil
1511: Malaca e Malucas
1515: Ormuz
1518: Colombo
1536: Damão
1547: Macau
além das ilhas de Samatra, Java e Timor.

Tomando o século XIII como início da fase a que Leite de Vasconcelos chamou português histórico, isto é, documentado historicamente, podemos dividi-lo em períodos linguísticos, cujas delimitações não conseguem, entre os estudiosos, concordância unânime. A dificuldade de consenso se deve a vários fatores: o terem as propostas fundamento em textos escritos que, como sabemos, mascaram a realidade e as mudanças linguísticas; o não terem os fenômenos sua data de nascimento e morte e, finalmente, constituir elemento perturbador nesta ordem de estudos a influência de fatores estético-literários que, conforme sua orientação conservadora ou progressista, atrasa ou acelera determinadas tendências linguísticas. Foi o que aconteceu com o chamado

latim literário sob a influência grega; com o português europeu sob o influxo do Humanismo e com o português do Brasil, sob a ação iconoclasta inicial do Modernismo de 22.

Adotamos aqui a seguinte proposta, incluindo na primeira fase a realidade galego-portuguesa:

a) português arcaico: séc. XIII ao final do séc. XIV;

b) português arcaico médio: 1ª metade do séc. XV à 1ª metade do séc. XVI;

c) português moderno: 2ª metade do séc. XVI ao final do séc. XVII (podendo-se estender aos inícios do séc. XVIII);

d) português contemporâneo: séc. XVIII aos nossos dias.

Ao primeiro período pertencem, além dos textos administrativos e de leis, forais e ordenações, a poesia palaciana encerrada nos Cancioneiros medievais (*Ajuda*, *Vaticana* e *Biblioteca Nacional*, antigo Colocci-Brancuti), as *Cantigas de Santa Maria*, algumas vidas de santos (Barlaão e Josafá, S. Aleixo, etc., traduções, em geral, de textos latinos, que chegaram até nós, quase sempre, em cópias mais modernas), o *Livro das Aves, Fabulário de Esopo*, a *Demanda do Santo Graal, Corte Imperial*, entre muitas.

Ao segundo período pertencem o *Livro da Montaria*, de D. João I, *Leal Conselheiro e Livro da Ensinança de Bem Cavalgas toda Sela* de D. Duarte, as *Crônicas* de Fernão Lopes (D. João I, D. Pedro, D. Fernando), de Zurara (*Crônica dos Feitos de Guiné, Crônica da Tomada de Ceuta*), a *Crônicas dos Frades Menores,* as *Crônicas de Rui de Pina*, entre muitas outras obras.

Ao terceiro período pertencem as obras históricas de João de Barros, Diogo de Couto, Fernão Lopes de Castanheda, Damião de Góis, Gaspar Correia, o *Palmeirim de Inglaterra* de Francisco de Morais, a obra literária de Sá de Miranda e o teatro clássico de Antônio Ferreira, a *Etiópia Oriental* de Frei João dos Santos, a prosa mística da *Imagem da Vida Cristã* de Heitor Pinto, os *Diálogos* de Amado Arrais, os *Trabalhos de Jesus* de Tomé de Jesus, a *Consolação às Tribulações de Israel*, de Samuel Usque, a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto, as obras de Pero Magalhães de Gandavo; mas, a todos, excede Luís de Camões que, não sendo "propriamente o criador do português moderno (...), libertou-o de alguns arcaísmos e foi um artista consumado e sem rival em burilar a

frase portuguesa, descobrindo e aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as ideias de modo elegante, enérgico e expressivo. Reconhecida a superioridade da linguagem camoniana, a sua influência fez-se sentir na literatura de então em diante até os nossos dias" (M. Said Ali).

Com muita razão, concede Said Ali, do ponto de vista linguístico, um lugar à parte na literatura quinhentista, às comédias, autos e farsas do chamado teatro de medida velha que tem em Gil Vicente seu principal representante, produções de grande importância para o conhecimento da variedade coloquial e popular da época. Pertencem a este gênero especial os *Autos* de Antônio Prestes, de Chiado, de Jerônimo Ribeiro, a *Eufrosina* e *Ulissipo* de Jorge Ferreira de Vasconcelos, sobrelevando-se a todos eles as obras deste genial pintor da sociedade e dos costumes do séc. XVI em Portugal, que foi Gil Vicente.

No século XVII assistimos ao aperfeiçoamento da prosa artística com Frei Luís de Sousa, cuja linguagem representa uma fase de transição entre os dois momentos do português moderno. É o período em que ressaltam os *Sermões* do Padre Antônio Vieira, os *Apólogos Dialogais* de Francisco Manuel de Melo, a prosa suave de Manuel Bernardes e os quadros bucólicos de *Corte na Aldeia* de Rodrigues Lobo, além dos representantes da historiografia de Alcobaça.

O século XVIII não é só o século das academias literárias, mas de todo um esforço na renovação da cultura e da instrução pública, sob o influxo dos ideais do neoclassicismo francês, que culmina na reforma pombalina da Universidade, em 1772. Assiste-se a um reflorescimento da poesia com Pedro Antônio Correia Garção, Antônio Dinis da Cruz e Silva, Filinto Elísio, Tomás Antônio Gonzaga e os poetas árcades brasileiros, e Barbosa du Bocage.

Do ponto de vista linguístico, o português contemporâneo fixado no decorrer do séc. XVIII chega ao século seguinte sob o influxo de novas ideias estéticas, mas sem sofrer mudanças no sistema gramatical que lhe garantam, neste sentido, nova feição e nova fase histórica.

Expansão da língua portuguesa e o Brasil

Como vimos no 1º terceto, o poeta alude aos novos domínios a que chegara a língua portuguesa, levada pelos capitães, pela marujada, pela soldadesca e, depois, pelas famílias portuguesas e religiosos que nas regiões

conquistadas lançaram as raízes da fé católica e da civilização lusitana. Na África, o português comum europeu estendeu-se aos centros de civilização europeia portuguesa de Angola e Moçambique, do arquipélago de Cabo Verde, e das ilhas de São Tomé e Príncipe; na Índia, a Diu, Damão e Goa; na China a Macau; na Malásia, a parte da ilha de Timor e, na América do Sul, ao Brasil. Hoje, as cinco repúblicas africanas adotaram o português como língua oficial, a par de seus vários dialetos nacionais, e o Brasil o tem como língua nacional.

Em Portugal, pelas regiões históricas e políticas de que já falamos, encontra-se uma grande divisão dialetal entre o Norte e o Sul, que admite diferenças regionais menores, e uma zona de transição entre estes dois espaços linguísticos na área do Centro, constituída pela Beira.

No Brasil, a classificação dialetal que parece melhor refletir a nossa diferenciação diatópica é a proposta por Antenor Nascente, segundo a qual o país está dividido em duas grandes áreas: a do Norte e a do Sul, cuja linha demarcatória está, a partir do litoral, entre Espírito Santo e Bahia, com prolongamento até as cidades de Mato Grosso, depois de cortar os Estados de Minas Gerais e Goiás.

Para Nascentes estes espaços apresentam dois traços diferenciadores fundamentais:

a) a abertura das vogais pretônicas no Norte em palavras que não sejam diminutivos nem advérbios terminados em "*mente*: *lèvar* / *levar*.

b) a cadência do ritmo frasal, "cantada" no Norte, e normal ou descansada no Sul.

Estes espaços admitem subfalares; no Norte: o amazônico e o nordestino, e no Sul: o baiano, o fluminense, o mineiro e o sulista.

Este ritmo vocabular e frasal ainda atual no Brasil, sem que as vogais átonas sejam absorvidas ou "engolidas" como fazem, em geral, os portugueses, é a marca registrada da língua dos nossos colonizadores no século XVI. Fernão de Oliveira, autor da primeira gramática do português, dá-nos disto testemunho: "e outras nações cortam vozes apressando-se mais em se falar, mas nós falamos com grande repouso como homens assentados".

Além do testemunho de Oliveira, temos os dos poetas e, entre estes, especialmente lembremos Luís de Camões; os versos de *Os Lusíadas* lidos

pelo poeta como de dez sílabas métricas, também o são na pronúncia geral do Brasil e, não sem razão, o saudoso linguista e filólogo patrício Sílvio Elia considerava Camões o primeiro poeta brasileiro.

A um português de hoje, os mesmos versos poderão parecer metricamente mal elaborados; era o que pensava Antônio Feliciano de Castilho ao ler Camões com pronúncia lusitana do século XIX.

Esta identidade relativa entre a observação de Fernão de Oliveira sobre o ritmo cadenciado do português do séc. XVI e a pronúncia normal brasileira que evita a síncope das vogais e sugere ao ouvinte uma pronúncia mais lenta se explica pelo conservadorismo da língua transplantada: o português do Brasil não conheceu as mudanças que o português europeu experimentou depois do séc. XVI: a intensificação da sílaba tônica que favoreceu a queda de vogais átonas; a mudança de *e* fechado a *a* fechado em contacto com fonema palatal: *beijo* / *bâijo*, *espelho* / *espâlho*, *bem* / *bãi* (rimando *mãe* com *também*).

Chegando ao Brasil em 1500 com nossos descobridores, praticamente só em 1534 foi introduzida a língua portuguesa com o início efetivo da colonização, com o regime das capitanias hereditárias. Conclui-se que a língua que chegou ao Brasil pertence à fase de transição entre a arcaica e a moderna, já alicerçada literariamente.

Veio depois a contribuição das línguas africanas em suas duas principais correntes para o Brasil: ao Norte, de procedência sudanesa, e ao Sul, de procedência banto; temos, assim, no Norte, na Bahia, a língua nagô ou iorubá; no Sul, no Rio de Janeiro e Minas Gerais, o quimbundo.

A pouco e pouco, à medida que se ia impondo, pela cultura superior dos europeus, o desenvolvimento e progresso da colônia e do país independente, a língua portuguesa foi predominando sobre a "língua geral" de base indígena e dos falares africanos, a partir da segunda metade do século XVIII. É bem verdade que no século XVI tínhamos tido no Brasil um Bento Teixeira em Pernambuco, um Frei Vicente do Salvador e um Gregório de Matos na Bahia, e um Padre Antônio Vieira, todos pela ação benfazeja dos colégios religiosos.

Cremos que a consciência do português como língua nacional e língua materna, como disse bem o historiador José Honório Rodrigues citado por Sílvio Elia, está patente no trabalho do povo:

"O espantoso no Brasil é que a conquista da unidade linguística não é obra da educação, mas do esforço do povo sem nenhuma ajuda oficial".

A lusofonia e seu futuro

Os escritores dos séculos XIX e XX de todos os quadrantes da lusofonia, acompanhados dos intelectuais, religiosos, políticos, cientistas e do povo em geral em todos os substratos sociais, souberam garantir este patrimônio linguísticos de tanta história e de rica tradição.

Em Portugal brilham os gênios dos Herculanos, dos Castilhos, dos Garrettes, dos Camilos, dos Eças, dos Aquilinos, dos Pessoas, das Florbelas. No Brasil, as luzes dos Machados, dos Alencares, dos Azevedos, dos Ruis, dos Correias, dos Alves, dos Casimiros, dos Oliveiras, dos Bilaques, dos Andrades, dos Bandeiras, dos Veríssimos, das Clarices, das Cecílias. Em Cabo Verde os Jorges Barbosas, os Lopes, os Fonsecas, os Mirandas, os Virgínios. Em Guiné, São Tomé, Angola e Moçambique brilham os talentos dos Soromenhos, dos Ribas, dos Milheiros, os Antônios de Assis, os Bessas, os Osórios, as Lílias, os Antônios, os Galvões, os Mendes, as Noêmias, as Costas Alegres, os Tenreiros, os Duartes. Na Índia Portuguesa, os Fredericos Gonçalves, os Gomes, os Barretos, os Leais, os Aires, os Costas.

Patrimônio de todos e elo fraterno da lusofonia de mais de 230 milhões de falantes " a que, na opinião de Rodrigues Lapa, se podem juntar os galegos espalhados por todos os continentes, continuemos os votos de Antônio Ferreira, no século XVI:

Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A portuguesa língua, e já onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva!

Bibliografia para leituras posteriores

Atas do Congresso sobre a Situação Atual da Língua Portuguesa no Mundo. Lisboa, ICALPE, 1985.

CASTRO, Ivo. *Introdução à História do Português*, 2ª ed. Lisboa, Edições Colibri, 2008.

CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Estudos de Dialectologia* Portuguesa. Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983.

CUNHA, Celso. *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.

ELIA, Sílvio. *A Língua Portuguesa no Mundo*. São Paulo, Ática, 1989.

ELIA, Sílvio. *Fundamentos Histórico-Linguísticos do Português do Brasil.* Rio de Janeiro, Lucerna, 2003.

HOUAISS, Antônio. *O Português no Brasil.* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1985.

MELO, Gladstone Chaves de. *A Língua do Brasil.* 4ª ed., Rio de Janeiro, Padrão Editora, 1986.

MORAIS " BARBOSA, Jorge. *A Língua Portuguesa no Mundo*. 2ª ed., Lisboa, Agência Geral de Ultramar, 1969.

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. *Línguas Brasileiras*. São Paulo, Loyola, 1986.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África*. 3ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

SILVA NETO, Serafim. *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil*. 2ª ed., Rio de Janeiro, MEC/INL, 1963.

SPINA, Segismundo. Org. *História da Língua Portuguesa* (séc. XVI e XVII). São Paulo, Ática, 1987. 2ª ed. Cotia, Ateliê Editoral, 2008.

Por que se aprende latim

Radiante, como ouvinte, já tive oportunidade de referir-me a uma ideia muito divulgada, segundo a qual uma pessoa para saber um dedo de português precisa saber dois dedos de latim. A ideia deve ter aumentado os foros de verdade quando, no século XIX, foi inaugurado o método histórico-comparativo, com aqueles estudiosos que defendiam a tese de que o presente de uma língua se explica pelo seu passado. Assim, o ensinamento entrou até nos cursos elementares de língua portuguesa. Exemplo corriqueiro disso estava na explicação aos alunos por que o verbo *pôr*, não terminando em *-er* como *vender*, deveria pertencer à segunda conjugação: o verbo *pôr* procede de *poer* e este do latim *ponere*.

Mas nem tudo na história da língua é evolução; há também inovações, fenômenos que não seguem o curso "normal" da história. É o caso do verbo *cair*, definitivamente da 3ª conjugação no português moderno (a partir do séc. XVI), mas que anteriormente pertencia à 2ª conjugação: *caer* do latim *cadere*. Prova da pertença ao antigo grupo representam os empréstimos tirados diretamente do latim, como *cadente* (estrela cadente).

Por este modo histórico, pelo qual o presente é explicado pelo passado, era natural que a língua-fonte para o português fosse o latim. Daí a afirmação de que para se saber um dedo de português seriam necessários dois dedos de latim. Mas já acentuei, estribado no ensinamento de Meyer-Lübke, que a sintaxe românica, e é aí o domínio da língua portuguesa onde mais pululam os

desvios da norma padrão, que a sintaxe românica moderna está mais proximamente relacionada, em muitos aspectos, com o alto alemão moderno ou com o grego moderno do que com o latim antigo. É na morfologia que se revela em toda a sua força a íntima relação histórica entre o latim e as línguas românicas como sua continuação ininterrupta no tempo e no espaço.

Outros defensores há da presença do latim num curso de humanidade apoiados na convicção de que o latim é o porta-voz do pensamento grego. Acerca dessa razão se pronunciou um linguista e um helenista moderno de autoridade reconhecida, o suíço Charles Bally (pronuncie-se *baií* este nome; *balí* é a pronúncia da famosa casa de calçados). Num dos capítulos de seu livro *Le langage et la vie*, sob o título "Por que se aprende latim?", tece o seguinte comentário sobre ser o latim porta-voz do pensamento grego:

"Mas já sabemos a deformação que sofreu o gênio helênico ao passar pelos cérebres romanos. Além disso, graças aos autores latinos tivemos durante muito tempo uma imagem falsa da Grécia, e inclusive hoje (escrevia o mestre genebrino em 1935) a ideia que fazem as pessoas daquela cultura não passa de uma caricatura. Todo este mal procede de que Roma conheceu uma Grécia que já se sobrevivia a si mesma. A literatura latina familiarizou-nos com uma mitologia grega sem religião; no que toca à filosofia, não conheceram os romanos na realidade mais do que as escolas posteriores a Platão e Aristóteles, e delas extraíram apenas uma moral utilitária e simplista; toda a eloquência estudada pelos romanos estava viciada pela retórica. Que sabemos da tragédia com auxílio dos escritores romanos? Mais vale não pensar em Sêneca. Imitaram a Comédia Nova, reflexo trivial de uma vida apoucada, e desconheram Aristófanes. Mais, acima de tudo, tornaram-se presas dos alexandrinos, dos *docti poetae*, que nos ensinaram a separar a arte da vida, que reduziram a língua escrita a uma língua de mandarins e que reduziram os grandes afrescos da Grécia heróica a vinhetas de cartão postão (Polifemo e Galateia!). É o latim responsável pela invasão do alexandrismo como uma epidemia nas literaturas do Ocidente; em francês, seu predomínio foi de tal monta, que quase todos os poetas que quiseram contemplar de frente a Grécia, viram-na (inclusive Chénier!) através de Teócrito e da Antologia Palatina. (p. 239 da trad. espanhola de Amado Alonso).

Sabemos que é por associações que se estabelecem natural e espontaneamente as unidades linguísticas, que uma língua funciona. E estabelecer, durante o aprendizado, correlações dessas associações e oposições entre a língua materna e uma ou mais línguas outras repercute no

aprofundado conhecimento e interpretação da língua materna. Se tais benefícios se extraem do aprendizado de qualquer língua estrangeira, por que se aprende o latim? É o que veremos a seguir.

Se uma língua funciona por meio de um complexo e incessante jogo de aproximações e oposições, a comparação do jogo da língua materna com o jogo com que procede uma língua estrangeira, qualquer que seja, é atividade que beneficia pôr em evidência o mecanismo e as normas que regem este jogo. Desse benefício resulta naturalmente uma melhor compreensão e conhecimento de cada língua em particular. É justamente nesse relacionamento interidiomático que a chamada linguística contrastiva põe toda a sua atenção; daí o ensino, ou pelo menos, técnicas de ensino diferenciadas quando, por exemplo, um falante nativo de português vai aprender espanhol, inglês ou alemão. A atenção dada, para citar um só caso, ao emprego do artigo definido em inglês, indiferenciado nas flexões de gênero e número e ostentando, no espanhol, uma variante *la* / *el* conforme o nome feminino seguinte comece por *a* tônico, e uma forma de neutro *lo* nas "substantivações" de adjetivo; no artigo em alemão já vamos encontrar, no singular, oposições para o masculino, feminino e neutro (*der, die*, *das*) e, no plural, *die* para os três gêneros, formas em nominativo (acompanhantes do sujeito), pois há outras diferenciadas para o acusativo, para o dativo e para o genitivo, quer no singular, quer no plural.

Dessarte, a comparação entre a língua materna e uma estrangeira será sempre uma atividade enriquecedora, quer se trate de aspectos fonéticos e fonológicos, quer se trate de aspectos gramaticais (morfologia e sintaxe), quer se trate de aspectos léxicos. O estudo comparativo do português com uma língua moderna estrangeira (o espanhol "nossa segunda língua de direito no panorama geográfico" cultural, ou o inglês, o francês, o italiano e o alemão, pelos aspectos culturais e tecnológicos) mostraria vantagens mais imediatistas do que o estudo de nossa língua comparada com o latim. Então, por que a tradição escolar tem insistido no latim? Em geral, como já acentuei, a força do argumento pró-latim residia na história, no fato de o português, como as demais línguas românicas, ser a continuação (melhor do que dizer que elas *derivam*) do latim. Está claro que há pontos de contacto principalmente na morfologia e no léxico; mas na sintaxe, vimos que essa relação é muito mais frouxa e, portanto, com menores evidências de que o ajutório justifique a escolha. Esta tese mais se explica pela defesa da presença do latim no currículo escolar do que pela ajuda que oferece ao idioma de Machado de Assis e de Camões. Longe de colocar o latim na posição subalterna de mero auxiliar do

português, que, uma vez este aprendido, voltará aquele a ocupar a situação de humilde muleta, recurso didático-pedagógico de curtas metodologias educacionais.

Se a tese da "filiação" histórica não prevalece na medida que a imponha, por que então se há de aprender latim? A resposta, que naturalmente não será a única, mas é científica e didaticamente correta e válida, está dada pelo mesmo linguista e pedagogo genebrino Charles Bally no capítulo do livro a que me referi no artigo anterior:

"Não há nisso nada de misterioso; o latim, por motivos muito simples, nos obriga a pensar 'de outra maneira'. Está o latim construído sobre plano diferente das nossas línguas modernas: graças às suas flexões, as palavras conservam a individualidade no seio da frase; a construção livre faz da própria frase um organismo original; e como, além disso, e, sobretudo, o vocabulário recorta conceitos por padrões diferentes dos nossos, é necessário analisar a fundo e reconstruir os pensamentos mais simples, sem que nunca se possam utilizar as mecânicas correspondentes de língua para língua que lhes tiram aos idiomas modernos uma parte de seu valor educativo. E isto não para aí: mal sabemos sobre o latim falado (exceto um pouco graças a Plauto, Terêncio, e que pouco!), modalidade que sem dúvida deveu estar suficientemente homogênea entre as diversidades do latim literário. Todo nosso esforço se volta para as obras; todavia, cada autor tem sua individualidade: não há dois que se possam explicar completamente um pelo outro. Ao passar de Cícero para Tácito necessitamos mudar de gramática e de léxico; Virgílio e Horácio, ainda que contemporâneos, escrevem duas línguas diversas. Por todas estas razões o latim constitui um maravilhoso instrumento para aquisição de flexibilidade; familiariza o espírito com o imprevisto, dá- lhe o sentimento do acidental, do contingente, ao passo que a formação científica lhe põe diante o convívio " também necessário " com a lei. Já não se disse que as matemáticas e uma língua antiga bastariam para preparar harmonicamente um espírito?"

Vale a pena confrontar essas considerações de Bally com as do filósofo português Álvaro Ribeiro, o qual, não tocando propriamente no valor educativo do latim, fala do ensino da *gramática*, da *retórica* e da *dialética*, aproximando-as, numa adequada correlação, com a *linguística*, a *estilística* e a *lógica*, respectivamente:

"A matemática, por maior importância que lhe atribuam os pedagogistas que seguem Augusto Comte, está longe de ter o valor educativo que os discípulos de Aristóteles sempre viram na lógica. A tradição aristotélica afirma

a superioridade das disciplinas de letras sobre as ciências e, se não preconiza já o ensino da *gramática*, da *retórica* e da *dialética* nos termos em que foi ministrado pelos medievais e pelos modernos, verifica e confirma que, sem estudo intenso da *linguística*, da *estilística* e da *lógica*, não pode haver concreta e gradativa ascensão da inteligência para o universal. O estudante que cedo ficar habilitado a escrever com palavras suas o que lhe foi dado observar e experimentar, e a distinguir, racionalmente, entre o método e o erro, fará apenas leitura servil dos compêndios, ou livros de texto, perante maior ou menor vigilância do professor.

A matemática é a linguagem do abstrato universalismo, e um povo que queira ser livre e constituído por homens livres, tem de preservar antes de mais nada as características do idioma que lhe é próprio, para transmitir, aperfeiçoada, a língua nacional às seguintes gerações. Tem, pelo estudo da estilística, de conhecer as formas peculiares da sua mentalidade, e o respectivo valor não só para a expressão científica, mas também para a representação e a imaginação literárias, políticas e religiosas. Tem, pelo estudo da lógica, de articular as categorias universais para conhecer, lucidamente, a sua situação histórica, e relacioná-la com o mais alto grau de educação da humanidade." (Álvaro Ribeiro, *Apologia e Filosofia*, Lisboa, Guimarães Editores, p.68-69).

E aí sempre voltamos aos gregos. E por falar nisto, termino com as considerações do mesmo Bally acerca da língua grega e sua posição no quadro curricular de Letras de que nós todos vínhamos falando:

"Tudo isto está muito bem, só que... não é o latim o único que apresenta essa grande vantagem de ser 'o outro'; o grego no-la oferece multiplicada. Está o grego isolado no meio das línguas indo-europeias, não tem contato com o francês (ou com o português) senão pelas palavras técnicas; o pensamento que expressa é original até a medula, em vez de ser um perpétuo reflexo. Se é a visão do diferente aquilo que abre e amplia horizontes, o grego é o ideal, o latim o sucedâneo. E é aqui onde repousa o lado trágico da crise das humanidades: para fugir ao menor dos males, abre-se mão de uma das línguas clássicas, e se acorda tacitamente em sacrificar aquela que mais nos consolaria da perda da outra" (Op. cit., pág. 241)

Enveredar por este campo e discutir a posição do grego da formação do espírito, isto é já uma outra história...

José de Alencar e a língua do Brasil

Alencar foi um embevecido da sua terra e um crente contumaz no destino do Brasil. A fidelidade com que procurou transmitir essas crenças ao seu magistério de político e de escritor recompensou-lhe negativamente os esforços, porque, em ambas as missões, praticou a crítica honesta e construtiva e teve como troco os maus críticos, aqueles de que fala em *Bênção paterna*, nos *Sonhos d'ouro*: "Os críticos, deixa-me prevenir-te, são uma casta de gente, que tem a seu cargo desdizer de tudo neste mundo. O dogma da seita é a contrariedade. Como os antigos sofistas, e os reitores da Meia Idade, seus avoengos, deleitam-se em negar a verdade.

Ao meio-dia contestam o sol; à meia-noite impugnam a escuridão. Como Heráclito, choram quando o mundo ri, ou zombam com Demócrito quando a sociedade se lamenta. Dão-se ares de senado romano, com o afã de levantar uns e abaixar outros: PARCERE SUBJECTIS ET DEBELLARE SUPERBOS, como disse Virgílio". (I,492)[2]

Alencar acreditava e praticava outro tipo de crítica; nessas águas, abalançou-se a expor suas opiniões quanto aos problemas do ofício de escritor, do seu gosto literário e do posicionamento diante do romance brasileiro nas

[2] As citações de José de Alencar são feitas segundo *Obra completa* da Aguilar Editora, quatro volumes, 1965. A tradução do texto latino é: *Poupar os fracos e abater os soberbos*.

Cartas sobre a Confederação dos Tamoios. E aí fez crítica à linguagem de Gonçalves de Magalhães: "Há no seu poema um grande abuso de hiatos, e um desalinho de frase, que muitas vezes ofende a eufonia e doçura de nossa língua; tendo encontrado nos seus versos defeitos de estilo e dicção, que um simples escritor de prosa tem todo o cuidado de evitar para não quebrar a harmonia das palavras.

Abra o poema e verá elipses repetidas, sobretudo na conjunção (sic) *com*; o que não só denota fracos recursos de metrificação, como torna o verso pouco sonoro e cadenciado" (IV, 867).

Que a crítica não era meramente impressionista, mas alicerçada em estudo, prova-o a continuação de seus argumentos.

"Que Dante na sua *Divina Comédia*, criando ao mesmo tempo um poema e uma nova língua, recorresse a esses expedientes; que alguns antigos poetas portugueses, obrigados pela rima, usassem desse meio de encurtar palavras, compreende-se. Mas em verso solto, e em verso escrito na língua portuguesa tão rica, é inadmissível esse abuso; um poeta brasileiro, um verdadeiro poeta, não tem licença para estropiar as palavras, e fazer delas vocábulos inintelegíveis, enfileirados em linhas de onze sílabas".

Além de outras impropriedades de expressão, particularmente comparações em que poderia Magalhães ter posto em evidência a exuberante natureza americana, Alencar critica a frase "o índio desliza a vida" "como uma inovação que não julgo bem cabida por ser contra a etimologia da palavra, e por haver na língua portuguesa muitas expressões apropriadas. Filinto Elísio inventou na tradução dos *Mártires* o seu verbo onomatopaico *ciciar* para exprimir o som do vento nas folhas dos canaviais; empregou muitos neologismos, mas não se animou a alterar completamente a significação de uma palavra consagrada pelo uso e costume" (IV, 915).

Não poderia faltar a alusão ao galicismo desnecessário maculando a pureza da linguagem: "Em uma das cartas apontei como galicismo o verbo *gostar* no sentido de *beber*, o que na minha opinião é uma frase inteiramente francesa. (...) Ora haverá alguém, por pouco entendido que seja na construção da frase portuguesa, que julgue castiça e pura esta tradução de *goúter*, por *gostar* em lugar de *beber*? O latim tem, é verdade, o verbo *gustare*, donde se derivou o termo *gostar*, mas a significação da palavra tanto latina, como portuguesa não é a mesma que lhe deu o Sr. Magalhães no lugar citado" (IV, 919).

A citação se mostra longa, mas é importante para fixar um ponto que, segundo me parece, não foi até aqui posto em evidência pelos estudiosos de

Alencar. Os aspectos de linguagem apontados pelo autor de *Iracema*, além dos outros que o amor à síntese não me permite lembrar, como imperfeições no poema de Gonçalves Magalhães, foram os que seus críticos lhe devolveram, em geral injustamente. Assinalar falhas de gramática, de estilo e de metrificação n'*A Confederação dos Tamoios* era o mesmo que atrair para si a sanha de poderosos inimigos que o não deixariam mais em paz, à cata dos mesmos erros de gramática e de estilo.

Confessa-nos Alencar:

"Tentando uma vez a árdua missão do crítico, impus-me como um dever de lealdade não fazer censura sem firmá-la com o exemplo do texto. Destarte, a contestação era possível ao autor e a seus amigos; e ela apareceu. Quisera sofrer a pena de Talião, e ser criticado pela mesma forma por que outrora critiquei *A Confederação dos Tamoios*.

Desta crítica ainda não a tive; pois eu não posso rebaixar-lhe o nome até uma coleção de impertinências que veio a lume há cerca de dois anos, à custa do erário, e nunca me dei ao trabalho de ler, tendo apenas a notícia que os oficiosos nunca deixam transmitir (...).

Entendeu-se nas altas regiões que era boa política vingar no autor os crimes do deputado".

Mesmo por entre elogios ao seu *engenho e conceber inesgotável,*[3] não faltavam as referências vagas ao pouco conhecimento da língua materna.

A diferença das críticas de Alencar, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, consistia em que seus críticos não eram, em geral, explícitos quanto aos erros e imperfeições de linguagem que viam nas obras do escritor cearense. É o próprio Alencar que reclama, em 1865, dessas imputações sem maiores esclarecimentos.

"Quando saiu à estampa a *Lucíola*, no meio do silêncio profundo com que a acolheu a imprensa da Corte, apareceram em uma publicação semanal algumas poucas linhas que davam a notícia do aparecimento do livro, e ao mesmo tempo a de estar ele eivado de galicismos. O crítico não apontava porém uma palavra ou frase das que tinham incorrido em sua censura clássica.

---

[3] Antônio Henriques Leal. Lembraremo-nos de que o poema de Gonçalves de Magalhães teve o agasalho do Imperador Pedro II, que chegou a defendê-lo pessoalmente das críticas de Alencar. Mas tudo em vão. Até Herculano, consultado pelo Imperador, demonstrou não ter gostado d'A *Confederação dos Tamoios*.

Passou. Veio ano depois a *Diva*. Essa, creio que por vir pudicamente vestida, e não fraldada à antiga em simples túnica, foi acolhida em geral com certa deferência e cortesia. Da parte de um escritor distinto e amigo, o Dr. Múzio, chegou a receber finezas próprias de um cavaleiro a uma dama; entretanto não se pôde ele esquivar de lhe dizer com delicadeza que tinha ressaibos das modas parisienses. Segunda vez a censura de galicismo, e dessa vez um crítico excessivamente generoso, que, se alguma preocupação nutria, era toda em favor do autor do livro. Desejei tirar a limpo a questão, que por certo havia de interessar a todos que se ocupam das letras pátrias. O distinto escritor, solicitado em amizade, capitularia os pontos de censura. Se em minha consciência os achasse verdadeiros, seria pronto em corrigir meus erros; senão, produziria a defesa, e não fora condenado sem audiência. Muitas e várias razões me arredaram então daquele propósito; a atualidade da questão passou; eu correria o risco de não ser lido saindo a público para discutir a crítica antiga de uma obra talvez já submergida pela constante aluvião de fatos que ocupam o espírito público. Ao dar à estampa esta segunda edição da *Diva*, pareceu-me azado o momento para escrever as observações que aí ficam, pelas quais deseja o autor ser julgado em matéria de estilo quando publique algum outro volume. Não basta acoimarem sua frase de galicismo; será conveniente que a designem e expendam as razões e fundamentos da censura. Compromete-se o autor, em retribuição desse favor da crítica, a rejeitar de sua obra como erro toda aquela palavra ou frase que se não recomende pela sua utilidade ou beleza, a par da sua afinidade com a língua portuguesa e de sua correspondência com os usos e costumes da atualidade; porque são estas condições que constituem o verdadeiro *classismo*, e não o simples fato de achar-se a locução escrita em alguns dos velhos autores portugueses". (I, 401)

Este culto à língua como instrumento e veículo eficiente da obra literária era uma constante preocupação de Alencar, e essas palavras escritas em agosto de 1865 ratificam as de agosto de 1856, nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*:

"Assim pois, todo o homem, orador, escritor, ou poeta, todo o homem que usa a palavra, não como um meio de comunicar as suas ideias, mas como instrumento de trabalho; todo aquele que fala ou escreve, não por uma necessidade da vida, mas sim para cumprir uma alta missão social; todo aquele que faz da linguagem não um prazer, mas uma bela e nobre profissão, deve estudar e conhecer a fundo a força e os recursos desse elemento de sua atividade. (...). O mestre, o magistrado, o padre, o historiador, no exercício

do seu respeitável sacerdócio da inteligência, da justiça, da religião e da humanidade, devem fazer da palavra uma ciência; mas o poeta e o orador devem ser artistas, e estudar no vocabulário humano todos os seus segredos mais íntimos, como o músico que estuda as mais ligeiras vibrações das cordas do seu instrumento, como o pintor que estuda todos os efeitos da luz nos claros e escuros" (IV, 889-890).

Se percorrermos as críticas feitas à língua em que Alencar escreveu seus livros, notaremos que os vícios apontados nas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios* procuram também ser imputados ao notável cearense. Só que eles em geral aparecem sem o tratamento demorado, sem a explicação do fato e, quase sempre, desprovidos de razão. Não é este o momento próprio de fazê-lo, de rastrear os erros de língua " reais e supostos " que foram atribuídos a Alencar nas condenações de Antônio Henriques Leal (nas *Locubrações*), de José Feliciano de Castilho, o Lúcio Quinto Cincinato, e Franklin Távora, o Semprônio (nas *Questões do Dia*), pois que sobre muitos desses erros já se manifestaram, em defesa do escritor brasileiro, o próprio Alencar, Batista Caetano (nos *Rascunhos sobre a Gramática da Língua Portuguesa* " Rio, 1881), José Oiticica (1944), Gladstone Chaves de Melo (1948), Cândido Jucá (filho) (1949), Cavalcante Proença (1959), para só citar os mais importantes estudos no tocante às questões de fatos de língua.

Estes livros apenas abrem o grande campo de pesquisa na obra alencariana, não só quanto ao aproveitamento do filão clássico português mas ainda no que diz respeito ao trabalho artesanal com que o escritor pretendeu enriquecer a língua literária em uso no Brasil de sua época.

Longe de nós o intuito de apresentar Alencar como linguista seguro ou gramático competente; mas a verdade é que estudou os bons autores da época, penetrou-lhes o pensamento e extraiu deles uma série de conclusões pertinentes para as concepções sobre linguagem, língua, gramática, estilo, metrificação e, principalmente, sobre a missão consolidadora do bom escritor, capaz de promover e acelerar a simbiose da verdadeira tradição clássica e das reais necessidades de progresso linguístico. Nesta obra, o escritor cearense joeira com inteligência os arcaísmos, promove com bom senso os neologismos e estrangeirismos e extrai com originalidade novas expressões da antiga prata da casa.

Um estudo atento dos procedimentos artesanais de Alencar revelar-nos-ia que, de modo geral, suas inovações têm eco nas propostas dos escritores que, antes dele, tinham a mesma consciência do papel de literato. Muitos dos

seus pretensos erros se prendem a procedimentos linguísticos renascentistas e arcadistas buscados por outros escritores preocupados com a riqueza do idioma, como Filinto Elísio.

Destarte, podemos afirmar que as várias vezes em que Alencar se pronunciou sobre seus conhecimentos e preocupações com o idioma, traduzem uma realidade facilmente comprovada através das páginas de sua extensa produção política e literária.

Por isso, são profundamente injustas acusações como a de Henriques Leal acerca do nosso romancista:

"É pena que talento tão superior não se aplique ao estudo da língua, com mais interesse e sem prevenções. Porém, quanto a sua linguagem e estilo são descuidados e por vezes desiguais e frouxos".

Alencar, em carta aos redatores da revista *Lusa*, datada de 20 de novembro de 1874, pronuncia-se desta maneira:

"Nós os brasileiros temos descurado inteiramente o máximo assunto da nacionalidade de nossa literatura; e por uma timidez censurável nos deixamos governar pela férula do pedagogismo português que pretende o monopólio da ciência e polimentos da nossa língua (...) Somos nós, é o Brasil quem deve fazer a lei sobre a sua língua, o seu gosto, a sua arte e a sua literatura. Essa autonomia, *que não exclui a lição dos mestres antigos e modernos*, é não só um direito, mas sim um dever. É a tecla em que anos mais tarde bateria M. de Assis".

Antes de mais nada, cabe aqui lembrar uma série de antecipações pelas quais Alencar procurou justificar alguns dos seus usos linguísticos e que, posteriormente, os estudos superiores vieram confirmar como situados num caminho científico.

Assim, antes que os linguísticas viessem esclarecer a importância da entoação frasal, do ritmo, como elemento importante para a disposição dos termos oracionais, no caso de Alencar, para a posição do pronome pessoal oblíquo átono nas imediações do verbo, o escritor cearense já tinha trazido à baila o problema no *Pós-escrito de Iracema*, em 1870, ao pronunciar-se nestes termos: "Há casos em que a eufonia pede a anteposição do pronome, como *se recolhem só* para evitar o sibilo desagradável de *se só*. Outras vezes não é a cacofonia, mas o acento tônico que determina a colocação da partícula, conforme o ritmo da frase exige o repouso antes e depois. Nesta frase, por exemplo: *Tu não me sabes querer*, o rigor da ordem gramatical exigiria *tu não sabes*

querer- me; mas a frase não seria tão cadente e expressiva (III, 316-317).

Em língua portuguesa, a estreita relação entre o ritmo frasal e colocação dos termos oracionais só viria a ser pela primeira vez enunciada na obra pioneira de Said Ali, em artigos publicados na *Revista Brasileira*, em 1895 (vinte e cinco anos depois) e a seguir, enriquecidos, numa das mais profundas obras que já se escreveram sobre nosso idioma, *Dificuldade da Língua Portuguesa*. Com base em então recentes livros europeus sobre entoação frasal, mestre Said Ali concluiu suas pesquisas de colocação de pronomes com essas ponderações que poderiam ser tranquilamente assinadas por Alencar, pois que ele já as tinha intuído de maneira menos técnica, mas na mesma linha de pensamento:

"A nossa maneira fantasista (como alguns lhe chamam) de colocar os pronomes, forçosamente diversa da de Portugal, não é errônea, salvo se a gramática, depois de anunciar que observa e registra fatos, depois de reconhecer que os fenômenos linguísticos têm o seu histórico, a sua evolução, ainda se julga com o direito de atirar, ciosa e receosa da mutabilidade, por cima de nosso idioma, a túnica de Néssus das regras arbitrárias e inflexíveis.

As línguas alteram-se com a mudança de meio; e o nosso modo de falar diverge e há de divergir, em muitos pontos, da linguagem lusitana. Muitas são as diferenças atuais, que passam despercebidas por não haver um estudo feito neste sentido. Não é o caso para eternamente nos julgarmos inferiores aos nossos "maiores". De raciocínio em raciocínio chegaríamos ao absurdo de considerar extraordinário conhecedor da nossa língua, e mais profundo do que o mais culto brasileiro, o camponês analfabeto que, tendo tido a fortuna de nascer na Beira ou em Trás-os-Montes, pronuncia átonos os pronomes e, consequentemente, os coloca bem à portuguesa.

"A verdadeira conclusão científica não pode ser senão esta: em Portugal é certa a colocação peculiar dos pronomes por ser de uso geral; no Brasil também é certo o nosso modo de empregar os pronomes por ser igualmente de uso geral".

Como é diferente esta maneira de ver o problema da colocação de pronomes átonos das ideias que aparecem ainda na polêmica Rui-Carneiro Ribeiro, em 1902, e que, passando por Cândido de Figueiredo, até hoje veiculam em artigos e compêndios destinados a ensinar a nossa língua! Depois de cem anos, Alencar se nos afigura de uma atualidade que impressiona.

Outro ponto em que o escritor cearense nos espanta pela visão correta e antecipadora é no que diz respeito ao galicismo e ao estrangeirismo em geral. Nas cartas sobre *A Confederação dos Tamoios* reclamou do galicismo inútil, tradução servil do francês em detrimento do correspondente vernáculo, ainda que expressivo.

Esse o galicismo a ser evitado; mas existe aquele saído do empréstimo cultural, do contato de povos, do centro irradiador de progresso. Esse merece o agasalho do escritor e pode vir a receber o beneplácito do povo e consubstanciar-se no uso. Por isso, comenta acertadamente Alencar, em 1874, nas páginas da *Questão Filológica*:

"Quando Virgílio escreveu seus imortais poemas, imitou dos gregos muitas locuções elegantes, como atualmente fazemos, eu e alguns escritores brasileiros, dos escritores da França, que é nossa Ática moderna.

Entre inúmeras recordo-me das seguintes que vi anotadas por Servius*: Navigat equor*" Eneida I, v. 71, *Terram, mare, sidera juro*, XII, v. 197; *Intonuere poli* " I, v. 94; *Tytida debuit ponere* " I, v. 101. Todas estas frases são puros grecismos, que arrepiaram a pele não só aos gramatistas, como aos gramáticos do tempo. Mais tarde porém, com a voga do poema, tornaram-se latinismos, e contaram-se entre as flores mais graciosas da poesia romana" (IV, 943).

Na *Bênção Paterna*, introdutória aos *Sonhos d'Ouro*, em 1872, ressaltava a relação entre o cosmopolitismo da sociedade carioca emergente e os empréstimos culturais de toda sorte, ainda os linguísticos:

"Nos grandes focos, especialmente na Corte, a sociedade tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência. É o efeito da transição que se opera; e também do amálgama de elementos diversos.

A importação contínua de ideias e costumes estranhos, que dia por dia nos trazem todos os povos do mundo, devem por força de comover uma sociedade nascente, naturalmente inclinada a receber o influxo de mais adiantada civilização.

Os povos têm, na virilidade, um eu próprio, que resiste ao prurido da imitação; por isso na Europa, sem embargo da influência que sucessivamente exerceram algumas nações, destacam-se ali os caracteres bem acentuados de cada raça e de cada família.

Não assim os povos não feitos; estes tendem como a criança ao arremedo; copiam tudo, aceitam o bom e o mau, o belo e o ridículo, para formarem o amálgama indigesto, limo de que deve sair mais tarde uma individualidade robusta.

Palheta, onde o pintor deita laivos de cores diferentes, que juntas e mescladas entre si dão uma nova tinta de tons mais delicados, tal é a nossa sociedade atualmente. Notam-se aí, através do gênio brasileiro, umas vezes embebendo-se dele, outras invadindo-o, traços de várias nacionalidades adventícias; é a inglesa, a italiana, a espanhola, a americana, porém especialmente a portuguesa e francesa, que todas flutuam, e a pouco e pouco vão diluindo-se para infundir-se n'alma da pátria adotiva, e formar a nova e grande nacionalidade brasileira (...).

Tachar-se estes livros (*Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela* e *Sonhos d'Ouro*) de confeição estrangeira, é, relevem os críticos, não conhecer a fisionomia da sociedade fluminense, que aí está a faceirar-se pelas salas e ruas com atavios parisienses, falando a algemia universal, que é a língua do progresso, jargão erriçado de termos franceses, ingleses, italianos e agora também alemães" (I, 496).

Ver a importação de termos estrangeiros por esse prisma científico, por essa larga compreensão dos contactos culturais entre os povos, é, sem dúvida nenhuma, uma posição de um verdadeiro linguista, posição que até hoje não assumem muitos dos que estudam a língua, que a querem encarcerada nos angustos limites de uma pretendida pureza idiomática.

Ainda na polêmica que travou com Joaquim Nabuco em 1875, insiste neste ponto:

"Notou ainda o crítico a palavra grog, de origem inglesa, por mim aportuguesada em *grogue*. Podia notar outras como *tílburi*, *piquenique*, *lanche*; ou *crochete* e *champanhe*, do francês. Desde que termos estrangeiros são introduzidos em um país pela necessidade e tornam-se indispensáveis nas relações civis, a língua, que os recebe em seu vocabulário, reage por uma lei natural sobre a composição etimológica para imprimir-lhe o seu próprio caráter morfológico.

A pronúncia e a ortografia alteram-se, em alguns casos profundamente; mas sempre conforme leis fonéticas, estudadas por Jacob Grimm e seus continuadores.

Em português nós já temos de outros tempos, *redingote* de *ridingcoat*; j*aqueta* de *jacket* inglês ou *jaquette* francês; *pichelingue*, e *escolteto*, do flamengo *Flessing* e *schsout*, *dessér*, *trumó,* do francês *dessert* e *trumeau* e muitos outros.

As línguas estrangeiras também por sua vez corrompem ou antes sujeitam ao seu molde os nossos vocábulos brasileiros. Assim os franceses mudaram

goiaba em *goiave*, *caju* em *acajou*, *mandioca* em *manioc*; e o mesmo acontece com os outros povos acerca de várias palavras americanas" (p.195-196 ed. de Afrânio Coutinho).

Tanto assim, que, em 1914, Said Ali escolhia para tema de conferência proferida na Biblioteca Nacional esses contactos culturais que, aparentemente, maculam o purismo. O título da conferência " *O purismo e o progresso da língua portuguesa* " reflete a identidade de conceitos entre o escritor e o linguista.

O que se nos afigura curiosíssima é a maneira como Alencar explica a tenaz perseguição que os portugueses movem ao galicismo. Um curioso da ciência da linguagem fatalmente ligaria o ato a uma preocupação do purismo; mas o escritor cearense vê a coisa como um técnico de raríssima perspicácia, relacionando o fenômeno a questões políticas que extravasam nos domínios da língua. Assim, o escritor patrício no *Pós-escrito de Iracema*, em 1870, prendia a antipatia dos portugueses aos galicismos a um reflexo de repulsa à invasão francesa:

"Há quem tache essa sobriedade no uso do artigo definido de *galicismo*, não se lembrando que o latim, donde provém nossa língua, não tinha aquela partícula, e, portanto, a omissão dela no estilo é antes um latinismo. Mas a mania do classismo, que outro nome não lhe cabe, repele a mínima afinidade entre duas línguas irmãs, saídas da mesma origem. Temos nós a culpa do ódio que semearam em Portugal os exércitos de Napoleão?".

Isto se Alencar, em 1870, antecipa as palavras do notável linguista francês Michel Bréal que no seu *Essai de sémantique*, de 1897, nos ensina:

"Quando se buscam as raízes dessas repulsas que os espíritos nobres nutrem pelas palavras estrangeiras, vê-se que elas são devidas a associações de ideias, a recordações históricas, a intenções políticas, com que a linguística tem muito pouco a ver. Aos puristas alemães a presença das palavras francesas fá-los lembrar uma época de imitação que gostariam fosse esquecida de sua história. Os filólogos helênicos que proscreveram as palavras turcas do vocabulário continuam, a seu modo, a guerra da independência. Os tchecos que levam o seu ardor ao ponto de querer traduzir os nomes próprios alemães, para não deixar rastro de um língua que suportaram por muito tempo, associam ao seu intento de expurgo a esperança de uma próxima autonomia. O "purismo", em casos assim, serve de etiqueta a aspirações e ressentimentos que podem ser em si legítimos, mas não nos deve permitir ilusões sobre a verdadeira razão dessa campanha linguística" (3ª ed. 1904, p.265-6).

Está por se fazer um estudo sério das leituras dos livros de linguística feitas por Alencar, e do reflexo delas nas opiniões e conceitos emitidos em seus livros. A concordância entre o cearense e a lição de Bréal deveria ocupar um lugar de relevo nessa pesquisa, porquanto nenhum dos autores portugueses e brasileiros que trataram da debatidíssima questão do galicismo se referiu, que saibamos, a essa repulsa lexical como contrapartida de recordações históricas ou intenções políticas.

Intimamente ligado ao problema do galicismo está o conceito de clássico e da variação linguística através do tempo, do espaço e das classes sociais e, neste capítulo, Alencar tece considerações judiciosíssimas, e revela luminosas intuições, fazendo-nos lembrar o que dele disse, em 1883, Capistrano de Abreu no tocante aos assuntos de história:

"Ninguém melhor que ele teve a intuição da vida colonial; e há páginas do *Guarani* e das *Minas de Prata* que valem por longas monografias" (Centro Literário e Científico José de Alencar, p.6).

Pedimos ao já paciente leitor que medite nas seguintes considerações:

"Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é cousa que não há nem nunca houve. A linguagem é a expressão de nossa inteligência. E a inteligência humana não se petrifica; pode volver olhar saudoso para a sabedoria de alguma era remota; porém esta, com todo o seu esplendor, não lhe produz desmaio, nem a paralisa. Se tal calamidade houvesse, o intelecto se atrofiaria e da maior parte das línguas modernas já não restariam mais que ruínas."

Estas palavras são de Said Ali, na conferência já citada; mas poderiam ser firmadas por José de Alencar, porque não era outra sua concepção sobre o equilíbrio instável das línguas vivas. Eis o que escreve no Pós-escrito de *Diva*, em l 865:

"O autor deste volume e do que o precedeu com o título de *Lucíola* sente a necessidade de confessar um pecado seu: gosta do progresso em tudo, até mesmo na língua que fala. Entende que sendo a língua instrumento do espírito, não pode ficar estacionária quando este se desenvolve. Fora realmente extravagante que um povo adotando novas ideias e costumes, mudando os hábitos e tendências, persistisse em conservar rigorosamente aquele modo de dizer que tinham seus maiores (note-se que é justamente este vocábulo aquele por que Said Ali se referiu à tradição portuguesa, no estudo lembrado!). Assim, não obstante os clamores da gente retrógrada,

que a pretexto de classismo aparece em todos os tempos e entre todos os povos, defendendo o passado contra o presente; não obstante a força incontestável dos velhos hábitos, a língua rompe as cadeias que lhe querem impor, e vai se enriquecendo já de novas palavras, já de outros modos diversos de locução. É sem dúvida deplorável que a exageração dessa regra chegue ao ponto de eliminar as balizas tão claras das diversas línguas. Entre nós sobretudo naturaliza-se quanta palavra inútil e feia ocorre ao pensamento tacanho dos que ignoram o idioma vernáculo, ou têm por mais elegante exprimirem-se no jargão estrangeirado, em voga entre os peralvilhos. Esse ridículo abuso porém não deverá levar ao excesso os doutos e versados na língua. Entre os dous extremos de uma enxertia sem escolha e de uma absoluta isenção está o meio-termo, que é a lei do bom escritor e o verdadeiro classismo do estilo" (I, 399).

E prossegue Alencar sobre a variabilidade da linguagem:

"A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo (...). Não é obrigando-a a estacionar que hão de manter e polir as qualidades que porventura ornem uma língua qualquer; mas sim fazendo que acompanhe o progresso das ideias e se molde às novas tendências do espírito, sem contudo perverter a sua índole e abastardar-se. Criar termos necessários para exprimir os inventos recentes, assimilar-se aqueles que, embora oriundos de línguas diversas, sejam indispensáveis, e sobretudo explorar as próprias fontes, veios preciosos onde talvez ficaram esquecidas muitas pedras finas, essa é a missão das línguas cultas e seu verdadeiro classismo. Quanto à frase ou estilo, também se não pode imobilizar quando o espírito de que é ela a expressão, varia com os séculos de aspirações e de hábitos. Sem o arremedo vil da locução alheia e a imitação torpe dos idiotismos estrangeiros, devem as línguas aceitar algumas novas maneiras de dizer, graciosas e elegantes, que não repugnem ao seu gênio e organismo. Deste modo não somente se vão substituindo aquelas dicções que por antigas e desusadas caducam, como se estimula o gosto literário, variando a expressão que afinal de tanto repetida se tornaria monótona. De resto, essa é a lei indeclinável de toda a concepção" (I, 399-400).

Pelas citações que acabamos de ler, vemos claramente que Alencar estava plenamente convencido de que não se pode separar a língua dos homens que a falam, de modo que os idiomas encarnam, acompanham e refletem os destinos das nações a que servem. Assim sendo, transplantada para o Brasil, a língua portuguesa tinha de inelutavelmente diferençar-se da língua praticada

em Portugal. Mudado o ambiente físico, a serviço de novas ideias e aspirações, o português do Brasil se afastava do de Portugal em vários aspectos, sem que disso pudessem dar conta os falantes d'aquém e d'além - mar. Em 1872, na *Bênção Paterna* de *Sonhos d'Ouro*, seguindo as pegadas da linguística biológica do seu tempo, Alencar teve a oportunidade de ressaltar, com todo o exagero da teoria, a influência do meio sobre as transformações das línguas:

"Estando provado pelas mais sábias e profundas investigações começadas por Jacob Grimm, e ultimamente desenvolvidas por Max Müller, a respeito da apofonia, que a transformação mecânica das línguas se opera pela modificação dos órgãos da fala, pergunto eu, e não se riam, que é mui séria a questão: O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspera?" (I, 498).

Para podermos fechar o círculo dentro do qual repousavam as ideias de Alencar sobre os fatos de gramática e estilo da língua portuguesa, falta- nos contemplar o seu conceito entre língua literária escrita e língua falada. Eis como a tal respeito pensava o escritor cearense:

"A linguagem literária " diz-nos em 1865, no Pós-escrito de *Diva* " escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as ideias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece" (I, 400).

Neste trecho Alencar intuiu o que, nos dias de hoje, um linguista universalmente conhecido, Eugenio Coseriu, distingue em *sistema* e *norma*. O *sistema* encerra o conjunto de possibilidades, de coordenadas que indicam caminhos livres e caminhos fechados. A *norma*, por sua vez, é um conjunto de realizações obrigatórias, de imposições sociais e culturais e varia consoante a comunidade.

Assim, Alencar percebe uma *norma* literária ("linguagem literária") ao lado de uma *norma* coloquial ("linguagem cediça e comum"), mas ambas pertencem ao mesmo sistema funcional ("na substância a linguagem há de ser a mesma").[4]

---

[4] Eugenio Coseriu, *Teoría del lenguaje*, p. 98,

Ainda na mesma trilha, já agora ressaltando o trabalho artesanal do artista da palavra em contribuir para a formação de uma língua literária, revela-nos Alencar em 1872, na *Bênção Paterna* de *Sonhos d'Ouro*:

"Sobretudo compreendem os críticos a missão dos poetas, escritores e artistas, nesse período especial e ambíguo da formação de uma nacionalidade. São estes os operários incumbidos de polir o talhe e as feições da individualidade que se vai esboçando no viver do povo. Palavra que inventa a multidão, inovação que adota o uso, caprichos que surgem no espírito do idiota inspirado: tudo isto lança o poeta no seu cadinho, para escoimá-lo das fezes que porventura lhe ficaram do chão onde esteve, e apurar o ouro fino. E de quanta valia não é o modesto serviço de desbastar o idioma novo das impurezas que lhe ficaram na refusão do idioma velho com outras línguas? Ele prepara a matéria, bronze ou mármore, para os grandes escultores da palavra que erigem os monumentos literários da pátria. Nas literaturas-mães, Homero foi precedido pelos rapsodos, Ossian pelos bardos, Dante pelos trovadores. Nas literaturas derivadas, de segunda formação, Virgílio e Horácio tiveram por precursores Enio e Lucrécio; Shakespeare e Milton vieram depois de Surrey e Thomas Moore; Corneille, Racine e Molière depois de Malherbe e Ronsard; Cervantes, Ercilla e Lope de Vega depois de Gonzalo de Berceo, Inigo de Mendoza e outros. Assim foi por toda a parte; assim há de ser no Brasil. Vamos pois, nós, os obreiros da fancaria, desbravando o campo, embora apupados pelos literatos de rabicho. Tempo virá em que surjam os grandes escritores para imprimir em nossa poesia o cunho do gênio brasileiro, e arrancando-lhe os andrajos coloniais de que andam por aí a vestir a bela estátua americana, a mostrem ao mundo em sua majestosa nudez: *naked majesty*" (I, 497).

Com os elementos até aqui reunidos, extratados da vasta e coerente obra do nosso romancista maior, é hora de situá-lo em relação à língua do Brasil, para nos cingirmos ao tema proposto.

Sem sombra de dúvida Alencar pretendia ser um desses obreiros da fancaria que, manipulando a matéria-prima primitiva, iriam ajudar a transformá-la na condigna roupagem da novel terra americana. Estaria o escritor cearence imbuído da missão que, no século XVI, coube a Camões: rejuvenescer a língua para o grande destino que lhe abriu o *classismo* português.

Já mestre Mattoso Câmara havia entendido bem esta missão do escritor cearense:

"O grande romancista o que na realidade pretendia era elaborar uma língua escrita literária na base da nossa fala corrente, da mesma sorte que o francês clássico, o italiano de Dante, o português de Camões se cristalizaram pela lenta elaboração do romance vulgar (...) Por isso, o *Guarani*, a *Iracema*, ou ainda *O Gaúcho*, a *Diva* e assim por diante, são prosa artística, firmemente plantada numa linguagem que quer ser língua escrita, e não oral; os elementos linguísticos vulgares entram aí como os motivos rítmicos folclóricos da Polônia na música de Chopin ou os costumes populares num quadro de gênero de Teniers. O nativismo linguístico em nada impede aproximarmos o estilo de Alencar do daqueles escritores que mais se destacaram pelo distanciamento da linguagem coloquial, como em francês Flaubert ou em inglês Meredith, de sorte que em espírito, embora não em execução factual, *O Guarani* ou *O Gaúcho* não deixam de ter a sua afinidade estilística com *Salambo* ou *Diana of Crossways*" (*Ensaios Machadianos*, p. 93-4).

A natureza de escritor romântico leva-o a alicerçar a pretendida língua literária brasileira na mais pura e lídima tradição clássica portuguesa, especialmente nos escritores modelares a partir do século XVIII. Esse era o filão inicial a cuja contribuição se somavam as criações novas, um estudado sistema de *liberdades* e *imposições* (na concepção proposta por Coseriu) e a contribuição estrangeira, particularmente vinda da França, a nova Ática do seu tempo.

Daí caber muita razão a Cândido Jucá (filho) quando classifica *Iracema* uma obra clássica.

O seu *estilo aristocrático*, como também lembrou com justeza Gladstone Chaves de Melo, estava longe de concretizar o ideal de Macedo Soares que proclamava: "Já é tempo dos brasileiros escreverem como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal" (*Dic. Brasileiro* p. 3).

Seu acentuado nativismo fê-lo defender-se com frequentes alusões às particularidades e diferenciações da língua portuguesa do Brasil, mas a verdade é que essas referências ficaram apenas na plataforma de sua campanha.

Machado de Assis, seu contemporâneo e partícipe com ele das culminâncias da literatura nacional, tinha muita razão quando a respeito do romancista declarou:

"Nenhum escritor teve em mais alto grau a alma brasileira. E não é só porque houvesse tratado assuntos nossos. Há um modo de ver e de sentir, que dá a nota íntima da nacionalidade, independente da face externa das cousas. O mais francês dos trágicos franceses é Racine, que só fez falar a

antigos. Schiller é sempre alemão, quando recompõe Filipe II e Joana d'Arc" (*Páginas Recolhidas*, p. 129).

Alencar, para o trabalho artesanal de enriquecimento em prol de uma língua literária brasileira, extratou o filão clássico português, da mesma forma que Mário de Andrade, um século e meio depois, iria extratar o filão popular brasileiro, com igual propósito e intenção. São, aliás, muitas as coincidências que se podem estabelecer entre os dois escritores, a começar do intento de comporem uma gramática para justificar suas escolhas, liberdades e imposições.

Muito se tem escrito sobre Alencar e pouco se tem feito em favor da riquíssima obra que nos legou. O pagamento desta dívida deveria começar por um trabalho editorial sério, filologicamente assentado, de modo que restituíssemos ao escritor cearense a fidelidade textual em que vazou suas composições.

Nesta hora em que a nação brasileira rasga horizontes e se espraia pelo mundo nas asas promissoras da lusofonia, a lição de José de Alencar se impõe como um modelo a seguir no afã com que estudou, defendeu e ilustrou a língua portuguesa do Brasil.[5]

[5] Gladstone Chaves de Melo e Maximiano de Carvalho e Silva, entre outros, têm-nos dado os primeiros frutos dessa longa e impreterível jornada, com suas edições críticas e cuidadas.

Português ou brasileiro?

Com este título, professor e autor de livros insiste numa ideia ou projeto que se vai firmando em alguns centros universitários do país, com visível resultado negativo na formação de mestres a quem, em sala de aula do curso fundamental ou médio, está entregue a educação linguística de nossos jovens.

Que as línguas estão sujeitas a diversos fatores de mudança que atuam no tempo, no espaço e nas classes sociais é uma lição dos linguistas do século XIX e que corre como afirmação pacífica de então até nossos dias.

Resultado imediato desta lição que também hoje se aceita é que uma língua encerra diversas "línguas" dentro de si, que o grupo social mais ou menos homogeiniza numa realidade chamada *língua comum*, à qual se aplica o nome atribuído à língua histórica: *língua portuguesa, língua inglesa, língua espanhola, língua latina* e, assim por diante.

A extrema plasticidade de uma língua histórica, espraiada em subsistemas de *línguas funcionais* (aquelas que efetivamente funcionam no discurso), que não obscurecem a unidade superior do português, do inglês, do espanhol ou do latim, a extrema plasticidade — dizíamos — não deve desvirtuar a descrição e a análise do pesquisador, principalmente daquele que de suas observações pretende distinguir uma língua histórica de outra língua histórica.

Já aprendemos, nesse deslinde, a distinguir muitas vezes *sincronia* e *diacronia*; mas falta percorrer um longo caminho de distinções para delimitar e trabalhar uma língua funcional dentro da língua histórica, distinção que está

ausente na essência da falsa constatação de que a língua que falamos aqui, nesta banda do Atlântico, já não é o português, mas o brasileiro.

Além da citada distinção entre *sincronia* e *diacronia*, para que o investigador se ponha em trilha segura, há de separar *linguagem* de *metalinguagem*, *arquitetura* de *estrutura* ou, como já aludimos, *língua histórica* de *língua funcional*. Isto sem pôr de lado as variedades *diatópicas* (de lugares), *diastráticas* (de estratos sociais) e *diafásicas* (de estilo).

Como se situará o defensor do pretenso *brasileiro* diante das diferenças diastráticas entre o francês comum e o francês popular, ou o inglês comum e o inglês popular? Por acaso, as diferenças aí registradas serão menos patentes do que as que assinala entre o português e o brasileiro?

Muitos estudiosos que abraçam a tese do brasileiro comparam realidades distintas, isto é, o conjunto de normas consideradas "certas" e "boas" do lusitano escrito com "a língua realmente falada pelos brasileiros, inclusive pelos classificados de cultos".

Erram, assim, no objeto de estudo.

Em certo sentido, voltam esses estudiosos à tese, sem nenhum fundamento teórico, de Monteiro Lobato, que argumentava, pouco depois de iniciado o século passado: assim como o português saiu dos erros do latim, o brasileiro sairá dos erros do português.

Com o peso da competência de um dos mais importantes linguistas do séc. XX, ensina-nos Antonino Pagliaro (*A Vida do Sinal*. Trad. de Aníbal Pinto de Castro, Lisboa, Gulbenkian, págs. 143-144).

"Importa-nos agora pôr relevo que a língua comum é a expressão de uma consciência unitária comum, que pode ser cultural em sentido lato, como acontecia na Itália do século XIV ou na Alemanha de Lutero, e pode ser política, como é o caso das atuais línguas nacionais; temos sempre um fator volitivo que leva as comunidades a superar as diferenças mais ou menos profundas dos falares locais, para aderir pela expressão a uma solidariedade diferente e mais vasta. Por outras palavras, quem, deixando de parte o dialeto nativo, passa a falar a língua comum, exprime através desse seu ato a adesão volitiva a um mundo mais vasto, determinado cultural ou politicamente, ou então, como acontece nos estados nacionais modernos, pelas duas formas.

Desta consciência linguística mais clara resulta que a língua comum nunca atinge a plenitude afetiva, traduzida por subentendidos, alusões ou matizes estilísticos, que temos nos falares locais e nas chamadas línguas especiais, principalmente nas gírias. Pelo uso da língua comum, o falante arranca-se, em

certo sentido, à fase naturalística da expressão, ligada a um ambiente, mais ou menos restrito, como a família, o bairro, a cidade ou a região, para se elevar conscientemente a um plano mais vasto, onde o fator intelectual tem muito mais valor que o fator afetivo."

Este fosso natural entre língua popular, entre língua escrita tensa e falada distensa, é vista como uma fase intermediária da verdadeira língua brasileira que se imporá no futuro. A fase triunfal desse processo acabará de vez com esse incômodo (incômodo porque esvanece nossa cidadania) grau de compreensão e intercomunicação que hoje ainda existe entre Brasil e Portugal, para não falar nos outros domínios da Lusofonia.

Diante desse argumento, a ciência linguística tem de cruzar os braços e dar a vez aos futurólogos da linguagem; os objetos históricos passariam a pertencer ao domínio de uma ciência profética.

A Denominação do idioma nacional do Brasil

A. F. de Sousa da Silveira

"Sr. Ministro:

A Comissão, designada por V. Ex.ª, com a aprovação do Sr. Presidente da República, para cumprir a determinação contida no art. 35° do Ato das Disposições Transitórias, apenso à Constituição dos Estados Unidos do Brasil promulgada em 18 de setembro do corrente ano, tem a honra de trazer ao conhecimento de V. Ex.ª o resultado dos seus trabalhos.

Breve Retrospecto Histórico

Descoberto o Brasil pelos portugueses em 1500, tomada posse da terra em nome do Rei de Portugal, e iniciada anos depois a colonização, a língua portuguesa foi trazida para cá, e pouco a pouco se foi propagando.

Encontrou-se, como era natural, com a língua dos índios; e, durante algum tempo, foi mesmo o tupi falado em maior proporção do que o português.

Não tardou, porém, que se verificasse um princípio linguístico que se tem reconhecido como verdadeiro: postas em contato duas línguas, uma instrumento de uma civilização muito superior à civilização a que a outra serve, esta cede o seu terreno à primeira. Assim, o português, expressão de uma civilização mais adiantada, triunfou sobre o tupi.

Desde os primeiros tempos da nossa história, já apareciam, escritas *em português*, obras relativas ao Brasil; e toda a nossa literatura, de então para cá, tem sido vazada em língua portuguesa.

Os nossos mais altos escritores, uns com maior, outros com menor apuro estilístico, estes aproximando-se mais, aqueles menos, do padrão ideal da língua literária, todos escreveram em português. Assim o fizeram José Bonifácio, João Francisco Lisboa, Odorico Mendes, Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Casimiro de Abreu, Castro Alves, Fagundes Varela, Gonçalves de Magalhães, Porto-Alegre, Manuel António de Almeida, Alencar, Macedo, Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, Rui Barbosa, Taunay, Afonso Arinos, Euclides da Cunha, Raul Pompeia, João Ribeiro, Olavo Bilac, Alberto de Oliveira, Raimundo Correia, Vicente de Carvalho, etc., etc.

A própria literatura nossa regional exprime-se numa língua que, apesar de tudo, não deixa de ser a portuguesa; e o falar dialetal da nossa gente inculta é, na essência, língua portuguesa.

Alguns dos grandes escritores brasileiros, como Rui Barbosa, João Ribeiro e Raimundo Correia, que, no princípio da sua carreira literária, embora escrevessem em português, se afastavam um pouco do bom tipo linguístico, esforçaram-se depois por acompanhá-lo de mais perto, e conseguiram tornar-se modelos da mais formosa vernaculidade.

É a língua portuguesa aquela em que nós, brasileiros, pensamos; em que monologamos; em que conversamos; que usamos no lar, na rua, na escola, no teatro, na imprensa, na tribuna; com que nos interpela, na praça pública, o transeunte desconhecido que nos pede uma informação; é, por assim dizer, a nossa língua de todos os momentos e de todos os lugares.

Considerações Linguísticas

É inteiramente falso dizer-se que, assim como do latim vulgar transplantado para o Ocidente da Península Ibérica resultou o idioma português, assim do português trazido para o Brasil resultou a língua brasileira.

Proceder desse modo é comparar fatos diversos, e a conclusão a que se chega percorrendo semelhante caminho, será, forçosamente, errada.

O latim vulgar levado para o Ocidente da Península Ibérica e adotado por língua própria pelas populações que lá habitavam —, de civilização inferior à dos romanos —, esteve longo tempo sem escrever-se; e, depois da queda do Império Romano do Ocidente, ficou entregue à ação das forças naturais de evolução e diferenciação; quando, mais tarde, foi adotado como língua escrita, estava muitíssimo diversificado do padrão latino da língua clássica,

conservado nas obras dos grandes escritores romanos e imitado pelos escritores do baixo latim.

Comparado esse latim vulgar evolvido com o antigo latim dos documentos, literários ou não, ele apresenta diferenças de estrutura fonética, de morfologia e de sintaxe, que constituem características suficientes para torná-lo uma nova língua, independente do latim, embora dele derivada.

Com o português transplantado para o Brasil outros, bem outros são os fatos. Nunca ficou em abandono igual ao do latim vulgar na Península Ibérica; ao contrário, esteve sempre em contato com o da Metrópole, onde a literatura atingiu alto cume no século XVI e continuou no seu desenvolvimento florescente até os nossos dias. Frei Vicente do Salvador, nascido no Brasil, escrevia em português a sua *História do Brasil*; o Padre Antônio Vieira pregava no Brasil muitos dos seus *Sermões*; Morais, nascido no Brasil, compunha o seu *Dicionário da Língua Portuguesa*; brasileiros iam a Portugal e formavam-se na Universidade de Coimbra; D. João VI, com a sua corte, veio para o Rio de Janeiro e aqui permaneceu por mais de uma década. Os nossos grandes poetas épicos Santa Rita Durão e Basílio da Gama; outros ilustres poetas nossos, como Cláudio Manuel, Alvarenga Peixoto, etc., escreviam em excelente língua portuguesa, com os olhos sempre voltados para os monumentos literários de Portugal.

Os estudos linguísticos, sérios e imparciais, aplicados ao Brasil, fazem-nos concluir que a nossa língua nacional é a língua portuguesa, com pronúncia nossa, algumas leves divergências sintáticas em relação ao idioma atual de além-mar, e o vocabulário enriquecido por elementos indígenas e africanos e pelas criações e adoções realizadas em nosso meio.

Ainda mais: esses estudos, à proporção que se ampliam e se aprofundam, reduzem a lista dos brasileirismos, mostrando que alguns deles existem em dialetos portugueses (parecendo que de Portugal nos vieram) e que, se outros podem ser admitidos como inovações nossas, podem também considerar-se relíquias brasileiras de arcaísmos portugueses.

As palavras brasileiras são iguais às portuguesas na sua composição fonética, apenas diferindo na pronúncia; os nomes de números são os mesmos em Portugal e no Brasil; as conjugações são as mesmas, num e noutro país; as mesmas são também as palavras gramaticais: os pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos, indefinidos), os artigos, os advérbios (de tempo, modo, quantidade, lugar, afirmação, negação), as preposições e as conjunções. Em geral é o mesmo o gênero gramatical, cá e

lá; são as mesmas as regras de formação do plural, o mesmo o sistema de graus de substantivos e adjetivos; os mesmos os preceitos de concordância nominal e verbal; quase na totalidade dos casos é a mesma a regência dos complementos dos nomes e dos verbos; o mesmo o emprego de modos e tempos, e a mesma a estrutura geral do período quanto à sucessão das orações e à ligação de umas com outras.

Lemos e compreendemos tão bem uma página de Eça de Queirós, quanto uma de Machado de Assis; e, quando, em escritos de autor brasileiro ou português, desconhecemos o significado de qualquer palavra, recorremos, salvo tratando-se de algum termo muito restritamente regionalista, a um dicionário da *Língua Portuguesa*; nunca o brasileiro, para ler, compreendendo, um jornal ou livro português, precisou de aprender previamente a língua de Portugal como se aprende uma língua estrangeira; não há dicionário *português-brasileiro*, nem *brasileiro-português*, como há, por exemplo, dicionário português-espanhol e espanhol-português; a gramática da língua nacional do Brasil é a mesma gramática portuguesa.

Afirmações idênticas a essas que acabamos de fazer, não teriam lugar se comparássemos o português com o espanhol, não obstante serem línguas românicas parecidíssimas uma com a outra: é que espanhol e português são línguas diversas, ao passo que é *a mesma língua* a que se fala e escreve no Brasil e a que se fala e escreve em Portugal.

Quando os linguistas tratam da geografia das línguas românicas, incluem a língua do Brasil no domínio do português; e nas estatísticas relativas ao número de pessoas que falam as grandes línguas do globo, o povo brasileiro figura entre os de língua portuguesa.

Conclusão

À vista do que fica exposto, a Comissão reconhece e proclama esta verdade: o idioma nacional do Brasil é a *Língua Portuguesa*.

E, em consequência, opina que a denominação do idioma nacional do Brasil continue a ser: *Língua Portuguesa*.

Essa denominação, além de corresponder à verdade dos fatos, tem a vantagem de lembrar, em duas palavras — *Língua Portuguesa* —, a história da nossa origem e a base fundamental de nossa formação de povo civilizado.

Rio de Janeiro, 15 de outubro de 1946

SOUSA DA SILVEIRA, relator

Gustavo Capanema
Gilberto Freyre
Levi Carneiro
Pedro Calmon
Cláudio de Sousa
Azevedo Amaral
Augusto Magno
Júlia Nogueira
Hebert Moses

A língua dos modernistas: Revolução ou Tradição?

Passados setenta anos da onda modernista que assolou as letras brasileiras durante a Semana de Arte Moderna, em 1922, e depois dela, vale a pena refletir um pouco sobre tal movimento e insistir em alguns pontos de linguagem que certos ufanistas apressados apontam como fatos vitoriosos na língua literária contemporânea do Brasil e, por isso mesmo, justificativos, dizem, de uma revisão nas normas erigidas na gramática tradicional.

Para orientar-nos nesta seara já contamos com algumas pesquisas sérias realizadas num grande *corpus* de autores modernos brasileiros, dentre os quais se impõem os trabalhos de Luís Carlos Lessa e Raimundo Barbadinho Neto[6]. Curiosamente estes dois autores, independentemente, partiram da ideia de escrever uma gramática da feição brasileira da língua e, ao levantarem os problemas, chegaram à conclusão, implícita em Lessa e explícita em Barbadinho, de que, no fim de contas, como bem escreveu a nossa Raquel de Queirós em comentário a livro deste último estudioso: "O fato constatado, provado por Barbadinho em milhares de exemplos, é que nós somos muito mais comportados do que se assoalha por aí, estamos naquele meio onde se situa a virtude. Nem tanta obediência que nos tolha a espontaneidade, nem tanta derrubada que nos deixe a tropeçar atrapalhados nos cacos da língua velha."

---

[6] Nota: Consulte-se com muito proveito o artigo do mestre Sílvio Elia: "A Contribuição Linguística do Modernismo", nos *Ensaios de Filologia e Linguística*.

Com outras palavras, numa época em que alguns modernistas não tinham nascido, enquanto outros mal saíam das fraldas, mestre João Ribeiro, com toda a sua inclinação da modernidade, comentava o depois dessa rebeldia inicial própria dos jovens:

"Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem.

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos da vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo, restituindo-o, quanto pôde, à nobreza antiga da língua. É que o espírito, na morte, se reintegra e continua eterno na sua própria espécie, e só o corpo se contenta com volver e perder-se em outras fermentações e outras tantas modas e mutações da vida universal" (*Páginas de Estética*, 1905, pág. 121).

Está claro que havia por parte de modernistas uma intenção antiacadêmica, refletida em declarações contundentes de escritores como Mário de Andrade, que creditava ao movimento o mérito de promover "uma reacomodação da linguagem escrita à falada (já agora com todas as probabilidades de permanência) muito mais eficaz que a dos românticos" ("Modernismo", in *O Empalhador de Passarinho*, p. 189).

Do ponto de vista linguístico, que é o que agora mais de perto nos interessa, cabe fazer um retrospecto daqueles fatos que se têm considerado geralmente como divisor de águas entre a tradição e a revolução, a tradição e a modernidade, para distinguirmos, se os houver, aqueles que vieram para ficar na moderna literatura brasileira.

Abro aqui um parêntese para repisar um fato de muitos conhecido: todo movimento inovador, qualquer que seja a natureza, tem sempre seu lado iconoclasta, isto é, pretende derrubar conceitos e preconceitos arraigados por uma tradição, substituindo-os por novos parâmetros, que o tempo se encarregará de minimizar ou apodrecer. Felizmente, o radicalismo no domínio das letras parece ser menos ortodoxo que o que se dá no domínio dos ideais políticos. Estou a lembrar-me do que nos afirma ninguém mais autorizado a essa crítica do que Stalin. Respondendo a questão formulada por companheiros de partido sobre a necessidade de se alterar a língua russa para que pudesse, depois da revolução de 1917, servir de expressão a uma nova ideologia política, declarou que tal medida não se impunha por errônea e contrária aos preceitos filosóficos do movimento, e que, por isso, a língua

do comunismo deveria continuar sendo a mesma que utilizara Puchkin, morto em 1837, na sua obra literária, tanto na prosa quanto na poesia.

Antes de entrar nos fatos de língua propriamente ditos, vale recordar que a "reacomodação da linguagem escrita à falada", citada por Mário de Andrade no trecho acima, não foi apanágio dos modernistas, uma vez que, pelo menos na prosa, essa aproximação já estava praticada por escritores da marca de um Joaquim Manuel Macedo, um Aluísio de Azevedo, um Manuel Antônio de Almeida, um Lima Barreto, para não falar em Machado de Assis, de quem Sousa da Silveira disse "grande escritor, que soube ser ao mesmo tempo clássico, moderno e brasileiro".

Adotarei aqui, por mais apropriado ao interesse destas observações, a orientação que seguiu o Prof. Raimundo Barbadinho nos seus trabalhos sobre a norma literária do modernismo brasileiro, isto é, fixar-me-ei naqueles fatos linguísticos que são geralmente arrolados como um divisor de águas que demarca a tradição e a inovação. Do levantamento que se vai fazer a seguir, patenteia-se a verdade desta afirmação tantas vezes repetida pelo Prof. Barbadinho em referência à norma literária dos nossos modernistas: "mais rebeldia nos gestos que nas obras".

O primeiro assunto que é trazido à baila nas discussões para mostrar o atraso das normas registradas nas gramáticas escritas no Brasil em relação aos usos dos modernistas é, sem sombra de dúvida, o da colocação do pronome átono a começar período, do tipo: *Me diga, Te empresto, Se fala*, etc. Ora, a exaustiva pesquisa nos modernistas levada a efeito pelo Prof. Barbadinho revela-nos o contrário da afirmação generalizada, segundo a qual esta prática virou regra na língua literária desses escritores. Assim é que no livro de Oswald de Andrade *Memórias Sentimentais de João Miramar* que, segundo o autor, estava fadado a ser "o primeiro cadinho da nossa nova prosa", só aparece um único exemplo, contra dezesseis de acordo com a tradição. E vale a pena ressaltar que mesmo esse único não é da responsabilidade do autor, e sim do personagem.

A mesma ausência de pronome átono a iniciar período ocorre em *Chuva de Pedra*, "o primeiro livro modernista" de Menotti del Picchia e em *Epigramas Irônicos e Sentimentais,* de Ronald de Carvalho.

O caso de Manuel Bandeira é bem interessante: em *Libertinagem*, dos onze exemplos registrados, há seis casos do pronome átono colocado no início do período, contra cinco em obediência à tradição. Mas nas três obras

posteriores (*Estrela da Manhã, Lira dos Cinquent'Anos* e *Belo Belo*) este uso inicial do pronome é tão pequeno, que salta aos olhos.

Isolado de seus companheiros é o exemplo de Mário de Andrade, que usou e abusou da posição inicial do pronome átono. No seu afã de sistematização, pretendeu estender essa possibilidade que realmente ocorre com *me*, *te*, *se*, *lhe*, *nos* a *o* e *a*. Manuel Bandeira, em cartas e artigos, censurou esse critério do amigo, critério que "em matéria de linguagem tem sido sempre o responsável por tantas regrinhas cerebrinas que, afinal, acabaram criando este abusivo regime gramatical contra o qual reagiremos" ("Mário de Andrade e a questão da língua", *in Poesia e Prosa*, II, pág. 1214). Continua no mesmo artigo M. Bandeira:

"Considero perfeitamente legítimo o emprego da variação *me* no princípio de qualquer período (...) Considero, porém, erro iniciar o período pelas formas oblíquas *o*, *a*, *os*, *as*, ou *se*" com o futuro e o condicional, por não se basearem estes casos em fatos da língua falada, popular ou culta: o povo não diz *O vi*, diz (e muita gente boa também) *Vi ele*, forma que Mário só admitiu quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte (*Vi ele fazer*): ninguém, nem povo nem pessoa culta, diz *Se diria*. Discuti muito esses dois pontos com o meu amigo, sem que nenhum de nós lograsse convencer o outro" (Ibid., 1213).

Por maior que seja o prestígio de Mário de Andrade e a influência que pudesse exercer nos escritores que o cercavam e nos jovens que, direta ou indiretamente, iriam com ele no futuro acertar o passo, não se pode confundir a língua do combatente mestre paulista com a língua literária do modernismo brasileiro.

Ainda no terreno dos pronomes pessoais, outro uso que também tem sido apontado como divisor de águas é o referido na transcrição de Manuel Bandeira, isto é, o emprego de *ele* em lugar do tradicional *o* como complemento dos verbos transitivos diretos: *Vi ele* por *Vi-o*.

Quem estuda historicamente a nossa língua, sabe que este emprego era conhecido, em épocas passadas, da norma literária. Aliás, um repasse nas ocorrências registradas nas línguas românicas, sem exceção, oferece-nos um quadro que patenteia que os empregos das formas retas e oblíquas dos pronomes, bem como, nestas últimas, das formas átonas e tônicas, não se davam nem se dão com a regularidade e a precisão com que hoje muitos estudiosos gostariam de que ocorressem. A posição de tonicidade e atonicidade dos pronomes, e ainda a relativa distância que estes podem manter

do verbo da oração, permitem trocas de formas corretas e correntes em todos os períodos da língua, com correspondência em outros idiomas da família.

É o caso do emprego obrigatório da forma de sujeito do pronome quando, coordenado a um substantivo, funcionam ambos como complemento verbal: "Tendo como base o homem, e, mais ainda, eu como espelho, como posso confiar num sistema diretivo para a comunhão dos povos?" (Adalgisa Nery *apud* Barbadinho, *Sobre a Norma Literária do Modernismo*, reimpressão, 18).

O exemplo da nossa escritora é similar a este da novela da italiana Gemma Ferruggia: *Il fascino* (1897) "(...) ci aveva molto turbate, Flaminia ed *io*" (p. 176) ou a este das *Novelas* (p. 61) da espanhola que se escondia debaixo do pseudônimo de Fernán Caballero: "(...) por lo que toca al tío A. *y yo*", ambos citados na preciosa *Sintaxe das Línguas Românicas*, de Meyer-Lübke.

É ainda o caso do emprego de pronome reto em função de complemento verbal quando reforçado por *todo*, *mesmo*, *próprio* ou numeral: *Vi todos eles*, ao lado de *Vi-os todos*: "dei um pulo desesperado / e o leão comeu *nós* dois (Carlos Drummond de Andrade *apud* Barbadinho, *Sobre a Norma*, 18).

Mas convido o paciente leitor a retornar ao início do comentário relativo ao emprego de *ele* como objeto direto, entre os modernistas. As pesquisas de Barbadinho e Lessa mostram que, apesar de corrente, está longe de ser absoluto esse uso e até se dá o fato seguinte: à medida que se sucederam as obras de modernistas e se sucedem as dos contemporâneos, esse uso vai diminuindo a olhos vistos. Nos dias de hoje, vê-se isso claramente nas produções, por exemplo, de um Rubem Fonseca, cujo amadurecimento na arte narrativa vem marcado também por um apuro das construções dentro da boa tradição gramatical.

Curioso é que a reportagem televisiva, felizmente não generalizada, no afã de seguir a todo custo a onda novidadeira que assola os jovens países cuja infância não teve ainda tempo de consolidar um padrão de cultura, emprega às vezes um *ele* por *o* em situações que não reproduzem o falar espontâneo brasileiro e, por isso mesmo, chocam os ouvidos e a sensibilidade do falante nativo.

No uso de *ele* por *o*, cabe, por fim, registrar que, como bem assinalou atrás Manuel Bandeira, Mário de Andrade só acabou admitindo a prática

"quando o pronome é sujeito de um infinitivo seguinte" ("Vi ele fazer"). (Ibid., 1213).

Sabemos todos o quanto Manuel Bandeira e Mário de Andrade discutiram questões de linguagem a serem adotadas no texto literário. A correspondência mantida entre eles, hoje só conhecida praticamente a parte ativa do escritor paulista, é um rico manancial de observações úteis a quantos se interessam por língua portuguesa.

Consoante o testemunho de Bandeira, lembrado aqui, Mário só acabou admitindo o uso de *ele* por *o*, ou, generalizando, o emprego do pronome de forma subjetiva pelo de forma objetiva (por isso, também, *eu* por *me*, em expressões do tipo *deixe eu entrar* por *deixe-me entrar*), quando o pronome é sujeito de um infinitivo.

Tal prática é outra construção que, segundo alguns, se consagrou entre modernistas e que, portanto, deve ser incluída no rol das novidades a que se deve curvar a gramática que registra a norma padrão. Todavia não é esta a conclusão a que chegaram as pesquisas dos estudiosos que se debruçaram nos textos dos modernistas. Raimundo Barbadinho ensina que das formas *deixe eu ver* e *deixe-me ver* os nossos modernistas "sem sombra de dúvida, se decidiram em benefício da última das duas" (*Sobre a Norma Literária do Modernismo*, p. 15).

E, em relação ao escritor paulista citado, acrescenta:

"Mário, quando sem preocupação de ostentar acintosamente os *brasileirismos violentos,* não constitui exceção." (Ibid., p. 16).

O emprego do pronome oblíquo tônico como sujeito de verbo no infinitivo (*O livro é para mim ler* por *para eu ler*) é plebeísmo assinalado há tempos nos compêndios gramaticais de língua portuguesa. O nosso extraordinário lexicógrafo Morais, nascido no Rio de Janeiro, em sua *Gramática*, escrita em 1802, já assinalava que o correto era, nestas construções, o emprego de *eu* e *tu* em vez de *mim* e *ti*, respectivamente.

Esta construção *para mim fazer*, que estava, entre brasileiros, restrita a classes culturalmente menos favorecidas, hoje se vai alastrando entre crianças pertencentes a famílias mais escolarizadas, talvez por estarem em convivência mais demorada com pessoas de nenhuma ou pouca escolaridade.

Cumpre alertar para que não se confunda esta construção vitanda com outra, aparentemente similar, em que o pronome pessoal está regido de preposição e, por isso, deve assumir a forma oblíqua tônica (*mim*, e não *eu*). Tome-se esta frase: *Para mim ler esses relatórios é muito cansativo*.

Vê-se que o *mim* não funciona como sujeito do infinitivo *ler*; este *para mim* pode ser lido com pausa, separado de *ler*, e esta pausa pode ser assinalada por vírgula: *Para mim*, *ler esses relatórios é muito cansativo.*

A independência sintática em relação a *ler*, além da pausa, pode ser indicada pelo deslocamento do sintagma *para mim*, afastando-se do infinitivo: *Ler esses relatórios para mim é muito cansativo* / *Ler esses relatórios é muito cansativo para mim*.

O Prof. Barbadinho lembra este exemplo de Raquel de Queirós, que está nas mesmas condições de nosso exemplo, onde não fere a gramática o emprego de *para mim*:

"No momento era impossível *para mim* viajar porque não havia mais navio e em avião não se conseguia lugar" (*Dora, Doralina*, p. 192), acerca do qual ensina corretamente o autor de *Sobre a Norma Literária do Modernismo*:

"(...) observe-se que o sujeito deste infinitivo é *viajar*, e que *para mim* se integra na oração é *impossível para mim*" (p. 21).

Mas o que nos interessa aqui é saber do grau de aceitação desta prática na língua literária contemporânea. E aí a pesquisa revela-nos que se trata de uso extremamente reduzido, frequência que fica ainda mais diminuída quando se patenteia que, em muitas ocasiões, a construção não ocorre no discurso do autor, mas de seus personagens.

É, portanto, mais um uso moderno que não ganhou foros de cidade para ser agasalhado pela gramática normativa.

Os que insistem na renovação das normas da língua escrita contemporânea apontam como um dos mais fortes alicerces do divisor de águas que separa a tradição da inovação, o emprego de *lhe* por *o* junto a verbos transitivos diretos, como ocorre nas construções "Eu *lhe* vejo", "Nós *lhe* estimamos", "José *lhe* convidou para a festa" e similares.

É costume dizer-se que em tais frases se faz uso do pronome *lhe* "como objeto direto". Na realidade, o assunto está a exigir maior reflexão.

Casos como os acima lembrados não podem, a rigor, confundir-se com construções verbais que, através do tempo, experimentaram mudança na natureza do complemento verbal objetivo. É fato corriqueiro, e as sintaxes históricas o assinalam, que muitos verbos mudaram a natureza do complemento objetivo, isto é, verbos que se construíam com objeto direto passaram a fazê-lo com objeto indireto, e vice-versa, sem nenhuma alteração semântica.

Por exemplo, no português antigo era mais frequente o emprego dos verbos *perguntar* e *rogar* acompanhados do pronome *o* para referir- se à

pessoa a quem se fazia uma pergunta ou se rogava, e sem preposição o complemento que enunciava aquilo que se desejava saber ou solicitar. Said Ali (*Gramática Histórica*) lembra os seguintes exemplos extraídos da *Demanda do Santo Graal* (séc. XIV), dentre outros: Perguntaram-*na* que demandava (p. 1 da ed. de Reinhardtstoener); Pergunto-o se era chegado (p. 35); Pergunto-*o* que hom era (p. 37). Rogarom-*no* por deos que lhe disesse daquele sonho (p. 109).

Se nos restringirmos a Camões, podemos ver um mesmo verbo com complemento objetivo direto ou indireto, sem que se lhe altere a significação. Os verbos *perdoar* e *socorrer* estão neste caso; apenas em *Os Lusíadas* vale lembrar que a preferência recai no objeto indireto com *perdoar* e direto com *socorrer*:

Queria perdoar-*lhe* o Rei benigno (III, 130)
(Que desta sorte o quis) *lhe* não perdoam (III, 130)
Levemente *o* perdoa, e foi servido (X, 49)
Que a socorrê-*la* vinha diligente (III, 65)
Vai socorrer o filho, e assi ajuntados (III, 81)
Foi o soberbo Afonso a socorrê-*la* (III, 99)
Este que socorrer *lhe* não queria (VI, 48)

No português moderno, prevaleceu, para *perdoar*, o objeto indireto *lhe* para pessoa e objeto direto da coisa perdoada: Eu *lhe* perdoei a insolência. Perdoei-*lha*.

Não havendo duplo complemento verbal, a pessoa perdoada pode continuar a ser expressa na forma de objeto indireto (*lhe*), ou então de objeto direto (*o*): O ofendido *lhe* perdoou / O ofendido *o* perdoou.

Já o verbo *socorrer* fixou modernamente o seu complemento na forma de objeto direto: As autoridades *as* socorreram.

O fenômeno da mudança de complemento ou da prática indiferente de *o* ou *lhe* com o mesmo verbo numa só época e num só escritor não se dá apenas no português; no mundo românico ou fora dele, repete-se a possibilidade.

Todavia, no caso de "Eu *lhe* vejo", "Nós *lhe* estimamos", "José *lhe* convidou para a festa", não houve mudança na natureza do complemento, e a prova disto se patenteia com a permuta do complemento pronominal por forma nominal, isto é, por um substantivo: "Eu vejo *o vizinho*", "Nós

estimamos *o vizinho*", "José convidou *o vizinho* para a festa", todos os complementos constituídos por sintagmas não preposicionados.

Não estamos, pois, diante de mudança de regime verbal, mas de uma nova oposição entre *o* e *lhe*, não mais assentada na oposição complemento objetivo direto x complemento objetivo indireto. Trata-se, aqui, de uma novidade na distribuição de *lhe,* aplicado agora à *pessoa com quem se fala*; nos registros popular e informal, esse *o* (*a*) é desbancado por *ele* (*ela*).

Falando com o ouvinte, diz-se nesses registros:

Então, ontem *lhe* vi na praia.
Pedro, José *lhe* convidou para o baile?
Mas em referência à pessoa de quem se fala, não se emprega *lhe*:
" Pedro, você tem visto o José?
" Não; há muito não *lhe* vejo.

Esse *lhe*, na qualidade de pronome interlocutório, em oposição a o (ou ele), não assume um compromisso imediato com a transitividade verbal, e, por isso mesmo, aparece tanto junto a transitivos indiretos (*eu lhe escrevo, eu lhe falo*) quanto a diretos (*eu lhe vejo, eu lhe abraço, eu lhe convido*).

Em que circunstâncias, quando e onde nasce esta novidade na sintaxe do português são questões que estão a exigir análise mais minuciosa. Além da possível influência de construções verbais com alternância de *o/lhe*, conhecidas de todos os períodos da língua, aponta-se, como lembra Antenor Nascentes (*O Linguajar Carioca*, 2ª ed., p. 128), a analogia com os pronomes *me*, *te*, *nos*, *vos*, já que todos podem funcionar na frase como objeto direto ou indireto. O mesmo mestre acrescenta que:

"Desaparecidos *o, a, os, as*, ficou a forma *lhe* dona do campo, sem se precisar apelar para a conservação da dupla sintaxe."

Todavia, faltam estudos sobre esse "desaparecimento" de *o, a, os, as*; por outro lado, é assaz complexo falar-se em "desaparecimento" dessas formas, quando elas apresentam, vivas e fortes, as parcerias *ele*(*s*), *ela*(*s*), na função de objeto direto.

No tocante à expansão territorial desse *lhe*, já a *Gramática,* de Antônio Morais Silva declarara:

"Eu *lhe* amo, *lhe* adoro, são erros das Colônias", domínio geográfico que também precisa ser fixado com maior precisão.

A verdade, porém, é que no Brasil é praxe difundidíssima entre pessoas de pouca e média cultura e corre avassaladora na fala espontânea de toda a sociedade.

Está claro que tal uso não passaria despercebido aos modernistas, que utilizariam a sintaxe, mas com uma parcimônia digna de relevo. As pesquisas do Prof. Barbadinho documentam esta parcimônia, "válida ainda com respeito àqueles escritores que se mantiveram insuperáveis em sua fidelidade à linguagem popular, preservada na tradição oral, em toda a sua pureza" (*Sobre a Norma*, p. 19).

Este mesmo pesquisador chega a criticar a afirmação de Cavalcanti Proença que, estudando a língua e o estilo de José Lins do Rego, afirmara: só excepcionalmente o e variações aparecem; o *lhe* é regra em *O Moleque Ricardo*.

Reexaminando o mesmo romance, Barbadinho chega à conclusão contrária, pois dos noventa pronomes complementos, vinte só atestam o emprego de *lhe* nesta construção, contra setenta em consonância com o uso padrão.

Pelo exposto e se no estabelecimento das normas de uma gramática deve o autor estar atento ao testemunho do *corpus* pesquisado, pode-se afirmar que nada há que alterar no tocante ao que está estabelecido, na língua escrita padrão contemporânea, para o emprego de *o, a, os, as* como objeto direto e de *lhe* como objeto indireto entre os complementos do verbo.

Um fato linguístico de que os reformadores da tradição espelhada nas gramáticas normativas fazem estrondosa propaganda é o uso da preposição *em* por *a* depois dos verbos do movimento.

Na realidade é este um terreno assaz delicado de nossa sintaxe ou, para falar com mais propriedade, da sintaxe românica, pois que, ao lado de normas que se foram fixando através do tempo com validade para a língua literária, não se devem perder de vista certas derivas de data latina que refletiam entrelaçamentos, principalmente, das noções de repouso e ponto de partida. Acresça-se a isto a possibilidade de certos empregos estilísticos de que se servem os escritores na hora em que o sistema, dando ensejo a esses entrelaçamentos nocionais, lhes permite variar a expressão e estabelecer sutis matizes semânticos.

Acerca desses entrelaçamentos é de uma extraordinária riqueza de dados, numa exposição cristalina, o parágrafo 433 (da versão francesa) da *Sintaxe das Línguas Românicas,* do suíço-alemão Meyer-Lübke. Os dois maiores

sintaticistas da língua portuguesa não desdenharam, em suas descrições, a ação desses entrelaçamentos de noções contíguas. Epifânio Dias, na preciosa *Sintaxe Histórica Portuguesa* §183, b), referindo-se à possibilidade de a preposição *em* poder indicar o termo do movimento (no sentido próprio e no translato) depois de "verbos e locuções (*entrar*), os verbos que exprimem a ideia de *deixar entrar* ou *fazer entrar*, v. g. *admitir, receber, deitar* (por exemplo: *vinho* em um *copo*), *lançar*, *meter*; a loc. *dar com algo*, v. g. *em terra* (...) *saltar em terra*", e rejeitando, nestes casos, a simples explicação por meio da continuidade ininterrupta da preposição latina *in* com acusativo ensina:

"Designa-se (o termo movimento) não como tal, mas como lugar onde, sendo que se considera prolepticamente, não o movimento, a que se referem aqueles verbos e locuções, mas o estado que se segue àquele movimento."

Esta lição de Epifânio corre paralela à de Meyer-Lübke, num passado parágrafo referido acima:

"Tout ce qu'on pourrait dire, c'est que, chez les Romains, quand il s'agissait d' indiquer le lieu vers lequel tendait un mouvement, l'arrivée et le repos qui la suivait dans ce lieu se seraient représentés à leur esprit avec plus de vivacité que le mouvement exprimé par le verbe luimême".

Também Said Ali relaciona certos usos da preposição *em* com a noção de movimento e chega a declarar:

"Menos conspícuo é o emprego de *em* com acepção diretiva; mas é justamente esta tão importante que sem o seu conhecimento não saberíamos explicar a presença de *em* em bom número de locuções (*Gramática Histórica*, 2ª ed., I, p. 244).

Depois desta pequena digressão onde se põem de relevo fatores históricos e estilísticos, percebe-se melhor a visão redutora que atribui a *em* com verbos de movimento uma "característica" do português do Brasil, especialmente um uso dos nossos modernistas.

A meu ver, no momento em que surgiram os entrelaçamentos de noções que circunscrevem a área dos verbos de movimento, faltou a Portugal, como judiciosamente comenta Said Ali, "em tempo oportuno, academia ou estudioso dado ao exame da questão deste gênero, que arbitrasse normas seguras para futuros escritores" (*Investigações Filológicas*, p. 79).

Por outro lado, sabemos que na elaboração da língua literária portuguesa, e não é fenômeno isolado, exerceu papel fundamental na hora da escolha o peso da autoridade do latim clássico, o que naturalmente fez prevalecer o

emprego de *a* sobre suas rivais mais próximas para as noções aqui estudadas: *em* e *para*. Mas os escritores portugueses da fase dessa elaboração da língua literária, especialmente os prosadores (séculos XVI e XVII), não chegaram a construir um corpo homogêneo que se impusesse idiomaticamente à geração subsequente. Só no século XVIII e no XIX se começou a elaborar, colhendo daqui e dacolá, nem sempre com felicidade e exatidão, a pauta normativa que, acrescida pelo trabalho de investigadores cientificamente mais bem aparelhados, se incorporou aos compêndios dos nossos dias, sem que ainda tenha chegado à exaustão a que tanto aspiram os escritores hodiernos.

É o caso do emprego da preposição *em* com verbos de movimento, dentro da sistematização que a tudo aplicava Mário de Andrade, de que nos fala Manuel Bandeira. Lendo o escritor paulista, de vez em quando topamos com determinados usos da preposição *em* que prejudicam a inteligência perfeita do texto ou cria nele uma ambiguidade. Só se explica pelo seu constante "forçar a nota para focalizar o problema" com a construção do tipo, lembrada por Bandeira:

Manhãzinha.
A italiana vem na praia do ribeiro.
"Interpreto " diz este abalizado crítico " que o que se quis dizer no poema é que a italiana veio à praia do Ribeirão para lavar a roupa. Podemos dizer *na praia* ou *à praia*, mas imagino que se Mário não andasse preocupado com a sistematização, teria escrito naturalmente *à praia*, construção que imediatamente excluía a possível interpretação de que a italiana vinha pela praia, ao longo da praia" (*Poesia e Prosa*, II, p. 1215).

Apesar da frequência de alguns usos de *em* onde a norma literária insistiria no emprego de *a* (*ir na cidade, chegar na cidade*), a verdade é que não se pode afirmar que estas mesmas predileções têm valor geral. Em Mário de Andrade há a presença, aqui e ali, de construções do tipo *chegar à cidade*, embora seja mais rara *ir à cidade*. Lembra Barbadinho (Ibid., 62) que em *Losango Cáqui* e em *Clã do Jabuti* não se encontra nenhum exemplo de *a*, nestas circunstâncias; mas já em *Remate de Males* e *Lira Paulistana* "as duas sintaxes se equilibram". Em *O Moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, dos noventa e sete casos existentes, cinquenta e três testemunham a presença de *a* contra quarenta e quatro de *em*. Em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, de Oswald de Andrade, só se registram ocorrências com *a*,

enquanto em *Mar Morto*, de Jorge Amado, se encontram trinta e seis usos de *a* e doze exemplos de *em*.

Tudo isto sem levar em conta construções fixas de lugar translato do tipo *chegar à conclusão, chegar ao fim, chegado à bebida, ir ao que importa, ir ao jogo, ir à vida, ir à luta* e tantíssimas outras.

O último bastião, *last, not least*, contra o qual irromperam os defensores da "modernização" da gramática normativa com validade para a língua escrita culta, é o emprego do verbo *ter* pelo *haver*, com significado existencial. É este outro caso de sintaxe do português que merece ser estudado no âmbito românico, já que o embate entre *ter* e *haver* pela sobrevivência é um episódio de que o português não tem exclusividade, estando o fio condutor já no latim.

O Prof. Sousa da Silveira ("Ter usado impessoalmente", na *Miscelânea Said Ali*), em artigo de 1938, procurou mostrar alguns fatos linguísticos que apontavam para a expansão de *ter* sobre *haver*. Realmente cedo *ter* começou a desbancar *haver* em muitos papéis: a) em expressões do tipo *esta terra há nome* para esta *terra tem nome* (hoje *esta terra nomeia-se*, *chama-se*, "é conhecida pelo nome" *de*, etc.); b) na constituição de tempos compostos do tipo de *hei feito* (*tenho feito*).

Por outro lado, dispunha a língua de certas expressões paralelas em que ter aproximava de *haver* e *existir*, à semelhança de *há animais na floresta e a floresta tem animais* ou de *não há dúvida, não existe dúvida, não tem dúvida*. *Nas Dificuldades da Língua Portuguesa* Said Ali incluiu excelente artigo sobre *haver* e *ter* onde muitos de seus empregos intercambiáveis são eruditamente estudados, e apontados alguns momentos da luta pela sobrevivência travada entre estes dois verbos.

Contava ainda a língua de outros tempos, fato que se colhe com frequência nas narrações de cronistas dos séculos XVI e XVII, com o emprego do verbo *ter* com sujeito próprio, mas do qual se afastava com tal distância que ou era deduzido pelo contexto, ou que o leitor moderno dele só com muita atenção dava conta. Alguns estudiosos chegam a não perceber esse fato e apontam exemplos do tipo como se fossem testemunhos do *ter*, já em função existencial. Citarei inicialmente, como exemplificação mais evidente, este passo de um missionário português que chegou ao Brasil em 1583, Fernão Cardim:

"Todo este gentio tem por cama umas redes de algodão, e ficão nelas dormindo no ar; estas fazem lavradas, e como ficão no ar, e não *tem* outros cobertores nem roupa, sempre no verão e inverno *tem* fogo debaixo"

(*Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Rio de Janeiro, J. Leite, 1925, p. 166).

No trecho seguinte a dedução do sujeito já se faz mais caprichosa:

"Os Ilhéus distam da Bahia 30 léguas: é capitania do senhorio, sc. de Francisco Giraldes: é vila intitulada de S. Jorge; terá 50 vizinhos com seu vigário; tem três engenhos de açúcar: é terra abastada de mantimentos, criações de vacas, porcos, galinhas e algodões: não *tem* aldeias de índios, estão muito apertados dos Guaimures, e com eles em contínua guerra; não se estendem pelo sertão a dentro mais de meia até uma légua, e pela costa, de cada parte, duas ou três léguas.

Os nossos têm aqui casa, aonde residem de ordinário seis; tem quatro cubículos de sobrado bem acomodados, igreja e oficinas; está situada em lugar alto sobre o mar: *tem* sua cerca aprazível, com coqueiros (...)"(p. 296).

Vitorioso o uso de *ter* existencial na língua falada espontânea, tentaram os modernistas transplantá-lo para a língua escrita culta, debaixo da responsabilidade da língua do narrador. Antes dos modernistas, tal emprego do verbo *ter* como traço idiomático de personagem não constituía a novidade entre nós, ao lado de outros fatos linguísticos que os escritores deixavam consignados em suas páginas. Assim é que Machado de Assis põe na boca de Prudêncio dois desses fatos: o *ele* como objeto direto e a preposição *em* com o verbo *ir*:

"É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei *ele* na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo *na* cidade, e ele deixou a quitanda para ir *na* venda beber" (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*, p. 191 da 4ª ed.).

Sob a responsabilidade do narrador ocorrem entre os modernistas numerosos exemplos de *ter* e *haver*. O fato é tão corriqueiro, que dispensa documentação; todavia, tem toda validade a seguinte afirmação de Barbadinho:

"Não se pode negar que esse emprego do verbo não tenha terminado vitorioso, mas daí a se dizer que tenha chegado a suplantar o velho uso canônico (que ainda hoje impera soberano, como passaremos a ver) soaria falso (Ibid., 38).

Passa o mesmo estudioso da língua dos nossos modernistas à documentação: em *Jubiabá*, de Jorge Amado, encontram-se oitenta e cinco ocorrências de *haver* contra trinta e uma de *ter*; Raquel de Queirós, em *O Brasileiro Perplexo*, emprega sessenta e oito vezes *haver* e vinte e quatro *ter*; Drummond, em *Alguma Poesia*, apresenta dezesseis exemplos de *haver*

para onze de *ter*, enquanto em *Memórias Sentimentais de João Miramar*, Oswald de Andrade utiliza oito casos de *haver* e três de *ter*.

Só Mário de Andrade é que com muito mais frequência prefere *ter* a *haver*; mas curiosamente nas anotações à *Gramática Secundária*, de Said Ali, põe lado a lado os dois verbos com valor existencial.

Diante da afirmação, na *Gramática Secundária*, acerca de verbos impessoais (p. 121): "O verbo *haver* usado com o sentido de *existir* é impessoal", acrescenta Mário: "Os verbos *ter* e *haver* usados com sentido de *existir* são impessoais" (*A Gramatiquinha*, ed. Edith Pimentel Pinto, p. 166).

Em Mário de Andrade o verbo *ter* jamais desbancou totalmente o verbo *haver*. Num conto redigido em 1943, *Nelson*, inserido em *Contos Novos*, o autor joga com os dois verbos sem que possa estabelecer um critério seguro para explicar a presença de um ou do outro. Esta ambivalência chega a permitir a coexistência no seguinte trecho:

"Olhou em torno e não *tinha* ninguém. Certificou-se ainda si ninguém o perseguia, mas positivamente não *havia* pessoa alguma na rua morta, era já bem mais de uma hora da manhã" (p. 146-147, ed. Martins).

De tudo o que se viu até aqui conclui-se que vários aspectos da norma gramatical que o modernismo brasileiro, especialmente pelo peso carismático de Mário de Andrade, tentou remodelar e até desbancar, persistiram depois da onda iconoclasta, e que, por isso mesmo, as novas normas não alcançaram a vitalidade que lhes desse foros de cidadania. Nem as realidades da língua falada por si sós se entronizam na língua escrita, como supunha o notável escritor paulista, nem as línguas se inovam partindo necessariamente de erros que nela se cometem.

A técnica histórica do falar própria de uma comunidade linguística, que se reflete, na exposição da gramática normativa, paira acima das revoluções efêmeras das modas e modismos, por mais geniais que sejam os seus criadores.

A Língua Portuguesa e a sua contribuição

Já nos é por demais sabido que o contacto de grupos sociais favorece o aparecimento de contribuições mútuas em todas as atividades que tais grupos exercem, seja no intercâmbio de objetos materiais ou culturais. Páginas do maior interesse e curiosidade escreveram navegantes, viajantes e aventureiros portugueses ao narrarem novos costumes de povos com que entravam em contacto na expansão da Fé e do Império por todas as partes das terras conhecidas e, como diz Camões, o gênio lusitano "se mais mundo houvera lá chegara".

Entre informações desta natureza, vale registrar o comentário de Fernão Mendes Pinto sobre o fato de os chineses comerem com o auxílio de dois pauzinhos, enquanto, por sua parte, riam dos portugueses e dos demais europeus, que levavam a comida à boca com as mãos. Isto porque o garfo, na Europa, só foi introduzido nessa função, pela corte francesa, no século XVI, mesmo assim com alguma crítica, como nos ensina Said Ali, num informativo artigo intitulado "Refeições", saído na *Revista de Cultura*, do Cônego Fontes, em 1933, e mais tarde incluído no livro *Investigações Filológicas* (Grifo/MEC, 1975). Registre-se que o uso do garfo era proibido nos conventos, como prática pecaminosa.

As navegações e o comércio portugueses foram responsáveis pela divulgação, no mundo europeu, de muitas práticas correntes entre gentes estranhas de África e Ásia. Os historiadores e sociólogos, entre outros

investigadores, têm ressaltado o papel dessa atividade na introdução ou reintrodução na Europa, entre os séculos XV e XVII, de numerosas novidades, como o gosto pelo açúcar, pelo chá, pelo pudim de arroz, pela pimenta, pela canela, como pelo uso da sombrinha, do chapéu de sol, da porcelana e do azulejo árabe, da varanda à moda das Índias Orientais, das telhas convexas, das cornijas arredondadas, das casas de verão em forma de pagode, dos jardins e leques chineses, dos tapetes e perfumes orientais e até, do Oriente para o europeu do Norte, o hábito do banho diário. O leitor interessado nessas contribuições pode consultar o livro de Gilberto Freyre *Interpretação do Brasil* (tradução de Olívio Montenegro, José Olympio, 1947), de onde extraímos toda esta rica informação.

É muito natural que esses contactos de cultura e civilização constituem o grande corredor que facilita os empréstimos linguísticos, de que hoje tanto se preocupam políticos, intelectuais, professores e a imprensa em geral, entre nós. Como já dizia o notável linguista francês, cujas lições têm ainda a força da oportunidade, Michel Bréal, no final do século XIX:

"Uma nação que recebe com simpatia as ideias de fora não deve temer acolher os nomes com que estas mesmas ideias costumam ser designadas. O que se deve condenar é o abuso; e o abuso consiste em utilizar com nomes estrangeiros o que já possuímos. Também constitui abuso empregar as palavras estrangeiras em todas as ocasiões e diante de qualquer auditório". (*Essai de sémantique*, 1ª ed., 1897, pág. 290)

E mais adiante, numa advertência que tem sido desprezada nas discussões de hoje, que misturam diferentes naturezas de vocabulário:

"Não há, pois, solução uniforme para o problema das palavras estrangeiras; as Sociedades que se dedicam a depurar o idioma não podem pensar legitimamente senão na língua da conversação e da literatura. Desde que levem mais longe suas pretensões, aí já só fazem obra inútil e perturbadora". (Id., ibid., pág. 291)

Mas retornando ao ponto inicial do nosso tema, o propósito deste artigo é lembrar ou relembrar que o português não só agasalha termos de outras línguas; também nossa língua, por intermédio de seus falantes, tem levado para outros povos palavras vernáculas ou, então, ajudou a difundir, nas línguas europeias, palavras recebidas das regiões por onde passaram navegadores, viajantes ou aventureiros lusitanos.

Num capítulo de suas *Palestras Filolójicas* (com jota, como escrevia), Gonçalves Viana arrola uma série de palavras portuguesas entradas no japonês:

améndoa, *alféloa* (daí o nosso *felô*), *bálsamo*, *padre*, *bateira*, *veludo*, *abóbora*, *bolo*, *canário*, *capitão*, *capa*, *calção*, *charamela*, (vinho) *tinto*, *confeito*, *copo*, *compra*, *frasco*, *irmão* (frade), *jibão*, *marmelo*, *pão*, *cristão*, *lanceta*, *raxa*, *sabão*, *açafrão*, *senhor*. (2ª ed., Lisboa, 1931, págs. 192-193)

Claro está que tais palavras não aparecem em japonês com a roupagem fônica do português, o que logo explica aparentes enganos na ordenação da lista alfabética acima; por exemplo, *padre* é em japonês *báteren*, *veludo* é *birodo*, *abóbora* é *bóbura*, *tinto* é *chíntu*, *cristão* é *quirixtan*, l*anceta* é *ranseta*, *açafrão* é *safuran*.

Explicam-se tais diferenças porque não há em japonês os sons correspondentes aos grafemas portugueses *l* e *v*, representados, respectivamente, naquele idioma, por *r* brando e *b*. O grafema *f* somente aparece antes de *u*; a sílaba *ti* passa a *chi* (txi), e *tu* a *tsu*. Tudo isto conforme a lição de Gonçalves Viana, cujas obras importantíssimas tanto no domínio da fonética quanto no da lexicologia e ortografia estão hoje injustamente esquecidas.

Entre as contribuições que o competente filólogo português radicado no Brasil Conde Pinheiro Domingues — de nome completo Eduardo José Pinheiro Domingues —, falecido em 1947, está uma série de eruditos artigos sob o título "O português em outras línguas", publicados na *Revista Filológica* (ano II, n° 3, fev. de 1941), do Rio de Janeiro.

Nos referidos artigos, Pinheiro Domingues não apenas relaciona termos de origem portuguesa, mas também palavras de outras procedências, especialmente orientais, que os navegadores, viajantes e comerciantes lusitanos se encarregaram de transmitir às línguas da Europa, durante o período da expansão de Portugal por aquelas terras.

Começa por tratar da palavra *lânchara*, denominação de um tipo de embarcação asiática, que já vem dicionarizada desde Bluteau, no séc. XVIII. O termo está documentado com exemplo de 1515 no precioso *Glossário luso-asiático,* do Monsenhor Sebastião Rodolfo Dalgado, como "pequena, rasa e ligeira embarcação de remos, na Malásia".

Do português a palavra passou para o francês *lanchar*, *lanchare*, para o italiano *lancara*, *lanchara*, para o inglês *lanchara*, para o neerlandês *lanchare*. Posteriormente, o conhecido historiador italiano G. Pietro Maffei latinizou-a em *lanciara*.

A história da palavra estava assim delineada e documentada, quando o competente filólogo e linguista húngaro, depois radicado em Nimega (Holanda)

Benedek Elemér Vidos, no livro altamente importante *Storia delle parole marinaresche italiane passate in francese* (Florença, 1939), defende a tese de que o responsável pela transmissão às línguas da Europa, especialmente o francês, fora o italiano, e não o português, baseado na ocorrência em Maffei. Pinheiro Domingues rebate corretamente a lição, esclarecendo que a documentação concede o privilégio à nossa língua, já que, como vimos, o aparecimento aí é de 1515, enquanto em italiano, em Maffei, é de 1588, depois de ter encontrado o termo em João de Barros e Fernão Lopes de Castanhedas, latinizando o português *lanchara* em *lanciara*.

No segundo artigo, Pinheiro Domingues, apoiado no dicionário etimológico francês de Albert Dauzat, muito rico, aliás, no registro de formas de seu idioma tomadas ao português, estuda a controvertida história de *abricó*, na forma primitiva *abricoque*. Está, em geral, assentada para P. Domingues a lição de Rebelo Gonçalves, segundo a qual "do latim *praecocia*" (plural neutro do adj. *praecox*,- cis), veio o plural grego *praekókia*, donde o singular *praekókion*; de este se originou, por sua vez, o ár[abe] *al-barcoc*, produtor das formas das línguas peninsulares (port. *albricoque*, esp. *albarcoque*)". (*A Língua Portuguesa*, vol. I, págs. 151-153). *Persica praecocia*, em latim, denomina os pêssegos precoces, como se viam os atuais abricós, variedades de damascos.

Sendo a forma portuguesa *albricoque* a mais próxima do árabe *albirqûq*, ao lado do catalão *albercoc*, é provável que daí tenha dimanado o termo para as demais línguas da Europa. Surgiram formas sem a aglutinação do artigo árabe (como o catalão *bercoc*), ou com o artigo, como no português. A forma *albaricoque* se explica pela inserção do — a — para desfazer o grupo consonantal de *albricoque* (a este fenômeno chama-se em gramática *anaptixe* [x = cs] ou *suarabácti*).

Do português *albricoque* ou do catalão *albercoc* sai o francês, primeiro *aubercot*, depois *abricot*, que passou ao inglês *apricot*; do seu plural veio o alemão *Aprikose* e daí o russo *apricos*, pelo neerlandês *aprikoos*. A futura investigação para a elaboração do imprescindível dicionário histórico da língua portuguesa irá trazer mais luzes sobre a prioridade ou não do português para a difusão do nome do fruto pelo mundo afora.

Faltou-nos dizer, aproveitando a história de *abricó* em português, saído do francês *abricot*, e este provavelmente do português *albricoque*, que *abricó* é um bom exemplo de palavra de *torna-viagem*. Assim se denominam as palavras que uma língua fornece a outra, e que, mais tarde, é emprestada

para a língua de origem, muitas vezes transformadas na vestimenta e no significado. Bom exemplo disto é a palavra *feitiço*, que, proferida como palatal a consoante da última sílaba em dialeto português crioulo da costa africana, passou para o francês *fétiche*. Mais tarde, a forma francesa retorna ao português sob a vestimenta estrangeira *fetiche*, daí *fetichismo*, alterada no significante material e no significado.

A expressão "palavra de torna-viagem" quase sempre não é lembrada — como o fenômeno, naturalmente — nos estudos de história de palavras.

Acaju e *Caju*

Outra contribuição de nossa língua a diversos idiomas é *acaju* ou *caju*, lembrada nos referidos artigos do Conde Pinheiro Domingues.

Representa a palavra tupi *aka'yu* (pronunciada *acadju*), fonte das formas portuguesas *acaju* e *caju*, tupinismo que os portugueses levaram do Brasil para línguas da Europa e da Ásia.

Segundo a lição de Antônio Geraldo da Cunha, no seu importantíssimo *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesas de Origem Tupi*, "são expressivas, amplas e minuciosas as descrições do caju nos textos dos séc. XVI e XVII. De par com as referências muito elogiosas à fruta propriamente dita [isto é, ao pedúnculo comestível do fruto do cajueiro], há numerosas alusões à sua castanha e, bem assim, ao emprego da madeira do cajueiro em tinturaria. Do óleo extraído dessa madeira fabricavam-se tintas de boa qualidade, com a qual se tingiam tecidos, envernizavam-se móveis, etc. Os móveis de mogno envernizados com a tinta do cajueiro, segundo técnica já referida em textos franceses do séc. XVII, passaram a ser conhecidos como móveis de *acaju*" (p. 86)

Na designação do próprio mogno (*Swietenia mahagoni*), por metonímia, a forma francesa *acaïu* está datada desde 1640; em 1557 já aparece no livro de A. Thévet *Les singularités de la France antarctique.*

A datação mais antiga em português de *caju* é do ano 1576, e o termo aparece no *Tratado da Província do Brasil*, de Pero Magalhães de Gandavo.

Além do francês *cajou* ou *acajou*, penetrou o tupinismo no italiano *acagiù*, *cagiù*, no espanhol *caiu*; no inglês *acajou*, *cashew* (resultante da transcrição fonética de *caju*), no alemão *Akajou*; no concani *kázu*; no malaio *káju*, *gájus*, entre outros idiomas.

Alcatraz e *Albatroz*

Só um mergulho na história destas duas palavras pode explicar-nos os íntimos laços que as unem.

Alcatraz é, com toda possibilidade, o representante do árabe *gattâs*, a que se prefixa o artigo *al* e em que se insere, por acréscimo (epêntese), a consoante *-r-*, como, na lição de Pinheiro Domingues, aconteceu com *alcatruz*, *aldrava*, *alicerce*, *Gibraltar*, etc.

Por falar em *alcatraz*, durante muito tempo se pensou fossem os dois termos oriundos de uma mesma fonte. Todavia, uma pesquisa realizada por J. J. Hess von Wyss, trazida ao domínio dos estudos linguísticos pelo romanista alemão Arnald Steiger, no seu prestimoso livro *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el iberorrománico y el siciliano*, Madrid, 1932, que mostrou que o *gattâs* árabe é uma espécie de águia de mar, o que o faz semanticamente aceitável aproximar-se do nosso *alcatraz*, designativo de uma espécie de pelicano, o mergulhão. A única dificuldade, segundo o grande etimólogo Corominas, no seu *Diccionario crítico etímológico castellano e hispánico* (I, 133), é explicar a mudança do *g* em *c*, já que as formas com g só aparecem no inglês *algatross* (séc. XVI) e, talvez daí, no francês *algatroz* (1701), portanto testemunhos secundários. A mudança pode, talvez, ser explicada pela aproximação, por etimologia popular, com o português *alcatruz*, espanhol *arcaduz*, porque, na sugestão do arabista francês Devic, o pelicano também tem o costume de carregar água no seu volumoso papo. Para que o leitor entenda a aproximação suposta por Devic, cabe lembrar que *alcatruz* é um termo de procedência grega (*xádos*), oriundo do hebraico, e introduzido no árabe *al-xadus*, que designa antigo vaso para líquidos, e do grego, pelo latim *cadu*, está representado no português *cado*.

O termo árabe passou ao português e ao espanhol, e da Península Ibérica emigrou para o italiano antigo *alcatrazzo*, francês *alcatras* e ao inglês adulterado em *albatross*, o qual se aplicou a outra ave, por ser de cor branca (cf. latim *albus* 'branco', 'alvo').

É este inglês *albatross*, formação corrompida de *alcatraz*, que passa a ser a fonte do francês *albatros*, que, por sua vez, será o responsável pelo espanhol *albatros* e pelo português *albatroz*.

Assim sendo, o espanhol *albatros* e o português albatroz são palavras de torna-viagem, porque emprestaram, inicialmente, a sua prata da casa procedente do árabe *algattâs* (*alcaduz* e *alcatraz*) ao inglês, e daqui a receberam indiretamente de volta sob a forma de *albatross*, pelo francês *albatros*. Curiosa e interessante é a vida das palavras.

Se o leitor atento tiver a curiosidade de abrir o dicionário português, saberá que nossa língua conta com outra palavra *alcatraz*, que nada tem que ver com

a denominação do nosso pelicano, pois significa 'aquele que conserta ossos deslocados'. Trata-se de outro termo árabe *al-gatrât* por *al-gatarât*, cujo plural significa 'pedaços' ou 'peças' de qualquer coisa. Sob a forma *alcatra* especializou-se no significado de 'peças de carne da rês situada onde termina o fio do lombo e em que se pegam os rins'. Sinônimo de *alcatraz* na acepção de 'consertador de ossos deslocados' é outro termo árabe *algebrista*, de *álgebra*, lembrado por Pinheiro Domingues. Destarte, não estranhe o leitor se se lhe deparar o livro de Antônio Francisco da Costa (Lisboa, 1764) *Algebrista perfeito, ou modo de praticar examente as operações de álgebra tocantes à cura das deslocações e fraturas do corpo humano.*

Albino

Eis aqui outra palavra que Dauzat, no seu Dicionário etimológico francês, conforme assinala Pinheiro Domingues, diz ter sido introduzida no idioma de Racine por via portuguesa, a partir do séc. XVIII, precisamente atestado em 1763, em texto de Voltaire.

O termo aparecia na expressão *negros albinos* com a qual os portugueses se referiam aos negros brancos da costa africana. O filólogo Clédat, autor de prestimosas obras sobre o francês e o latim, registra, no seu Dicionário etimológico, que do adjetivo latino *albus* 'branco' (fosco) se tirou o novo adjetivo *albino*, o qual, aplicado quase invariavelmente no plural na citada expressão, acabou fixando, no francês, a forma *albinos* como se fora singular: *un albinos*, em vez de *un albino*.

O excelente *Dictionnaire gênérale* de Hatzfeld e Darmesteter aponta a data de 1771, mas já vimos o recuo para 1763; Pinheiro Domingues cita-nos textos franceses bem mais antigos, a partir de 1666.

Há etimólogos que conferem a honra da fonte de *albino* ao espanhol, mas a maioria dos estudiosos tende a atribuí-la à nossa língua. A verdade é que nos textos espanhóis antigos o que predomina é o emprego de *blanco* ou *albo*; a datação mais recuada de *albino* em espanhol que Pinheiro Domingues encontrou é de 1609 e pertence à crônica da *Conquista de las Islas Malucas*, do licenciado Bartolomé Leonardo. Só estudos posteriores esclarecerão o debate; mais uma vez se impõe a elaboração de um dicionário histórico português, que dirimirá dúvidas como esta.

Como sinônimos de *albino* nesta acepção temos os termos *aça*, de provável origem bântica, e o tupinismo *sarará*.

Como cognome, já havia em latim *Albinus*, derivado de outro cognome *Albus* que, na língua comum, como vimos, significava 'alvo', 'branco'.

Anil

Anil, como designativo da cor azul-escuro, nos veio do árabe *annil*, que o recebeu do sânscrito por intermédio do persa. É termo que vive no português, na lição de Pinheiro Domingues, "desde os primórdios da língua", exemplificado em texto de 1179, inserido nos *Portugaliae Monumenta Historica, Leges et Consuetudines*, vol. I, pág. 407.

Do português passou às demais línguas. A *anil* prende-se, naturalmente, *anilina*.

Nosso idioma conta com outro *anil*, que não tem, nem pela origem nem pelo significado, parentesco com o árabe *anil*. Este segundo *anil* prende-se ao latim *anile*, derivado de *anus* 'mulher velha', com o significado de velho, senil, já entrado em desuso modernamente.

Areca

Denomina-se *areca* um gênero de palmeira asiática, comumente cultivada em parques e jardins, e dela se extrai a goma, o palmito, o córtex, material com que se fabricam fibras para cordas, e o coco, que entra numa mistura para mastigação, chamada *bétele*. Sobre tudo isto nos informa o rico *Dicionário* de Aurélio Buarque de Holanda.

O termo *areca* provém de uma língua indígena do sul da Índia, na costa do Malabar, do malaiala *arekka*, talvez deturpação de *adakka* ou *adekka*. Chegando ao Oriente, os portugueses não só conheceram a palavra, mas a transmitiram ao espanhol *areca*, italiano *arecca*, inglês *areca*, alemão *Arekapalme*, *Arekanuss*, entre outros idiomas.

Auto da fé

Auto da fé, hoje mais comumente *auto de fé* e, no início, *auto da inquisição*, é outra expressão que Pinheiro Domingues arrola entre as contribuições da língua portuguesa a outros idiomas.

Estabelecida definitivamente a Inquisição do Estado em Portugal pela Bula do Papa Paulo III, aos 23 de maio de 1536, o primeiro *auto da fé* realizou-se em Lisboa, na Ribeira Velha, em setembro de 1540, segundo João Lúcio de Azevedo, citado por Pinheiro Domingues.

Entendia-se por auto de fé o ato final a que chegavam os processos da Inquisição pelos quais os réus eram condenados pelo crime de heresia ou erros equivalentes.

Do português passou para o francês *auto-da-fé*, espanhol *auto de la fé* (mais antigo do que *auto de fé*), catalão *acte de fe*, italiano *auto da fé*, romeno *autodafeu*, inglês *auto-da-fé*, alemão *Autodafé*.

A forma *auto* prende-se ao latim *actu-* graças à normal vocalização da consoante *–c* em *u* do grupo ct, em palavras de proveniência culta, quando precedido de vogal: *actu® auto*, como o arcaico *tractu® trauto.*

Bailadeira

É outra palavra arrolada por Pinheiro Domingues dentre aquelas que os portugueses emprestaram a outras línguas. Está evidente ao leitor que o termo designa a bailarina, e tem seu emprego registrado em textos do século XVI. Rodolfo Dalgado, no seu precioso *Glossário*, só consigna a palavra como designativo de 'mulher que na Índia dança por profissão', e é neste significado que *bailadeira* passou a outras línguas: francês *bayadère*, espanhol e catalão *bayadera*, italiano *baiadera*. Do empréstimo francês recebem o termo o inglês *bayadere*, o alemão *Bajadere*, o romeno *baiadera*, o sueco *bajadär*, entre outros.

Curioso é que sob a forma francesa *bayadère* ou *bayadera* a palavra se insinuou em escritores de língua portuguesa do séc. XIX, como exemplo de torna-viagem, à semelhança do que ocorrera com *fetichismo*.

Ao lado do culto *bailadeira*, correu também a forma popular *balhadeira*, que talvez justifique melhor, segundo Gonçalves Viana (*Palestras Filológicas*, pág. 23), o francês *bayadère*.

De *balhar*, do latim **balleare* por *ballare*, proveio *balhadeira*, como de *bailler* tivemos *bailhadeira*, e de *bailar bailadeira*. Citado por Pinheiro Domingues, ensina Padre Augusto Magne: "de *balhar* que considera mais antigo, com epêntese de " *i* " resultou *bailhar,* e de *bailhar*, por dissimilação, teria vindo *bailar* que na linguagem culta suplantou *balhar*."

Portugal

Portugal, não para designar o país, mas um tipo de laranja doce, é o último termo da lista de Pinheiro Domingues, que vimos resenhando. Está claro que o número de empréstimos portugueses, direta ou indiretamente a outras línguas, é bem maior. Ficamos nestes aqui consignados em homenagem ao grande estudioso que foi o professor português Conde Pinheiro Domingues que, palavras suas, obrigado "a abrir o guarda-chuva do exílio para escapar às tempestades demagógicas que fustigavam" o seu país, escolheu por último a nossa terra, a cidade do Rio de Janeiro, e, entre nós, batalhando como professor de curso secundário, erigiu uma obra de lexicologia e de lexicografia, principalmente, que só por injustiça do destino ficará esparsa por jornais e revistas.

Mas tornemos ao nosso tema. A palavra *laranja* é, como ele ensina, de imediata origem árabe clássico *naranj*, árabe granadino *naránja*, e estas

formas do persa *naräng*. Talvez originalmente a laranjeira seja da Cochinchina. Era cultivada na Europa a laranjeira azeda; desconhece-se quando chegou a Portugal a laranjeira doce, chamada também da China, embora saibamos que era aí vulgar no tempo de Vasco da Gama. Foram exatamente essas laranjeiras doces da China que os portugueses transplantaram para sua pátria e daí comerciaram no resto da Europa.

Assim como a laranja, deve-se aos árabes, entre muitas, a introdução, em outros países, da cana-de-açúcar, do arroz e a criação do bicho-da-seda.

Não é de admirar, portanto, que tal espécie de laranja passasse a ser conhecida nesses países por *portugal*: italiano *portogallo*, sardo *portugallu*, romeno *portoca*l, grego moderno *portokálli*, albanês *portokal*, árabe do Egito *burtugâna.*

II — MEIOS DE EXPRESSÃO

As línguas e seus usos caprichosos

Interessado no estudo comparativo das línguas, o estudioso alemão Mario Wandruszka procura nelas sondar o espírito (alemão *Geist*) que as orienta, como no saboroso livrinho *O Espírito da Língua Francesa* (*Der Geist der französischen Sprache*), publicado pela Rowohlt em 1959 e que já em 1969, data da edição que possuo, chegara a trinta e oito mil exemplares saídos.

Perseguindo, mais ampliada nos objetivos, esta mesma trilha, partiu para estudos de comparação interlinguística, e entre numerosas obras (na década de 70 estavam em oitenta!), elaborou uma extraordinariamente rica de fatos dessa natureza, que mereceu, em 1976, tradução para o espanhol, em dois volumes, vinda à luz com o prestígio da Editorial Gredos, de Madrid, hoje o mais importante repositório de estudos linguísticos, filológicos e literários da Espanha. Nesta obra, que na tradução se intitulou *Nuestros Idiomas Comparables e Incomparables* (no original *Sprachen-vergleichbar und unvergleichlich*), tomou Wandruszka seis idiomas (alemão, inglês, francês, italiano, português e espanhol) e, partindo de um texto originalmente produzido num deles, comparou com suas traduções nas cinco outras línguas, auscultando-lhes as particularidades que as aproximam e as separam. Para que os leitores possam ter ideia da utilidade desses dois volumes para o estudioso da linguagem, para o estudioso de um ou mais desses idiomas, para os tradutores e até para os curiosos não profissionais que buscam conhecer as esquisitices (no bom e no mau sentido) das línguas (inclusive da materna), passarei a

respigar de um capítulo escolhido para atender ao propósito não especificamente erudito desta nossa obra, algumas informações de ordem lexical que suponho de interesse para o leitor comum.

Comecemos pelos exemplos mais fáceis. O espanhol distingue *el pescado* "alimento humano" de *el pez* "o peixe", talvez porque haja no idioma uma homofonia incômoda: *el pez* "o peixe" (do latim *piscem*) e *la pez* "o piche" (do latim *picem*), de modo que comer pez daria motivos a provocadoras elucubrações por parte de pessoas maldosas.

Para a noção de "veneno" contam as línguas românicas com duas palavras de procedência latina: *venenum* "bebida", "bebida venenosa" e *potio* "bebida", "poção", além de uma terceira, da linguagem técnica greco-latina, *toxicum*. O italiano decidiu-se por *veleno*, enquanto o francês, embora como termo específico do veneno de cobra e de animal semelhante use *venin*, optou por *poison*. O espanhol e o português agasalharam *veneno*, ainda que conheçam, respectivamente, *ponzoña* e *peçonha*, esta última resultante de uma dissimilação do primeiro *o* em *e*. O inglês recebeu do francês seu *poison*, mas também pode empregar, com mais raridade, *venin*.

Dispondo o idioma de dois vocábulos, quase sempre se estabelecem entre eles sutilezas de sentido ou marcas estilísticas. Assim o precioso *Dicionário de Sinônimos*, de Antenor Nascentes, comenta esta possibilidade em relação a *veneno* e *peçonha* em português, empregadas metaforicamente:

"Em sentido moral, cabe ainda uma diferença entre *veneno* e *peçonha*. A peçonha aparece a descoberto, perverte imediatamente os costumes; o veneno é oculto, produz indiretamente os seus efeitos" (p. 329 da 3ª ed.).

O derivado adjetivo do francês *venin* apresenta-se sob duas roupagens: *venimeux* e *vénéneux*, estabelecendo, com o passar dos tempos, uma diferenciação semântica surpreendente. Diz-se *venimeux* de animais (e se usado em sentido figurado), enquanto *vénéneux* se aplica a plantas, quando, com base na distribuição acima estabelecida entre *poison* e *venin*, se esperaria, em seu lugar, *poisonneux* em alusão a portadores de veneno não animais: *ce serpent venimeux/la plante vénéneuse*.

Do latim *civitas* procede o filão fundamental das correspondentes românicas para a noção de cidade: port. "cidade", esp. *ciudad*, it. *città*, fr. *cité*. Ao lado de *civitas*, apareceu o concorrente *villa* que, da ideia de "casa de campo", passou, na Idade Média, a significar "cidade". Enquanto em português *vila* é entendida como menor que *cidade*, em espanhol não se opunha a *ciudad*, mas hoje só aparece em algumas fórmulas fixas com

esse valor. Já no francês *ville* acabou ocupando o primeiro lugar e *cité* passou a segundo. Na norma culta francesa, *cité* só se aplica a cidade antiga e de tradição, mormente se fundada por gregos ou romanos, ou ao antigo núcleo de uma *ville* moderna como Paris, ou ainda em referências a cidades modernas quando se alude à comunidade de vida: *la Cité universitaire*, para a qual, como lembra Wandruszka, falta uma palavra alemã apropriada, já que nem *Universitätstadt* ("cidade com universidade"), nem *Universitatsviertel* ("bairro da universidade"), nem *Universitatssiedlung* ("aglomeração universitária") traduzem o que pela expressão entendem os franceses.

Os ingleses também distinguem as noções com duas palavras: *city* e *town*, enquanto os alemães só dispõem de uma; se pretendem penetrar nas diferenças assinaladas pelos pares franceses e ingleses, têm de socorrer-se de adjetivos ou da composição: *Grosßstadt* "cidade grande", *Stadtkern* "núcleo da cidade", *Geschaftsviertel* "bairro comercial".

Enquanto os portugueses e outros povos reconhecidamente desbravadores de mares e que têm com estes seu destino indelevelmente ligado, contam com uma só palavra corrente para designar o "mar" (port. e esp. *mar*, inglês *sea*, por exemplo), os alemães ostentam dois vocábulos: *das Meer* e *die See*.

Destes dois vocábulos alemães, *Meer* é o mais geralmente usado, porque *See* tem a perturbar o seu emprego um incômodo homófono *See* com o significado de "lago". Isoladamente, distingue-se um do outro com a diferenciação de gênero: *die See*, feminino, é o "mar", ao passo que *der See*, masculino, é o "lago". O inconveniente torna-se mais patente quando se está diante de palavras compostas, já que se relacionam sem distinção externa umas vezes com o mar, outras com o lago.

Embora sinônimos, Wandruszka assinala diferenças de emprego, às vezes puramente de natureza estilística como ocorre na prosa de Thomas Mann. Em geral, parece que *die See* denota uma carga de familiaridade. Mas também, seguindo as pegadas do inglês (*sea*), *die See* pode aplicar-se a qualquer mar, por mais distante que esteja: *Südesee* "Mar do Sul". Já nos compostos passam a competir lado a lado com *Meer*: *Seebär* "lobo do mar" junto a *Meeresgrund* "fundo do mar".

Para a noção de corrente d'água, distinguiram os romanos, conforme o caudal, *rivus, fluvius, flumen* e *amnis*. As línguas românicas fizeram suas escolhas neste elenco lexical: o português, o espanhol e o italiano contentaram-

se com um só termo: *o rio* e *el río*, nos dois primeiros, e *il fiume* na língua de Dante.

Se o português, o espanhol e o italiano precisarem aludir ao caudal mais ou menos intenso, farão uso de sufixos e adjetivos adequados: port. *riacho*, *riachinho*, *riachão*, *riozinho*; esp. *riachuelo*; it. *fiumicino*, *fiumicello*, etc., além de adjetivos como *grande*, *pequeno* rio, etc.

Em contrapartida, o francês ficou com *fluvius* (*le fleuve*) e foi tomar outra palavra latina (*ripariu*) para o mesmo conceito: *la rivière*. Parece que a distinção semântica no uso dos dois termos repousa no fato de que um curso d'água desemboca no mar, enquanto o outro não. Segundo o mesmo autor, estas características, válidas para a língua da burocracia e dos compêndios escolares, justificam que *Le Petit Larousse* (1965) ensine: "Missouri (le), grande rivière de États-Unis, qui se jette dans le Mississipi..." e que "Orb, fleuve de France, qui naît dans les Cévennes, arrose Béziers et finit dans le Méditerranée".

Assim como se deu com o caso das denominações para "mar", o alemão dispõe de dois termos para o conceito de "rio": *Fluss* e *Strom*, dos quais se serve para distinguir o tamanho " *Strom*, em geral, se aplica a um rio maior " e certa oposição estilística, já que do último se acerca certo matiz de estilo solene. Todavia, um escritor pode referir-se a um rio como o Reno tanto por meio de *Strom* como de *Fluss*.

O inglês também tem à sua disposição dois termos para designar "rio": *the river* e *the stream*, mas neste idioma a distribuição semântica deles é diferente do alemão: *river* é a palavra mais geral, usada para um rio de grande extensão como o Mississipi, enquanto *stream* " paralelo materialmente ao alemão *Strom* " pode aplicar-se a um arroio muito pequeno. Isto permite que de *stream* se tenha um diminutivo: *a little stream, a streamlet.*

Para encerrar este capítulo do polimorfismo linguístico, isto é, o excesso assistemático de formas, ponho mais um exemplo aludido por Wandruszka. Para a ideia de "céu" tanto em referência ao céu estrelado da natureza como ao céu de religião, o latim e o alemão dispõem de um só vocábulo: *caelum* e *Himmel*, respectivamente.

Já o inglês tem à sua disposição um termo anglo-saxão " *heaven*, e outro que tomou de empréstimo aos viquingues dinamarqueses, *sky* "nuvem", "céu". Mas esta distribuição sofreu alterações no inglês. A partir do século XVII e pela influência do puritanismo, *heaven* começou a aplicar-se cada vez mais ao conceito religioso, enquanto *sky* passou a reservar-se ao céu da natureza.

Só aos poetas, sonhadores inveterados, lhes é permitido aplicar a este último conceito, ao lado de *sky*, o termo *heaven*.

Por estes exemplos, percebe-se facilmente que se das línguas se pode abstrair uma concepção de sistema, por outro lado não deixam de refletir a complexa e intrincada estrada da cultura, em sentido latíssimo, do Homem, da sua cosmovisão, da maneira de refletir e sentir o mundo e as coisas que o cercam desde sempre. É neste particular que os idiomas, como no título do livro de Wandruszka, podem ser comparáveis e incomparáveis.

Os escritores e a gramática

Humberto de Campos — escritor tão injustamente hoje esquecido, como ocorre com tantas outras figuras literárias — conta-nos num dos seus livros que Medeiros e Albuquerque, então diretor de instrução pública no Rio de Janeiro, estando em busca de um professor de língua portuguesa que não soubesse gramática, comentou o fato com Machado de Assis, ao que este retrucou:

"— Se é alguém que não conheça gramática, eu sirvo para o cargo."

Afirmações desse tipo têm servido a certos inimigos do ensino da gramática para defender a tese da inutilidade da disciplina na tarefa de desenvolver na criança e no adolescente as condições e os saberes indispensáveis à sua adequada e competente expressão oral e escrita. Todavia, não nos devemos deixar levar — muito menos tirar conclusões apressadas e, por isso, mesmo, levianas — por declarações dessa natureza, antes blagues do que testemunho da verdade. Escritores que assim se pronunciam são, quase sempre, donos de rico e pujante saber idiomático, fruto de muita leitura e de acurado estudo nos clássicos de sua eleição, nacionais e estrangeiros, antigos e modernos, sem dispensar a consulta permanente aos dicionários e às gramáticas.

Tomemos dois exemplos da literatura brasileira. O primeiro deles é o próprio autor da pilhéria a Medeiros e Albuquerque; Machado de Assis lia e anotava desde tenra idade os clássicos portugueses, que compulsava nas

visitas ao Real Gabinete Português de Leitura, anotações que foram recolhidas por Mário de Alencar e começadas a publicar em dois números da *Revista da Academia Brasileira de Letras*. Afora isto, desfrutava das tertúlias literárias e filológicas com Ramos Paz — benemérito do Real Gabinete — e de Manuel de Melo, conhecedor profundíssimo de nosso idioma, que, embora diletante, mereceu do filólogo italiano, professor da Universidade de Nápoles, Francesco dOvidio, o seguinte elogio, ao saber da sua morte, ocorrida na Itália; "dilettante scrupoloso e coltissimo, che in nulla differiva da um dotto di professione". A pureza e o equilíbrio com que Machado de Assis trabalhava a língua portuguesa mereceram de Rui Barbosa o título de mestre supremo do estilo, e de Sousa da Silveira "acho, não só pela excelência da concepção mas também pela forma, um dos mais notáveis artistas da nossa língua e o nosso maior prosador, feita a comparação com mortos e vivos".

O segundo, mais perto de nós no tempo, é Graciliano Ramos, dono de uma forma linguística exemplar, sempre preocupado em ler gramáticas, consoante se comprova em passagens de sua correspondência.

A leitura de muitos escritores revela, pelo contrário, constante preocupação não só com a língua exemplar, mas ainda com certas incursões no domínio técnico da investigação linguística, qual seja, a preocupação com o uso do termo próprio, a exatidão semântica, a construção sintática ou a estrutura morfológica, sem esquecer o complexo domínio da origem da palavra, dos meandros da etimologia.

É curioso observar que muitas dessas preocupações ocorrem não só ao homem culto, mas ainda ao falante de poucas luzes, desde que tenha aguçada a intuição de falante nativo. Este fenômeno, aliás, constitui um domínio muito estudado na investigação linguística, domínio conhecido pela expressão pouco feliz etimologia popular, a que outros autores, como o linguista inglês John Orr, preferem denominar *etimologia associativa*. Exemplo anedótico disto é que me contou, certa feita, Pedro Augusto Pinto, que dividia sua atividade de professor catedrático da antiga Faculdade Nacional de Medicina com a de apaixonado estudioso da língua portuguesa, com vários livros importantes nessa seara. Dois homens modestos conversavam, às vésperas do dia de finados, quando o primeiro adiantou: *Amanhã vou ao cementério*, ao que o segundo corrigiu:

Cementério não, sumitério. Cementério, confirma o primeiro, e argumentou: *Porque lá se fica pra semente*. O segundo rematou: *É sumitério*, *porque lá a gente sume"* .

Saindo do anedótico, as línguas apresentam interessantes exemplos de etimologia popular nascidos de palavras, quando o ouvido aproxima o que na realidade está longe de aproximar-se. Brunot, citado por Mário Barreto (*Novos Estudos*, 2ª ed., p. 314), lembra os casos de "la lanterne à la Sainte-Hélène (em vez de à l'acétylène) e "les horizons fúnebres" (por "les oraisons"). A proximidade semântico-fonética de *vagabundo* com *vagamundo* é exemplo frisante de etimologia popular.

Essas relações semânticas e fonéticas eram praticamente a base das explicações etimológicas correntes antes de tornar-se a etimologia disciplina científica com o advento da moderna linguística. Está claro que muitas vezes, intuitivamente, as explicações de ontem coincidem com as que ocorrem em Camões, que tira, por exemplo, o nome do fruto *amora* do substantivo *amor:* "As amoras que o nome têm de amores" (*Lusíadas*, IX, 58).

(MP — 24/10/1996)

A verdade é que, por mil maneiras, os escritores se inteiram dos princípios gramaticais que presidem aos atos linguísticos, quer na leitura atenta de livros que versam sobre a matéria, quer pelo diuturno contato com bons autores.

É bem verdade que raramente um literato no começo de sua produção é dono dos segredos da língua; esta é uma aprendizagem que se inicia muito cedo e dura a vida inteira. Daí ser frequente encontrarem-se desvios da norma exemplar nos seus primeiros escritos e até em textos produzidos bem mais adiante. Machado de Assis, Camilo Castelo Branco e Rui Barbosa, entre outros, tiveram de pagar esse tributo. Por exemplo, Machado de Assis, ainda nos *Contos Fluminenses* usava o verbo *fazer* no plural em construções do tipo *fazem dois anos*. Ele e Camilo perpetraram o verbo *haver* no plural em frases do tipo *haviam pessoas*, *houveram fatos*. Mais tarde deram pelo engano, ou foram alertados, passaram a acertar o passo e a construção pela tradição culta da escrita.

De Rui Barbosa o seu antigo professor Ernesto Carneiro Ribeiro levantou alguns deslizes de que depois o autor da *Réplica* se corrigiu.

Mas o que pretendemos deixar patente nestes artigos é que os grandes mestres da língua não só tinham da língua um saber de experiência feito; procuravam, sempre que as circunstâncias textuais se apresentavam, refletir sobre seu conhecimento intuitivo que os faz de falante nativo a linguista, à medida que não só usam conscientemente determinados modos de dizer em vez de outros, mas também são capazes de dar razão de sua escolha e de sua rejeição.

Todos nós sabemos que a tradição exemplar escrita recomenda não começar período por pronome átono. O Padre Antônio Vieira, como sabemos, grande mestre da língua, também conhecia esse preceito e sempre o praticou. Mas numa de suas cartas, emprega *Me avisam que*... Logo se tentou atribuir a colocação inicial do pronome à influência do falar espontâneo brasileiro, já que Vieira viveu a maior parte de sua vida no Brasil. A explicação talvez seja outra. Vieira sabia que em italiano, como em espanhol, o pronome átono podia e pode corretamente ocupar a posição inicial de frase. Como escrevia de Roma e queria, nas entrelinhas da carta, dizer, sem se comprometer nem denunciar, que o aviso lhe chegara de fonte italiana, serviu-se inteligentemente de uma artimanha de linguagem, como se quisesse registrar com exemplificação o conhecido provérbio "para bom entendedor meia palavra basta". Esta explicação, deu-a Said Ali numa carta a Capistrano de Abreu, e particularmente acredito que com muita razão e perspicácia.

Às vezes, a inovação não é entendida em seus propósitos de intenção expressiva, e o criador pode merecer a crítica até dos gramáticos. Exemplo interessante nos dá Filinto Elísio, nome literário de Padre Francisco Manuel do Nascimento. Aqui e ali se leem recriminações por não ter conjugado corretamente num ou noutro texto — em prosa ou em verso — um verbo irregular. Como *entretera*, em vez do canônico *entretivera*, *obtera* por *obtivera*, *suster* por *sustivera*. Como Filinto em geral tinha o cuidado de avisar ao leitor, em notas de rodapé, em que consistia a inovação linguística utilizada em suas composições, temos hoje elemento para dizer que tal forma não nasceu de um erro de conjugação, como alguns autores apontaram, mas de um deliberado recurso erudito. Todos conhecemos a profunda raiz clássica do escritor e da grande influência que nele exerceu Horácio; sabemos também que a língua do Lácio apresentava formas plenas e sincopadas do perfeito latino em -vi, de tanta fortuna estas últimas no próprio latim e nas suas continuações românicas, português inclusive: *deleverant*/*deleram*; *audivisti* / *audisti, audivissem* / *audissem*; *amavisti* / *amasti*, e tantas outras. O gramático Prisciano se serve de Horácio para documentar o fato em latim.

Com base em variantes que o português conhece (*havemos* / *hemos*; *haveis* / *heis*), Filinto conscientemente inovou tais formas que considerava sincopadas, com justificação deste jaez, extraídas de suas notas:

"*obtera* por *obtivera*. Mil exemplos citaria (a ser preciso) de clássicos latinos e lusos que abonam esta licença poética". (*Obras completas*, vol. 111, p. 431 da ed. de 1817-1819).

Inovação que não teve guarida na posterior tradição literária, mas que não se trata de ignorância gramatical. Mais feliz foi Filinto como criador de neologismos; entre estes, *pubescer*, *reboar*, *tremeluzir*.

Muitas vezes, ao tentar extrair da língua as potencialidades que possui, ou para caracterizar personagens e fatos, ou para dar um toque de erudição ao seu texto, o escritor pode levar o gramático, o filólogo ou o linguista a caminhos equivocados. Vejamos alguns exemplos curiosos dessas falsas pistas.

Antônio Dinis da Cruz e Silva, escritor que nasceu em Lisboa em 1731 e morto em 1802, que esteve no Brasil para julgar os réus da Inconfidência Mineira, deixou-nos, além de composições líricas, o poema herói-cômico intitulado o *Hissope*, em oito cantos, cujo tema é a discórdia entre o deão de Elvas e o Bispo. Segundo a praxe, ao entrar na sé, o prelado era recebido pelo deão que lhe entregava o hissope para proceder às aspersões do ritual; tendo, como diz o poeta, esfriado entre eles a amizade, recusou-se o deão a seguir o rito, surgindo o conflito que é narrado com graça e elegância por Cruz e Silva, que aproveita o ensejo para fazer uma sátira da vida portuguesa, sobretudo no que diz respeito aos aspectos religioso, social e cultural. Entre os ingredientes da sátira, estão as alusões a uma balofa erudição filológica e à luta contra a moda do galicismo na vida burguesa e literária da época.

Para que o leitor se enteire do processo linguístico utilizado por Cruz e Silva na passagem que vamos aqui analisar, cumpre lembrar-se que, na língua antiga, não se flexionavam em gênero os nomes terminados em -ês, -or, e -ol: para o que hoje fazemos uso de *portuguesa*, *senhora* e *espanhola*, os antigos empregavam *português* (nação português), *senhor* (minha senhor) e *espanhol* (gente espanhol), respectivamente. Só a partir do século XVI, para os adjetivos com tais terminações, passou a língua culta a adotar as flexões hoje correntes, naturalmente com esse ou aquele vestígio da antiga prática; é o que ocorre, por exemplo, com os adjetivos em *-ês* quando passam a funcionar como advérbios, acrescidos que são do sufixo *-mente*, que deriva do substantivo feminino *mente*, o que obriga o adjetivo a flexionar-se no feminino, quando tem essa possibilidade. É o caso de *redondo*, *redonda*, *redondamente*; *rico*, *rica*, *ricamente*. Como os nomes em *-ês*, *-or* eram invariáveis, o que temos hoje é *portuguesmente* (e não *portuguesamente*), *francesmente* (e não *francesamente*), *superiormente* (e não *superioramente*), etc.

Feita esta advertência relativa a um fato da história do português que agora nos interessa, podemos prosseguir, aduzindo que Cruz e Silva põe na boca do padre Mestre essas palavras:

"É a nossa *português* casta linguagem", quando na época do poeta o normal seria: *a nossa portuguesa casta linguagem* ou, na ordem direta, "*a nossa casta linguagem portuguesa*".

Ao toparem com essa passagem, vários estudiosos passaram a ensinar mais ou menos o seguinte, como fez João Ribeiro: os adjetivos em -*ês*, não tinham feminino, como ainda *cortês*, *montês*. Ainda no século XVIII escreveu Dinis: "A nossa português casta linguagem" (*Gramática portuguesa*, 21a ed., 1930, p. 239).

Ora, isto significa um falseamento da história do português, porque a flexão *portuguesa* já era conhecida e, pode-se dizer, concretizada, principalmente nas obras cujas temáticas não levassem ao autor utilizar linguagem mais arcaizante. Neste particular é oportuno lembrarmos aqui o caso de João de Barros, o notável polígrafo do século XVI e um dos grandes artífices da modernização do idioma, antes que Camões, como ensina Said Ali, pudesse burilar a frase portuguesa, descobrindo e aproveitando todos os recursos de que dispunha o idioma para representar as ideias de modo elegante, enérgico e expressivo (*Gramática histórica*, 2 ed., p. 4).

João de Barros, dizíamos, oferece-nos uma interessante particularidade acerca dessa flexão; nas *Décadas* da Asia, levado naturalmente pela natureza do discurso histórico, usa *português* sem flexão; na *Gramática* (vale a pena aproveitar a oportunidade para lembrar que João de Barros é o autor da segunda gramática de nossa língua, datada de 1540; a primeira foi escrita por Fernão d'Oliveira, em 1536) só usa de *portuguesa*.

Na verdade, do que se trata aqui é da utilização de recurso estilístico, pelo qual o autor revive um arcaísmo, um fato de língua que na sua época estava esquecido e inusitado, para caracterizar seu personagem como adepto daquilo a que anteriormente chamamos balofa erudição filológica; de um purista avesso às ondas da moda e do modernismo a que as línguas — que acompanham o destino dos homens que as falam — estão naturalmente sujeitas.

O trecho da fala do padre Mestre em que a nossa passagem está inserida, mostra bem a intenção estilística de Cruz e Silva em reviver o arcaísmo na fala de seu personagem, no momento em que condenava a presença de expressões francesas a macular o idioma pátrio:

"Desta andária, senhor, deste descoco,
Que entre nós, sem limite, vai grassando,
Quem mais sente as terríveis consequências
É a nossa português casta linguagem
Que em tantas traduções corre envasada
(Traduções que merecem ser queimadas!)
Em miI termos e frases galícanas!"
(V. p. 177 da ed. de 1879)

Faltou aos estudiosos lembrar que *português* por *portuguesa* só aparece no *Hissope* nesta passagem; nos demais lugares do poema ocorre apenas *portuguesa*; flexionando no feminino. O artifício estilístico do poeta não foi percebido pelos autores da gramática.

Os exemplos poderiam ser aqui centuplicados, mas temos de pôr um ponto final nestas nossas alusões ao trabalho gramatical dos escritores para extrair da língua novas e inéditas possibilidades de expressão. Vamos concluir com interessante atividade do laboratório poético (poético tomado aqui no sentido grego de "criativo") do Padre Antônio Vieira, de quem, com muita justeza, disse Carlos de Laet ser escritor que "oferece alto campo de estudo aos amadores da vernaculidade". Todos nós que tivemos o prazer de ler os sermões desse notável estilista nos acostumamos a apreciar não só suas galas de linguagem, mas ainda seus inconfundíveis jogos de palavras. Soam ainda aos nossos ouvidos as leituras ginasianas da época em que em sala de aula se ensinava e se aprendia a língua, e não o jargão metalinguístico da teoria gramatical, um *nomenclator* que pode ser útil, mas que pouco diz da descrição e do funcionamento da língua, muito frequentemente se pensa que, oferecendo essa nomenclatura, se está ensinando a língua, como ocorre hoje com o *Help* apresentado aos leitores de conceituado jornal carioca. Como dizíamos, ainda soa aos nossos ouvidos o jogo de palavras que Vieira trabalhou, aludindo a informação de São Francisco Xavier sobre as coisas da Índia, na página acerca do verbo *rapio* (roubar), conjugado outrora com a mesma perfeição e prodigalidade com que hoje o vemos entre nós, e entre outros:

"Conjugam por todos os modos o verbo *rapio*, porque furtam por todos os modos da arte, não falando em outros novos e esquisitos, que não conheceu Donato nem Despautério (...). Estes mesmos modos conjugam por todas as *pessoas*, porque a primeira pessoa do verbo é a sua; as segundas, os seus criados; e as terceiras, quantas para isso têm indústria e consciência. Furtam

juntamente por todos os *tempos*; porque do presente, que é o seu tempo, colhem quanto dá de si o triênio, e, para incluírem no presente o pretérito e o futuro (...)"

Mas voltemos às coisas da linguagem e ao procedimento do nosso Vieira. Querendo o escritor, no Sermão da 5ª Dominga da Quaresma, pregado na Catedral de Lisboa, em 1651, mostrar que há duas maneiras de *crer*, estabeleceu uma distinção entre *crer em* e *crer a*, já que na palavra de Cristo ora ocorre, falando aos discípulos, "*Creditis in Deum et in me credite*", ora aos judeus *Si mihi non vultis credere, operibus credite*. E diz Vieira:

"De maneira que há crer em Cristo e crer a Cristo e uma crença é muito diferente da outra; crer a Cristo é crê-lo a ele" (Sermões, vol. 11, p. 244 da ed. de 1682).

Com isso, queria Vieira dizer que a verdadeira fé soma dois compromissos: um, *crer* em *Deus*, que advém de um movimento de fora para dentro, a dizer-se cristão; o outro de dentro de nós para o nosso Deus, *crer* a *Deus*, crer o que diz e observar-lhe a lei.

"Todos os que andais cansados (que sois todos) vinde a mim (diz Cristo) e eu vos aliviarei: Tomai sobre vós o julgo da minha lei e achareis o descanso. Credes que são estas palavras de Cristo? Sim. Agora respondei-me. É certo que todos desejais o descanso; é certo que todos o buscais com grande trabalho, por diversos caminhos, e que o não achais: pois porque o não buscais na observância da Lei de Cristo? (...) Mas a verdade é (e vós o sabeis muito bem) que a razão porque não buscais o descanso na Lei de Cristo é porque não a tendes por descansada, senão muito trabalhosa, dizendo Cristo que só ela vos pode aliviar do trabalho? Vos tende-la por cansada, dizendo Cristo que só nela está o descanso? Logo credes o que vós imaginais, e não o que Cristo diz: credes em Cristo, mas não credes a Cristo (p. 252).

O que imaginamos está em nós; já a parte que exige um movimento nosso para chegarmos à observância do que diz o Senhor, que é a sua Lei, exige de nós o esforço de ir ao seu encontro, um movimento a que quase sempre não estamos dispostos a atender. E a parte ativa da fé.

Vieira acentuou e marcou linguisticamente os dois aspectos da fé, um passivo e outro ativo, um sem movimento para a observância da Lei e outro com esse movimento, pela utilização do significado normal das preposições *em* (repouso/ausência de movimento): *crer em Cristo* (é acreditar na existência do descanso) e *crer a Cristo* (é buscar esse descanso pela observância da Lei de Deus).

E, curiosamente, Vieira soube distinguir as expressões em latim e português; se em português a oposição residia no emprego das preposições em/a, em latim a oposição estava, respectivamente no emprego do dativo (credo *Deo*) e no emprego do acusativo "regido" da preposição in (credo *in Deum*). É o Vieira fazendo gramática em português e em latim, a serviço da sua intenção estilística. É a língua dos Mestres da língua.

A polidez e as línguas

Entre os aspectos importantes de que quase não se cogita num curso de língua portuguesa dentro e fora da escola, está a aquisição de um conjunto de usos idiomáticos que exprimam não só ideias ou estados psíquicos de pessoa para pessoa, mas também o grau de civilidade desses indivíduos. Se a linguagem nos distingue dos outros animais como humanos, essa polidez na linguagem aponta para o grau de nossa educação.

Há sociedades que cultivam mais do que outras essa preocupação de polidez linguística no trato entre pessoas: a França e a Itália, por exemplo, sempre se orgulharam de cultivar formas polidas, e não só gramaticalmente corretas, embora de uns tempos a esta parte se ouçam queixas nesses países de que se acentua uma perda ou certo esmorecimento dessa verdadeira ufania do espírito culto francês e italiano. A crise de cultura e, como consequência, o relaxamento de certas normas de educação e cortesia, a par de um movimento salutar de diminuição das distâncias entre classes sociais (sem a danosa confusão de liberdade com libertinagem), têm contribuído para reduzir as construções de linguagem que, sobre a função própria da intercomunicação humana, traduza o grau e o nível de educação dos falantes e o respeito que nutrem entre si.

Algumas dessas construções têm longa história, como é o caso, por exemplo, do uso dos pronomes plurais *vós* e *nós* na referência a uma só pessoa. A forma da 2ª pessoa do plural desbancava a esperada forma do

singular para exprimir o respeito a interlocutor importante, de alta classe social, de modo que *tu* ficava restrito às situações de intimidade. São os chamados plurais de modéstia e majestade. Esta prática já vinha do latim: das línguas românicas só o romeno não apresenta este emprego. De igual maneira temos o inglês *you* (= "vós"), que eliminou hoje totalmente o singular *thou* (= "tu").

Todo falante de língua portuguesa deve conhecer a conotação de modéstia que pode ter o emprego de *nós* por *eu* em certas situações do convívio social: é o autor de livro que não se quer mostrar excessivamente egoísta, e diz: "Ao escrevermos esta obra"; é o dono da casa que, junto de seus convidados, fala de "nosso apartamento" em vez de "meu apartamento".

Como sinal de nobreza e cortesia é que nasceram formas de tratamento do tipo *vossa excelência*, *vossa senhoria*, *vossa magnificência*, *o senhor*, *a senhora* e congêneres. O uso e abuso de *vossa mercê*, sabemos todos, foram desgastando foneticamente a expressão de tal modo que, fazendo-se abstração de formas intermediárias, daqui saiu o trivialíssimo *você*. Para a língua portuguesa já contamos com boa soma de estudos devidos a nacionais e estrangeiros em que os pronomes e fórmulas de tratamento de respeito e intimidade, usados segundo a importância do interlocutor, as situações sociais, as idades e as intenções estilísticas, têm sido historiados e descritos com muita propriedade.

Ainda neste capítulo do emprego dos pronomes, cabe lembrar o caso da ordem deles, quando se precisa explicitar as pessoas do discurso. Ao lado da forma natural e estilisticamente neutra da disposição *eu e tu*, *eu e você*, *eu e ele*, em que se nomeia primeiro o pronome designativo do falante e depois aquele referido ao interlocutor, pode-se, como sinal de polidez e respeito, inverter a ordem e dizer *tu e eu*, *você e eu*, *ele e eu*. Alguns puristas, sem mais detido exame, viram nesta inversão das pessoas do discurso imitação francesa e, por isso, condenaram o procedimento. Aliás, poderiam também pensar numa imitação do espanhol, já que franceses e espanhóis costumam assim deslocar tais pronomes quando desejam imprimir à expressão um toque de sua educação e apreço à pessoa a quem se dirigem. A verdade, porém, é que conhecedores profundos de nossa sintaxe, Mário Barreto, por exemplo, ensinam que é indiferente dizer, quanto à vernaculidade, *eu e tu* ou *tu e eu*, *eu e ele* ou *ele e eu*.

Sabemos todos que a gramática exige a concordância do verbo na 1ª pessoa do plural quando o sujeito composto da frase é constituído por pronome

de 1ª pessoa e por pronome de 2ª ou 3ª pessoas, ou ainda por substantivos ou fórmulas de tratamento aplicados à pessoa a que nos dirigimos: *eu e tu trabalhamos*, *eu e ele saímos cedo*, *eu e meu irmão o visitamos*, *eu e o senhor estudamos português*.

Extrapolando a norma gramatical, a intenção de marcar o traço da polidez tem levado alguns escritores (que sempre timbraram em exprimir-se com muito respeito à vernaculidade) a substituir a regra da primazia da 1ª pessoa pelo privilegiamento da 3ª pessoa; nestes casos, não ocorrerá o pronome tu, principalmente se o predicado ou parte dele antecede o sujeito. Mário Barreto (*De Gramática e de Linguagem*, I, 15 1-2) cita os seguintes exemplos: "... e s. exc.a respondera, declarando aceitaria, sob a condição de anuírem o barão do Rio Branco e eu" (Rui Barbosa). "Dize-lhe que não há sobre a terra um lugar onde caibam ele, eu e o meu ódio" (Alexandre Herculano). Lembra ainda nosso ilustre sintaticista este do espanhol: "Admiradas quedaran tu madre y yo!"(Cervantes).

Liberto do princípio gramatical, Mário Barreto considera tal concordância uma liberdade ou uma licença, nunca um erro. Acredito que, no exemplo de Rui, a intenção de expressar a modéstia teria ficado a meio caminho se o verbo fosse posto na 1ª do plural (anuirmos), como, segundo o testemunho de Cândido Jucá (filho), emendou nas provas tipográficas do passo referido o nosso Rui Barbosa.

Não fiz referência ao fato no momento próprio, mas cabe agora lembrar que, usando *nós* por *eu* ou *vós* por *tu*, o adjetivo a eles referido pode ficar no singular, para indicar que se trata de referência a uma só pessoa: Antes sejamos BREVE que PROLIXO, diz o conselho.

A 3ª pessoa é também um artifício usado na língua para traduzir aquilo a que chama Rodrigues Lapa modéstia cerimoniosa, e ocorre, por exemplo, nos requerimentos a autoridades competentes: *Fulano de tal... pede*, em vez de: *Eu, Fulano de tal, peço*.

Os títulos devidos a pessoas por que nutrimos respeito e consideração fazem parte das normas de etiqueta da linguagem: *Sr. José, Madame Aurora, D. Eugênio Sales*. Acerca deste último, *Dom* (abreviado *D.*), cabe lembrar que a boa tradição da norma do idioma é empregá-lo junto ao nome batismal (*D. Eugênio*), e não junto ao nome de família sozinho, como às vezes se usa: *D. Sales, D. Silva*, etc.

Se a pessoa tem título, menciona-se este, acompanhado ou não de *Senhor*: *O Sr. Doutor sai hoje?* ou *O Doutor sai hoje?*

Já que estamos no terreno do bom emprego de fórmulas de tratamento, creio serem oportunas duas observações. A primeira diz respeito ao uso de *V. Ex.ª*, *Vossa Revm.ª*., *Vossa Santidade*, etc., e *S. Ex.ª*, *S. Revm.ª*, *Sua Santidade*, etc.; a forma com *vossa* aplica-se à 2ª pessoa, isto é, àquela a que nos dirigimos: *V. Ex.ª permitiu*... A forma com *sua* refere-se à 3ª, àquela de quem falamos: *Digo-lhe que Sua Santidade não falará no próximo domingo*.

A outra observação é para lembrar que estas fórmulas de tratamento, apesar de integradas pelo pronome *vossa*, levam desde muito o verbo à 3ª pessoa do singular; *V. Ex.ª sabe, diz, determina*, etc. Digo desde muito, porque, no início, enquanto fórmulas de tratamento respeitoso como *Vossa Mercê, Vossa Majestade, Vossa Alteza*, não se tinham totalmente fixado, o uso misturava-as com os cerimoniosos *vós*, *vosso*. Só a partir do século XVII tais expressões desbancam o concorrente *vós* e possessivos correspondentes. Não levando em conta este histórico dentro da norma idiomática, um ou outro gramático tem, sem razão, defendido o emprego, nos dias de hoje, do verbo na 2ª pessoa do plural e do uso dos possessivos pertinentes; numa atitude oposta, um ou outro estudioso tem condenado o uso da norma vigente até o século XVII em obras históricas de escritores modernos que, versando episódios anteriores àquela época, procuram trazer a seus romances, entre outros elementos decorativos, a linguagem dos tempos de antanho. Alexandre Herculano, por exemplo, tão seguro historiador e tão profundo conhecedor do idioma, é dos que se têm recorrido a este estratagema estilístico e têm sido, pelas razões expostas, injustamente repreendido. Tal emprego é ainda um recurso para fugir ao anacronismo.

Pondo de lado os pronomes pessoais e fórmulas de tratamento respeitoso, passaremos a ver a polidez refletida em outros modos de expressão. As condições de vida moderna e a diminuição das distâncias sociais promovida pela educação política têm procurado dourar a pílula da ordem e do comando de superior a inferior, de mais velho a mais jovem, ou, no trato cotidiano, nas mais variadas circunstâncias e situações que aproximam as pessoas. O imperativo categórico ou exortativo da gramática, aquele que se usa para exigir o cumprimento das ordens, não bem condiz com este movimento de respeito mútuo procurado pelo falante, pois a ordem (agora mais um pedido ou uma súplica, um desejo) é expressa por entoação ascendente ou elevação do tom de voz. Naturalmente, a princípio, procurou-se amenizar a situação

com o expediente de ser enunciado o pedido em tom de voz amena, com a curva entonacional descendente. Já era uma tentativa de solução.

O estratagema utilizado deveria, todavia, encontrar sérios obstáculos porque se restringia à língua falada, já que não se tinha como registrar na escrita a mudança da curva melódica da frase; por outro lado, continuava-se com o emprego de mesmo modo verbal. Era necessário buscar novos meios de expressão.

O movimento seguinte neste sentido foi a utilização de expressões que traduzissem com mais eficácia a polidez, juntando-se, para tanto, ao imperativo, fórmula como *por favor*, *por obséquio*, etc.: *Entregue-me isto, por favor*. Ou então frases com falsas interrogações, já que não se espera nenhuma resposta imediata: *Quer fazer o favor (a gentileza, o obséquio) de entregar este livro ao porteiro?*

Cabe lembrar que a entoação como sinal e expressão de polidez não fica restrita ao uso do imperativo, mas se estende a outros elementos de unidades linguísticas.

Outra manha de linguagem para atenuar as situações de ordem ou comando é o uso do plural do verbo como se o falante quisesse associar-se à ação que deseja que o seu interlocutor execute: *Levemos o livro ao porteiro*. Tal expediente é aproveitamento do chamado plural de convite, que muitas línguas conhecem. Assim, a mãe que, insistindo em dar o remédio que o filhinho rejeita, induz a criança a fazê-lo com a seguinte falsa associação: *Vamos tomar o remedinho*. É tão interessante este uso, que a mãe pode dizer: *Vamos tomar o remedinho e depois vamos passear*, onde a efetiva companhia só se dará em relação ao passeio. O remédio a criança tomará sozinha.

Por este caso, vemos que, mesmo entre pessoas que não guardam cerimônia entre si, a polidez pode refletir-se na linguagem. De modo que, é frequente entre amigos o imperativo ser substituído pelo presente do indicativo: *Tu vens comigo hoje ao cinema*. *Não te esqueces do meu pedido.*

Suaviza-se a expressão do tipo *Eu quero telefonar* ou *Eu preciso sair* substituindo-se o presente pelo imperfeito: *Eu queria telefonar* ou *Eu precisava sair*. Muitas vezes o interlocutor por fingida brincadeira ou por não descodificar corretamente o uso do imperfeito, replica: *Então já não quer? Não quer mais?*

A pergunta com vista a obter informações de outrem, mesmo nos casos em que a função precípua do nosso interlocutor seja atender a esses pedidos

de informação, vem, entre pessoas educadas, acompanhada de variadas expressões de polidez: *Que horas são, por favor? Quer fazer o favor (a gentileza, o obséquio) de me dizer as horas? Poderia dizer-me as horas, por favor?* E assim por diante. Em tais situações, o francês usa *s'il vous plaît*. Só entre pessoas de intimidade é que se dispensam tais fórmulas: *Que horas são?* Fora deste caso, a não utilização dessas expressões é sinal de pouca civilidade e atenção às boas normas da convivência social.

Muitas vezes, o interlocutor não entende a pergunta que lhe foi dirigida, e aí é necessário solicitar à pessoa que a repita. Familiarmente, basta um *quê*? um *como*? ou mesmo um *hein*? (*hem*?) ou um *hã*? Menos familiarmente, *como disse*? Todavia, se não houver intimidade e se quiser o interlocutor ser mais gentil, põe a língua à sua disposição algumas maneiras para expressar a polidez. Além de *Queira repetir por favor* (*faz favor*) ou *Não entendi, desculpe-me,* podemos empregar, como, por exemplo, fazem os espanhóis e franceses, *Perdão*. Em francês, em tais situações, é sinal de vulgaridade o emprego de *Quoi*? Traduz-se aí a polidez por meio de *plaît-il* (e não *s'il vous plaît*?), *comment [dites-vous]?*

Nas fórmulas de agradecimento, usa-se de *[muito] obrigado*, por *[muito] agradecido*, onde os adjetivos *obrigado* e *agradecido* devem concordar, como é de regra, com a pessoa a que se referem, isto é, se homem, *obrigado*, *agradecido*, se mulher, *obrigada*, *agradecida*: José respondendo: *Muito obrigado*! Maria: *Muito obrigada*! Na língua coloquial e popular empregam-se esses adjetivos sem flexão de gênero, isto é, Maria agradecendo, *Muito obrigado*! Uma vez por outra ouço a homens: *Muito obrigada*! ou *Obrigadinha*!

Embora não seja caso de polidez, é oportuno neste momento lembrar que no oferecimento que se faz a alguém mediante a expressão *Está servido*, emprega-se entre nós sem flexão também a forma adjetiva *servido*: *José, você está servido*? (em geral mostrando o que se está a comer ou beber), *Maria, está você servido*? ou, simplesmente, em ambos os casos, *Servido*? Acontece que *servido* há de concordar com a pessoa ou pessoas a que estamos oferecendo algo: *José, servido*? *Maria, servida*? *Vocês aí, estão servidos*?

Nas respostas afirmativas ou negativas, manda a etiqueta que, entre pessoas de cerimônia, não se use simplesmente *Sim* ou *Não*; cumpre dizer *Sim, senhor (senhora)* ou *Não, senhor (senhora)*, fórmulas que têm os dois

elementos tão solidários entre si, que não se faz pausa entre o *sim* (ou o *não*) e o vocativo *senhor* (*senhora*), apesar de haver obrigatoriamente a vírgula.

Nas situações de desmentidos, em que se contraria o dito ou o pensado pelo nosso interlocutor, as manhas de linguagem para não ofender o semelhante são também variadas. Já o nosso Padre Antônio Vieira, trezentos anos atrás, nos dizia mais ou menos isso, pois cito de memória e modernizando-o, que o *não* (no seu texto escrito *non*, o que facilita o entendimento de parte de sua argumentação) é uma palavra terrível, não tem direito nem avesso, e por qualquer lado que o tomemos, sempre nos será desagradável, sempre nos magoará. Assim é que estamos constantemente a suavizar nossa opinião contrária: um dos recursos utilizados consiste em substituir a negação por uma interrogação: em vez de *Você não está com a razão* dizemos *Estará você com a razão? Pensa você mesmo assim?*

É no léxico, no uso de palavras que procuram atenuar certos conceitos e opiniões, que a polidez nas línguas é mais evidente, é moeda corrente em todos os estratos sociais. São os *eufemismos* que têm também sua contrapartida, os *disfemismos*. Chamam-se *eufemismos* os vocábulos e expressões que procuram atenuar o impacto negativo que provocam entre pessoas certas alusões a doenças, defeitos, ofensas, superstições e outras noções que ferem a decência ou machucam a sensibilidade. Está claro que não entram só aqui as razões de cortesia, mas ainda o respeito a crenças religiosas e superstições. Muitos desses eufemismos têm origem em tabus linguístícos, de modo que se torna muitas vezes difícil fazer entre eles nítida e rigorosa separação. Os eufemismos e disfemismos se acham hoje bem estudados, na área da língua portuguesa, por mestres que escreveram trabalhos notáveis, como são, entre muitas outras, as obras de João da Silva Correia, Delmira Maçãs e Heinz Kröll (todos com especial atenção para Portugal) e Mansur Guérios e Silveira Bueno, mais particularmente para o Brasil. A cortesia está presente na designação de algumas profissões e ocupações como, por exemplo, o antigo *boticário* é substituído por *farmacêutico*; a *empregada* (*doméstica*) ou *criada* passa a *secretária* ou *mulher a dias*; a alusão a *dona de casa* passa a p*rendas domésticas*; o *calista* muda-se em *pedicuro* (*pedicure*), o *salão de barbeiro* (depois *cabeleireiro*) em *salão de beleza* ou, estrangeiramente, *coiffeur* ou *hair-dresser*); os *lixeiros* são hoje os *homens da limpeza*. Modernamente os programas de respeito e amparo aos velhos se dizem programas ao *idoso* ou à *terceira idade*. Também certos males têm substitutos eufêmicos: a *tuberculose* é referida como *tísica*, *doença*

do peito, *fraqueza*, *doença dos pulmões*; da *epilepsia* diz-se *mal santo* ou *sagrado* (por se supor de origem sobrenatural); as doenças venéreas são conhecidas como *doenças feias*, *doenças do mundo*, *mal do mundo*, *mal francês* ou *gálico* (por se considerar proveniente da França). A *morte* e o *diabo* contam com numerosos eufemismos pelas razões óbvias; encheria aqui o espaço com denominações para *morrer*, desde as de caráter literário e religioso, como *finar-se*, *ir desta para melhor*, *passar ao reino de Deus*, até as populares *ir para a cidade dos pés juntos*, *esticar as canelas* ou *vestir pijama de madeira*, sem contar irreverências que o sentimento de respeito e cortesia aos leitores e às boas normas me impedem de lembrar. É de leitura proveitosa o livro do amigo Heinz Kröll *O Eufemismo e o Disfemismo no Português Moderno*, publicado pela Biblioteca Breve, do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, superiormente dirigido pelo Dr. Fernando Cristóvão, e o do amigo de saudosa memória Mansur Guérios, intitulado *Tabus Linguísticos*, trazidos à luz, em 2ª edição, pela Companhia Editora Nacional e pela Universidade Federal do Paraná.

Uma das fontes dos estratagemas de linguagem com vista a imprimir respeito e cortesia às expressões eram, sem dúvida, os laços de atenção que interligavam os membros da família e, num campo mais vasto, da comunidade; hoje estes laços estão mais frouxos, quando não, infelizmente, deteriorados, especialmente nos grandes centros urbanos. O justo movimento de emancipação das mulheres e a busca do nivelamento delas aos homens trouxeram a queda de alguns traços distintivos entre os dois sexos: a aparência física, os trajes, os adereços e, como não poderia deixar de ser, a linguagem. Os termos grosseiros (antigamente, pelo menos em público, privativos do homem) ganharam foros de cidadania entre as mulheres, e os palavrões correm soltos dos velhos às crianças no recesso do lar, na via pública, nas áreas de lazer de luxuosos condomínios, na escola. A onda contra a censura (mesmo nos casos em que o bom senso a recomendaria) levou ao cinema, ao teatro e já agora à novela de todos os horários, os termos chulos. Sabemos que as palavras, como as coisas, se desgastam pelo uso; a frequência que se registra hoje do emprego dessas expressões grosseiras poderá levar a língua portuguesa a uma lacuna no seu repositório de termos chulos, e aí essas pessoas que não passam sem eles, ficarão em dificuldades para se maltratarem e se xingarem mutuamente, pois os palavrões estarão tão desgastados, que não se sentirá neles a antiga maledicência que transmitiam. Aliás, isto já está acontecendo. Os atuais dicionários do palavrão se constituirão em peças de

museu e de investigação linguística como hoje acontece com os glossários e elucidários da língua arcaica. Se não houver um repensar na educação em sentido amplo, falantes de português terão de expressar unicamente seus xingamentos por meio de gestos, como fazem hoje para um ou outro mau pensamento em relação a seu próximo. Eles se terão aproximado ainda mais dos macacos: *Asinus asinum fricat*, para dar ao tema um sabor de sabedoria clássica.

Poluição linguística

Carlos de Laet, professor de Português, escritor exímio, jornalista fecundo e polemista vigoroso, escreveu, certa vez, uma crônica em que denunciava o mau emprego de grandes inventos. Entre eles, estava a imprensa, destinada, no sonho de Gutenberg, a ser a trombeta da justiça e das demais boas causas, mas que se tinha transformado, na mão dos homens, em veículo de jogos escusos e da potoca.

A crônica vem-me à lembrança quando ouço e leio o mau emprego da Linguística por leitores apressados de grandes mestres, quando aqueles transpõem o objeto e método da nobre e indispensável disciplina para a sala de aula, para a seara de trabalho do professor de Língua Portuguesa.

Muitos linguistas têm chamado a atenção para o fato de que os modelos teóricos levantados para o estudo e descrição científica das línguas não pretendem, primordialmente, modificar o trabalho do professor de línguas; mas até adiantam, como o fez Chomsky numa de suas comunicações a congresso de especialistas, que não acreditam na plena eficácia desses modelos teóricos, quando aplicados a fins pedagógicos. Está claro — e ninguém põe em dúvida o fato — que o aperfeiçoamento científico da teoria linguística pode ter repercussão benéfica em determinados aspectos do ensino das línguas; mas isto está longe de significar que o linguista vai assumir o papel de professor de língua, ou que este se vai transformar naquele.

Mattoso Câmara Jr., que introduziu no Brasil a Linguística, faz a respeito destas diferentes tarefas, considerações judiciosas, que cumpre recordar:

"A gramática descritiva, tal como vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem ao seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos da higiene, que é independente da biologia. Ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade.

A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa.

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas". (*Estrutura da Língua Portuguesa*, 1970, p. 5).

Reclamam, com razão, os críticos da gramática normativa, que os exemplos de suas recomendações de bem falar e escrever se baseiam, muitas vezes, na produção literária de Camões, de Vieira, de Frei Luís de Sousa... e até de Machado de Assis. A verdade, todavia, é que tais exemplos de autores quinhentistas e seiscentistas abonam fatos da língua correntes ainda hoje: são questões de gênero e número, concordância nominal e verbal, certas regências verbais e nominais, que não se modificaram neste longo espaço de tempo do século XVI aos nossos dias. Mas como tais autores usavam, por outro lado, construções e formas hoje obsoletas, não é de boa orientação metodológica sincrônica tomá-los por modelos, ainda que sejam para fatos vigentes hoje.

Já em relação a Machado de Assis, que escreveu no português contemporâneo (séculos XIX e XX), o repúdio ainda é mais inconcebível, quando se diz que as regras de gramática normativa não se podem nortear pelo uso da língua artificial e imposta. Que língua ou que variedade de língua se há de considerar como modelo? Aí as opiniões se dividem: os populistas ou igualitários defendem o liberalismo linguístico, que faz da língua falada a modalidade natural e espontânea; os que acreditam na necessidade de uma feição mais cuidada como veículo de cultura defendem uma modalidade neutra — não sofisticada como a língua literária. É nesse momento que surge a

proposta de substituir a língua literária pelo que entendem como língua da imprensa.

Os que querem alijar da documentação dos fatos linguísticos a língua literária — por artificial e imposta —, apontam por modelo ideal na sala de aula de Língua Portuguesa (local de que foram banidas as antologias literárias, substituídas por artigos de jornais) crônicas do dia a dia, estas quase sempre envolvendo situações de humor para despertar nos alunos o gosto pela leitura e o conhecimento adequado do uso vivo do idioma.

Esta prática de valorizar a língua natural e espontânea não data de hoje, bem como a ojeriza da presença da aula de gramática na sala e nos compêndios escolares. A par desta orientação, surgiu a tal da aula de criatividade, do respeito da produção criativa da criança e do adolescente, e, nos seus corolários pedagógicos, a decisão de que a redação do aluno é intocável. Qualquer correção por parte do professor é considerada intervenção indébita, um atentado à liberdade linguística do educando. Com honrosas exceções, pois felizmente sempre as há, a aula de língua portuguesa se transformou na presença, em sala e no discurso do alunado, dos usos das variantes familiar, coloquial e popular; em poucas palavras, a aula se transformou no que chamo mesmice idiomática.

É bem verdade que antes, durante e depois dessas inovações, havia muito excesso, por parte de alguns professores que transformavam a aula de português numa aula de teoria gramatical ou num museu de recomendações puristas agasalhadas pela prática de clássicos de um passado remoto. Da primeira atividade já se queixava o professor Said Ali num prefácio, datado de 1898, à *Sintaxe da Língua Portuguesa*, de Leopoldo da Silva Pereira:

"Sentem (os tais professores) o indomável prurido de transmitir as novidades científicas, quaisquer que sejam, a todos os que os ouvem; e como é reduzido o número dos adultos dispostos a deliciar-se com a audição dessas áridas doutrinas, procuraram as suas vítimas nos meninos que, como alunos, têm o dever de prestar atenção aos mestres, nessas plantas tenrinhas que com um excesso de adubo científico definham em vez de se desenvolverem".

O resultado dessas incursões pedagógicas e doutrinárias, somando-se ao descaso das autoridades competentes e da sociedade como um todo aos problemas da Educação e da Cultura, vê-se hoje no uso lastimável e gaguejante do idioma nas escolas de 1.° e 2.° graus e na de nível superior, continuando na prática dos egressos dessas instituições.

A dicção desleixada dos locutores e artistas, o pobre português ruim que vai das letras de nossa música popular às petições de nossos advogados, aos pronunciamentos de nossos políticos, aos cartazes oficiais e privados e aos anúncios de nossa cadeia de televisão, denunciam o desprezo e a má preparação da língua materna. O capricho em falar bem a língua dos outros corre paralelo ao descaso ao uso da língua portuguesa:

A decência linguística nesse contexto é traço de servilismo e colonialismo, contra o que muitos desses falantes deblateram em praça pública.

Anualmente, professores que examinam nos vestibulares ao ingresso das universidades, colhem as "pérolas" escritas por candidatos que a escola considerou aptos para a luta encarniçada em busca de um posto na sociedade, pérolas que fazem rir (em vez de chorar) quando exibidas pela imprensa. Recentemente (*O Globo* de 24 de março), tivemos conhecimento de algumas dessas "pérolas" recolhidas: de grafias do tipo de *falças promeças*, *reflecções passíficas* a asnáticas mensagens que nada dizem com muitas palavras: "Sempre ou quase sempre a TV está mais perto de nosco"...

Enquanto isso rola (rolar é o verbo da e para a galera da televisão numa prova de apelação linguística), ficamos à espera de medidas eficazes em prol da Educação e da Cultura, uma vez que nos incomodam e preparam dias funestos ao futuro de nossa sociedade a educação e a cultura que "rolam" por aí.

Perguntou-me certo aluno, durante uma aula, por que havia tantas discordâncias entre os gramáticos e por que eles não se reuniam para acertar as divergências, trazendo com isso alegria e tranquilidade a todos. Respondi-lhe que era necessário distinguir, no caso em tela, discordâncias e discordâncias, isto é, se estas se situam no plano dos fatos da língua ou se circunscrevem ao plano da teoria gramatical, vale dizer, à utilização de modelo teórico de que se serve o pesquisador para descrever os mesmos fatos gramaticais.

Se fizermos tal distinção, vamos ver que as discordâncias praticamente inexistem no primeiro plano, isto é, todas as gramáticas concordam que, na língua padrão ou de cultura, o verbo *assistir*, empregado com o significado de "estar presente", se acompanha da preposição *a* (Assistiu-se ao espetáculo, e não Assistiu-se o espetáculo); que o presente do indicativo do verbo *vir*, na 1ª pessoa do plural, é *vimos* (e não *viemos*); que o plural de *cidadão* é *cidadãos* (e não *cidadões*); que o verbo *haver* não se pluraliza empregado em frases do tipo *Houve enganos*, *Havia enganos* (e não *houveram* e

haviam, respectivamente); que o verbo fica no singular em frase do tipo *Precisa-se de empregados* (e não precisam-se de...); que há uma excrescência no emprego da preposição *de* em predicados do tipo *Acho de que o problema tem solução* por *Acho que...*

Já começarão as divergências quando, por exemplo, a questão é saber se a prefixação é um processo de derivação ou de composição, ou se o se é sujeito em frase do tipo *Vive-se* ou *É-se feliz*, ou se estamos diante de predicado verbal ou verbo-nominal em frases do tipo *Encontraram a porta aberta*, ou se *cercado* é adjetivo ou verbo no particípio em frases do tipo *A fazenda está cercada*, ou ainda, na conceituação de *vogal*, *sílaba*, *frase*, etc., etc.

Mas estas últimas divergências não são de fatos de língua portuguesa, mas de teoria lingüística, de posição ou modelo teórico do especialista. Neste caso, como há diversas correntes e diversos modelos de descrição das línguas concretizadas nos fatos de língua ou nos atos de fala, é perfeitamente válida a existência de diferentes e, portanto, de divergentes soluções e classificações no plano teórico.

O que tem ocorrido, cada vez com mais frequência, é que onde as pessoas têm de aprender os fatos da língua na sua modalidade culta — na escola de 1.º e 2.° graus — não o fazem ou o fazem de maneira insuficiente e, quando procuram nos cursos de Letras aprender o que não aprenderam na escola, veem-se envolvidas com a teoria gramatical. Como não têm conhecimento dos fatos da língua, vão aprender a teorizar o quê? Limitam-se a repetir, sem compreender a essência dos fenômenos, os modelos oferecidos em aula, e saem da Universidade sem o conhecimento suficiente da língua para praticá-la e ensiná-la aos alunos de 1.° e 2.° graus. Há os que têm consciência de sua fragilidade na matéria que lecionam ou vão lecionar, e encontram maneiras de recuperar-se; mas há os que se escondem sob um dos dois disfarces: não ensino gramática porque a linguística mostrou que ela está toda ou quase toda errada, ou todas essas regras já eram, são coisas que hoje não mais se usa (usam mesmo o verbo no singular, porque o que hoje se diz e escreve é *aluga-se casas*, e não *alugam-se casas*, explicam). Dos dois disfarces extraem o seguinte lema de comunicação: "o que importa é que me entendam".

E o mal não é exclusivamente do brasileiro; em livro recentemente publicado em Portugal, o incansável e competente José Pedro Machado (*Ensaios literários e linguísticos*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995, p. 221) repete a opinião de falantes a quem se cobra uma língua decente: "Temos

mais em que pensar!", "Há lá tempo para ir atrás disso!", "Isso não interessa!", "O que importa é que entendam o que quero dizer, o resto é paisagem!".

Carta do leitor no Rio profligava há dias dois atentados à gramática na exortação nacional da UNE: *Se liga 16!* Da mesma forma que em Portugal se ouviu e leu muito o "peço-vos que vão votar".

Silva Ramos, professor que ilustrou a cátedra do Colégio Pedro 11, em artigo que deveria ser lido e meditado pelos que ensinam a língua portuguesa, tocava neste mesmo ponto, e dizia do alto do seu saber:

"Toda nação tem o seu código de bem falar e escrever em que se instruem os naturais até aos quinze ou aos dezesseis anos, e cada qual procura exprimir-se de acordo com ele, abandonando os problemas da língua aos filólogos e aos gramáticos a quem compete destrinçá-los.

Entre nós, que sucede? Os estudantes de português e muitos dos que escrevem para o público descuram inteiramente da gramática elementar, para se interessarem pelas questões transcendentes: a função do reflexivo *se*, se ele pode ou não figurar como sujeito, o emprego do infinitivo pessoal e do impessoal, qual o sujeito do verbo *haver* impessoal e outras que tais cousas abstrusas que nada adiantam na prática.

Que resulta daí? E que, por ignorarem os verbos, não reparam, por exemplo, em que os compostos de *ter, pôr* e *vir* acompanham as irregularidades dos simples, pelo que é comum encontrarem-se frases como estas: "quem se *deter* a observar os fatos", "*entretia-se* a atirar pedras por cima do muro", quem *supor* que faltamos à verdade vá lá ver", "poderá adquirir terrenos onde lhe *convir*" (Em ar de conversa apud Sousa da Silveira, *Trechos Seletos*, Rio, Briguiet, 7.a ed., 1963, p. 151-152).

Embora a linguagem seja marca tão inerente ao homem, que cientistas o classificam por ela (o homem é o animal que fala), é surpreendente o desconhecimento que ele revela, da natureza desse admirável instrumento de comunicação com seus semelhantes. Uma prova disto se patenteia quando pedagogos e autoridades do ensino resolvem, imbuídos dos melhores propósitos, combater a decadência da língua por meio de medidas que a experiência repetida tem mostrado serem ineficazes. A língua portuguesa está empobrecida; é preciso revitalizá-la. A língua portuguesa está em franca decadência, e coisas que tais, são afirmações que se ouvem, reclamações que se praguejam, refletidas no mau uso do idioma por parte de alunos, de universitários das mais variadas categorias, do pessoal de imprensa e de quantos têm, por sua formação, o dever e a necessidade de bem se sair da empresa.

Partindo do pressuposto de que o combalido idioma tem existência independente do homem que dele se serve, apontam remédios que, adotados, se têm mostrado ineficientes. Uma proposta muito comum é oferecer ao alunado mais aulas semanais de língua portuguesa, saturando a já inchada carga horária. Tem-se adotado tal expediente sem que se tenham obtido os resultados que dele se esperavam.

Outra tentativa é o esforço de se reintroduzir o latim no curso de 1.º e 2.° graus, sob a conhecida alegação de que para se saber um dedo de português é preciso conhecer dois dedos de latim. A proposta tem dois vícios evidentes. O primeiro é que se isso fora verdadeiro, poucos escritores em Portugal e no Brasil teriam podido oferecer-nos as jóias de seu talento literário, exatamente por não saberem patavina de latim. O segundo é reduzir uma língua rica e importante como o latim, à triste condição de ancila do português, de muleta para sustentar a ignorância da língua materna. O latim tem características de valor cultural e linguístico que o impõem como disciplina de prol num curso de humanidades, e países não românicos — como a Alemanha, a Inglaterra, a Finlândia e a Rússia — fazem dele matéria indispensável no currículo que seus jovens estudantes têm de cumprir.

Linguisticamente, já o disse do alto de sua competência Meyer-Lübke, a sintaxe das línguas neolatinas modernas e — aí é o campo onde reside a maioria do despreparo da turma — está mais próxima, em muitos aspectos, do alto alemão moderno ou do grego moderno do que do latim antigo, sendo, assim, reduzido o papel de ajutório da língua de Cícero à língua de Camões e de Machado de Assis.

Outros especialistas optam por introduzir no currículo lógica ou filosofia, na esperança de que tais disciplinas organizem melhor o pensamento dos jovens e, por consequência, disciplinem a estruturação frasal do seu discurso falado ou escrito.

E também desses expedientes não se obtiveram os resultados desejados, e a razão disso é que a nossa sociedade, nas suas diversas agências de cultura — a escola, a literatura, a imprensa, o teatro, a televisão e o rádio —, com poucas e honrosas exceções, não tem dado a devida importância ao código de bem falar, de que se preocupa toda sociedade culta ou que aspira a ser culta.

A língua não está combalida por si mesma; quem está combalida é a cultura dos que a falam e a escrevem; a língua, refletindo-os, denuncia esse estado de indigência.

Já o pedagogo e polígrafo morávio (Tcheco-Eslováquia) Comênio, (1592-1670), considerado o pai da moderna pedagogia, comentava: A culpa não é das línguas, mas dos homens, se alguma língua se revela obscura, mutilada e imperfeita para significar aquilo que é necessário (...). Não faltaria, portanto, nada a nenhuma língua, se aos homens não faltasse o engenho (*Didática Magna,* 432-433 da trad. port.).

Se se quiser mudar ao que hoje se assiste, há de se adotar o sistema a que um meu amigo, prof. Pedro Luís González Pastor, da Universidade Nacional de San Agustín, de Arequipa (Peru), chama glossocentrismo, segundo o qual todo professor de qualquer disciplina do currículo seja um mestre também cioso pelo bom desempenho linguístico dos seus alunos, não ficando exclusivamente esta tarefa a cargo do professor de língua e de literatura de língua portuguesa. Nessa tarefa glossocêntrica também há de empenhar-se a sociedade como um todo por meio de suas múltiplas agências de cultura, quais sejam a televisão, o rádio, a imprensa, o teatro, o cinema e... a literatura. Está claro que com isto não se propõe a volta do *magister dixit*, o império do purista aprisionado nos ditames dos clássicos quinhentistas e seiscentistas, dos Vaugelas que defendem a petrificação e imobilização das formas linguísticas. O que se pretende é a conscientização de que todo falante, nos momentos de utilização da língua de cultura, saiba fazê-lo com coerência na formalização ao propósito expressivo do seu texto.

Em última análise, o que se quer, como bem disse Pedro Salinas, "é despertar (na pessoa) sua sensibilidade para o idioma, abrir-lhe os olhos às potencialidades que nele existem, persuadi-lo, pelo estudo exemplar, de que será mais pessoa e melhor pessoa se usa com maior exatidão e finura esse prodigioso instrumento de expressar seu ser e conviver com seus semelhantes" (*La Responsabilidad del Escritor*, p. 56-57).

As palavras têm seu destino

A célebre frase de um verso incompleto do poeta latino Terenciano Mauro (nascimento e morte em datas desconhecidas, mas durante ou logo depois do séc. 111 d.C.), referida aos livros, *Habent sua fata libelli* (Os livros têm seu destino), pode perfeita e rigorosamente aplicar-se às palavras, no seu percurso nos livros, nos dicionários, na leitura e interpretação das pessoas, na transmissão oral: *Habent sua fata vocabula*.

São conhecidas histórias de palavras que nasceram da má leitura de textos antigos; algumas dessas invenções tiveram vida efêmera. E o caso de *canto de ledino*, que aparece na écloga de Cristóvão Falcão, na edição de Birckman, e que levou Teófilo Braga a acreditar que na literatura portuguesa houvesse um gênero de *cantos de ledino*, o que nunca existiu. Com esta denominação, o gênero foi agasalhado por mestres de saber profundo, como D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, e por Francisco Adolfo Coelho, que logo estendeu a denominação aos cânticos de romaria, além de ilustres estrangeiros, como Emesto Monaci, Ugo Canello e Menéndez y Pelayo, entre outros.

Quem deu pelo erro de leitura de *canto de ledino* foi Epifânio Dias na sua edição das *Obras de Christóvão Falcão* (Porto, Magalhães & Moniz, 1893). Mostrou que se deveria ler *canto dele dino* (= digno dele), lição que logo abraçou D. Carolina no Quadro da Literatura Portuguesa, que escreveu para o *Grundriss*, de Gröber (cf. *Revista Lusitana*, vol. 111, Porto, 1895, pág. 355 n.1).

Outras vezes é o erro de revisão que desorienta o leitor. Conhecemos, em nossos estudos de língua, dois ou três casos bem reveladores. O primeiro ocorreu numa obra do filólogo Otoniel Mota sobre o pronome *se*, na qual procura discordar da interpretação oferecida por Said Ali, em artigo publicado no fim do século passado e, a partir de 1908, recolhido nas *Dificuldades da Língua Portuguesa*, uma das obras mais profundas e penetrantes que se escreveram acerca do nosso idioma.

O opúsculo de Otoniel Mota, publicado em 1905 e com 52 páginas, com o título *Ensaio Lingüístico*, faz finca-pé em alguns exemplos clássicos onde ocorre o pronome *se*, e aí cita o de Castilho, que aparece na bela introdução aos dois volumes da Livraria Clássica dedicados ao Padre Manuel Bernardes: Por tudo isto se admira Vieira; a Bernardes admira-se e ama-se (assim citado por O. Mota).

Said AIi respondeu ao opúsculo de Otoniel Mota com uma breve nota de rodapé de página, balançando a teoria difundida pelo seu opositor pelo simples fato de estar o exemplo mal transcrito:

"E o mais bonito de tudo é que Otoniel Mota está equivocado: o primeiro membro também tem a preposição *a*. O trecho devia ser citado assim: "Por tudo isto se admira a Vieira (*e não se admira Vieira*); a Bernardes admira-se e ama-se" (...) Logo, quanto à elucidação que nos havia sido dada, ficará naturalmente o dito por não dito" (*Dificuldades*, 5.a ed., pág. 95 n. 2).

Laudelino Freire foi um extremado cultor do vernáculo que, além de obras de sua própria oficina, se notabilizou pelo carinho e dedicação com que manteve, por vários anos, a *Revista de Língua Portuguesa*, a publicação de maior vitalidade no gênero, saída no Rio de Janeiro. A esta *Revista* veio juntar-se a *Estante Clássica*, também com uma dezena ou mais de números relativos a excelentes escritores brasileiros e portugueses, todos eles acompanhados de introdução e notas a cargo dos melhores especialistas, alguns dos quais de rara produção no Brasil, como José Joaquim Nunes e Júlio Moreira.

Não contente com tantas iniciativas em prol do estudo e difusão do idioma, foi responsável, em 1922, por uma edição fotografada da 2ª edição de 1813 de um tesouro da lexicografia portuguesa, o *Dicionário* de Antônio de Morais Silva, esgotadíssimo e indispensável instrumento para leitura dos clássicos.

Com seu nome ocorre ainda um excelente *Dicionário*, do qual não foi exclusivo responsável. Começou com a colaboração de vários especialistas (João Guimarães, Artur de Almeida Torres, Modesto de Abreu, Alírio

Réveilleau, Agenor Macedo, entre outros), como obra de equipe, acabou tendo por principal colaborador até o fim da publicação o professor paulista João Luiz de Campos, especialmente depois da morte de Laudelino Freire, quando já estavam concluídos os materiais relativos à letras A e B.

Apesar desse convívio e experiência das leituras filológicas, Laudelino não era um especialista no rigor do termo.

O seu preparo de vemaculista não lhe evitou várias lições que logo mereceram crítica de estudiosos. É aí que entra o opúsculo do Conde Pinheiro Domingues, lexicógrafo dotado do conhecimento de várias línguas, leitor de uma vasta gama de autores clássicos e pré-clássicos de todos os gêneros literários e dono de uma biblioteca especializada em lexicologia e lexicografia que faziam inveja a qualquer pesquisador europeu ou americano. O Conde Pinheiro Domingues, que ainda menino e moço chegamos a conhecer pessoalmente, estava, como ninguém entre nós àquela quadra, preparado para levantar os primeiros alicerces do nosso imprescindível dicionário histórico, ainda hoje não trazido à luz, infelizmente. Com seu falecimento, em dezembro de 1947, ficaram seus estudos esparsos em revistas, jornais e opúsculos, quase sempre escondidos sob a capa de pseudônimos. Ainda acalentamos o sonho de publicá-los em honra de tão excelente cultor de nossas lexicografia, que reunia ainda — e o dizia com orgulho — a honra de ter sido aluno de Epifânio Dias.

Com esta bagagem de informações técnicas não lhe foi difícil encontrar senões na série em que Laudelino, à medida que ia lendo e relendo os livros de Camilo, lhes apunha comentários, *maxime* de vocabulário. E, num desses tópicos, ao Laudelino defrontou-se-lhe uma palavra que lhe era desconhecida. Dele e dos léxicos todos compulsados pelo comentarista, que logo se imaginou diante de um hápax, isto é, de uma palavra que ocorreu uma única vez em obra de qualquer gênero. Era, realmente,

Veio o Conde e mostrou-lhe que infelizmente não se tratava de um hápax, e sim de um erro de impressão, por azar do pesquisador, corrigido na Errata, ao final do livro consultado.

Falávamos de más leituras de palavras que têm levado estudiosos a falsos caminhos. Casos destes ocorreram com mestres de larga experiência e valor, entre os quais lembramos agora João Ribeiro, num dos capítulos desse livro encantador, de leitura saborosa, repleto de lições admiráveis, intitulado *Curiosidades Verbais* em 1ª edição pela Melhoramentos (1927), em 2ª

edição, pela Livraria S. José, do saudoso Carlos Ribeiro, com prefácio do não menos saudoso M. Cavalcanti Proença, e em 3ª ed. pela ABL.

Trata-se do cap. 38 em que procura explicar a palavra *granadeces* que aparece numa *Cantiga de Santa Maria* escrita pelo rei-trovador Afonso X, *o sábio, do século* XIII. Comenta João Ribeiro, lendo o texto da edição parcial preparada e anotada pelo erudito Padre Augusto Magne, que o passo:

"(...) *provezendo*

Tas santas granadeces",

que o editor interpreta "aumentando as tuas santas excelências", pode ter outra explicação, já que não diz" donde ela se formou". E continua sua lição:

"A palavra 'granadece' deriva de "granado" por sua vez derivada de grano = grão. Uma messe granada era a messe já em grão e, portanto valorizada, de grande preço. A granadece é a preciosidade e excelência ou perfeição. (pág. 140 da 1ª edição).

Depois de citar exemplos de "granado" no livro de *Buen Amor*, do Arcipreste de Hita, do século XIV, conclui:

"Uma cousa "granada" é a que atingiu o seu máximo valor. E daí natural significação que se deve dar às "granadeces" da Virgem Santa, isto é, o preço, "Paramount", de suas excelências e virtudes.

E para finalizar:

"O intuito dessa anotação é o de apenas ajuntar mais um caso semântico em que a ideia de valor, preço e riqueza deriva dos rebanhos e dos campos. Foi dessa origem bucólica que nasceu a moeda universal. (Ibidem, 141).

Ocorre que as pesquisas filológicas e de crítica textual vieram possibilitar-nos o conhecimento de uma fixação textual mais rigorosa e uma das palavras mal grafadas na antiga edição de Leopoldo de Cueto, marquês de Valmar (2 vols., Madri, *Real Academia Española*, 1889), segundo o moderno editor Walter Mettmann (Coimbra, publicada nos *Acta Universitatis Conimbrigensis*, 4 vols., 1959-1972), é *granadeces*, em vez de *grãadeces*, visivelmente filiado a *grande* e não a *grão* (grano), como supunha nosso João Ribeiro, com que vai por terra toda sua explicação por metáfora. Deveu-se o desvio do nosso erudito filólogo à má transcrição promovida pela edição de Valmar.

Aliás, a má transcrição da nasalidade nas vogais em textos medievais portugueses levou a falsas explicações o erudito filólogo alemão Oskar Nobiling. Este mestre por motivos de saúde, se transferiu para o Brasil, em

busca de melhores ares e, em São Paulo, honrou nosso magistério público como catedrático de língua alemã, escrevendo e adaptando entre nós livros didáticos de seu idioma e de inglês.

Nobiling nasceu em Hamburgo, a 30 de março de 1865 e faleceu, prematuramente em Bonn aos 19 de setembro de 19 12, quando mais se esperava de seu profundo conhecimento de línguas românicas, com especial atenção para a literatura medieval portuguesa, campo em que produziu estudos do mais alto valor. Era, portanto alemão, e não suíço, como por vezes aparece nas raras referências biográficas em português.

Em 1907, concorre à cátedra de Filologia Românica da Universidade de Bonn, com a tese *Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, trovador do século XI1I, escolhidas e anotadas (Erlangen), cátedra conquistada por W. Meyer-Lübke. No mesmo ano e na mesma cidade alemã saem *As Cantigas de D. Joan Garcia de Guilhade*, edição crítica, trabalho ainda hoje modelar.

Seu famoso estudo sobre as nossas vogais nasais publicado em alemão em 1903 e traduzido pelas professoras Dinah Maria Isensee Callou e Maria Helena Duarte Marques, na revista *Littera* (n.° 12, out.-dez. de 1974), que dirigimos durante a década de 70, baseara-se na edição preparada pelo orientalista português Guilherme Vasconcelos Abreu (1842-1907). Neste trabalho o editor moderniza e altera a lição dos fatos lingüísticos, entre eles, o final do latim *onem* aparece no manuscrito ora como *am* ora *-ã* (*confissam*, *coraçã*), *Iição* que V. Abreu com base no étimo latino, sistematiza em -õ (*confusõ*, *coraçõ*), o que levou Nobiling a enganos, prejudicando suas conclusões.

Chamamos a atenção do nosso leitor para o caso de palavras que nasceram de má leitura de textos e que, empregadas por pessoas de projeção cultural, acabaram ganhando foros de cidade e entronizadas definitivamente no léxico da língua e nos seus dicionários. E o caso das chamadas *palavras-fastasmas*, "ghost words". Um exemplo clássico é o latim científico *collimare*, que nunca existiu no idioma de Virgílio, até que, provavelmente por falsa leitura de antigas edições de Cícero e Aulo Gélio, o autêntico *colliniare* ou *collineare*, 'alinhar', 'pôr numa mesma linha', foi lido *collimare*. Adotado por Kepler, com aplicação a instrumentos ópticos e tipográficos, e pelos astrônomos do séc. XVII, passou ao italiano que, com quase toda certeza, serviu de fonte de empréstimo às línguas cultas da Europa, inclusive o português, aqui a partir da 2ª metade do séc. XIX.

Originariamente, *colimar* significa observar com instrumento adequado, e depois, por extensão, mirar, visar, como se lê no *Dicionário Etimológico* do saudoso A.G. Cunha.

Outro exemplo interessante — e este mais complicado — é o que registra a história do nome da conhecida planta ornamental *tulipa*, da família das liliáceas. Sem conhecer os pormenores da história, quem poderia sonhar que *tulipa* e *turbante*, este designativo de um tipo de cobertura da cabeça, estivessem tão umbilicalmente associados.

Tudo começou quando um gentil-homem da então região francesa de Flandres, hoje pertencente à Bélgica — Ogier-Ghislain de Busbecq (1522-1592), diplomata, escritor e naturalista, sendo embaixador do imperador Fernando I na Turquia, introduziu na Europa várias plantas do Oriente: além da tulipa, o lilá e a castanha da India. Da tulipa, nas *Legationis Turcicae epistolae* Iv, atribui-lhe a origem turca ("corum [florum] quos Turcae tulipan vocant"). Ora, a tulipa em turco chama-se lâle, enquanto a palavra *tülbent*, de origem persa, indica a conhecida cobertura da cabeça, palavra que já tinha entrado na Europa, mormente na Itália, desde o séc. XV, com a forma *turbante*.

Para Gonçalves Viana o correto seria *túlipa*, proparoxítono, e assim adota a lição nos seus *Vocabulário Ortográfico e Ortoépico da Língua Portuguesa e Vocabulário Ortográfico e Remissivo da Língua Portuguesa*. É praticamente a lição generalizada nos léxicos portugueses, e, quando, por exceção, alguns registram *tulipa*, paroxítono, logo remetem a *tulipa* como a preferida. Outra não foi a acolhida no *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, da Academia das Ciências de Lisboa (Imprensa Nacional, 1940).

Entre nós, no Brasil, o corrente é *túlipa*, paroxítono: o recente *Vocabulário Ortográfico* da Academia Brasileira de Letras agasalha *tulipa*, e registra *túlipa*, como variante prosódica.

Mas cabe agora perguntar em que se estriba a lição recomendada por Gonçalves Viana, *tulipa*. A explicação prende-se à hipótese de que da Holanda, onde a flor recebe o nome *tulp* (pronuncia-se *tölp*), partiu para o resto da Europa e aparece, nos escritos científicos, sob a forma alatinada tulipa que, para Viana, se há de ler *túlipa*, com o acento na primeira sílaba, visto que entre o *l* e o *p* não há vogal, e a flor predileta dos holandeses de lá é que veio, com o nome que lhe eles deram e os mais povos imitam (*Apostilas*, 11, 511).

Esta hipótese da precedência holandesa está por ser comprovada; vimos que a forma *tulpe* aparece documentada em léxico do séc. XVII, enquanto

as primeiras datações na Europa remontam a 1554, nos jardins de Viena de Áustria.

Por outro lado, é curioso observar que Viana tinha diante dos olhos, pois traduziu do holandês para o português e a inseriu nas *Apostilas*, a lição de um filólogo e historiador do porte do holandês Reinhart Dozy (pronuncie dôzi) (1820-1883) sobre *turbante* e *tulipa*: "Tulbant, Tulp — A primeira palavra é o persa *dulbant*, ou o turco *tôlband*. Kiliann dá-o em duas formas, convém a saber, como *turbante*, e como *tulipa* [tulp]. Como nome da flor, tanto ele como Dodoneu só conhecem *tulipa*; em italiano chama-se *tulipano*, e é a mesma palavra que *turbante* [tulband]; os europeus deram-lhe este nome, porque ela, o que também diz Dodoneu (*Cruydt Boek* [livro das plantasl, p. 388b), se parece um tanto com um turbante quando está aberta de todo. Os persas e os turcos chamam a flor lâleh [- lãlehl (11, 511).

Vimos, no trecho citado, três autoridades holandesas, acostumadas a discussões gramaticais — como é, pelo menos, o caso de Dozy, coautor com Engelmann do famoso e prestante *Glossaire des mots espagnols et portugais dérivés de l'arabe* (a 2ª ed., Leyde, E. J. Brill, 1869) —, e em nenhuma há referência a dar à Holanda a primazia de ser o centro difusor da *tulipa* na Europa, nem a discutir a sílaba tônica divergente em *turbante* e *túlipa*, presos a uma única origem oriental. Parece, pois, que o holandês *tulp* só modernamente teria influído, em Portugal, por influência erudita, na pronúncia proparoxítona de *tulipa*, esta sim forma tradicional que marcha, ao lado da espanhola *tulipa*, com a sua fonte francesa *tulipe*.

Esta interferência erudita, contrariando o curso da história, tem contaminado muitos nomes, comuns e próprios; a nosso ver, parece ter acontecido isto com o autor da nossa primeira história do Brasil, Pero de Magalhães de Gandavo, hoje alterado para Gândavo, fato de que falaremos neste livro.

A história do léxico português precisa do concurso dos pesquisadores modernos para sair do atraso em que se encontra, só não maior porque tem merecido a atenção de estudiosos portugueses, brasileiros e estrangeiros.

Mas há muito para se fazer ainda.

A atenção maior de excelentes pesquisadores universitários tem- se voltado para a língua falada, fugaz e indomada, repleta de entornos alheios ao domínio propriamente lingüístico. Enquanto isso, a língua escrita, que, pela sua relativa fixidez, propicia o diálogo permanente de gerações, fica em segundo plano, quando não esquecida.

Nos países de forte rede educacional e cultural, que já contam com excelentes repositórios lexicais, gramaticais e históricos, a devoção da língua falada é um complemento necessário da pesquisa. A língua portuguesa ainda não goza deste privilégio, de modo que a situação atual se mostra danosa ao patrimônio idiomático, tanto no plano sincrônico (do funcionamento), quanto no diacrônico (da mudança).

A toda hora, temos acréscimos e alterações no domínio do nosso léxico; há semanas, lendo a *Revista Lusitana* (1887-1943), vol. IX de 1906, pág. 384, topamos a lição do Rev. Cunha Brito, segundo a qual o que se depreende da lição dos pergaminhos de Ponte é o termo *armuzello*, e não *armazello*, como está no *Elucidário* de Viterbo, e daí transmitido ao Morais, ao Fonseca & Roquete, grafado *armasello,* e ao *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, sob a forma *armaselo*. *O Morais*, em 12 volumes, e o *Vocabulário* da ABL registram *armuzelo* e *armazelo*. A forma nascida de erro de leitura, armazelo, uma palavra- fantasma, deve ser eliminada do nosso léxico, como o declara Leite de Vasconcelos (ibid., 385).

Na esteira da unidade: Moscou ou Moscovo?

Vou desde logo informando ao meu caro leitor que o propósito destas linhas não é dar uma resposta à questão proposta no título acima, porém tão somente discutir alguns pontos em torno da necessária unidade numa seção do léxico português compreendida pelos nomes próprios geográficos e por terminologias científicas e técnicas. Vou também desde logo informando sobre uma distinção àqueles leitores que sempre veem com má vontade esses esforços de unificação de certos aspectos possíveis da língua que falamos e escrevemos, indivíduos que fecham os olhos à consciência da maioria dos utentes de que usamos, na essência, de um só idioma. Discutir, para todos os recantos onde *floresce, fala, canta, ouve-se e vive a portuguesa língua, senhora de si, soberba e altiva*, se vale a pena unificar o nome da cidade russa " se *Moscou*, como ocorre no Brasil, ou se *Moscovo*, como se diz modernamente em Portugal " não é o mesmo que discutir se devemos eleger um dos dois ou o *trem* brasileiro ou o *comboio* português ou, ainda, na mesma linha dos veículos, se o ônibus brasileiro ou o autocarro português.

Estes últimos nomes pertencem à seção do léxico constituído pelas *palavras usuais*, tecnicamente chamadas palavras *lexemáticas*, dotadas de uma função *léxica* propriamente dita, de estruturação primária da experiência por meio das "palavras". Estes termos, ao contrário dos que pertencem à seção aqui em causa, se organizam mais ou menos homogeneamente, e por isso mesmo se opõem lexematicamente e ainda, também por isso, têm a

possibilidade de admitir uma descrição semântica estrutural homogênea e coerente, à semelhança das descrições feitas para a fonologia e para a gramática. Como esta seção não se destina a técnicos, ponho aqui um exemplo dessa configuração estrutural das palavras lexemáticas, com o simples propósito de ser mais bem entendido. *Trem* e *ônibus* (poderia ser também *comboio* e *autocarro*) são unidades do campo léxico *meios de transporte por veículo* que inclui, entre os terrestres, *automóvel, carro, bicicleta, motocicleta, carrinha, camionete (-a), papa-Fila, frescão, furgão*, etc., etc., que se opõem semanticamente entre si por traços distintivos (*por impulsão motora, sem impulsão motora; para uso individual, para uso coletivo; com ar condicionado, sem ar condicionado; para transporte de pessoas, para transporte de animais*, etc.), isto sem contar os meios de transporte por veículos aéreos (*avião, balão, dirigível, zepelim, espaçonave, foguete, ultraleve*, etc.), por veículos marítimos (*navio, caravela, barco, barca, cargueiro, submarino, batiscafo, gaiola, veleiro, lancha, prancha, windsurfe*, etc.), e por veículos anfíbios (*aerobarco, tanque anfíbio*, etc.).

De nada disto ou de quase nada disto participam os nomes próprios de pessoas, os nomes próprios geográficos, os termos das nomenclaturas técnicas e científicas, embora gozem alguns desses do privilégio de outros fenômenos léxicos, como, por exemplo, a derivação (*Brasil* " *brasileiro* " *abrasileirar* " *abrasileiramentos*, etc.).

Toda esta digressão que, espero, não tenha cansado o leitor benévolo, tenta evitar que se façam grosseiras confusões como têm ocorrido com o problema do acordo ortográfico.

O assunto posto hoje em discussão é assaz complexo e demanda não só a interveniência dos filólogos e linguistas, mas também dos geógrafos e historiadores. Não é, pois, sem razão, que estudiosos nacionais e estrangeiros se tenham debruçado sobre a matéria, já que o problema é, como sabemos, comum às outras línguas de civilização. No que toca à língua portuguesa, quanto a nomes próprios e geográficos, tem prevalecido, de modo geral, uma antiga proposta do notável foneticista lusitano Gonçalves Viana, proposta exarada num livro precioso, *Ortografia Nacional* (Lisboa, 1904).

"A maior parte da antiga nomenclatura que usaram os nossos escritores desde o século XV, e mesmo antes até o princípio do século passado, vai caindo em desuso ou sendo menosprezada, não se tendo na devida conta que esse vocabulário e as formas genuinamente portuguesas de nomes próprios de mares, de rios, de terras, de povoações, de quaisquer localidades enfim,

fazem parte essencial do léxico nacional, tão essencial como as demais dições da língua pátria. A maioria, senão todos os compêndios empregados no ensino geográfico, vêm inçados de denominações estrangeiras ou estrangeiradas, mal formadas umas, falsas outras, ilegíveis muitas delas, e não poucas inúteis por já existirem na língua outras, ou melhor autorizadas por bons escritores nossos, ou mais conformes com a índole e particularidades de pronúncia do idioma que falamos e sua ortografia tradicional, cujas feições típicas são característico nacional de tamanha valia como outro qualquer dos que nos diferenciam dos demais povos.

É de necessidade que se restabeleça nos compêndios de geografia, de qualquer grau, a nomenclatura portuguesa empregada pelos escritores do período áureo da nossa literatura, e outros posteriores ao período de fixação de formas da língua portuguesa, modificando-se-lhes apenas as feições ortográficas que sejam evidentemente reconhecidas como arcaicas ou errôneas; com a maior prudência, porém, para que da modificação não resulte alteração na pronúncia portuguesa de tais denominações" (p. 227).

Da leitura atenta do texto de Gonçalves Viana extraem-se quatro princípios que, segundo ele, norteiam ou devem nortear a adoção dos termos geográficos no português: a) a equivalência das unidades léxicas, isto é, tais termos estão no mesmo nível de importância daqueles lexemas que se denominam *palavras essenciais*; b) a necessidade de se pugnar pela adoção de termos que se identifiquem fonética e morfologicamente com as características linguísticas do português; c) a conveniência, para atendimento do item anterior, de restaurar aquelas formas empregadas "pelos escritores do período áureo da nossa literatura"; d) a oportunidade de modificar "as feições ortográficas que sejam evidentemente reconhecidas como arcaicas ou errôneas".

Está claro, como bem acentua G. Viana, que os dois tipos de termos "fazem parte essencial do léxico nacional", mas, como tentei mostrar, não do mesmo modo. Acompanhando o progresso dos estudos linguísticos, o primeiro princípio evocado pelo mestre lusitano está hoje ultrapassado, à medida que, para a descrição lexical e semântica do idioma, não se podem pôr no mesmo nível *Moscou* (ou *Moscovo*) e *trem* (ou *comboio*) resultando daí uma série de consequências de orientação no estudo e descrição da lexicologia, uma das quais vai bolir com o segundo princípio, isto é, com a questão da chamada pureza de linguagem relativamente às duas classes de palavras aqui mencionadas. Vale a pena, neste particular, reviver aqui as palavras muito

oportunas, apesar de antigas, contidas num documento do Congresso de Geógrafos de 1893 e lembradas por outro mestre da língua, Said Ali, e professor de geografia: "As relações sempre crescentes e o intercâmbio intelectual entre as nações obrigam-nos a considerar os nomes geográficos não já como fazendo parte da língua da pessoa que fala ou escreve, mas como propriedade internacional da humanidade. A sua escrita e pronúncia, excetuadas algumas poucas formas tradicionais, não mais devem oscilar de nação para nação, mas fixar-se pelo menos em sua forma principal, ainda quando formas secundárias em muitos casos continuem a existir (Köppen, *Die Schreibung geographischer Namem* apud S. Ali, *Dificuldades*. 5ª ed., p. 164-165).

É muito válido o terceiro princípio, o do atendimento a formas postas a correr pelos escritores portugueses do século XV e XVI e aceitas por outras nações, acomodando-as à índole dos seus idiomas. Neste sentido, a proposta de G. Viana vige vitoriosa no seio da comunidade científica portuguesa e repercute em trabalhos específicos sobre nomenclatura geográfica, segundo se pode patentear no apelo candente de Fortunato de Almeida: "Há muito se introduziram na nomenclatura geográfica estrangeirismos, que, além de contrários ao gênio e tradições da língua portuguesa, tendem a apagar a lembrança da nossa epopeia marítima e militar. Em suas viagens através de todos os mares e pelo interior de tantas terras, conheceram os nossos antepassados ou deram por seu arbítrio nomes de terras, que aos demais povos civilizados ensinaram com a narrativa de feitos gloriosos. Acomodaram esses povos à índole das respectivas línguas a nomenclatura geográfica dos nossos navegadores e viajantes; mas quis a nossa desfortuna que, esquecidas as tradições da história nacional, fossem portugueses mendigar a línguas estranhas, corrupto e avariado, aquilo que da nossa os outros tinham aprendido. Prover de remédio a mal tão deplorável é obra de há muito reclamada por quantos conservem amor à língua e às tradições nacionais; mas tal reforma se não fez ainda, antes novos obstáculos se lhe têm levantado, como se para a dificultar não bastassem as intrusões da moda inveteradas pela ignorância" (*Nomenclatura Geográfica. Subsídios para a Restauração da Toponímia em Língua Portuguesa*, p. 5 da 2ª ed., Coimbra, 1928).

Um só exemplo justifica a reclamação de Fortunato de Almeida: deram os antigos portugueses o nome de *Suaquém* (antigamente *Çuaquém*) a uma cidade da Núbia, na costa do Mar Vermelho. Ora bem, os franceses, acomodando-o à sua língua para pronunciá-lo aproximadamente como faziam

os lusitanos, grafaram-no *Souakim* ou *Souakin*. Que fez o autor do *Atlas Escolar Português*, obra realizada por ordem do governo português de então? Passou a grafar o nome da cidade *Suakim*, com visível influência francesa, *Risum teneatis*, remata justamente F. de Almeida.

Exame acurado merece a contribuição dos clássicos. Há nela uma multidão de nomes geográficos facilmente identificados; outros há cuja identificação não se pode reconhecer nos mapas modernos, mesmo nos mais completos. Entre os identificáveis, existem também formas que os clássicos adaptaram mal, o que constitui um pecado venial em escritores que não eram linguistas, numa época em que as ciências da linguagem não contavam com os recursos e métodos dos nossos dias. Said Ali, num capítulo muito lúcido das *Dificuldades da Língua Portuguesa*, intitulado "Nomes próprios geográficos", aponta alguns exemplos para demonstrar que os nossos antepassados, quando nacionalizavam tais nomes, "eram não raro desajeitados e mais ignorantes do que somos hoje" (p. 155). É o caso que fizeram com um termo germânico que entra em muitas denominações do português representado por *-terra*, *-anda*, *- lândia*. Comenta Said Ali que só acertaram quando fizeram de *England Inglaterra*, e ainda aqui "a glória de descobrir a tradução não cabe diretamente aos lusitanos, senão aos normandos conquistadores daquele país" (p. 155). Assim, ao lado do já citado *Inglaterra*, temos incoerentemente *Irlanda*, *Islanda* (hoje *Islândia*) e *Holanda*.

No já citado artigo "Nomes próprios geográficos", inserido nas *Dificuldades da Língua Portuguesa*, mestre Said Ali, na qualidade de linguista e de professor de geografia, defende a tese de que só "as corruptelas e aportuguesamentos que se insinuaram na língua, nela se implantaram e ainda hoje persistem consagradas pelo uso geral é que lograrão viver para o futuro. Isto, referido particularmente aos nomes das localidades, mostra bem quais sejam as exceções à seguinte regra internacional: Os nomes próprios geográficos das nações que, na sua escritura, empregam os caracteres latinos (quer os redondos, quer os chamados góticos) serão escritos com a ortografia de seus países de origem. Assim, escrevemos *Londres* (e não *London*), mas *Wight*, *Windsor*, *Liverpool*; *Florença* (e não *Firenze*), *Milão* (e não *Milano*), mas *Fiesoli*, *Civitàvecchia*, *Chioggia*; *Marselha*, mas *Toulon*, *St. Etienne*; *Viena* (e não *Wien*), mas *Königgrátz*, *Reichenberg*" (p. 161).

Está claro que neste princípio internacional se incluem também os nomes geográficos de origem grega, porque, como sabemos, são nomes que se transcrevem, segundo certos princípios, por meio de caracteres latinos.

Também é certo que as dificuldades, neste campo, não terminam aqui, uma vez que temos de adaptar nomes originários de línguas com que povos latinos pouco lidam. Said Ali lembra o caso de localidades escandinavas escritas com certas letras inexistentes em nosso alfabeto e que, por isso somos levados a errôneas pronúncias; mas, segundo ele, são situações provisórias que serão melhoradas "quando melhor soubermos tornar acessíveis aos estudantes de geografia as particularidades de escrita e pronúncia dessas interessantes línguas com que atualmente pouco lidamos" (p. 161).

A situação fica mais complicada quando os nomes de localidades pertencem a língua que não utiliza caracteres latinos. É o que ocorre com os nomes russos ou com aqueles originários da Ásia e da África. Neste caso, o princípio internacional é tomar por base a pronúncia local ou da língua oficial do respectivo Estado, adaptando-os aos princípios e possibilidades de transcrição permitidas pelo nosso sistema ortográfico, excetuados aqueles nomes impostos por um aportuguesamento de longa data. Este princípio praticado pelo português também é seguido pelas línguas européias de cultura do mundo moderno, principalmente pelo inglês, francês, alemão e italiano.

Neste ponto, Said Ali discorda de algumas propostas muito pessoais de Gonçalves Viana. Vai aqui um exemplo. O mestre brasileiro acreditava que se poria fim a uma diversidade de grafia adotando-se a proposta uniformizadora de Richthofen que consistia no emprego de sh e tsh para representar os fonemas /x/ e /ts/ que os alemães escrevem *sch* e *tsch* (ing. *sh* e *ch*; francês *ch* e *tch*). O mestre lusitano, apoiando-se num arcaísmo de pronúncia portuguesa, hoje vivo dialetalmente, preconizava o emprego, respectivamente, de *x* e *ch*. Se adotássemos a proposta de Richthofen, todas as nações que se servem do nosso alfabeto, escreveriam sem exceção *Shanghai* e *Tshungking*; se adotássemos a recomendação de Gonçalves Viana, cada país insistiria "em puxar brasa à sua sardinha e, substituindo as três primeiras letras do primeiro nome e as quatro primeiras do segundo, o francês escreverá *Cha-Tchu-* (ou *Tchou*); o ital . em *Scia-, Ciu*; o português finalmente *Xa-. Chu-*. Isto sem contar a multiplicidade de operações a que *ipso facto* fica sujeita a parte restante daqueles nomes" (p. 163).

E remata com muito bom senso Said Ali:

"É certo que as línguas européias, regulando-se cada qual pela ortografia que lhe é própria, pela cartilha 'de casa', vêm facilitar aos meninos de escola dos países respectivos a pronúncia desses nomes do Extremo-Oriente e outros. Longe de mim negar igual direito à língua portuguesa; mas neste caso

competia-nos atender ao que se ensina em questão por *ch* e *tch* ou então por *x* e *tx*, e não como quer Gonçalves Viana (...) Em verdade não acredito que uma criança, ao ler a palavra *Chad*, jamais pronuncie *Tchad*, se não lhe ensinaram a dizer *Tchina*, *tchá*, *tchuva* por *China*, *chá*, *chuva*" (*Ibid*.).

Gonçalves Viana e Said Ali, por caminhos diferentes, procuraram ser fiéis a duas pronúncias diferentes de vocábulos cujas sílabas iniciais têm significados diferentes; passados tantos anos, o nosso progresso, se o houve, consistiu em baralhar a semântica numa uniformização ortográfica: o, aliás excelente, *Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa* (Coimbra, 1947), de outro mestre insigne, Rebelo Gonçalves, escreve assim os dois vocábulos do nosso exemplo acima: *Xangai* e *Xunquim* (p. 23 e 24).

A norma ortoépica

Uma importante atividade de sala de aula para a integral educação linguística dos alunos é a leitura em voz alta, durante a qual tem o professor, além de outras, a oportunidade de fixar algumas normas ortoépicas. Entende-se por ortoépia, também ortoepia, parte da gramática normativa que ensina a melhor articulação de fonemas vocálicos e consonânticos de palavras isoladas ou quando estas devem ser proferidas agrupadamente. Em alguns compêndios, a tarefa da ortoépia se estende a assinalar corretamente a sílaba tônica das palavras — como, por exemplo, *rubrica* e não *rúbrica*, *gratuito* (com ditongo) e não *gratuíto* (com hiato), *recém* e não *recem* (como paroxítono) —, seção gramatical que outros compêndios preferem separar da ortoépia e à qual denominam prosódia. Como todo o ensino da gramática normativa, a preocupação de ministrar o adequado conhecimento da norma ortoépica vigente entre as pessoas muitas vezes começa nos primeiros anos escolares e prossegue pela vida fora.

Um dos cuidados iniciais que tem o professor é o de afastar do aluno a ideia errada de que deve ler o português como se grafa, pecado que o leva a uma afetada e defeituosa pronúncia alfabética que se contrapõe ao uso das pessoas cultas. E o caso de se pronunciar *canto alegre* com /o/ e /el finais fechados, quando, nesta posição de átonos finais se dá a neutralização da oposição /o/ — /u/ e /e/ — /iJ, respectivamente. O menor inconveniente — ensina-nos Mattoso Câmara Jr., tantas vezes justamente lembrado neste livro

— é passarmos a ter duas pronúncias para a mesma palavra, conforme a usamos numa conversação espontânea ou numa exposição formalizada. Daí decorre, como inconveniente maior, uma impressão de atitude forçada, que perturba a atmosfera de contato espontâneo entre o expositor e os ouvintes. Além disso, desvia-se a atenção destes para a excentricidade da pronúncia. Finalmente, a palavra pode tomar-se até menos imediatamente apreensível (*Manual de Expressão Oral e Escrita,* 5 ed., p.31-32).

Nesta mesma obra já vimos estar o nosso sistema ortográfico assentado na realidade da pronúncia e na conservação de traços etimológicos, isto é, de traços que atendem à história da palavra no seu percurso do passado até o presente. Ocorre que nem sempre esse atendimento a princípios etimológicos se faz dentro do rigor científico, e aí aparecem na escrita certas letras com pretensa atenção à origem, mas que são de todo inoportunas por errôneas. Essas intromissões indevidas na grafia de palavras acabou por influenciar a má pronúncia, porque o falante profere essa letra erradamente entronizada. Um bom exemplo deste caso em português — e o fato ocorre em muitas línguas — é o que se deu com *fleugma,* oriundo diretamente do latim *flegma* e este do grego *phlégma.* Pelos princípios gerais que caracterizam a continuação dos vocábulos latinos no português, temos os vemáculos *freuma* e *freima*, com vocalização do *g* em *u* ou *i* e a passagem do *fl*, inicial latino, a *fr*. Por influência erudita, na língua padrão, *freuma* foi desbancado por *fleuma*. Veio a corrente etimologizante e introduziu erradamente o *g* latino que já estava representado no *u* de fleuma, originando-se daí a grafia fleugma, que levaria o falante a proferir o descabido *g*. Os dicionários correntes agasalham as formas *fleuma* e *flegma*, *fleumático* e *flegmático*, mas a verdade é que, ainda hoje, podemos repetir o registro de Júlio Moreira, feito há mais de oitenta anos: "Mas o que é mais grave é que essa letra adventícia (falava do *g* da forrna fleugma) está sendo geralmente pronunciada, tendendo tal pronúncia a generalizar-se cada vez mais (*Estudos da Língua Portuguesa,* 11, 129).

A preocupação etimologizante restabeleceu o grupo latino *sc* que aparece em grafias como *nascer*, *crescer*, *Renascimento*, em que se representam o fonema /s/ inicial grafado com *c* em *cinema* e com *s* em *seda*. *Nascer* era escrito, antes da injeção de latim, *nacer*. Desconhecendo esta intenção meramente gráfica de aproximar o português do latim, muita gente pensa estar falando melhor fazendo soar o *s* do grupo *sc* em *nascer* e outras que tais.

Sabemos todos que a homonímia, isto é, a coincidência formal de duas ou mais palavras de diferentes origens e significados, é um obstáculo a distinção

de vocábulos, distinção que se faz por meio de oposições fonológicas. O fenômeno pode prejudicar, muitas vezes, a mensagem, o que leva o falante a servir-se de expedientes lingüísticos vários para garantir a transmissão fidedigna de suas ideias e sentimentos. Vejamos alguns exemplos de tais expedientes.

Na pronúncia normal brasileira, os finais vocálicos seguidos de s ou z deixam ouvir um /i/ adventício; proferem-se exatamente da mesma maneira *pás*, *paz* e *pais* (Tenho duas pás, A paz e a guerra, Há pais que sabem educar). Estariam neste caso a conjunção *mas* e o pronome e advérbio *mais*; todavia, para evitar más grafias (além daquelas que o contexto pode ajudar a elucidar, como no caso das duas últimas palavras antes deste parêntese: *más grafias*/*mais grafias*), professoras primárias do Rio de Janeiro adotaram primeiro a pronúncia com um *a* abafado — na tentativa de aproximá-la ao hábito lusitano — e depois com *a* nasalado, já que o primeiro expediente esbarrava com a inexistência daquele *a* entre brasileiros. Surgiu assim a pronúncia carioca /mãs/ que, pelo prestígio cultural do Rio de Janeiro (prestígio hoje tão ameaçado!), se difundiu aqui e acolá fora do estado.

Outro caso de fuga à incômoda homonímia é o que ocorre com a 1ª pessoa do plural do presente e do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da conjugação; *cantamos* (presente) e *cantamos* (pret. perfeito). Aqui o falante utiliza o expediente da oposição de timbre, pronunciando fechado o *a* tônico do presente e aberto o mesmo *a* do pretérito. Chegou-se até a representar na escrita, por meio de acento agudo diferencial, o *a* aberto tônico do pretérito: *cantamos* (pres.) e *cantámos* (pret.). Em Portugal o fenômeno teve maior repercussão entre os falantes do que no Brasil. Tal procedimento fonético esbarrava na proximidade de consoante nasal, que tende a fechar a vogal anterior.

Na verdade, a solução para fugir à homonímia parava a meio caminho: a coincidência fonética também ocorria na mesma pessoa dos verbos da 2ª e da 3ª conjugações: *vendemos* (pres.) e *vendemos* (pret.), *partimos* (pres.) e *partimos* (pret.) e na 2ª conjugação ainda se poderia socorrer à oposição de timbre, mas isto seria impossível na 3ª conjugação, porque o sistema fonológico do português não opõe /i/ fechado a um /i/ aberto, como temos em *sede* (Tenho sede) e *sede* (A sede do Governo está em Brasília).

Entre os casos em que o falante lança mão de expediente fonético para desfazer possível dúvida na recepção da mensagem está a pronúncia mais demorada — em algumas pessoas até ocorre exagerada demora que

artificializa o enunciado — do *a* acentuado em expressões do tipo Recebeu o inimigo *à* bala para distingui-la de Recebeu o inimigo *a* bala, frase em que se acha posposto o sujeito (o inimigo) ao predicado (recebeu a bala), isto é: o inimigo recebeu a bala, foi ferida por ela.

Ensinam judiciosamente as *Normas para a Língua Falada no Teatro* que não se deve proferir alongado o *à*, salvo, muito excepcionalmente, se houver necessidade imperativa, para a inteligência de crase, caso em que o resultante da crase poderá ser pronunciado com certa tonicidade ou ênfase (p. 48 1 dos *Anais do Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro*).

Sabemos que nossa língua apresenta oscilação de pronúncia nas vogais átonas, oscilação que, conforme lembram as citadas *Normas*, corresponde a uma gradação de frequência de meio cultural, de nível social e/ou de tensão psíquica do indivíduo falante (p. 482):: pedir: /pedir/ - /pidir; costura: /costura - /custura. Todavia, na linguagem cuidada, evita- se a oscilação de que estamos falando, quando se precisa distinguir dois vocábulos de estrutura fonológica semelhante (parônimos), conforme temos em *eminente* (superior, elevado) e *iminente* (próximo a ocorrer); *descrição* (ação ou efeito de descrever) e *discrição* (qualidade do que é discreto). Este último par merece atenção, porque, por influência de discreto (com *e*), há uma tendência de se pronunciar e escrever *discreção* em vez de *discrição* (Ela procedeu com *discrição*).

O Acordo Ortográfico elimina o uso do trema no *u* das sequências *que*, *qui*, *gue, gui*, quando for a vogal pronunciada e átona. Escrevemos hoje sequência (segundo vimos há pouco), quinquênio, lingueta e linguística; pelo Acordo não mais usaremos o trema nestas palavras. Muitas vozes se levantaram chamando a atenção para a função didática do trema nestas circunstâncias, pois a sua presença orienta o falante na direção da boa pronúncia. Entretanto essa função norteadora da acentuação nas palavras é de importância muito relativa, já que ouvimos constantemente proferido o *u* em casos onde não deveria sê-lo e, por isso, as regras ortográficas exigem a não presença do trema. Ouvimos sem razão, o *u* em palavras como *adquirir*, *aniquilar*, *aqueduto*, *equinócio*, *extorquir*, *inquérito*, *questionar*, *questionário* e tantas outras. Há exemplos em que o peso do uso já agasalhou pronúncias antes viciosas; é o que se deu com o *u* de *distinguir* e *extinguir*. Que o *u* aqui é mera letra diacrítica para indicar na escrita a articulação dorsovelar do /gl, como temos em *guerra* e *guelra* —

e, portanto, não deveria ser proferido —, basta verificar que na 1ª pessoa do singular do presente do indicativo ele não aparece; *distingo*, *extingo* (nunca distinguo ou extinguo!). Se se tratasse de fonema — unidade sonora distintiva de vocábulos —, e não de letra diacrítica, seria proferido nessa mesma pessoa verbal, conforme ocorre com arguir (por isso leva trema), em cuja conjugação se ouve o *u* em todas as pessoas: *arguo* (nunca *argo* como distingo!), *arguis*, etc.

Daquele que se quer exprimir segundo a tradição das pessoas escolarizadas merecerá particular cuidado o timbre aberto ou fechado da vogal tônica de muitas palavras que, em obediência a regras de acentuação gráfica, não aparecem com acento agudo ou circunflexo para guiar o falante na direção da boa pronúncia. Damos a seguir pequena lista desses casos, aconselhando ao leitor estudioso que consulte o dicionário quando lhe for desconhecido o significado da palavra; aqui só assinalaremos o significado quando se tratar de parônimos.

São normalmente proferidas com *e* tônico aberto: acerbo, anelo, cerce, cerdo, cerne, cervo, cetro, coevo, coleta, confesso, doesto, duelo, dzeta, equevo, espectro, eta (a letra e no alfabeto grego),flagelo, incesto, infesto, indefesso, herma, medievo, paredro, prelo, primevo, relho, revelho (na expressão velho e relho), septo, sesta, sestro, servo, terso, vedete. Alguns gramáticos e dicionaristas incluem neste grupo acervo, coeso, ileso e obsoleto, enquanto outros mandam proferi-las também com *e* tônico fechado.

Já devem soar com *e* tônico fechado adrede, amuleto, cateto, cepa, cerda, cerebelo, corbelha, destra, defeso, dueto, efebo, escaravelho, eta (interjeição), extra, fechar (assim também fecho, fechas, etc.), ginete, grumete, gueto, indefeso, indez, interesse (substantivo), jaez, labareda, lampejo, ledo, mancebo, maneta, panfleto, parelha, pega (ave), (a)petrechos, pez, quibebe, relho (açoite), remedo, requebro (s.), reses (p1. de rês), retreta, retrete, sobejo, soberba, solfejo, tez, tornozelo, varejo, vedeta, veneta, verbete, verga, versalete, vesgo, vespa, vezo, vinhedo, vinheta, xepa, xerez, xerga. Colmeia, pesar (causar mágoa, na locução *em que pese a*), lerdo, marneto, palimpsesto e topete podem ser proferidos com e fechado ou aberto, sendo este último timbre o mais comum.

A consulta a estas listas deve causar surpresas e até perplexidade tendo em vista certas práticas do leitor atento. Não se pense que não há princípios ministrados pela língua para a razão deste ou daquele timbre. A seguir falaremos de alguns desses princípios.

Também merece atenção a diversidade de timbre do *o* tônico de muitas palavras, se se deve proferir aberto, como em *porta*, ou fechado, como em *porto*.

Os gramáticos e dicionaristas recomendam timbre aberto nos seguintes vocábulos: amorfo, canoro, coldre, consolo (móvel), envolta (na loc. de envolta), dolo, forum (foro), hissope, imoto, inodoro, loto (planta), manopla, meteoro, molho (feixe), noto (vento sul), opa (capa), ova, piloro, poro, probo, sinagoga, soba, suor, troço (coisa), trombose, tropo.

Deve ser proferida com timbre fechado a vogal tônica de: aboio, alcova, alforje, algoz, apodo, aposto, boda e bodas (festividade de casamento), ciclope, cochicholo, chope, cachopa, chofre, choldra, controle, corça, corcovo, desporto, escolha, filantropo, foro (jurisdição, alçada), loa, logro, lorpa, loto (jogo de azar), malogro, mariposa, mausolo, mirolho, misantropo, moloso, odre, perdigoto, poldro, popa, pose, potro, restolho, salobro, serôdio, teor, torpe, torso, troço (parte), trolha, volvo, zarolho, zorra.

Particular cuidado hão de merecer os plurais de palavras com o tônico fechado cuja vogal muda para timbre aberto quando flexionadas: *olho — olhos*, *fogo —fogos*.

Sob a influência destes casos, o falante estende a metafonia, isto é, essa mudança de timbre, a palavras que não conhecem o fenômeno e, por isso, devem continuar sendo proferidas com a vogal tônica fechada no plural. As boas gramáticas escolares listam os vocábulos mais correntes em que se dá ou não a metafonia. Da relação daqueles que na norma geral brasileira não mudam o timbre no plural convém lembrar os seguintes: acordo, adorno, almoço, bojo, bolo, bolso, caolho, contorno, esboço, esposo, forro, globo, jorro, logro, rolo, sogro, soldo, sopro, soro, toco, toldo, topo, torno, transtorno.

Na fala despreocupada, nota-se a tendência para reduzir os ditongos *ai*, *ei*, ou *a* simples vogais quando antes de consoante, à medida que neles não se articulam as semivogais *i* e *u*. Um vocábulo como *caixa* passa a ser proferido /kaxa/, *queijo* ouve-se /keju/ e *ouro* /oru. As vezes *ei* passa a valer *e* aberto em formas verbais: é o que ocorre com *inteirar* conjugado *intero*, *interas*, etc., em vez de inteiro, *inteiras*, etc. Na pronúncia cuidada deve-se respeitar a integridade do ditongo, não se proferindo, todavia, com exagero as semivogais *i* e *u*. Em Portugal, o fenômeno também ocorre com o ditongo *ao* /aw/, combinação da preposição com o artigo, reduzido a /*ol* aberto.

No tocante às consoantes, especial cuidado hão de merecer as situadas em finais de sílaba e de palavra. Devem soar levemente em palavras do tipo *sob*, *Moab*, *Isaac*, *Cid*, *Gog*, *fórceps*, *Garrett* (e não /garré/).

Nos vocábulos eruditos (note o leitor que este adjetivo é paroxítono), devem ser proferidos na sua integridade os finais átonos *-ar*, *-er*, *-en*, *-ex* e *-on*: alfôjar, esfíncter, índex, cólon, númen (também grafado *nume*), regímen (também grafado *regime*), certâmen (também grafado *certame*).

R, *l* e *s* finais devem ser articulados corretamente na pronúncia cuidada. O *r* deve manter-se com seu valor de vibrante simples, principalmente nas ligações com o vocábulo seguinte começado por vogal, semivogal ou *h*. Num sintagma como *qualquer um* evite-se o seu total ensurdecimento: /kwawkéi onde a semivogal é representada por *w*. Evite-se também a articulação do *r* como vibrante múltipla ligada à vogal seguinte: /kwalkeRi , à semelhança dos que pronunciam *por isso* /puRiço/ ou ainda como o personagem humorístico da escolinha do Prof. Raimundo ao proferir *por aqui* /poRaki.

O *l* final deve ligar-se à vogal ou semivogal da palavra seguinte como se profere em posição inicial de sílaba (sala), evitando-se a prática frequente de pronunciar *qual é*, *mil homens*, *Sul América* em que o *l* soa como consoante lateral linguoalvelar relaxada, isto é, /kwawé/, /miw õm½ys/, /suw amérika/, em vez /sulamérika/.

Atente o leitor para os diversos valores do *x* em vocábulos como luxo (= ch), *próximo* (= ss), *exato* (= z) e *tóxico* (= cs ou ks). Soa como *x* de *luxo* nos seguintes principais casos: anexim, atarraxar, bexiga, borocoxô, broxa, bruxa, buxo (espécie de arbusto), coxa, coxia, coxilha, enxada, enxame, enxárcia, enxerga, enxerir, enxoval, enxotar, enxúndia, guaxe, guaxo, gueixa, haxixe, laxativo, lixívia, lixo, luxar, luxúria, maxixe, mexicano, mexilhão, mixaria, mixórdia, muxoxo, oxalá, paxá, pexote, seixo, taxa imposto, vexame, xiquexique, xisto.

Como *x* de próximo temos: auxílio, máxima, máximo, Maximiliano, Maximino, sintaxe, trouxe.

Vale por /ksi ou /kz/, conforme o caso em: afluxo, anexo, apoplexia, axila, áxis, axiômetro, bauxita (embora comum o valor de /ch/), complexo, convexo, crucifixo, doxologia, filoxera, fixo, flexão, fluxo, hexâmetro (também vale por /z/), índex, intoxicar, léxico, maxilar, nexo, máxime, ônix, ortodoxo, óxido, prolixo, oxigênio, paradoxo, reflexo, sexagenário, sexagésimo, sexo, sílex, tórax, tóxico. Axioma e defluxo têm o x com valor de /ssl ou /ks/.

Tem o *x* como em *exato*: exação, exagero, exalar, exaltar, exame, exangue, exarar, exasperar, exautorar, executar, êxedra, exegese (paroxítono!), exegeta (também paroxítono!), exemplo, exéquias, exequível, exercer, exercício, exército, exaurir, exibir, exilar, exílio, exímio, êxito, êxodo, exógeno, exonerar,

exorar, exorbitar, exorcismo, exórdio, exornar, exótico, exuberante, exultar, exumar, inexorável.

Em posição final de sílaba soa como *s*/: cálix, Félix, fênix, coccix /kóksis/ a flux - locução ortoépica /cs/ e não /is/.

Os grupos consonantais em que a segunda consoante não é *l* ou *r* (como em *plano* e *prumo*), devem ser proferidas sem que se ouça a intercalação de um *i* ou *e* a desfazer tais grupos: advogado (e não /adevogado/ ou/ adivogado), admitir, absoluto, apto, pneu. Este hábito muito comum na fala distensa apresenta às vezes correções às avessas; assim, por se atentar para o fato de que se deve pronunciar e escrever *admissão* (e não adimissão), *pneu* (e não peneu), muita gente diz e grafa *advinhar* em lugar do correto *adivinhar*, *etmologia* por *etimologia*, *subtender* por *subentender*.

A grafia do antigo nome do soberano da Rússia *czar* (também escrito *tzar*) deve ter o *cz* inicial pronunciado como /ts/. Também o *ch* de *Anchieta* vale como o *x* de *anexim*, e não como /k/, e o *lh* do árabe *Alhambra* soa como /l/ e não à semelhança do *lh* de *bolha*. O *-m* final de *bem* no composto *bem-aventurado* não deve ligar-se ao *a* inicial de *aventurado* com o valor de *m* da palavra *mala*.

Gandavo ou Gândavo?

Em páginas atrás, falando de *túlipa*, tocamos de leve no problema da pronúncia do sobrenome *Gandavo* do gramático e historiador português do século XVI, Pero de Magalhães de Gandavo, hoje quase desbancado pelo concorrente proparoxítono Gândavo.

Em 1946, Pero de Magalhães volta a suscitar a atenção do público estudioso, não porque um historiador viesse trazer novos subsídios de interpretação a seu *Tratado da Terra do Brasil ou História da Província Santa Cruz* (Lisboa, 1576) ou um filólogo focalizasse aspectos de seus opúsculos gramaticais. A razão era tão – somente a questão de pôr em dúvida o tradicional uso de se proferir como paroxítono — *Gandavo* — o último elemento aposto ao nome próprio daquele que Barbosa Machado considera "insigne humanista e excelente latino", natural de Braga e dos primeiros apaixonados do Brasil.

O problema foi levantado pelo competente estudioso da toponímia e antroponímia portuguesa, o Dr. Joaquim da Silveira, que, em nota inserida na revista *Brasília* (Coimbra, 1945, vol 111 p. 525-528), defendia a tese de que a verdadeira pronúncia seria *Gândavo*, proparoxítono, e não *Gandavo*.

Tal gentílico, que tem como base *Gand* ou *Ganda*, se explica porque o autor descendia de flamengo, provavelmente pelo lado paterno: *Gandavo*, correspondente ao francês *Gantois*, designaria o morador ou filho de *Gand*, segundo Capistrano de Abreu que, na Introdução dos

opúsculos históricos publicados pela Academia Brasileira de Letras, lhe estudou a vida e a obra.

Joaquim da Silveira alicerça sua proposta em dois argumentos que considera decisivos. O primeiro deles é o testemunho do célebre bibliógrafo espanhol Nicolau Antônio (1617-1684), que viveu "um pouco depois" do nosso historiador e gramático, que, embora registre "o apelido deste sem qualquer sinal diacrítico no texto da sua *Biblioteca Hispana*, tomo 11, pág. 168 (Roma, 1695), é certo que, na parte final desse mesmo tomo, quer no *Index cognominum*, pág. 391, quer no *lndex patriarum*, pág. 458, quer ainda no *Index ultima materiarum — Historica*, pág 629, o acentua expressamente e sempre *Gàndavo*, como acentua igualmente *Gàndara*, *Gàlvez*, etc. (Brasília, p. 527).

Continuando, o mesmo estudioso conclui:

"Este uso proposital e insólito, em obra latina, de um acento não conhecido em latim, e a sua repetição três vezes, pelo menos, manifesta o empenho do autor em evitar silabadas, e denuncia claramente que Nicolau Antônio estava bem ciente do que fazia marcando de esdrúxulo aquele vocábulo" (*Id*., *Ibid*.).

A outra prova vem da lição do lexicógrafo J. Facciolati:

"Em segundo lugar, o topônimo latino *Gandavum*, base do apelido, tinha, segundo os latinistas, a segunda sílaba breve e, portanto, o acento tônico recaía sobre a primeira, o que de resto é corroborado até pela forma curta medieval *Ganda*, que não pode ter outra acentuação, e pelas modernas *Gent* e *Gand*, que lhe sucederam, citadas na nota anterior. Essa quantidade breve de 2ª sílaba vejo-a, marcada no conceituado *Calepinus Septem Linguarum*, de J. Facciolati, segundo a cuidada edição de Veneza de 1778, dirigida por J. B. Galliccioli, onde se lê: *Gandãvum*, nº 2, ante Ganda, olim Clarinea: *Gant*, inc[olis] Ghent, urbs maxima Belgii, Flandriae caput..." (*Id*., *ibid*., 527-528).

Diante de tais provas, arremata Joaquim da Silveira:

Em face destes dados, e salvo melhor documentação em contrário, entendo, pois, que a prosódia verdadeira do apelido discutido é *Gândavo*, e não *Gandavo* (*Id*., *Ibid*., p. 528).

A proposta do estudioso português mereceu o aplauso de quantos vieram posteriormente a tratar de Pero de Magalhães, quer em enciclopédias, quer em trabalhos de natureza histórica, literária ou linguística, assinados por notáveis especialistas nestas áreas da ciência. Recentemente, foi agasalhada pelo *Vocabulário Onomástico da Língua Portuguesa*, preparado pela

Academia Brasileira de Letras, como antes já tivera sido adotada pelo *Tratado de Ortografia*, da lavra de Rebelo Gonçalves (Coimbra, 1947). Por ser anterior ao artigo de Joaquim da Silveira, o *Vocabulário Ortográfico* (Imprensa Nacional de Lisboa, 1940), da Academia das Ciência de Lisboa, registra *Gandavo* como paroxítono, prova evidente da pronúncia então geral nos domínios da língua portuguesa. Entretanto, a proposta deixou alguns pontos no ar, pontos que o presente artigo pretende trazer à baila e discutir mais amiudamente. São pontos que descuram a história cultural e linguística mesma do topônimo e do etnônimo, o processo de formação da palavra e, assim, os elementos linguísticos que a constituem, dentro da língua portuguesa. Em primeiro lugar, há de se indagar por quê, diante de tais contundentes provas, passaram grandes e competentíssimos mestres da história, da literatura e da linguística a proferir o apelido como paroxítono. Causa estranheza que, tratado e estudado por tantas autoridades nacionais e estrangeiras, venha um bibliófilo espanhol, ainda que ilustre na sua especialidade, atestar e corrigir a pronúncia vigente do nome do nosso latinista. Estranheza ainda maior causa-nos verificar que o próprio *Gandavo*, autor de um opúsculo sobre ortografia (Lisboa, 1574), não aludir à prosódia do seu nome; igual ausência se registra nos numerosos ortógrafos dos séculos XVIII e XIX, a partir de Madureira Feijó (1734), que não se cansaram em corrigir a pronúncia de nomes próprios e comuns, e nem um deles se deteve em mudar *Gandavo* para *Gândavo*. No Brasil, Capistrano de Abreu não pronunciava de outra maneira. Em Portugal, José Leite de Vasconcelos, nos livros em que já marcava com acento diacrítico os proparoxítonos, nunca procedeu diferentemente. William Dwight Whitney, linguista geral e indo-europeísta consagrado, ao dirigir *The Century Dictionary of English*, reservou o décimo e último volume da obra ao registro dos nomes próprios em geral e aí seu colaborador, Benjamin E. Smith, inclui o nome do humanista português, assinalando, entre parêntese, como paroxítono o apelido *Gandavo*. Por fim, o filólogo brasileiro de muito mérito que foi Cândido Jucá (filho) registra *Gandavo* paroxítono, pronúncia recomendável, no seu prestante *Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguesa*. Esta é também a opção de um notável especialista português da historiografia gramatical e lexicográfica, Telmo Verdelho, no erudito, *As Origens da Gramaticografia e Lexicografia Latino-Portuguesas* (Aveiro, INIC, 1995). Assim também sempre o ouvimos proferir Said Ali, que nos iniciou na leitura de Capistrano de Abreu e do humanista português.

Se não bastasse o peso da tradição, juiz da exemplaridade da linguagem, ainda que de tradição mais recente — partindo do pressuposto da aceitação das provas trazidas por Joaquim da Silveira —, vale a pena começar nossa tese pelo latim, já que aí repousa, a nosso ver, o argumento mais forte e cientificamente mais decisivo da proposta inovadora do estudioso português.

Antes de mais nada, vale só como artifício retórico da discussão afirmar Joaquim da Silveira que, nessa língua, tinha o topônimo *Gandavum* "segundo os latinistas, a segunda sílaba breve". Se não estamos em erro, esse registro trazido como prova, só o encontrou Silveira no citado léxico, aliás difundidíssimo outrora. E, assim mesmo, nem todas as edições do Calepinus trazem a lição evocada por J. da Silveira. Cremos que se houvesse mais registros em outros dicionários, eles seriam trazidos em favor da tese inovadora. Na realidade, não os topamos em nenhum dicionário latino de prestígio, pondo nesse rol os antigos e os modernos. Nem mesmo no *Lexicon totius latinitatis*, de Egídio Forcellini, discípulo de Jacob Facciolati, considerado ainda hoje fundamental repertório da lexicografia latina, o topônimo é contemplado. Os dicionários mais modernos que estendem sua documentação ao latim medieval, como o *Lexicon latinitatis medii aevi*, publicado sob a direção de Albert Blaise (Turnholti, 1975), registram o topônimo sem nenhuma indicação quanto à sua prosódia. Assim também a obra de indispensável consulta de Ernst Fôrsternann, *Altdeustsches Namenbuch*, citada por Joaquim da Silveira. Aí vem assinalado o exemplo mais antigo do topônimo, colhido na Vita S. Amandi, do século XII, inserida nos *Acta Sanctorum*, editados por Mabillon.

É patente que o topônimo tem como base *Gand* ou *Ganda*, mas como explicar o final? O pretenso sufixo *-(a)vus* não existia para formação dos gentílicos nem em latim, nem no flamengo e holandês, nem nas línguas românicas. No latim e nas suas continuações neolatinas o sufixo por excelência é *-ensis*, como registra o Lexicon, de Blaise:

Gandavensis, correspondente ao português *Gandense*. Aliás, pelo testemunho do referido *Lexicon*, *Gandavum* poderia valer pelo simples *Gand*, donde sairia o gentílico *Gandavensis*. Não tem peso científico nem se baseia na prática dos procedimentos de formação de palavras por meio de sufixos defender a pronúncia proparoxítona, estribando-se na sílaba tônica do primitivo *Ganda*; basta atentar para *Roma -romanus*.

Não sendo o nosso topônimo formado de *Gand*(a) mais sufixo, onde encontraria sua fonte originária? Pensamos que tal forma se explica

por analogia com *Batavo*, esse sim com boa tradição em latim, quer na forma substantiva plural *Batavi*, quer na adjetiva *Batavus*, correntes em César, Marcial, Tácito e tantos outros escritores. Não seria a primeira vez que se tomava parte da base como se fora morfema sufixal; em português, por exemplo, já se pensou depreender o sufixo formador de gentílicos *-io* em *algarvio*, favorecendo a pronúncia errada *algárvio*. Na realidade, a palavra é o árabe *algarbî*. Leite de Vasconcelos, referindo- se a Gandavo (*Opúsculos*, 111, *Onomasiologia*, p. 103), alude a um trabalho de certo Victor Tourneur, funcionário da Biblioteca Real da Bélgica, acerca da história e etimologia do nome Gand, que mencionava no século VII o pagus *Gandavus*, *-um*, com o sufixo *-avu*. Infelizmente o notável mestre da filologia portuguesa não aprofundou a discussão do nome e do pretenso sufixo. A verdade, porém é que na extensa obra que escreveu sobre onomasiologia, antroponímia e toponímia, jamais registrou um sufixo *-(a)vu*. Chegou a discutir a pronúncia do topônimo *ílhavo*, proparoxítono, do latim *lliabum*, onde poderia ter aproveitado a ocasião para aludir ao caso, já que tratava da questão de se dever proferir *Ílhavo* ou *Ilhavo*.

Na hora de trazer para o nome a lembrança de suas origens flamengas, não seria outra a decisão em favor da pronúncia paroxítona da parte de um insigne humanista e excelente latino, nas palavras de Barbosa Machado, com a utilização do termo *Gandavo*.

Além das raízes tradicionais latinas, a região Batavia ocupava destacado lugar na área política, econômica e cultural, além de geograficamente vizinha, o que a colocava em condições de servir de modelo a um neologismo como *Gandavum*, na época em que este foi criado, aliás, diga-se de passagem, muitíssimo antes do nascimento do ilustre português. E no padrão prosódico de *Bativi* e *Batavus*, só poderíamos ter *Gandavum* como paroxítono em latim medieval e eclesiástico e *Gandavo* em português, portanto. É difícil explicar a razão que levou Facciolati a optar pelo registro inédito — insistimos nisso, caso não seja uma gralha tipográfica — do topônimo com sílaba medial breve; de qualquer maneira a lição do lexicógrafo não recebeu o beneplácito do uso até que viesse à luz a nota de Joaquim da Silveira, mais de um século e meio depois.

No que toca ao testemunho do bibliógrafo espanhol Nicolau Antônio nos índices que rematam sua *Biblioteca Hispana Nova*, cabe lembrar que a 1ª edição de 1696, citada pelo estudioso português, teve 2. ed. saída em

1788, em dois tomos, com acréscimos e numerosas correções a cargo de Francisco Pérez Bayer.

Na 2ª a edição aparece Gàndavo nos lugares indicados por Joaquim da Silveira, só que, primeiro, é preciso verificar se a novidade da prosódia pertence mesmo a Nicolau Antônio. Assentada a responsabilidade do bibliógrafo espanhol, é tal a proliferação de acentos diacríticos nessa 2. edição da *Biblioteca Hispana Nova*, que não se percebe a existência de critério orientador de tal procedimentos. É, portanto, pesquisa que fica em aberto para posteriores aprofundamentos.

Os argumentos colhidos por Joaquim da Silva para fundamentação da sua proposta não têm, cremos nós, a força que dispense a análise e discussão dos aspectos linguísticos trazidos aqui à baila. Por esses aspectos intrínsecos ao problema é que continuamos a pensar que se deva retornar ao testemunho da tradição e continuar pronunciando *Gandavo* o nome daquele que, segundo Camões, seu amigo, exaltou a Terra Santa Cruz, pouco sabida.

Brasileirismos: Eu vi ele

Sílvio Elia

Na série anterior[7], ocupamo-nos com a construção *Eu lhe vi*, desviante do padrão culto.

Com o presente artigo, começaremos a analisar a sintaxe *eu vi ele* também infratora da linguagem formal, mas de uso corrente na fala coloquial brasileira, a ponto de ser usada nos diálogos entre personagens de novelas de televisão, ainda quando entre pessoas educadas. Estas duas formas frásicas, *Eu lhe vi* e *Eu vi ele* estão, aliás, associadas em suas causas estruturais; ambas decorrem do enfraquecimento e até desaparecimento do pronome pessoal objetivo direto *o*(s) *a*(s) em nosso falar quotidiano. Duas causas concorreram para essa obsolescência: uma de ordem fonética, outra semântica.

Foneticamente, lidamos com uma partícula átona, sem força expressiva, dominada pelo acento tônico da palavra que lhe é contígua (de onde ser ela enclítica ou proclítica) e sujeita a alterações fônicas, como assimilações. Assim é que, sendo enclítica, apresenta três formas: *o*, *lo*, *no*. A forma *o* ocorre quando na conjugação a pessoa verbal, de que é complemento, termina em vogal ou ditongo oral: *ama-o*, *amei-o*; a *forma-lo*, ocorre se a pessoa verbal finaliza em *r*, *s*, ou *z*, *amá-lo*, *amamo-lo*, *fê-lo*; a forma *no* aparece no caso da pessoa verbal concluir em fonema nasal, marcado graficamente por *m* ou

[7] S. Elia refere-se à série de artigos inseridos em *Na ponta da língua 4*, a partir da pág. 183.

til, *amaram-no*, *veem-no*, *põe-no*. Nos futuros, como se sabe, não há hipótese de ênclise.

Do ponto de vista semântico, o pronome *o* é ambíguo; tanto pode referir-se à pessoa com quem se fala como à de quem se fala. Assim, numa frase como *Eu o vi ontem na praia*, o sentido pode ser o de: Eu vi você ou o de Eu vi a ele; só o contexto desfará a equivocidade.

Todas essas causas ocorreram para a vulnerabilidade do pronome, que, afinal, entrou em estado pré-agônico.

Poder-se-á, contudo, indagar da razão por que essas mesmas causas não atuaram em Portugal, onde *o*(s) *a*(s) continuam gozando de boa saúde. Temos então de voltar-nos para os fatores histórico-culturais; no caso, contato com línguas estrutural e socialmente diferenciadas.

No Brasil foi longo e constante o contato entre o português de um lado e o africano e o tupi-guarani, de outro.

O africano sob a forma de quimbundo e nagô, as duas línguas afro-negras mais difundidas entre nós; o tupi, falado ao longo da costa, com a gramaticalização em língua geral, instrumento destinado à catequese.

Essas línguas exóticas não eram, como o português, línguas de flexão: desconheciam, p. exemplo, qualquer regime sintático de desinências casuais. A tendência era, pois, para o analitismo, a qual já vigorava na passagem do latim clássico a vulgar.

Consiste na substituição da flexão casual por um sintagma formado de palavra nocional regida de partícula de valor funcional. Assim é que vão as preposições assumindo as funções dos casos. Portanto, em lugar de *pars libri*, gen. "parte do livro", *pars de libro*, de *venire Romam*, *acus*... "chegar a Roma", *venire ad Romam,* de *pugnare gladio*, *abl... pugnare cum gladio*, "lutar com espada".

O mesmo se deu com as formas casuais dos pronomes pessoais[8]. Em vez de o acusativo, entrou *ele*, nominativo, para designar a pessoa com quem se fala, e *lhe*, dativo, para a pessoa de quem se fala. O genitivo, em vez de flexão, como em latim, passou a ser regido pela preposição *de*, mesmo na língua culta: *o livro dele*. O ablativo também é substituído por pronome regido de diferentes preposições, conforme a circunstância que se quer expressar, tal como na língua culta: com ele, sem ele, por ele, etc. Temos, pois, na língua

[8] Nominativo, por caso reto; acusativo, por objeto direto; dativo, por objeto indireto, etc., são nomes que usamos por convenientes à concisão, seguindo, aliás, tradicional critério.

popular e coloquial distensa: suj. *ele*, obj dir. *ele* ou *lhe*; os demais complementos ou adjuntos como na língua culta.

Note-se que essa tendência para analitismo já vinha do indo-europeu e se acentuou no latim vulgar, o que mostra que estava sendo ela refreada pelas classes cultivadas. A mesma tendência continua na passagem do latim vulgar para as línguas românicas, fase em que o latim vulgar entrou em contato com várias línguas indo-europeias ou não, de substrato, superstrato ou adstrato. Esses contatos não podem deixar de ter influído na deriva dessas línguas, que se geraram no dia a dia da fala popular, numa época em que a língua escrita era privilégio de estrita minoria, dado que só veio a difundir-se e popularizar-se com a invenção da imprensa. Não é sem razão, portanto, que se tem falado numa crioulização do latim em sua progressão para a fragmentação românica.

Usei agora de um termo, crioulização, e creio conveniente um parêntese para melhor explicá-lo.

Trata-se evidentemente de um derivado de *crioulo*. *Crioulo*, entre nós, é designativo de pessoas de pele escura, mas não é o seu sentido originário, nem técnico. A palavra, de origem portuguesa, passou para outras línguas de cultura: esp. *criollo*, fr. *creóle*, it. *creolo*, al. *kreolische*. Tratava-se, na verdade, de um adjetivo (língua crioula), mas que pode substantivar-se na forma masculina: o *crioulo* do Haiti. O radical é evidentemente do verbo *criar*, o sufixo é que traz dificuldade.

O sentido inicial é de descendente de colonizador ou não nascido e criado na colônia. Mais remotamente é uma cria do senhor. Entre os escravos negros, surgiu mesmo uma distinção entre escravos já vivendo aculturados em terras brasílicas, os *latinos*, e os escravos recém-chegados, os *boçais*, que tinham muito que aprender. Os primeiros eram os crioulos, designação que, no Brasil passou a abranger somente os negros. Na América espanhola, porém, *criollo* não perdeu o sentido original. De modo que, na Hispano América, há *criollos*, brancos e negros.

Nas páginas anteriores começamos a ocupar-nos com o desvio do padrão culto do idioma corrente entre nós no falar coloquial brasileiro, mesmo entre as pessoas cultas, consistente em usar a forma reta (nominativa, subjetiva) do pronome pessoal da 3ª pess., ou seja *ele*/*ela*, em lugar da forma oblíqua (acusativa, objetiva) *o*/*a*. Quer dizer *eu vi ele* por *eu o vi*. A questão é a seguinte: como surgiu esse desvio entre nós e por que se propagou tanto?

Quanto ao primeiro quesito, há duas respostas. A primeira diz que se trata de uma forma arcaica que se perdeu em Portugal, mas que continuou no Brasil. Esta é a posição de mestre Sousa de Silveira e podemos lê-la nestas linhas de seu sempre atual *Trechos Seletos*, que cito pela 5aed 1942: 50-51:

"Anda, também rotulado de brasileirismo o emprego, que em nossa língua se faz, dos pronomes *ele*(s), *ela*(s) como complemento direto. Entretanto, é sintaxe do português arcaico. Vejam-se os exemplos aduzidos em I, 57, e mais estes tirados de Epifânio, *Sintaxe Histórica*, pág. 64, onde vêm ainda outros.

Os exemplos aduzidos são os seguintes: Perdi ela que foi arr (= a rem) milhor (D. Af.° Sanches, Vat. 21) e desque vi ela (Vasco Rodrigues de Calvelo, Vat. 585).

A Profª. Clarinda de Azevedo Maia, da Universidade de Coimbra, em sua magistral *História do Galego — Português*, 1986, ocupa-se igualmente com o problema. Observa que, em textos arcaicos, se encontra documentado o uso de formas tônicas dos pronomes pessoais oblíquos das primeira e segunda pessoas como objetos diretos, portanto, não regidos de preposição, como é de rigor no ptg. mod. (a mim, de mim, por mim, sem mim, etc.). Ex. e devedes vós mi amar bem. Então acrescenta:

"Paralelamente, as formas de terceira pessoa *ele*, *ela* são também usadas na função de complemento direto: damos ella a vós que lavredes ella (1287 O 57)".

Seguem-se mais exemplos, e a Profª. Clarinda assim os comenta:

"Quase todos os exemplos recolhidos são do século XIII e, esporadicamente do século seguinte, e não parece descobrir-se neles qualquer valor enfático. Esse valor também não parece estar presente nalguns dos exemplos já conhecidos do antigo galego-português. Creio que não podem separar-se estes exemplos da fase antiga da língua de uma construção paralela existente no português do Brasil. Não me parece que se trate de uma inovação brasileira" [o sublinhado é meu].

A profª. Azevedo Maia refere-se a uma explicação de natureza estrutural proposta pelo Prof. Mattoso Câmara no artigo "Ele *comme un accusatif* dans le portugais du Brésil", integrante da *Miscelánea Homenaje a* André Martinet I, Canarias, 1957.

Mattoso Câmara Jr. foi o introdutor, em nosso país, do método estrutural na análise dos fenômenos da linguagem, que aplicou em suas descrições gramaticais da língua portuguesa. Neste artigo inserto em Homenaje Martinet, dá MC Jr. mais um exemplo de sua posição estruturalista.

Mattoso Câmara não aceita que se trate simplesmente de uso arcaico sobrevivente no português do Brasil, como sugere Sousa da Silveira. E assim argumenta (o texto original está em francês):

"Vários filólogos concluíram portanto [em face dos exemplos arcaicos, que o que temos no Brasil é uma sobrevivência dessa antiga construção, que se pode considerar desaparecida do português europeu. É preciso no entanto notar que a construção que criou raízes no Brasil se restringe à forma *ele* e seria necessário explicar por que não se encontra o mesmo uso com *mim* e *ti*. Aliás o antigo português não apresenta senão exemplos esporádicos devidos à ênfase, ao passo que, no Brasil, o que existe é uma sintaxe espontânea e constante." (p. 40)

Diga-se de passagem que a Prof.a Clarinda refutajudiciosamente a ênfase alegada pelo professor brasileiro, uma vez que nada nos textos aduzidos faz pressupor tal recurso enfatizante.

Recusando a perspectiva diacrônica, Câmara Jr. volta-se sincronicamente para a estrutura gramatical. Eis como se manifesta:

"Se se trata de uma extensão do emprego de *ele*, cumpre situar essa forma no conjunto da estrutura gramatical em que se coloca, em vez de separar parcialmente uma construção especial, supondo-a a sobrevivência do passado, uma evolução fonética inteiramente mecânica, ou uma extensão analógica, segundo o antigo método neogramatical." (40-4 1)

E, pode-se dizer, assim marca a sua posição em face do problema:

"Creio que, partindo da estrutura gramatical do português, pode- se reformular o problema, dando-lhe nova solução, que não se acrescenta às três outras [apresentadas anteriormente, de Sousa da Silveira, Paiva Boléo e Mário Marroquim, mas as ultrapassa, ao colocar-se sobre um outro plano de interpretação." (p. 41)

Nas páginas anteriores, vimos que o saudoso professor Mattoso Câmara Jr., no trabalho incerto na *Miscelanea Homenaje a André Martinet* (I, 1957), ocupou-se com o uso de "*Ele* comme un accusatif dans le portugais du Brésil", ou seja, como está acima, *Eu vi ele"* por *Eu o vi*.

Rejeita o ilustre mestre as explicações já aduzidas por Paiva Boléo (o ponto de partida seriam construções do tipo *eu vi a ele*), Sousa da Silveira (sobrevivência de um arcaísmo), Mário Marroquim (ambiguidade de interpretação da função de *ele* em frases como mandou *ele* fazer: *ele* sujeito de *fazer* ou objeto de *mandou*?), por julgá-las fruto do "antigo método dos neogramáticos". O novo método seria estrutural, sincrônico e não diacrônico, que então começava a difundir-se entre nós e do qual foi MC pioneiro.

Na perspectiva teórica adotada por MC, o que se impunha era "considerar essa forma no conjunto da estrutura (atenção para o termo!) gramatical onde está colocada".

Assim procedendo, vai MC desbastando aos poucos o terreno onde se emaranha o problema.

Em primeiro lugar adverte: não se trata da extensão do uso de *ele*, forma subjetiva, a *ele*, forma objetiva. MC quer dizer que não se trata simplesmente da substituição de uma forma pronominal por outra, mas da aquisição por *ele*, de um novo estatuto gramatical. E o que explica nas linhas a seguir: "(trata-se) de uma forma invariável do ponto de vista sintático, exatamente como acontece com os nomes e pronomes demonstrativos". Com o que estamos de acordo. *Ele* sai do sistema pronominal. Por assim dizer volta à sua antiga condição de pronome não pessoal, pois não passa de continuação do *ille* latino "aquele".

Recorde-se que em latim não havia pronome pessoal da 3ª pessoa, a não ser com o valor reflexivo: *sui, sibi*, *se*. Em seu lugar, conforme as circunstâncias do discurso, usava-se *hic*, *iste*, *ille*, *ipse*. As línguas românicas reduziram essas formas a uma só *ille*, que passou a gozar do estatuto de pron. pessoal: ptg. *ele*, esp. *él, fr. il, it. egli*. O sardo, língua da Sardenha, recorreu a i*pse*: *isse*. São essas as formas subjetivas, isto é, que funcionam como sujeito do verbo. O complemento verbal, dito objeto direto, provém do caso acusativo latino *illum* (*m*): pgt. *o* (*lo*, *no*, por assimilações, com em *amá-lo*, *amam-no*), esp. *lo, fr. le*, *it. lo*. Portanto corretamente "Ele me viu", "Eu o vi". Esta última forma é que passa no port. do Brasil a ser substituída pela forma reta ou subjetiva como em *Eu vi ele*, ao passo que, em Portugal, se continua *Eu o vi*. "A inovação brasileira é, em última análise", diz Mattoso Câmara Jr., "uma inovação de estrutura, que dissocia o pronome da terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais".

Em segundo lugar, observa, com toda a razão, que "o pronome da terceira pessoa está ligado aos nomes, de que é um substituto; ao contrário, os pronomes da primeira e segunda pessoa não se referem a um nome e sim diretamente às pessoas do discurso". Quer dizer, o referente (= a entidade em lugar da qual está o pronome) não se situa dentro do discurso e sim no mundo exterior; por seu turno, o pronome da terceira pessoa tem por referente um outro termo da oração: o referente é interno e não externo. Para usar de nomenclatura gramatical, os pronomes da 1ª e 2ª pessoas são *dêiticos* (apontam para algo do mundo exterior) enquanto os da 3a são *anafóricos*

(remetem para outro termo da frase). Cfr. *Tu és rei (tu*, um ser do mundo exterior que está em minha presença); com Pedro chegou atrasado e com ele vinha um menino (*ele = Pedro*, palavra situada na oração anterior).

Já o mestre francês da Linguística indo-europeia, Emile Benveniste, em artigo de 1956, publicado em *For Roman Jakobson* (e republicado em *Problèmes de Linguistique Générale* I (1966), havia acentuado a diferença profunda, embora em outro quadro teórico, entre os pronomes ditos "pessoais" da 1ª e 2ª pessoas de um lado e os pronomes da chamada 3ª pessoa de outro. Disse então o seguinte já a concluir o seu estudo: "na classe formal dos pronomes, os chamados de terceira pessoa são inteiramente diferentes de *eu* e *tu*, quer por sua função, quer por sua natureza".

MC dá ainda uma terceira razão para o recuo da forma dita oblíqua *o*, *a*, em face da usurpadora *ele*, *ela*: a tendência do pronome regime átono junto ao verbo para ocupar sempre a posição proclftica na fala oral brasileira. Seria o caso, p. ex., de *Me dá o livro* em vez de *Dá-me o livro*. Ou ainda *Pedro o viu* por *Pedro viu-o*. Parece-me um tanto radical o advérbio *sempre* (*toujours*) empregado por MC. De uma crônica de Raquel de Queiroz, incluída na *Seleta* da José Olympio, organização de Paulo Rónai, intitulada "O Amistoso", retiro, um tanto ao acaso, os seguintes exemplos, sempre de orações simples ou coordenadas: *Juiz, jogadores, cartolas reúnem-se um pouco de lado, Xaveco dá-lhe uma carga, Fecha-se o tempo, o juiz retira-se, os paredros recolhem-se, E o diabo do louro tornou-se proprietário do balão, Xaveco derruba-o, avança no crioulo, larga-lhe o salto da chuteira por cima do dedão.*

Sem dúvida, MC fala em "linguagem oral". Mas escolhi um autor contemporâneo, que não se furta ao influxo da oralidade em seus textos, e que está a versar um tema de sabor popular. Demais, linguagem oral não quer dizer necessariamente linguagem popular.

Essa próclise, que MC qualifica de sistemática, vê o mestre patrício decorrer da intensificação da primeira consoante de um vocábulo fonético, que funcionaria como um corte (*tranche*) da cadeia falada.

Estamos expondo a posição do Prof. Mattoso Câmara Jr. a respeito do tema em pauta, ou seja, o uso da forma reta ou subjetiva *ele* (também ocorre regida de preposição) na função de objeto direto, em lugar da forma oblíqua *o* (e, naturalmente, de suas flexões, conforme o caso), que é a que prescreve a norma padrão culta.

Depois de rejeitar as explicações de Paiva Boléo, Sousa da Silveira e Mário Marroquim, por julgá-las ainda praticadas "selon l'ancienne méthode

des néogrammairiens" (o texto está em francês), ensaia MC uma explicação segundo o método estruturalista, uma vez que se faz preciso estudar essa forma no conjunto da estrutura gramatical onde se acha.

Vejamos como o ilustre e saudoso mestre patrício vai desdobrando seu pensamento, no contexto de suas próprias palavras.

Deve-se de início deixar claro que não se trata do emprego do caso sujeito na função acusativa, mas de uma forma invariável do ponto de vista sintático, tal como se dá com os nomes e os demonstrativos. Isto é, ele passa a ser, em resumo, uma forma nominal e não pronominal.

Interessa saber por que tal fenômeno se verificou no Brasil e não em Portugal; eis o nó da questão. Para MC a inovação brasileira, em última análise, é uma inovação de estrutura, que dissociou o pronome da terceira pessoa do sistema casual dos pronomes pessoais. Vejamos como.

Houve em primeiro lugar um fato fonético consistente em dois traços fonéticos entrelaçados. O primeiro seria a tendência do pronome regime átono, ao lado do verbo, a ser sempre (toujours) proclítico na linguagem oral do Brasil. Com texto de Rachel de Queiroz, procuramos mostrar ser radical essa afirmação do saudoso mestre. MC, contudo, apelando para o segundo traço fonético supracitado, pensa ter encontrado a razão de ser dessa próclise sistemática. Tratar-se-ia da intensificação da primeira consoante de um vocábulo fonético, que funcionaria como um corte (tranche) na cadeia falada. Seria o caso, p. ex., dos pronomes me, *te*, *se*, não, porém, do pronome *o*, vocábulo sem qualquer consoante inicial, a não ser nas formas *lo*, *no*, aliás, sempre enclíticas. Claro que essa fácil objeção não escaparia à competência de MC, que, ao contrário, vale-se desse fato para apoiar a sua tese.

É que, como vimos, para MC, 1.°: há, no Brasil, uma tendência, na língua oral, para a posição proclítica do pronome pessoal átono complemento do verbo; 2.°: essa tendência parece (semble) decorrer da intensificação da consoante inicial de um vocábulo fonético; 3.°: o pronome acusativo *o* não possui essa consoante, logo não está capacitado para ocupar a posição proclítica. Há, pois, que buscar-lhe um substituto.

Essa explicação não me parece conveniente. Por que a alegada intensificação fonética da consoante inicial do pronome átono não teria agido também em Portugal? É que, responde MC, Em Portugal a situação é inteiramente outra, porque lá a pronúncia tende a incorporar os vocábulos accessórios à palavra principal, fazendo deles uma espécie de sufixos num vocábulo morficamente complexo. E acrescenta: A partícula pronominal átona

enclítica é então, por assim dizer, um sufixo a mais, ao lado dos sufixos temporais e modais.

Cremos que é sempre assim. Em seu pequeno e valioso trabalho, *A língua escrita no Brasil*, arrola a saudosa professora Edith Pimentel Pinto algumas irregularidades da língua popular escrita no tocante à separação de palavras. E aí ocorrem *conhecernos*, *entereseime*, *mandeme*, pronomes enclíticos sufixados. Demais, se há uma forte tendência para a próclise do pronome átono na fala do brasileiro, por que a ela escaparia o pronome *o*? Falta-lhe o apoio da consoante inicial? Não seria melhor então dizer que, entre nós, tanto vigora a ênclise quanto a próclise, mas que se evita o *o* em posição proclítica? Contudo, do ponto de vista da clareza de expressão, o que seria de esperar do falante brasileiro: *Eu o vi* ou *Eu vi-o*? Demais, a aludida preferência pela próclise não é assim tão acentuada. Recordemos que na fastidiosa questão da colocação na frase dos pronomes pessoais átonos, muitos dos erros atribuídos a brasileiros estavam na posição do pronome: *que viu-me*, *onde eclipsou-se*, *quando lembrou-se*, *não enganou-se*, etc.

A essas razões estruturais de ordem fonética incorpora MC mais uma, agora de outra natureza (Sur un autre plan): as formas do tratamento. Por causa das condições sociais específicas do Brasil diz, a direção ao interlocutor faz-se sempre (toujours) por meio da terceira pessoa, o que, como se sabe, não é o que ocorre em Portugal nem em certas partes do Brasil. Eis o que explicaria também (o grifo é nosso), com o desaparecimento de *o*, a sua substituição por *ele* e *lhe*, distribuídos sintaticamente.

Confessamos julgar insuficiente e insatisfatória a explicação do notável mestre brasileiro Mattoso Câmara Jr., que fez o Brasil ingressar exemplarmente no âmbito internacional dos estudos lingüísticos. Mas o que veio em sua tentativa de aplicação do método estruturalista na análise de um fenômeno da sintaxe da língua portuguesa do Brasil é a ultrapassada pretensão do Estruturalismo em se constituir no método exclusivo da ciência da linguagem, em sucessão ao velho método histórico-comparativo (l'ancienne méthode des néogrammairiens). O Estruturalismo é legítimo na descrição das línguas, sincronia, e mesmo em algumas de suas incursões diacrônicas (os pontos débeis do sistema, as casas vazias). Mas a explicação do vir a ser das línguas tem de beber em outras fontes. As línguas, como salientou Weisgerber, são um intermundo, situam-se entre a natura e a cultura, o homem e a história. Para entender as línguas, é preciso sair das línguas. Daí as interdisciplinas: Psicolingüística, Sociolingüística, Etnolinguística. Aliás os próprios

neogramáticos tiveram de render-se à evidência. O recurso às leis fonéticas, à analogia, aos empréstimos já não bastava. Adstratos, substratos, superstratos, tudo isso existe. E não é fado.

Não se há, porém, de recusar *in totum* a interpretação do mestre patrício. Cabe reter o ponto em que MC adverte que não se trata simplesmente da extensão da forma subjetiva *ele*, sujeito da oração, à forma objetiva *o*, complemento da ação verbal, e sim da criação "de uma forma invariável do ponto de vista sintático, tal como se dá com os nomes e os demonstrativos". Por outras palavras, "ele passa a ser... uma forma nominal e não pronominal". Na verdade, *ele* não se dissociou inteiramente do seu caráter pronominal, e o próprio MC falara anteriormente em nome e demonstrativos. E que de sua natureza pronominal *ele* manteve os seguintes caracteres: a) é um nome de sentido geral, pois pode ser empregado em "substituição" a um substantivo designativo de pessoa, animal ou coisas, existente no contexto em que se integra; b) tem caráter anafórico, isto é, refere-se a um termo precedente, o contexto. Mas também um nome, pois goza de inteira liberdade sintática. Podendo ser *sujeito*, *objeto direto*, *objeto indireto* (a ele), adjunto adverbial (*com ele*, *por ele*, *contra ele*, etc.). Resta saber como se deu essa inovação no português do Brasil. Para MC, tal inovação "em última análise é uma inovação de estrutura". Procuramos avaliar o teor da explicação estruturalista ensaiada por MC, que, aliás, nos pareceu insatisfatória. MC trouxe em seu apoio dois argumentos: um de natureza fonética, outro que talvez se queira sintática: as formas de tratamento. Mas, nesse ponto, o próprio MC teve de arrimar-se às "condições sociais específicas do Brasil", isto é, teve de extrapolar das relações internas para externas, fantasma, como se sabe, que o Estruturalismo luta por exorcizar. E, a nosso ver, é aí que se encontra o fulcro do problema.

Evidentemente que as condições histórico-sociais do Brasil Colônia eram bem diferentes das da Metrópole europeia. Aqui, numericamente, predominavam os indígenas, cujo falar tupi se espalhava pelo litoral e acabou sendo gramaticalizado pelos jesuítas com o nome de "língua geral". Os africanos, expatriados, vieram para o Brasil em Ievas sucessivas e, com eles, entraram no país os seus falares tribais, quimbundo ou nagô, os mais vulgarizados. Trata-se de línguas "exóticas" em relação ao português, pertencente a outra família, o tronco indo-europeu. No contato com os brancos, os negros (principalmente estes, que conviviam com os senhores e as sinhazinhas nas casas-grandes, no eito e mesmo nas senzalas) procuravam

entender-se simplificando a fala, particularmente a partir dos brancos, suprindo-se as flexões, pondo a estrutura frasal em ordem direta fixa, evitando subordinações. Mais ou menos como se faz com as crianças que começam a aprender a falar, o que levou certos linguistas a usarem a expressão *baby-talk*, que já foi acoimada de "racista". Surgem assim os chamados falares coloridos, onde, diga-se de passagem, a forma crioulo tem como radical o verbo *criar* e, pois, nenhuma relação possui na origem com a cor da pele humana. Os falares crioulos têm por base uma língua europeia simplificada na boca de aloglotas, que procuram adaptá-las às estruturas de seus falares nativos. Há, portanto, crioulos portugueses, espanhóis, franceses, ingleses. Não sendo essas línguas "exóticas" do tipo flexional, caso das indígenas e africanas, é natural que os seus falantes tenham procurado substituir as flexões por vocábulos gramaticais, tal como fizeram com o latim os povos dominados pelos romanos. Assim, os povos subjugados em vez de *lupi* diziam *de lupo*, no lugar de *lupo* ouvia-se *ad lupo*, multiplicaram-se as preposições para indicar circunstâncias: *cum lupo*, *ab lupo*, *contra lupo*, etc. Portanto, em vez de l*upos*, *lupum*, *lupi, lupo*, uma só forma invariável do ponto de vista sintático, para falar com Mattoso Câmara Jr. Foi o que se deu com *ele* no Brasil, ao passar do sistema pronominal para o nominal. Concluímos, assim, que o brasileirismo *eu vi ele* é um caso de crioulização e um exemplo típico de que não se pode excluir das explicações linguísticas o fator histórico-social.

Está na hora da onça (ou de a onça) beber água?

Vou hoje começar a tecer aqui algumas considerações acerca de uma construção que, pelo menos no Brasil, vai ganhando dia a dia na imprensa maior incremento e que na língua escrita de Portugal já tem, segundo percebo, vitória absoluta.

A construção a que me refiro é uma das que estão exemplificadas no título do presente capítulo: *Está na hora de a onça beber água*. Percebe-se que o que distingue uma da outra é que, na primeira, a preposição *de* se contrai com o artigo que precede o substantivo *onça* (da onça), enquanto, na segunda, não ocorre tal fenômeno (de a onça).

Em que consiste a dúvida e qual a razão que se aponta para que uma seja preterida pela outra? Para responder a esta pergunta, necessário é que se façam alguns comentários preliminares. Por outro lado, há aspectos outros da questão que ultrapassam o limite do juízo certo e errado, e sobre os quais falarei mais adiante.

Em primeiro lugar, sabemos que, no português moderno (do século XVIII para cá), as orações que se estruturam em tomo de um só verbo no infinitivo, gerúndio ou particípio têm o seu sujeito posposto a este verbo, (a gramática tradicional chama reduzidas a tais orações).

E hora *de saírem os meninos (os meninos* é sujeito*)*.

Acabando a aula, iremos ao café (a aula é sujeito*)*.

Terminada a palestra, cumprimentaram o conferencista (*a palestra* é sujeito).

Ocorrendo o gerúndio ou o particípio (veja-se mais um exemplo...) a regra geral, no português moderno, é a posposição. Por isso, não se há de dizer nem escrever:

A aula acabando, iremos ao café.

A palestra terminada, cumprimentaram o conferencista.

Nas orações em que o sujeito está representado por *isso*, *isto*, a*quilo*, *o que*, pode este vir anteposto ou posposto ao particípio:

Posto isto ou *isto posto.*

Se o gerúndio vier precedido da preposição *em* (construção hoje rara), a colocação do sujeito anteposto ao verbo é a mais freqüente:

Em se vendo isto, percebe-se o engano.

Se se trata de infinitivo, a posição do sujeito torna-se livre; tanto está correta a posposição quanto a anteposição:

E hora de *saírem os meninos*.

E hora de *os meninos saírem*.

Sabemos desde os primeiros anos dos bancos escolares que, quando se encontra na cadeia da frase a preposição *de* com o artigo definido ou pronome iniciado por vogal, se dá a contração:

O livro *de o* menino / O livro *do* menino.

A casa *de ele* / A casa *dele*.

Já com os artigos indefinidos e com substantivos e certos pronomes iniciados por vogal esta contração é facultativa:

O livro *de um menino* / O livro *dum menino*.

E revista de *outros tempos* / E revista *doutros tempos*.

Tais contrações representam um caso de morfofonologia (estudo dos morfemas e do modo como se relacionam na sequência fonética) ou de fonética sintática.

Voltando ao caso das orações construídas em tomo de um infinitivo, teremos:

E hora de saírem os alunos
E hora de os alunos saírem

Ora, como se vê, a anteposição do sujeito aproxima a preposição *de* (que subordina o infinitivo) do artigo, e tal aproximação facilita ou conduz à contração, pelo mesmo fenômeno da morfofonologia:

E hora *de os* alunos saírem.
E hora *dos* alunos saírem.

E aí começa a repreensão de gramáticos, lembrando, em sua tese, que o *sujeito não pode ser regido de preposição*. O nó da questão é discutir se a simples contração é fenômeno suficiente para caracterizar a *regência*, isto é, a subordinação sintática de um termo subordinante ao termo subordinado. Vejamos as frases:

Este livro é para mim.
Este livro é para eu ler

Em ambos temos a preposição *para* seguida de um pronome pessoal: *mim* e *eu*, que, pelas regras morfofonológicas do português, não se contrai nem com a forma *eu* e muito menos com a forma *mim*; todavia, na primeira frase a preposição rege (subordina) o pronome e, por isso mesmo, ele se apresenta na forma objetiva tônica *mim*. Já na segunda frase, a preposição não rege (não subordina) o pronome e, por isso mesmo, ele se apresenta na forma subjetiva *eu*. Daí todos os gramáticos, com razão, condenarem a construção que resulta de uma falsa regência (subordinação) da preposição *para* em relação ao pronome: *Este livro é para mim ler.*

Vejamos agora estes dois exemplos: A professora gosta de uma aluna (sem contração); A professora gosta duma aluna (com contração), em que temos a preposição subordinando um sintagma introduzido pelo artigo indefinido *um*, independentemente de haver ou não contração.

Por tudo isso que acabo de explicitar, deve ficar claro que regência é um fenômeno sintático, enquanto contração é um fenômeno morfofonológico.

Um não implica o outro. Se isto ficou entendido, ficará mais claro verificar que, se houvesse um caso de regência nas duas frases de infinitivo tomadas como exemplos, tanto ocorreria com a ausência de contração, quanto com sua presença. Para provar a existência de um sintagma preposicionado, podemos contar com o teste da não separação da preposição que rege o termo subordinado.

Assim em: A professora gosta *de uma aluna*, o sintagma preposicional *de uma aluna* desloca-se como um todo inseparável: De uma aluna gosta a professora ou Gosta de uma aluna a professora e não, com o mesmo significado, Gosta de a professora uma aluna.

Já nos exemplos com infinitivo, por condições históricas especiais, a preposição *de* pode não acompanhar os alunos porque com este sintagma, funcionando como sujeito, não forma um sintagma preposicionado:

E hora de saírem os alunos.

Mais adiante iremos ver que essas condições históricas especiais que permitem a inversão atuam não só no português, mas nas línguas irmãs e, por isso, têm merecido particular atenção nos compêndios de sintaxe românica.

Um estudo que merece ser feito na sintaxe portuguesa é tentar descobrir qual o primeiro gramático que não só registrou este fato sintático, mas também que considerou errônea a contração da preposição com o sujeito do infinitivo começado por vogal ou *h*, ou, então, com algum determinante desse sujeito.

Pelo que até onde pude investigar, a mais antiga fonte desta lição que conheço é a *Nova Gramática Analítica da Língua Portuguesa*, saída em 1881 (uma *Pequena Gramática* já viera à luz em 1865) e escrita pelo suíço Adrien Olivier Grivet, que viera estabelecer-se no Rio de Janeiro como professor. O forte desta obra é a parte dedicada à sintaxe, quase toda alicerçada no uso que da língua portuguesa fez o exímio Padre Antônio Vieira. Assinalar este último fato creio ser importante para a nossa questão, porque o grande orador tinha predileção por não proceder à contração no caso de que ora estou tratando, embora esporadicamente também se servisse da outra construção. Vejamos a lição de Grivet:

"Se (...) a índole da língua autoriza que um termo não anexo, e sim de todo independente, como um sujeito ou um complemento direto, possa intrometer-se por acaso entre a preposição e seu regime, a razão não admite que, com ele, a mesma preposição forme contração, porque daí resultariam dois absurdos: o sujeito ou o complemento direto assim agarrado pela preposição não seria mais nem sujeito, nem complemento direto, e sim regime

da mesma preposição; e o regime próprio da preposição, desamparado de sua relação, não teria mais função nenhuma: o que tudo destruiria a sintaxe pela base" (p. 385).

Apesar dessa argumentação de ordem puramente lógica, em que confunde uma alteração de regência sintática (do tipo *Isto é para mim fazer*) com o caso em questão, Grivet diz que bons clássicos praticaram a contração, inclusive o Padre Vieira; mas justifica os exemplos como meros descuidos, ou se não foram antes o resultado de uma distração de compositor tipógrafo, ou o da infidelidade de um primeiro copista presumido (ibid.). Está claro que a justificativa não atende à realidade dos fatos e, como veremos adiante, o fenômeno é comum a outras línguas do grupo românico.

A constância desta sintaxe em Vieira nos leva a considerar errônea a citação que do orador faz uma gramática repleta de boas informações, a escrita por Eduardo Carlos Pereira: "O sujeito não pode estar subordinado a outra palavra, e por isso não pode ser regido da preposição. Não se dirá: E tempo deles irem embora, mas: E tempo de eles irem embora ou de irem eles (...) São, portanto, condenáveis as seguintes construções: Em vez dos ladrões levarem os reis ao inferno... (A.V.). E tempo dos patriotas erguerem-se. A preposição rege o verbo e não o sujeito. Dir-se-á, pois: E tempo de os patriotas erguerem-se, ou, melhor: E tempo de se erguerem os patriotas" (Gramática Expositiva, 22 ed., 1927, § 457).

Pondo de lado a afirmação de ser melhor a construção É tempo de se erguerem os patriotas, em que, segundo suponho, fica ambíguo o entendimento da frase anterior, a verdade é que o exemplo de Vieira não é como está transcrito na lição do citado gramático. A frase, que aparece no Sermão do Bom Ladrão, pregado em Lisboa em 1655, assim ocorre na página 352 do volume 111 dos Sermões, edição de 1683: (...) em vez de os ladrões levarem os Reis ao Inferno, sintaxe repetida na página 354 (...) que em lugar de os ladrões levarem consigo.

Quanto à fonte em que foi beber a lição Eduardo Carlos Pereira, ela está patente no parágrafo 458, onde textualmente cita Grivet.

Se uma ou outra gramática trata desta construção, a verdade é que a maioria dela não se ocupa, e o curioso é que nossos melhores sintaticistas (Said Ali, Epifânio, Mário Barreto) puseram de lado a questão. Desde a 1ª edição das *Lições de Português* (1960) e da *Moderna Gramática Portuguesa* (196 1), venho insistindo em que não se trata de um caso de regência, mas sim de um caso de fonética sintática ou, como já disse, de morfofonologia. Citava aí que

já havia registrado a contração como correta o Padre Pedro Adrião, do Seminário de Olinda (Pernambuco), na sua preciosa e informativa obra *Tradições Clássicas da Língua Portuguesa*, editada em Porto Alegre, em 1945, embora o autor continue a dar o fato como se de regência fosse: "O sujeito de uma oração subordinada infinitiva preposicional pode ser regido de preposição: São horas do professor chegar. E verdade que alguns gramáticos têm condenado construções como esta, mandando que se evite a contração e se diga: São horas de o professor chegar Baseiam-se em exemplos clássicos, que viram, em que a preposição vem separada. Devido a esta condenação dos gramáticos, muitos escritores modernos se mostram medrosos em fazer a contração. Mas nem por isto esta contração, mais natural, mais elegante, mais eufônica, mais usual na conversação, deixa de ser consagrada pelo uso dos escritores clássicos, não só antigos como modernos" (p. 259, § 691).

E seguem-se exemplos dos mais conceituados escritores do século XVI aos nossos dias, portugueses e brasileiros.

Outra voz autorizadíssima é a de Sousa da Silveira que no livro *Fonética Sintática*, de 1952: Uma elisão, por assim dizer, obrigatória é a da preposição *de* com o artigo definido ou com o pronome *ele*: do, da, dos, das, dele, dela, deles, delas. Ainda quando a preposição *de* não está regendo o pronome, nem o substantivo a que se prende o artigo definido, mas sim um infinitivo, a elisão pode observar-se: Ora julga se é razão / das minhas lágrimas serem menos daquestas que são (Crisfal, vv. 733-735, p. 7 da 2.a ed., 1971).

Seguem-se exemplos de Heitor Pinto, Tomé de Jesus e Alexandre Herculano, concluindo o mestre: "Atualmente se tem estabelecido como regra ortográfica não se praticar a elisão no caso de que acabamos de falar, isto é, quando a preposição *de* rege o infinitivo, e não o pronome *ele* ou o substantivo a que se prende o artigo. Em obediência a essa regra, teremos de escrever como o fez Alexandre Herculano, não no trecho citado acima das Lendas e Narrativas, mas nesta passagem de A Cruz Mutilada (Poes., 1 22): Porém (...) / Antes de o sol se pôr (ibid.).

Se os escritores não nos cansam de dar testemunhos de que ambas as construções estão corretas e vigentes na língua desde os mais recuados tempos, notáveis gramáticos, filólogos ou Iinguistas não fugiram à forma com contração: Depois do presente Estudo ter sido enviado à redação do Boletim, li uma obra análoga (...) (F. Adolfo Coelho, *Cultura e Analfabetismo*, 1916, p. 81n.); Antes dos romanos começarem a conquista da Hispânia (...) (Idem, *A Língua Portuguesa*, ¡ 3 ed., 1896, p. 87); (...) apesar de numerosos

erros, da impossibilidade do autor se elevar no seu tempo a uma verdadeira teoria da história da língua (...) (Idem, ibid., p. 164); Pelo fato do verbo *restituir*, numa de suas acepções, e *entregar*, em certos casos, terem, como diz o Dr. Rui Barbosa, o mesmo sentido (...) (Ernesto Cameiro Ribeiro, *Redação*, 579 apud P. A. Pinto, revista Colaboração, n° 5, p. 20); (...) no caso do infinitivo trazer complemento direto; (Epifânio Dias, *Sintaxe Histórica Portuguesa*, § 289, b), Obs.).

E interessante uma observação sobre a prática ou não da contração entre os modernistas brasileiros. Os dois melhores estudiosos do assunto entre nós, Raimundo Barbadinho Neto e Luiz Carlos Lessa, ao tratarem do assunto, mostram que poetas e prosadores nossos usaram das duas construções. Lessa (*O Modernismo Brasileiro e a Língua Portuguesa*, ja ed., p. 149-152) transcreve numerosos exemplos com a contração; Barbadinho (*Sobre a Norma Literária do Modernismo*, ia ed., 1977, p. 43-44) mostra que os exemplos da sintaxe sem contração podem ser colhidos à mão cheia. De tudo isto se conclui que ambos os modos de dizer são igualmente corretos, fartamente documentados em nossa tradição literária e aceitos por estudiosos do idioma. Vamos, agora, entrar num outro aspecto da questão, até aqui não ventilado, que é o aspecto da expressividade que envolve estes dois modos de dizer.

Na sua estimulante *Estilística da Língua Portuguesa*, o filólogo português M. Rodrigues Lapa, tratando de usos da preposição, justifica o uso sem contração da partícula com o termo que a segue, por motivos expressivos e não, propriamente, por motivos de ordem gramatical:

"Quando se segue um artigo ou pronome começado por vogal, a preposição (Lapa referia-se a *de*) funde-se com eles, perdendo o *e* e formando uma só palavra: *do*, *duma*, *daquele*, *dalgum*, etc. Os escritores porém acham que, neste processo de aglutinação, a partícula perde um pouco do seu valor expressivo. Comparemos as duas formas:

1. Seu pai morreu duma apoplexia.

2. Seu pai morreu de uma apoplexia, (...) sentimos, realmente, que a ideia de causalidade sobressai com mais viveza na segunda forma, em que a preposição aparece por inteiro. Outras vezes, os escritores evitam essas elisões um pouco brutais, com um propósito de clareza, como se mostra neste passo de Eça de Queirós: —E eu venho ajudá-lo, primo! — disse ela animada pelo seu próprio riso, pela alegria de aquele homem a seu lado. O autor não alude

à alegria do homem — nesse caso teria escrito *daquele homem*; quer exprimir a alegria dela, por tê-lo a seu lado, nessa visão de sonho. Por isso manteve intacta a preposição" (p. 218-219 da 3 ed. brasileira, 1959).

E a seguir toca no problema de que estamos tratando, quando aparece o infinitivo:

"É por este mesmo princípio que as gramáticas *aconselham* (o grifo é meu) a não fazer elisão antes do verbo no infinitivo. Assim, deverá escrever-se: depois de o Governo ter caído e não depois do Governo ter caído."

"Como se vê, pela argumentação de Rodrigues Lapa, saímos do domínio da gramática (reger o sujeito de preposição) para entrar no domínio da estilística, isto é, dos recursos e efeitos expressivos. No domínio da gramática, estaríamos, no caso, diante da dicotomia do juízo certo x errado em relação direta com a atividade na língua portuguesa (trata-se do plano histórico a que alude Coseriu); no domínio da expressividade, diante da dicotomia de juízo adequado x inadequado em relação direta à atividade do discurso que executo (trata-se do plano do discurso de Coseriu). Enquanto aos saberes, isto é, à competência do falante, o primeiro, o da língua, é o saber idiomático; o segundo, o do texto, é o saber expressivo.

Lapa, falando da contração da preposição, diz que esta pode ficar como que disfarçada e, assim, perder ou esmaecer o seu significado. Curiosamente ele faz referência a um fenômeno que já havia sido apontado, há mais de cem anos, pelo velho e sempre lido com proveito Frederico Diez, lingüista e filólogo alemão que fundou a disciplina Filologia Românica, em 1836, ao aparecer o 1° volume da sua *Gramática das Línguas Românicas* (1836-1843). Para os que não a conhecem, a Filologia Românica é uma disciplina histórica e comparativa que procede ao estudo erudito dos temas lingüísticos e literários em tomo das línguas românicas (continuadoras interruptas do latim no tempo e no espaço) e de suas literaturas.

Pois bem, Diez, tratando, no final do 3° volume da sua *Gramática* dedicado à Sintaxe, das possibilidades de separação, nas línguas românicas, da preposição em respeito ao infinitivo, colocando-se entre eles outros termos da oração, lembra que o fenômeno acaba disfarçado ou mascarado (unkenntlich) pela contração da preposição com o artigo (p. 1102 da 5ª ed. alemã, de 1882).

Também a *Gramática das Línguas Românicas* (1890- 1899) de W. Meyer-Lübke trata, no seu 3.° volume dedicado à Sintaxe, destas mesmas inversões e, no § 744 (trad. fr.) cita este exemplo de Júlio Dinis:

Chegou a ocasião da Sra. Teresa julgar ter obtido uma grande alavanca (Pupilas, 1 1 6).

Vê-se, portanto, que os dois grandes romanistas examinaram o problema pelo seu aspecto maior, a questão da ordem dos termos na frase e nem de longe enquadraram a contração da preposição com outro elemento como se fora caso de regência verbal.

A necessidade de garantir o significado da preposição, de que nos fala Rodrigues Lapa, serve também para explicar a lição dos que aconselham evitar a contração também quando a preposição vem precedida por advérbio. E a lição — e creio ser o mais contundente dos poucos defensores do fato gramatical — do notável filólogo Rebelo Gonçalves, mestre de Filologia Clássica e Portuguesa. Tratando dos casos em que não é lícito o uso do apóstrofo, inclui o seguinte (limitar-me-ei a um só de cada série dos exemplos aludidos pelo filólogo português):

"Nas combinações da preposição *de* com as formas articulares ou pronominais *o*, *a*, *os*, *as*, e com quaisquer pronomes ou advérbios iniciados por vogal, quando aquela preposição rege uma construção de infinitivo. Nestes casos não só a forma prepositiva jamais se representa por *d* (do, dele, daqui etc.), como também se não funde graficamente com a palavra imediata (do, dele, daqui, etc.): uma e outra se escrevem separadas, sem prejuízo de se combinarem na pronúncia:

São horas de o meu pai voltar; Está desejoso de o ver; Orgulho de ele ser português; Já é tempo de este aparecer (...); Arrepende-se de aqui estar, de aí morar, de ali residir, de acolá viver (*Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa*, Coimbra, 1947, p. 285-286).

Depois de referir que a regra acima se aplica também às locuções prepositivas com *de* (a fim de o meu pai saber antes; de ele chegar; apesar de os não ver; a ponto de o rei saber; depois de as haver encontrado; em virtude de isto ser impossível; por causa de ali morares), continua sua lição:

"Assim como a preposição *de*, quando rege infinitivo, jamais se funde na escrita com uma forma de artigo, pronome ou advérbio iniciado por vogal, assim também outras formas prepositivas, se têm igual regência, devem ficar graficamente distintas de flexões de artigo ou pronome com as quais, noutras circunstâncias, se fundiriam. Estão neste caso *a* e *pra*

(redução de *para*): devido a o avião se ter atrasado (devido a o, e não devido ao, apesar de a o soar ao); pra o menino ver (pra o, e não pro, a despeito da pronúncia); pra o ver, pra a ver, pra os ver (pra o, pra a, pra os, pra as, e não *prò, prà, pròs, pràs*, embora assim se leia)" (obra cit., 286-287).

Tais ensinamentos de Rebelo Gonçalves ensejam alguns comentários a seguir.

A leitura atenta da lição de Rebelo Gonçalves nos dá oportunidade de tocar em alguns pontos importantes. Em primeiro lugar, percebe-se que nem todas as preposições combináveis com artigo ou com palavra começada por vogal apresentam a mesma naturalidade quando se trata do fenômeno da contração que vimos estudando. Repare-se, por exemplo, nas frases abaixo (o asterisco indica a construção não usual):

São horas de o meu pai chegar/ do meu pai chegar

Confio em o pai chegar a tempo/ *no pai chegar a tempo.

Outro ponto em que os casos de contração parecem diferir é o relativo a se se trata da presença do sujeito ou da presença do objeto direto (termo sintático não precedido ou regido de preposição necessária). Vejam-se os exemplos:

Estou desejoso de o ver/ *Estou desejoso do ver.

Estou aqui para (pra) o ver/ *estou aqui pro ver.

Vale a pena abrir aqui um parêntese para comentar um uso considerado correto em outros tempos da língua, mas que contraria um princípio de gramática, que consiste em não reger o objeto direto de preposição.

Esta construção, considerada "clássica" até muito perto de nós, foi seguida por escritores contemporâneos que timbravam em imitar os clássicos de outras épocas, fazendo correr construções, como a que agora vou comentar, já consideradas antiquadas. Rui Barbosa, por exemplo, escreveu: "*Mas ninguém tem forcejado mais do que eu pela realizar*", em que o objeto direto do verbo *realizar* se combina com a preposição que rege o infinitivo; hoje preferimos pospor o objeto direto ao verbo:

"ninguém tem forcejado (...) para realizá-la."

Apesar da defesa que da construção de Rui Barbosa fez o nosso competente sintaticista Mário Barreto em *Novos Estudos de Língua Portuguesa* (2 ed., p. 111-125), o certo é que o sentimento Iinguístico do falante moderno coincide com o comentário exarado por outro grande sintaticista, Said Ali:

A contração de *por* e antigo *per* com as formas pronominais *o*, *a*, *os*, *as*, pertence ao número das formas arcaicas, de que se encontram ainda restos na linguagem popular de Portugal. É imprópria da linguagem culta de hoje, e se ocorre — o que é muitíssimo raro — em algum escritor moderno, deixa-nos logo a impressão de um estilo afetado.

Não provam exemplos dessa espécie o uso geral, nem podem servir de norma para o falar correto (*Revista Americana*, 11, 4, p. 160).

Esta contração da preposição com o pronome complemento objeto direto patenteia o caso de mascaramento ou disfarce de que nos falou, conforme referi antes, Rodrigues Lapa, que cita este exemplo de Monteiro Lobato: Mas, pela não termos hoje, é absurdo negarmo-nos direito à fisionomia (*Ideias de Jeca Tatu*, 7 ed., 39 in *Estilística*, p. 213).

Outro ponto da lição de Rebelo Gonçalves digno de evidência é o referir-se o ilustre filólogo a uma prática exclusivamente de ordem ortográfica — como se tivéssemos uma sintaxe só para olhos —, já que o ouvido acusaria a existência da contração (leiam-se as suas palavras:

"Sem prejuízo de se combinarem na pronúncia; apesar de *a o* soar *ao*; a despeito da pronúncia; *pra o* (...), e não *prò* (...), embora assim se leia, isto é, como se tivéssemos, paralelamente à sintaxe para os olhos, uma sintaxe para o ouvido."

Talvez por isso, Sousa da Silveira, ao tratar do tema, tivesse aludido a uma regra ortográfica, embora não fizesse distinção a uma prática para os olhos (puramente ortográfica) e outra para o ouvido.

Já o notável foneticista Gonçalves Viana, na *Ortografia Nacional* (Lisboa, 1904), defendendo o uso restrito do apóstrofo em português (mais frequente no francês), aludia ao fato de poder o falante praticar a contração que a grafia não registrava:

"Por outro lado, é sempre melhor que a ligação facultativa das partículas com os nomes se não indique, pois é lícito proferir, por exemplo, a locução *anel de ouro* quer como *anel douro*, quer como *anel di ouro*" (p. 204).

Depois de todas estas considerações, é fácil chegarmos à conclusão de que, sob o enfoque da gramática, tanto está certo dizer e escrever *está na hora da onça beber água* como também *está na hora de a onça beber água*. Em virtude de estar esta última construção corroborada por uma longa tradição escrita e por se levar em conta certo raciocínio de natureza gramatical, tem sido eleita como exemplar (note-se que exemplar aqui não tem o significado de correta e, muito menos, de mais correta), e, por isso, tem angariado adeptos onde se escreve o português padrão.

Esta eleição é devida também às últimas propostas de reformas ortográficas, principalmente emanadas de Portugal, creio que a partir da década de 40, pois têm repetido a rejeição à forma contrata. As reformas de responsabilidade do Brasil têm silenciado este fato de linguagem, talvez por julgá-lo exclusivo do domínio da gramática, e não da ortografia. O Novo Acordo reinaugura a recomendação a brasileiros, e a verdade é que, desde que começaram as discussões sobre ele, se nota um incremento de sua prática na imprensa brasileira.

A nova recomendação só tem um ponto fraco para sua total aceitabilidade: contraria hábitos de fonética arraigados, e o próprio Rebelo Gonçalves o reconhece, quando afirma que a ortografia deve rejeitar a contração (de a onça beber água, e não da onça beber água), embora assim se leia. Numa última palavra, restringe a lição exclusivamente ao seu aspecto ortográfico, em conformidade com o que já havia depreendido nosso ilustre mestre Sousa da Silveira.

A escolha consciente de uma ou de outra forma dependerá muitas vezes, do ritmo, da eufonia e harmonia auditiva do boleio da frase, da necessidade ou não de se enfatizar o significado da preposição, no desejo e no direito do falante ou do escritor de extrair todas as virtualidades que a língua portuguesa põe à sua disposição para exteriorizar ideias, pensamentos, sentimentos e emoções.

Dequeísmo: um de Intruso

O leitor estranhará com toda razão o termo *dequeísmo*, que prima por ausência nos dicionários portugueses. Trata-se de um neologismo que está penetrando nos estudos de língua portuguesa, graças à influência do espanhol, idioma em que a novidade terminológica nasceu.

Entende-se por *dequeísmo* o emprego da preposição *de* junto à conjunção *que* em orações subordinadas substantivas em contextos do tipo *Creio de que você tem razão*; *Reconheço de que chegaremos tarde.*

Parece que o fato sintático começou a ser detectado e investigado no espanhol; *me dijeran de que saliese*; *temo de que lo hagan mal*. Neste domínio linguístico a novidade ocorre não só no espanhol da América Latina; apresentam o mesmo *de* intruso dos exemplos citados acima para o português. A investigação do fenômeno em espanhol já vai muito adiantada; no português, os estudos apenas iniciaram, mas o que já se pode dizer é que o fato sintático tem características formais muito semelhantes nos dois idiomas, que este *de* intruso não admite ordinariamente ser substituído por outra preposição e que ocorre em geral depois dos mesmos verbos: *acreditar*, *achar*, *admitir*, *afirmar*, *compreender*, *concluir*, *conhecer*, *crer*, *decidir*, *dizer*, *garantir*, *reconhecer,* e outros que envolvem a mesma área semântica ou aproximada.

Recentemente (1995) saiu da autoria da Professora Maria Cecflia Mollica o livro (De) *que falamos?,* editado pelo Tempo Brasileiro, em que podemos acompanhar detidamente os passos da pesquisa para o espanhol e para o

português. Entre os dados da investigação para o espanhol que se podem, com certa dose de intuição, estender ao português, citem-se os seguintes: a) nascido o fenômeno em um número limitado de verbos, acabou "contaminando", por analogia, verbos da mesma área semântica, vizinha ou mais remota; b) tem maior incidência em falantes de nível médio e até alto, especialmente na fala de locutores e políticos; c) há por parte da escola e de falantes que dominam a língua culta, de cultura, forte reação contra o *dequeísmo*, considerando-o uma novidade que nasceu por falta de conhecimento do idioma e que deve ser cuidadosamente evitado.

Tem preocupado os investigadores do espanhol e do português explicar por que nasceu a novidade. Apontam-se razões de *ultracorreção*, isto é, o equívoco nascido do desejo de falar correto; cruzamento de estruturas nominais e verbais, isto é, uma construção do tipo de *a crença de que*, *o reconhecimento de que* ter estimulado a construção *creio de que* ou *reconheço de que,* depois estendida a verbos que não apresentam a paralela construção nominal (com substantivo ou adjetivo); a instabilidade da norma entre pessoas emergentes de limitada convivência com o emprego e omissão de preposição; a atenuação de sentido, isto é, com *de* o falante pretende, distanciando-se, atenuar uma declaração para só parcialmente ser responsável por ela, razão pela qual, como diz Erica García citada por Maria Cecília Mollica, "el dequeísmo prolifere sobre todo en boca de políticos y periodistas". (p.29).

Outro ponto que preocupa os investigadores do espanhol e do português é saber se o emprego do *de* intruso em construções do tipo *creio de que* e *reconheço de que* é antigo ou recente nesses idiomas. A meu ver, tanto para o espanhol quanto para o português, as conclusões não são verdadeiras, porque, de modo geral, tais autores põem sob o mesmo prisma de análise duas construções sintaticamente bem diferentes: aquelas em que entra um *que* "introdutor" de oração chamada subordinada objetiva indireta e completiva nominal, em que a preposição pode vir expressa ou omitida mesmo na norma culta (*Preciso de que me ajude*/*Preciso que me ajude*; *Estava certo de que vira alguém*/*Estava certo que vira alguém*) e aquela em que entra um *que* em oração subordinada objetiva direta (*Creio que você tem razão*; *reconheço que chegaremos tarde*).

Atribuindo os conceitos de *queísmo* (sem preposição) e *dequeísmo* (com preposição) junto ao *que* a ambos os tipos de construção acima referidos, concluem que o dequeísmo (*creio de que*, *reconheço de que*) é antigo na

língua é só a ausência de preposição junto ao *que* das subordinadas objetivas indiretas e completivas nominais, ausência que até pouco tempo alguns gramáticos rotulavam, aliás, sem razão, como prática errônea, apesar da lição dos textos escritos e da consequente aceitação pelos nossos melhores sintaticistas e gramáticos.

Não distinguir estes dois tipos de construção fez que não se levasse em conta um dado importante: no caso das orações ditas objetivas indiretas e completivas nominais, a preposição pode ser qualquer uma, dependendo da regência dos termos subordinados, enquanto no caso do *dequeísmo* propriamente dito (*creio de que*, *reconheço de que*), a preposição que aparece é sempre *de*.

Assim é que passados por um crivo os exemplos aduzidos (nem sempre de fácil localização, porque é imprecisa a citação) como testemunhos de *dequeísmo* no português do século XIII até o XIX, inclusive, mostram claramente que não o são.

"Estas cousas *de que* dicemos (...)" (Livro de Linhagens), por exemplo, documenta o verbo *dizer* seguido da normal preposição *de* na acepção de 'pronunciar-se a respeito de alguém ou alguma coisa'.

"Grandes senhores foram liados contra el Rey *de que* se muyto temiam" (Rui de Pina), o *que* é pronome relativo — e não conjunção — precedido da preposição *de*, com a qual se constrói o verbo *temer-se* (contra el Rei do qual muito se temiam).

"(...) prezando-se *de que* ninguém melhor que elle ignorava". (I) documenta o emprego normal da preposição *de* introduzindo o complemento do verbo *prezar-se*; portanto, outra vez não ocorre aqui o fenômeno de *dequeísmo*.

Para finalizar, cumpre deixar claro que a novidade do *de* intruso deve ser cuidadosamente evitada por aqueles que desejam expressar-se, falando ou escrevendo, na língua padrão portuguesa. Esta é também a recomendação das melhores autoridades em língua espanhola.

Cabe, ainda, lembrar que o repúdio ou a crítica ao dequeísmo não se circunscreve apenas aos textos normativos ou ao âmbito da aula de português. A Professora Mollica cita duas menções na imprensa brasileira, das quais reproduzo apenas a primeira:

"Abreu Sodré (hoje chanceler) ganha a convenção da Arena e se transforma em virtual governador de São Paulo, em eleições indiretas. O jornalista Ruy Mesquita, editor do *Jornal da Tarde* amigo de infância de

Sodré, lamenta: seu candidato era o banqueiro Gastão Vidigal. Por que não Sodré, que era seu amigo? *O Sodré não pode*, diz Ruy. *Ele fala* "Creio *de que*" . O rádio na mesa de Ruy Mesquita anuncia a vitória de Sodré e o repórter vai ouvi-lo. Sodré desfecha: "*Acredito de que* (...) (Folha de São Paulo, coluna Contraponto, em 17 de janeiro de 1988).

O Infinitivo: será um quebra-cabeça?

Entre os aparentes quebra-cabeças do nosso idioma figura quase sempre o emprego do infinitivo flexionado ou sem flexão ou, como se dizia antigamente com menos propriedade, o emprego do infinitivo pessoal ou impessoal.

Está claro que vamos tratar aqui daqueles casos gerais, cuja transgressão constitui falha de gramática ou fuga a usos mais frequentes. Só muito raramente aludiremos a empregos estilísticos que, sobre aquelas normas que pertencem à função representativa da linguagem, visam a traduzir sentimentos e emoções do escritor ou falante. Tais recursos se aprendem no diuturno contato com os mestres da língua, com aqueles que fazem do seu texto um permanente laboratório do uso idiomático e de variações estilísticas.

Quem não tem o domínio da língua supõe que ao infinitivo compete a trivial e obrigatória concordância que se dá com as formas finitas, isto é, o verbo tem de estar em permanente relação com seu sujeito. Engana-se quem assim procede. A leitura dos bons autores e o trato com os bem falantes, (hoje tão raros entre nós) demonstram-nos que neles o normal é o infinitivo sem flexão. É justamente quem não tem o domínio do idioma e, por isso, imagina que a flexão se impõe em todos os casos, que mais foge a esta regra salutar.

Por fim, só faremos referência àqueles casos que constituem ou podem constituir dificuldades ao falante nativo que, sem estudo especial (só com o sentimento idiomático) distingue empregos do tipo *convém sair cedo* e *convém sairmos cedo*.

Depois de muita tinta derramada e pouca orientação, o assunto começou a seguir a trilha certa graças a um estudo do Mestre Said Ali, escrito ainda no final do século retrasado e que guarda hoje toda a sua validade.

O primeiro cuidado de quem quiser conhecer os empregos normais do infinitivo, será verificar se esta forma verbal está sozinha na oração ou se faz parte de uma locução verbal, conforme se dá nos dois exemplos a seguir:

Estudas para *vencer* na vida.
Estudas *para poder vencer* na vida.

Se se trata do primeiro caso, isto é, de infinitivo sozinho na oração (1° exemplo), a tradição culta da língua fixou o seguinte critério de ordem geral, isto é, sem levar em conta a intenção afetiva da ênfase ou reforço:

Não haverá flexão se o sujeito do infinitivo não estiver expresso na oração por meio de substantivo ou pronome, quer igual ao de outro verbo existente na frase, quer diferente:

Estudamos para vencer na vida (repare-se que o sujeito de *vencer* (*nós*) não está expresso).

Eu e meu irmão estudamos para vencer na vida. Os bons exemplos dos pais ajudam os filhos a vencer na vida (repare-se aqui o sujeito de *vencer* é *os filhos* que, na oração anterior funciona como objeto direto do verbo *ajudam*, e este tem como sujeito *os bons exemplos dos pais*).

Se explicitarmos o sujeito do infinitivo, a flexão se tornará obrigatória:

É importante terem os filhos os bons exemplos dos pais.

Se o infinitivo não estiver sozinho na oração a que pertence, caberá a flexão apenas ao verbo anterior.

Temos de *pensar* nas soluções.

Querem *ter* tudo em ordem.

É um dos pecadilhos de quem não conhece o gênio da língua flexionar o infinitivo em tais casos, mesmo quando os dois verbos se acham separados pelo sujeito ou algumas palavras. Deve-se evitar o que o Mestre José Oiticica chamava *pleonasmo flexional*:

Devem os senhores passageiros respeitar os avisos (e não *respeitarem*).

Se se calar o verbo auxiliar na segunda locução, pode-se flexionar o infinitivo desta última, se houver o perigo de tornar-se obscuro o sentido da frase ou se houver intenção de animar a pessoa a quem se refere a ação verbal, como ocorreu neste exemplo:

"QUERES SER mau filho, DEIXARES uma nódoa d'infância na tua linhagem" (A. Herculano, *Fragmentos* ed. A. Leite, 173).

A não flexão do infinitivo nestes casos ocorre obrigatoriamente com os chamados verbos *causativos* (*deixar, mandar, fazer* e sinônimos), quando não temos uma locução verbal real, já que o verbo causativo integra oração à parte:

Deixai VIR a mim as criancinhas (= deixai que as criancinhas venham a mim).

A tentação de flexionar o infinitivo se torna mais forte quando o sujeito deste separa os dois verbos, como no caso abaixo, colhido num matutino carioca:

"A autoridade deixa os carros PASSAREM em grande velocidade".

A praxe é deixar o infinitivo sem flexão:

A autoridade deixa os carros PASSAR...

Sem o mesmo rigor que se dá com os verbos causativos, aparece, em geral, sem flexão o infinitivo precedido de verbo chamado *sensitivo* (*ver, ouvir, olhar, sentir* e sinônimos):

Ouvi CANTAR os galos.

*Vimos as crianças BRINCAR (*ou *BRINCAREM).*

Incluem-se no caso das locuções as construções em que o infinitivo aparece depois de verbo que designa o tempo ou modo da ação que expressa:

Começamos a brincar.

Puseram-se a estudar.

Gostas de estudar.
Pretendes estudar.

Também não se flexiona o infinitivo que serve de complemento a substantivos e adjetivos:

Eles não têm intenção de FAZER isso.
Todas estas figuras são fáceis de DESENHAR.

A concordância com *um dos que* na tradição gramatical do português

O constante drama que no enunciado, se estabelece entre o plano formal e o plano semântico nem sempre tem permitido que as línguas traduzam com certo rigor e normalidade as relações gramaticais com que os termos sintáticos se regimentam e ordenam nas orações.

O fenômeno da concordância — quer nominal (entre adjuntos e seus núcleos substantivo e pronome), quer verbal (entre o verbo e o sujeito) — espelha bem, em muitíssimos casos, a perplexidade do falante diante de certos casos que se lhe deparam frequentemente. Jovem ainda, ouvi de um excelente professor de sala de aula, investigador conceituado dos fatos de nossa língua — o competente José Oiticica, catedrático do Colégio Pedro II — que, em matéria de concordância, o português apresenta casos lógicos e ilógicos: os lógicos não precisão ser ensinados, porque neles ninguém erra; os ilógicos ou duvidosos (por contrariarem princípios da gramática), procedam como quiserem, porque, qualquer que seja a opção, estará sempre certa.

Está claro que para um espírito lúcido e retilíneo como o do Prof. Oiticica, vai na afirmação um pouco de espirituosidade; todavia, diante de alguns casos, a lembrança do velho e saudoso Mestre facilmente nos acode.

Um desses casos muito discutidos entre os gramáticos e que motivam o suplício de candidatos a concurso diante da opção intransigente de bancas examinadoras é o que diz respeito à concordância do verbo — no singular?

no plural? — referido à expressão *um dos que* em contextos do tipo: *Ela foi uma das que mais brilhou ou brilharam no curso*.

Como o capítulo da sintaxe é o que só bem recentemente, na gramaticografia de língua portuguesa, vem recebendo atenção especial (as mais antigas nem traziam capítulo sobre este domínio), nem todas tratam do problema. Por exemplo, não se discute o fato na excelente, para a época, *Gramática* de Júlio Ribeiro, cuja 1ª edição data de 1881, mas que tem na 2ª de 1885 a melhor versão. Também não se registra a concordância nas gramáticas saídas em 1887, para atender à reforma de ensino de línguas (*Noções de Gramática Portuguesa* de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade; *Gramática Descritiva* de Maximino Maciel; *Gramática Portuguesa* de Alfredo Gomes). Vai fazer exceção a *Gramática Portuguesa* de João Ribeiro, pelo menos nas edições mais modernas, já que não tenho acesso, no momento, às primeiras edições, a partir de 1887. Aí o nosso estudioso recomenda que o verbo da segunda proposição deve estar no plural:

Eu sou dos que *entendem*...
Sou um dos que *pensam*. (pág. 230 da 22 edição de 1933)

Mas continua sua lição:

"Deve-se, pois, considerar excepcionais (ainda que não faltem exemplos entre os antigos) todas as construções como a de Júlio Dinis (*Pup*. 3°):

O reitor foi um dos que mais se importou com a preocupação do homem (Ibid.)

E depois de transcrever exemplos de Bernardes e Fernão Lopes, remetidos pelo colaborador assíduo Firmino Costa, conclui:

"Entretanto, esses exemplos já se não conformam com o uso moderno mais geral. (Ibid.)

Na sua *Gramática Portuguesa* (Belo Horizonte, 1920) Firmino Costa, embora reconheça que se encontre "nos clássicos a concordância no singular", ensina-nos:

"Entre as duas construções, *um dos que mais lutaram e um dos que mais lutou*, a primeira parece ser a única aceitável". (pág. 227)

As mais ou menos leves insinuações registradas pelos gramáticos de ontem e de hoje em favor do uso do verbo no plural — apesar dos exemplos em contrário correntes em bons escritores de todos os tempos — contrastam

com o parecer peremptório de Epifânio Dias na sua *Sintaxe Histórica*, publicada postumamente em 1918:

"Obs. Em expressões como: *um dos que mais trabalharam é erro* (o grifo é meu) concordar o predicado da oração relativa com a palavra *um* e dizer: *um dos que mais trabalhou*. Este *erro* (o grifo continua sendo meu) cometeu Fr. Luís de Sousa, quando disse: *Esta cidade foi uma das que mais se corrompeu da heregia* (V do Arc. I, 191) (23 da pág. 36 da 2 edição, 1933, da *Sintaxe Histórica*).

E não contente com a condenação, acalmou os ânimos aos que, por ventura, lembrassem o testemunho dos clássicos, advertindo-os em nota de rodapé:

"Foi escolhido este passo de Fr. Luís de Sousa, justamente para mostrar que as regras da gramática são às vezes, por descuido, violadas por aqueles que melhor conhecem a língua pátria".

Pelas condições muito especiais por que a *Sintaxe* de Epifânio Dias foi publicada, com o notável filólogo preso ao leito por um adiantado mal de Parkinson, tendo podido corrigir apenas as 32 primeiras páginas impressas, fica-nos difícil saber se modificaria ou ampliaria a lição, caso tivesse saúde para proceder a uma revisão a que todo autor aspira. Digo isto porque em alguns de meus trabalhos tenho mostrado que, em certos passos, a lição da *Sintaxe* se mostra menos completa do que as informações exaradas em publicações cuja redação se mostra, na confecção, mais moderna do que a dela, como a *Gramática Portuguesa Elementar* ou a edição de *Os Lusíadas*. Em mais de uma oportunidade, tenho apontado a necessidade de se proceder a uma edição crítica deste extraordinário repositório de fatos sintáticos do português.

Lembra-me este comentário pelo fato de Epifânio, na sintaxe francesa que preparou com von Hafe na elaboração da *Gramática Francesa* (1ª ed., Porto, 1875), ter chamado a atenção para o fenômeno da *atração*, responsável pela justificativa do emprego do verbo no singular em construções da língua de Flaubert análogas às do português.

As sucessivas edições desse precioso livro de von Hafe e Epifânio registram melhorias e aprofundamentos na redação, mormente na parte de sintaxe, que é aquela para a qual me tenho voltado com mais apuro. No que toca a este caso de concordância de que venho falando, desde a 1ª ed. (1875, § 126) até, pelo menos, a 5ª, sem data (102) da *Gramática Francesa*, é esta a redação:

"Quando o pronome relativo *qui* se refere à palavra *un*, *une*, determinada por um complemento partitivo do plural, o verbo pode ir para o singular ou para o plural. Vai para o singular, quando atribuímos a ação do verbo a *un*, *une*; e para o plural, quando a atribuímos às pessoas ou cousas designadas pelo complemento partitivo:

Voici, messíeurs, une des actions de sa vie, qui *est* si belle et si extraordinaire que je ne puis me résoudre à la passer sous silence (Fléchier). L'exorde de l'oraison funèbre de Turenne est un des morceaux les plus finis qui *soient sortis* de la plume de Fléchier (La Harpe).

A lição e os exemplos estão fiéis à fonte em que se fundamentou Epifânio e a que (à versão francesa) ele mesmo referiu no Prefácio: a *Nouvelle grammaire française basée sur le latin* de Karl Ploetz, fiel também ela mesma ao original alemão *Syntax und Formenlehre der neufranzösischen Sprache* (minha edição é de Berlim, 1890).

Já na 9ª edição da *Gramática Francesa* também sem data (103, Obs. 2 e alínea b), Epifânio trata o problema com outra amplitude, afastando-se de Ploetz e visivelmente influenciado pela leitura do capítulo 34 das reveladoras *Contribuições à Gramática Francesa* (*Vermischte Beiträge zur französischen Grammatik*), de Adolfo Tobler, começadas a publicar na famosa revista de Gustavo Gröber entre 1877 e 1884, e saídas em volume, em cinco séries (1ª ed., 1 886; 2ª ed., Berlim e Leipzig, 1901-1912):

"Obs. 2. — Às vezes uma oração relativa pode referir-se igualmente bem a um pronome ou a um substantivo que esteja ligado ao pronome, podendo assim ser dupla a forma da oração relativa, v. gr. jen crois un homme comme vous *qui a pu*, par ses yeux, ou *qui avez pu*, par *ses yeux*, voir ces faits.

Todavia, quando o numeral *un*, *une* traz um complemento partitivo do plural determinado por uma oração relativa, o verbo da oração relativa pode concordar ou com o complemento partitivo, ou, por atração, com o numeral: L'astronomie est une des sciences qui font ou qui fait le plus d'honneur à l'esprit humain (Acad.). No francês moderno a segunda espécie de concordância vai-se tornando cada vez menos frequente".

A seguir vêm os exemplos, um de La Harpe, repetido das edições anteriores, e outro novo de Voltaire: Cest une des piéces de Plaute qui a eu (Epifânio traduz tiveram, como que insistindo na sua lição da *Sintaxe Histórica*) le plus de succès.

M. Said Ali, na 2ª parte da sua *Gramática Histórica* (Formação de Palavras e Sintaxe do Português Histórico, 2 ed., 1930, pág. 79), trata do assunto nestes termos:

"O verbo, na oração relativa, posto no singular em concordância, não com o termo no plural que lhe serve de antecedente, mas com o termo seletivo *um*, ocorre também por vezes na linguagem literária, quando a oração começa por *um dos.... que*".

Seguem-se exemplos do verbo no singular extraídos das obras de Damião de Góis, Antônio Vieira, Simão de Vasconcelos e Manuel Bernardes. Finaliza a lição comentando:

O fenômeno do emprego do verbo no singular em vez do plural na oração relativa observa-se também em grego, em latim, em inglês, em alemão, em espanhol, em francês. A Tobler cita Boileau M. de Soubise est un de ceux qui s y est le plus signalé e da Academia Francesa L'astronomie est une des sciences qui fait le plus d honneur à l'esprit humain. Explica o mesmo linguista o fato como uma atração ou assimilação progressiva.

Ainda sob a influência dos comentários exarados no capítulo de Tobler é que Epifânio, na 9ª ed., alude ao fato de que a concordância do verbo da oração relativa no singular se vai "tornando cada vez menos frequente". A história da sintaxe francesa contemporânea não comprovou essa previsão; de modo que, atendendo à referência a um (*uma*) ou à expressão partitiva, se poderá empregar, respectivamente, o singular ou o plural. Com muita prudência e bom senso pedagógico o "arrêté" de 1901, lembrado pela *Grammaire Larousse du français contemporain* (552), recomenda:

"C'est une délicatesse de langage qu'on n'essayera pas d'introduire dans les exercices élémentaires ni dans les examens".

Ernesto Carneiro Ribeiro, nos seus *Serões Granaticais* (1ª ed. 1880; 2a ed. 1915, que utilizo), também ensina que, nas construções em apreço, se põe o verbo "no singular ou plural, segundo a ação por ele exprimido é afirmada de um só ou de muitos indivíduos". (pág. 615)

Segue a surrada explicação por elipse, sempre cômoda, mas quase sempre a menos boa, e, à maneira de Bescherelle Ainé e Littré (este já condenado por Tobler, no capítulo antes citado), propõe que a "frase *foi uma de suas ações que mais me maravilhou* resolve-se na seguinte: *foi a ação que mais me maravilhou dentre as suas ações*", frase que não ocorreria a nenhum falante nativo do português.

Carneiro Ribeiro, entretanto, chama-nos a atenção para um caso em que, na construção *um dos que*, se impõe o singular:

"Bem é de notar que nessas espécies de construções se erra muitas vezes, empregando-se o plural. Assim, nas frases: *foi um de teus filhos que jantou ontem comigo; é uma das tragédias de Racine que se representará hoje no teatro*, será incorreto o emprego de número plural: o singular impõe-se imperiosamente pelo sentido do discurso. Enunciando assim o pensamento, intento dizer, na primeira frase, que não foram todos os teus filhos que jantaram comigo: a ação de *jantar* afirmo-a tão somente de um deles, como a ação do verbo *representar-se*, na segunda, se não entende de todas as tragédias de Racine, senão de uma só, da que se diz ser levada hoje à cena, ser hoje representada. (Ibid. 615)

Apesar de termos todos estes testemunhos oferecidos pela língua na prática de seus melhores escritores através de todas as épocas, e pela observação de estudiosos ilustres, extrapolam de sua seara aqueles que, por opção pessoal ou por excesso de uma ótica logicista, querem pôr travas aos recursos expressivos que o idioma oferece aos utentes.

Nisto se incluem mestres de reconhecida competência, como Leite de Vasconcelos (*Lições de Filologia Portuguesa*, 2ª ed., 1926, pág. 378), que num breve comentário condenatório a *um dos homens que lá esteve*, em vez de *estiveram* ("porque o sujeito do predicado da segunda oração é *que*, referido ao plural *homens*"), apesar de citar a *Gramática Francesa* de von Hafe e Epifânio, aludindo ao fenômeno da *atração* e aos exemplos aduzidos por Rui Barbosa, com o verbo no singular.

Nesta trilha, não considerando erro mas construção vitanda, estão ainda dois autores portugueses modernos de um livro extremamente útil

— João Andrade Peres e Telmo Moia — que classificam a construção com o singular "anormal no plano sintático e ilógica no plano semântico" (*Áreas Críticas da Língua Portuguesa* (Lisboa, Caminho, 1995, pág. 496), partindo da relação sintático-semântico que supõem existente entre *Um dos advogados que estavam na sala saiu* com *Um deles saiu e* com *Um de entre os advogados que estavam na sala saiu*, mas que, salvo melhor juízo, só guardam equivalência na designação, e não no plano sintático e semântico.

Os escritores apontam-nos o caminho a seguir, enquanto certos estudiosos fecham os olhos à lição. Repare-se neste exemplo de Alexandre Herculano, citado por Arlindo Leite nos *Fragmentos Literários* (Rio de Janeiro, Sauer, 1927, vol. I, pág. 47), no qual o escritor joga com o emprego

no plural e no singular, conforme, além da expressão gramatical, assinala seu intuito de generalizar a referência do verbo mediante o plural, e particularizá-la a um só sujeito, mediante o singular:

"Um dos escritores franceses deste século que mais profundamente estudaram o mecanismo da sociedade feudal, e que em dotes de historiador dificilmente encontrou êmulos entre os seus compatrícios, Guizot, entende também que a sociedade feudal se caracteriza por três fatos essenciais... (*Opúsculos*, V, 213 ed. de 1881)

Diante do exposto, se não quisermos dobrar a língua ao gosto de opções pessoais ou a preceitos formulados sem a necessária imparcialidade do pesquisador, ou ainda a uma uniformização redutora das potencialidades idiomáticas do português, teremos de concluir com a seguinte lição:

Quando o pronome relativo que entra na construção *um* (*uma*) *dos* (*das*) *que*, há dois caminhos para a flexão numérica do verbo da oração relativa: um marcado, pelo qual se põe o verbo no singular, por atribuirmos a ação do verbo ao seletivo *um* (*uma*), ou por ênfase sobre si, ou porque, pelo sentido do discurso, a referência só ao seletivo diz respeito; outro, não marcado, pelo qual se põe o verbo no plural, por atribuirmos a ação às pessoas ou coisas designadas, sem interesse estilístico ou comunicativo de chamar especial atenção para o seletivo *um* (*uma*).

Em outras palavras, a forma não marcada, como sempre, abarca e inclui a forma dita marcada. Assim, entre *dia* e *noite*, *dia* é a não marcada, enquanto *noite* é a marcada, pois só se aplica à determinada porção das 24 horas. Daí, *dia* poder incluir o espaço de duração da *noite*, quando dizemos *Passei três dias em Teresópolis* (isto é, os espaços do dia e da noite). O fato não se restringe ao léxico, mas ocorre no domínio da gramática; assim masculino é forma não marcada, pois refere-se ao gênero humano em geral (que inclui homens e mulheres). Já o feminino é a marcada, referida apenas a uma classe dos humanos, às mulheres. Daí *tios*, por exemplo, abarcar *tio* e *tia*, mas *tia* não inclui *tio*. Isto explica por que, ao dizermos *meus tios*, podemos estar fazendo referência *ao meu tio e à minha tia*, ou a mais de um tio homem. Assim também, quando um adjetivo biforme há de atribuir-se a pessoas ou coisas de gêneros gramaticais diferentes, normalmente a forma a incluir ambos é a masculina: mulheres e homens probos, homens e mulheres probos; aragem e vento frescos, vento e aragem frescos.

Já se pensou, menos bem, que o emprego do masculino nestes casos era um traço do machismo dos gramáticos. Nihil sine ratione faciendum est (Nada se faz sem nenhuma razão), como já dizia o romano Sêneca.

Sobre a sintaxe dos demonstrativos

Dentre os fatos da sintaxe da língua portuguesa contemporânea, o comportamento dos demonstrativos é dos que mais excitam a argúcia do pesquisador, graças à multiplicidade de emprego que oferecem, quer no aspecto puramente acadêmico da gramática, quer nos sutis empregos estilísticos que deles fazem os escritores brasileiros e portugueses.

Tem-se tornado lugar-comum em muitos estudos que se ocuparam do assunto a declaração de que a nossa língua tenderá a uma simplificação da sua distribuição tripartida *este*/*esse*/*aquele*, em benefício de uma oposição bimembre *este-esse*/*aquele*.

As profecias nesse sentido não são, entretanto coincidentes; para uns, depois de desaparecer a oposição gramatical entre *este* e *esse* — que se tornarão então intercambiáveis —, ocorrerá a preferência de *esse*, que, agora, se oporá à forma *aquele*. Para o notável mestre e perspicaz observador dos fatos de linguagem, Prof. Antenor Nascentes, ainda hoje *este* e *esse* lutam entre si para um deles ser desbancado, mas "talvez o que vença seja *este*, por ser de primeira pessoa a indicar maior proximidade do que *esse* e o português ficará como muitas outras línguas que apenas dispõem de dois demonstrativos e se dão muito bem com tal uso"[9].

---

[9] Este, esse (*Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Professor Clóvis Monteiro*), 1965, 5.

Mattoso Câmara, em artigo saído postumamente na *Festschrift fur Harri Meier* (págs. 327-331)[10], retoma o assunto e apresenta interessantes sugestões para a explicação das causas que motivaram, no uso oral espontâneo, a equiva1ência intrínseca entre as duas formas demonstrativas. Para o inesquecível mestre, com apoio na lição de Nascentes, apagou-se a "distinção entre o campo mostrativo do falante e o do ouvinte" para se criar "uma diferenciação dicotômica entre *perto* e *longe*". Partindo da distribuição entre emprego "dêitico" e emprego "anafórico" dos demonstrativos, acentua que neste último não vigora o sistema tripartido, onde existe apenas a oposição entre *este* e *aquele*, "com o aparecimento de *esse* também, para o ponto próximo, como variante livre" (pág. 328), conforme o testemunho da tradição escrita. Além desta causa *sintática* (interferência do emprego anafórico no emprego dêitico), Mattoso Câmara aponta mais duas: a contaminação decorrente da "estreita semelhança fonética que há entre os demonstrativos *este* e *esse*", ao contrário do que ocorre com a série de locativos paralelos, *aqui* — *aí* — *ali*, que apresentam um distinção fonológica bem marcada [k] — zero — [1] mediados pelas mesmas vogais; a terceira causa é de ordem semântica, "que importa ao contrário numa criação e estabelece uma evolução positiva", pois, envolvendo uma reformulação no âmbito das categorias gramaticais, se acusa "na deriva para a substituição de um sistema demonstrativo complexo, herdado do latim, por outro mais simples em harmonia com o que já predomina na área linguística ocidental" (pág. 330). Como (ainda oportunamente lembra o mesmo mestre) uma língua reluta em regra em abandonar qualquer das suas riquezas expressionais, mesmo quando de maneira geral já se afigura excessiva" (pág. 331), evita-se, em muitas circunstâncias, o prejuízo expressional da neutralização de sentido entre *este* e *esse*, através da adjunção do locativo adequado (*esse aqui*/*este aqui*; *esse aí*/*este aí*, ao lado de *aquele* [*ali*]), artifício que vem recriar o sistema tripartido entre os demonstrativos. Por fim, conclui Mattoso Câmara que este estado de coisas acabará por fixar, no jogo da variação livre, uma das formas, que, no uso oral do Brasil, será provavelmente *esse*.

Respostas concretas a tais considerações, bem como um melhor conhecimento dos fenômenos por que tem passado a sintaxe dos demonstrativos ao Iongo da história da língua portuguesa, dependerão de estudos comparativos das diversas épocas e, numa época, dos escritores mais representativos do idioma, nas suas variedades de registro.

[10] Joaquim Mattoso Câmara Jr., Uma evolução em marcha, a relação entre *este* e *esse*, *Sprache und Geschichte* -. *Festschriftfur Harri Meier*, Wilhelm Fink Verlag, Munchen, 1971.

Do exame de textos escritos — ainda daqueles vazados num registro coloquial para atingir com eficiência, um público numeroso e heterogêneo —, pode-se chegar facilmente à conclusão de que a época dessa pretendida simplificação no sistema gramatical do português ainda está muito longe, pois que tais textos refletem uma consciência viva das oposições estabelecidas pela gramática entre os demonstrativos *este*/*esse*/*aquele*.

Alguns desvios da norma estabelecida em tais casos se devem mais a que o observador segue caminho diferente da perspectiva sob a qual o escritor encara a realidade linguística. E esses voos do escritor ainda estão nos domínios bem definidos da gramática: vale dizer, ainda constituem normas de gramática, e não de usos estilísticos, ao sabor do momento criador do artista.

No presente estudo, é nossa intenção depreender as linhas gerais da sintaxe dos demonstrativos *este* e *esse* mediante o exame de 70 crônicas enfeixadas no livro *A Mulher do Vizinho*[11], de Fernando Sabino, excelente representante do uso da linguagem coloquial escrita do português do Brasil.

Dentre as centenas de exemplos que se distribuem pelas duzentas e poucas páginas do livro, raríssimas são as vezes que Fernando Sabino deixa de refletir a lição geral da gramática normativa: *este* alude às noções do âmbito do falante (uso dêitico) ou do que este disse ou vai dizer no contexto (uso anafórico); *esse* refere-se às noções do âmbito do ouvinte (uso dêitico) ou do que este vai ou acaba de dizer (uso anafórico). Daí partem usos secundários perfeitamente regulares e que constituem normas de que o escritor só poucas vezes se afasta.

Assim é que por meio de *este* o escritor traduz:

a) os seus pertences:

"Levo também este *cinzeiro*. E este *tapete*, aqui em casa ele não tem serventia. E *esta* outra fotografia, ela pode fazer falta lá".

"Esta cadeira foi presente de Hélio Pellegrino, que também me acompanha desde a infância".

"— O senhor? Em que lhe posso ser útil?
— Dar entrada *nestes* papéis — disse o homem com truculência."

"Vamos experimentar *esta* aqui, na minha opinião é a melhor."

[11] Fernando Sabino, *A Mulher do Vizinho*, Rio de Janeiro, 1962.

b) os objetos e coisas que, não pertencendo à 1ª pessoa, se circunscrevem ao seu âmbito ou porque estão consigo, ou na sua vizinhança, ou são de sua responsabilidade, ou, ainda, em se tratando de veículos em que viaja:

"O funcionário começou a examinar meticulosamente os papéis, com um sorriso de quem diz: Já lhe mostro... "Já lhe mostro... e mostrou mesmo:

— Olhe aqui; falta reconhecer a firma *deste* documento".

"Imediatamente o convocamos para nossa mesa, e veio, olhos de vaca mansa, trazendo seu cálice. Para ele tanto fazia sentar-se *nesta* como naquela, ora dane-se! Estava apaixonado".

"Já de pé na calçada, vacila entre as duas ruas que se oferecem (...)
— Se for por *esta* rua, chego atrasado, mas por *esta* outra, com tanto calor...".

"e outras emoções de juventude ainda mais puras, que *estas* ladeiras testemunharam...".

"E sempre há um amigo para lhe dizer: você está precisando de mandar lubrificar *este* carro.

c) o lugar onde se encontra ou mora;

"... o que significa que os terroristas *desta* praça não devem mais contar comigo".

"apenas um local onde possa acender diariamente o forno (no sentido figurado, apresso-me a tranqüilizar o condomínio) *desta* padaria literária (...);
o menino tentou enxugar uma lágrima, não havia lágrima. Voltou para o quarto, emburrado: a gente também não tem nenhum direito *nesta casa* — pensava.
Que diabo também, *nesta* casa tudo é proibido! — gritou, lá do quarto, e ficou esperando a reação da mãe.

d) o tempo mais ou menos longo que abrange o momento em que fala;

Espero que ele me assista *nesta* grave emergência.
Pelo que não ousaria, a *esta* altura da minha vida, iniciar-me na profissão a que o dito diploma presumivelmente me habilita.
Ele precisa de táxi. A *esta* hora....
Prometeu o laudo para *esta* semana sem falta.
tuac? iç
Padre, como é que eu saio *desta*?.
Leonora chegou-se para mim, a carinha mais linda *deste* mundo:
— Engoli uma tampa de coca-cola.
Levantei as mãos para o céu: mais *esta* agora!.

e) o que vai anunciar no contexto:

E logo abaixo, *esta* única frase — categórica, definitiva:
— O convidado não existe.
Mas de minha parte fiz o que pude e o que quer que seja — equívoco, brincadeira, distração — continua sendo para mim apenas *este* grave acontecimento que vem a ser um homem buscando comunicação.
Este era o recado:
— O barbeiro manda avisar que não foi fazer a barba do Marechal.

f) o que anunciou no contexto:

Estranhos clientes *estes*, que entram pela janela, pelas paredes, pelo teto, trazidos pelas vozes de antigamente (...).

Vem-me a ideia de que, pobres coisas que sejam, com *este* mesmo carreto é que subirei um dia para dar conta do que fiz e deixei de fazer cá na Terra.

Que gente mais lacônica, *estes* meus personagens.

O falante ou escritor não restringe a *estes* casos a conspicuidade com que observa o âmbito da 1ª pessoa do discurso; antes, não a perde de vista e a encarece todas as vezes que estabelece uma relação entre ela e os seres objetos de sua atenção. Os casos que aparentemente destoam do quadro apresentado acima aí encontram sua explicação, como passaremos a examinar.

A pessoa que fala refere-se às outras por meio do pronome *esse*, conforme a lição tradicional da gramática, à qual aludiremos mais adiante. Entretanto, tal demonstrativo pode ser substituído por *este*, se os seres referidos se encontram aprisionados pelas mãos da pessoa que fala. Na crônica A culpa da sociedade, um senhor que surpreende um negro tentando abrir a bolsa de uma senhora, e o detém nas mãos, não se refere ao ladrão a não ser usando o demonstrativo *este*:

Imagine o senhor — e o gordo acusador voltou-se para mim — que *este* porcaria estava num ônibus ao lado de uma senhora, e mete a mão na bolsa dela para furtar dinheiro.

— Psiu! O Souto! Que diabo você está fazendo aí?

O acusador do preto voltou-se vivamente ao chamado:

— Ah, Dr. Faria! Quanto prazer... Imagine o Senhor... Eu... *Este* homem aqui...

Acabou largando o braço do preto e se aproximou do carro.

Outra circunstância curiosa pode determinar o emprego de *este* por *esse*, em alusão a pessoas a que nos referimos; é quando elas nos estão intimamente ligadas por laços afetivos, a ponto de o que lhes ocorrer, refletir de modo tão direto em nós, como se fôssemos também sujeitos à ação expressa pelo verbo.

Na crônica O melhor amigo, uma criança que recolhe na rua um cachorrinho e o leva para casa, defronta-se com a opinião contrária da mãe, que o obriga a se desfazer do animal. Contrariado, reclama o menino:

Um dia ainda faço um estrago louco. Meu único amigo enxotado *desta* maneira!

Situações deste tipo devem ter favorecido o emprego de *este* por *esse* nas referências às pessoas ou coisas que interessam mais de perto ou que nos impressionam mais vivamente. Estão neste caso os seguintes exemplos:

"*Este* menino, meu Deus".

"Se ainda fosse *destes* carrinhos brasileiros — você sabe o apelido deles".

Nas referências a objetos distantes de nós, mas cujo tamanho indicamos por gestos com auxílio de nossas mãos, Fernando Sabino emprega sempre *este*:

"No Serviço de Seleções perguntaram a Oscar quantos quilos de esterco de vaca ele transportava. Oscar não soube dizer: um punhado, um saquinho *deste* tamanho, mostrou, erguendo as mãos"

Sem indicação expressa do gesto:

"E os cravos na sola, *deste* tamanho! De meter medo nas bolas altas...".

Onde de maneira nenhuma se poderia ter a expressão indicada por gesto, o escritor emprega *esse*:

"Um menino *desse* tamanho, que é que outros hão de dizer?".

Ainda na referência conspícua da 1ª pessoa, está o emprego de *este* para indicar que a declaração feita por uma pessoa é tão do nosso agrado, que passamos a adotá-la como própria:

"Já imaginou quanto sangue desperdiçado por aí nos que morrem?
— Isso mesmo. E nos que não morrem! *Esta* eu gostei. Está se vendo que o senhor é moço distinto".

Fernando Sabino também emprega *este* para exprimir que o enunciado pelo interlocutor é também do nosso conhecimento:

"— Como não? Minha memória ainda funciona, para nomes então, principalmente. Ora, pois. É Levindo não sei o quê...
— Não será Benvindo?
— Isso! Benvindo... Benvindo Lopes, se não me engano.
— *Este* nome não me é estranho — limitei-me a murmurar".

Se em vez de *este*, tivermos de empregar o pronome *isto*, repetem-se as observações feitas acima:

a) em referência ao que está próximo da pessoa que fala:

"Consultei o tio, baixinho: o que é que você acha? Ele foi buscar uma tampa de garrfa, separou a cortiça do metal:

— O que é que você engoliu: *isto*... ou *isto*?
— *Isto* — e ela apontou com firmeza a parte de metal".

b) ao que vai anunciar no contexto:

"Havia uma folha onde estava escrito, em letras desenhadas, cheias de bordados caprichosos, apenas *isto*:
O convidado — Conto".

c) ao que anunciou no contexto:

"O nome do falecido era Benvindo. *Isto*! Benvindo Lopes. Marido de minha cozinheira".

Na referência conspícua da 1ª pessoa, emprega-se *isto* para indicar que a declaração feita por uma pessoa é tão nossa, que passamos a adotá-la como própria, talqualmente já vimos com o pronome *este*:

"— Mas ali fora está escrito Leiteria!
— Ah, *isto* está sim senhor".

Há uma circunstância para a qual não podemos depreender a preferência de Fernando Sabino, pois que, dos dois exemplos que ocorrem, um aparece com *isto* e outro com *isso*, sem que se descubram intenções estilísticas que justifiquem o emprego diversificado. Trata-se do caso em que se faz alusão a fato da competência do falante, mas que este tem de examinar para descobrir o que será. Aparece *isto* no seguinte passo:

"Batemos para o Pronto Socorro da cidade. Outro médico nos atendeu com solicitude:
— Vamos já ver *isto*".

E *isso* em:

"— Que aconteceu com você, meu velho? — e o médico ajudou-o a levantar-se.
— Nada...

— Vamos ver *isso* direito. Venha até aqui no meu consultório".

Assim como ocorreu com *este*, Fernando Sabino se conforma ao uso da tradição literária nos empregos principais do pronome *esse*, em relação ao âmbito do ouvinte ou de quem fala, que indica;

a) os seus pertences, em sentido próprio ou figurado:

"— O que é que o senhor está levando aí *nesse* saco?".

"— E tem os outros dois carros, que naturalmente vão pleitear parte *desse* seguro também".

"— E o senhor, depois de beber o seu bom vinho de missa, me passa trinta anos acreditando *nessa* asneira".

"— Como será, afinal, o diálogo para o teatro? — me pergunto, perdido já *nessa* seara onde não me devia ter metido".

b) os objetos e coisas que, não pertencendo à 2ª pessoa, se circunscrevem no seu âmbito, em sentido próprio ou figurado, indicando também serem afastados ou desconhecidos da pessoa que fala:

"A menos que eu é que esteja usando o nome *desse* outro para te fazer de assunto".

"Se passar um ônibus jeitoso eu tomo. Eis que aparece um: não é jeitoso. Vem em disparada, quase atropela, para deter-se ao sinal que lhe fez. Não, não entro; *esse* é dos doidos, que saem alucinados por ai".

"Ainda bem não se sentara, já se arrependia; é um absurdo. São desvairados *esses* motoristas, como é que deixam gente assim tirar carteira?".

c) o lugar onde se encontra, vai, ou mora, ou simplesmente o lugar afastado da pessoa que fala:

"*Nesse* lugar que você vai toda noite".

"Quando o poeta Emílio Moura aparece pelo Rio, não deixo de acompanhá-lo a uma *dessas* casas...".

d) o tempo mais ou menos longo que está distante do momento em que se fala:

"Depois, passada a fase propriamente lúdica, o aparelho aqui ficou esquecido durante todo *esse* tempo...".

e) a situação ou momento por que passa o nosso interlocutor ou as pessoas em geral, exceto a de que se fala:

"Além do mais, é um inferno tentar receber *nessas* situações".

"Ele saiu e seus olhos prometiam vingança. A mãe chegou a se preocupar: menino *nessa* idade, uma injustiça praticada a eles perdem a cabeça, um recalque, complexos, *essa* coisa toda".

"Encontrei o Sampaio aguardando alguma desistência. Sempre encontro o Sampaio *nessas* ocasiões".

"— Da ativa, Motinha. Sai *dessa*".

f) o momento que ainda virá (em geral, com certa brevidade);

"— Não tenha susto, vou providenciar.
— Quando?
— Qualquer dia *desses*".
— "Qualquer dia *desses* você aparece lá em casa para experimentar. Uma delícia".

g) o que vai dizer ou o que disse no contexto:

"Então ele me sai com *essa*: — Estou vendo se arranjo minha situação, queria que você ajudasse".

Como ocorre com *este*, o pronome *esse* também conhece empregos secundários que derivam diretamente da linha de perspectiva com que se estabelecem relações entre a 1a e 2a pessoa do discurso. Fernando Sabino mais uma vez apresenta uma coerência cristalina nesses usos dos demonstrativos, patenteando que está muito clara e opositiva a missão linguística dessas formas gramaticais.

Se o emprego de *este* por *esse* (ou *isto* por *isso*) aproxima, aviva e enfatiza os seres que se acham mais distantes — como vimos anteriormente — o uso de *esse* por *este* serve para envolver objetos e pessoas próximas (uso dêitico) ou referidas (uso anafórico) numa esfera de incerteza, dúvida, desprezo, ironia, ou então para traduzir certo desejo de não enfatizar a idéia:

"O homem respirou fundo e acrescentou, irritado:

— Como é que o senhor quer que eu ainda tenha fé *nessa* espécie de gente?"

"Agora estou aqui pensando no que diabo *esse* Camilo queria comigo. Eu devia ter perguntado".

"Que diabo, *esse* sujeito vive com a Turquia na cabeça — pensou".

"Estou sem água há alguns dias — depois de ter acreditado que *essa* agonia se acabara para sempre".

"Abro a torneira. Um, dois, três, quatro pingos — uma síntese do banho que eu tomaria, e pronto: a água se acabou (...). Não creio que *esse* banho me inspire reflexão mais inteligente".

"Não, o aparelho não teria para mim nem *essa* utilidade".

Foge desta linha um único exemplo que ocorre na conversa de dois bêbados, onde se esperaria o demonstrativo enfático *esta;* aqui a ênfase, esvaziada pelo emprego de *essa* por *esta*, foi compensada pela repetição:

"... Eta conversinha boa, *essa* conversa de família. Danada de boa".

Talvez esteja aqui, neste conjunto de material recolhido, um dos poucos casos onde se verifica a preferência de *esse* sobre *este*, de que nos falou Mattoso Câmara no início deste artigo.

Patenteia-se ainda essa penumbra em que o demonstrativo envolve os seres, quando o falante ou narrador, identificando uma pessoa ou coisa a que aludira de modo vago ou indeterminado, emprega *esse*:

"Enquanto isso acontecia, alguém sussurrava aos ouvidos do preto:
— Aproveita agora, foge.

Esse alguém era eu".

"*Essa* outra conversa, entrecortada de risadas, foi um aniversário que já não celebro mais. E *esse* diálogo improvisado numa noite de alegria faz ridículo o que na época nos pareceu irresistivelmente engraçado, porque a alegria daquela noite se perdeu".

Muito próxima desta noção é a referência, com *esse*, a pertenças ou alusões do falante ou narrador às quais empresta um valor diminuto ou certa dose de depreciação, conforme nos atestam os seguintes passos:

"Antes que seja tarde: acabo desperdiçando *esse* sangue meu por aí, em algum desastre". — Note-se o esforço do demonstrativo esmaecido (*esse* por *este*) com o possessivo *meu*, realçado, agora, pela posposição ao substantivo que modifica.

"E é já. *Esse* negócio tem de ser assim: a gente sente vontade de fazer uma coisa, pois então faz e acabou-se".

"Volta para pegar o guarda-chuva — um homem prevenido vale por dois: pode ser que chova. Já no elevador, resolve mudar de ideia; mas também pode ser que não chova. Carregar *esse* trambolho! Torna a subir, larga em casa o guarda-chuva".

"Você não se incomoda se eu levar *esse* resto para acabar no quarto?"

É dada a preferência ao emprego de *esse* quando, embora tenha havido uma alusão anterior por parte da pessoa que fala, a referência é feita a ideias no âmbito daquele com quem ou de quem se fala:

"A mãe chegou a se preocupar: meninos *nessa* idade, uma injustiça praticada e eles perdem a cabeça, um recalque, complexos, *essa* coisa toda...".

"Nunca *essa* eventualidade se dera, na longa sequência de riscos e tropeços que a política lhe proporcionara. No entanto, ali estava, agora, apanhado de surpresa, sob a mira de um revólver".

Por fim, note-se o seguinte curioso exemplo de *esse* por *este* para exprimir que, embora se trate de uma pertença em potencial da 1ª pessoa, esta ainda não conseguiu achá-la ou concretizá-la. Cabe ao *esse* exprimir a aura da incerteza que envolve a coisa a ser possuída:

"Estou com *essa* história na cabeça há mais de cinco anos. Hoje tenho a impressão de que ela sai. Chegou a hora".

Repete-se com *isso*, em relação a *esse*, o mesmo paralelismo que vimos entre *isto* e *este*. Mais uma vez fica ressaltado que o emprego dos demonstrativos, mesmo na língua escrita coloquial, não corre "ao sabor da inspiração do momento".

Isso, segundo o rico material colhido no livro de Fernando Sabino, serve para aludir:

a) aos seres que, em sentido próprio ou figurado, são considerados pertenças da pessoa com que ou de que se fala:

"— Me dá *isso* aqui...".
"— Tudo *isso* sob seu controle, Ministro?".
"— Está em suas mãos arranjar *isso* para mim".
"— De tudo que ficou gravado nela, mesmo de uma voz de criança chamando pelo pai ou de uma voz de mulher dizendo desliga *isso* aí e vamos jantar, colho apenas uma lição".

b) ao que diz o nosso interlocutor:

"Isso não quer dizer que eu não consiga a isenção".
"— Não sei. Tem um doutor aí cuidando *disso"*.
"A telefonista volta a afirmar que a ligação era para mim mesmo, quanto a *isso* não havia a menor dúvida".

"I*sso* acontece — sorriu o médico:
— Até com gente grande".

"Conta direitinho *isso*, filho de Deus";

c) ao que alude o narrador acerca de declarações feitas pelos seus personagens:

"Tudo *isso* com voz pausada, reclinado para trás, sob o olhar de aprovação do escrivão a um canto".

"Pôs-se imediatamente a inventar novas repartições, serviços *disso* e daquilo — tudo fictício, irreal, imaginário...".

d) ao lugar próprio ou figurado, onde se encontra, vai ou mora pessoa que ou de que se fala, ou simplesmente ao afastamento em relação à 1ª pessoa:

"Beco dos Perdões, o senhor disse? Onde fica *isso*?.

e) ao tempo, mais ou menos longe, referido, pelo narrador, durante o qual decorreu a ação entre seus personagens;

"Enquanto *isso*, alguém sussurrava aos ouvidos do preto".

Intimamente relacionado à última alínea a) aqui exposta é o tom de desprezo, de pouco caso e até de repugnância que envolve o emprego do pronome *isso* nas alusões e pertenças no âmbito da 2ª pessoa. Expressionalmente, este tom se configura pelo uso de *isso* em vez de e*sse* + substantivo, além do recurso da entoação afetiva.

Este sentimento de linguagem corre vivo no idioma e dele dá larga exemplificação o livro de Fernando Sabino escolhido para pesquisa.

"— Olha aí, mamãe: é um filhote...
Seus olhos súplices aguardavam a decisão.
— Um filhote? Onde é que você arranjou *isso*?
— Achei na rua. Tão bonitinho, não é, mamãe?
Sabia que não adiantava: ela já chamava o filhote de *isso*".

Assim como pode ocorrer o emprego de *esse* por *este*, assim também se registra a prática inversa entre *isso* e *isto*, exatamente guardado o paralelismo a que já tivemos a oportunidade de nos referir. De um modo geral, a tônica é envolver a alusão demonstrativa numa atmosfera de pouca vivacidade, de pouca ênfase, de ironia e depreciação, conforme nos testemunham os seguintes trechos:

"No meu tempo de menino eu ia à missa. Mas deixei de ir por causa de um episódio no colégio interno, há mais de trinta anos. Colégio de padre — *isso* explica tudo, o senhor não acha? Ele achou que não explicava nada e pediu ao homem que contasse".

"— O senhor se machucou?
— Não foi nada.
— *Isso* acontece...".

"Então é ir chegando assim sem mais nem menos e fazendo o que bem entende, como se *isso* aqui fosse a casa da sogra?".

"Você vê, meu filho, o que nos acontece; estou aqui só porque mandei a minha sogra conversar com São Pedro. Ela vivia me enchendo, fui um santo em aguentar tanto tempo. Um dia não pude mais, esmigalhei o tampo da velha com um tijolo. Por causa *disso* me prenderam".

"— Tem aí fora um vagabundo que veio trazer *isso* e está esperando a resposta".

"— Mas tem ali o retrato de um candidato dependurado na parede,

que história é *essa*?
— Aonde, ali? Vê, gente: penduraram *isso* aí...".

Talvez intimamente ligado a este esvaziamento do sentimento da dêixis está o caso em que se emprega *esse* para aludir ao que o falante se referiu mas que concebe, por modéstia ou não, o fato como também do conhecimento do ouvinte:

"Sardinha é a do Báltico. É a melhor do mundo, você sabe *disso"*.
— Note-se que a interrogação — tida talvez por indelicadeza — se transforma aqui numa declaração positiva.

"Pois olha, vou lhe contar: conheci o barbeiro de um Presidente que pegou uma boa nomeação e hoje está nos melhores colégios... E o que todos fazem. *Isso* é que eu chamo de consideração".

Contrasta com a riqueza e variedade de aplicações dos demonstrativos *estelesse*, *isto*/*isso*, a fixidez de numerosas frases feitas na base dos referidos pronomes. Impassíveis às múltiplas perspectivas gramaticais, semânticas e estilísticas dos demonstrativos, esses clichês vêm resigna- da e coerentemente vencendo, através dos tempos, a onda inovadora que perpassa por todos os níveis da língua e nos dão uma das maiores demonstrações de estabilidade numa seara tão convidativa e propícia a mudanças.

A linguagem coloquial e espontânea de Fernando Sabino guarda ciosamente esses clichês conforme nos revela o exame atento de suas setenta crônicas.

Curioso é observar que, por vezes, o demonstrativo que entra nessas frases cristalizadas destoa de sua aplicação como forma independente; mas nem por isso o choque de empregos influi no sentido de uma uniformização, como seria natural esperar.

Também digno de nossa atenção é verificarmos, nessas frases, a avassaladora presença de *isso* sobre *isto*. Das doze construções encontradas em nossa pesquisa no livro de Fernando Sabino, só uma ostenta *isto*: a expressão explicativa *isto* é. Outra — *essa é boa* —, se não houve erro tipográfico, nos oferece quatro exemplos com *essa* contra um só de *esta*.

Quanto ao resto, só colhemos *isso mesmo, é isso mesmo, não é isso menino*?, *por isso, nem por isso, ficar tudo por isso mesmo, isso*, concordativo, pois foi *isso*, *ora essa*, *ora essa é (era) (muito) boa.*

O objetivo destas nossas linhas foi tão somente chamar a atenção para alguns aspectos do interessante problema da sintaxe dos demonstrativos na língua coloquial escrita do Brasil. Uma visão geral histórica e sincrônica do problema, assim como os diversos matizes semânticos e estilísticos de que se podem revestir tais pronomes, estão a exigir exames mais acurados, baseados numa documentação bem mais extensa e variada, abarcando o português do Brasil e de Portugal.

Emprego da maiúscula

Harri Meier

A Regulamentação Ortográfica

Analisadas as tendências expressivas que podem levar ao emprego da maiúscula, e assentes as diferentes funções sintático-métricas e semânticas que se lhe podem atribuir, prestemos um momento de atenção à sua fixação na ortografia oficial. A maior parte das línguas europeias, como já se disse, parte neste caso de princípios idênticos. Mas dentro desta igualdade de princípios, há notáveis divergências de aplicação entre os diferentes idiomas e importantes diferenças estilísticas dentro de cada um deles. O Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro de 1945 dedica nove das suas 51 Bases (XXXIX-XLVII) ao nosso problema. A importância que ele dá à questão, assim como a extensão que concede à letra grande, coloca o português num plano especial quando comparado com as línguas irmãs. Uma pronunciada tendência de hierarquização que o português apresenta também noutros domínios linguísticos (por ex. na riqueza das suas fórmulas de tratamento) e um forte elemento retórico e alegorizante são os motivos que deram aqui um incremento particular à letra grande. Corresponde a estas características o conservantismo com que se continua a influência renascentista e classicista, e a facilidade com que se admitem certas influências estrangeiras. O emprego da maiúscula nos nomes das estações e dos meses, dos pontos cardeais, dos astros *Sol, Terra, Lua,* dos numerosos tratamentos, nas formas enaltecedoras

(*"sua Ex.ma Família", o Poeta*) e enfático-alegóricas (*a Justiça, a Paz*), se tem alguns paralelos na escrita corrente de outros idiomas modernos, não se costuma encontrar nestes tão concentrado como no português. Deve-se talvez a influências estrangeiras a adoção do uso inglês na escrita dos títulos de livros (Base XLIV) que acrescenta à possibilidade de os marcar por aspas ou pela letra itálica, a obrigação de as grafar com maiúscula.

A linha média que geralmente apresentam as fixações ortográficas, entre várias correntes extremas, oferece no caso do português algumas particularidades que merecem ser mencionadas.

Nos etnônimos, exige-se a maiúscula quando se trata das populações em conjunto, seja que a coletividade se exprima no plural ou no singular (*os Portugueses,* "*o Português* gosta de bacalhau" = "os Portugueses"), ao passo que precisamente as individualizações requerem a minúscula (*muitos americanos, quaisquer portugueses, o brasileiro*). Com este preceito, o português ocupa uma posição intermédia entre o espanhol dum lado e o inglês, francês, etc., doutro. A distinção dever-se-ia ao fato de se tratar do nome próprio quando se prescreve o emprego da maiúscula, do apelativo ("nome comum") quando se exige a maiúscula ([12]). Parece-nos mais provável explicar esta distinção do Acordo como uma gramaticalização de maiúsculas originariamente realçadoras, ou como um compromisso entre diferentes tendências internacionais.

Dentro das características gerais acima indicadas (hierarquização, alegorização, estilo retórico), destacam-se na regulamentação moderna certos grupos de ideias e valores especialmente salientados pela letra grande: cremos entrever uma peculiar valorização das instituições humanas (*o Governo, os Franciscanos*, "licenciou-se *em Medicina*"), um especial realce dos valores e sentimentos patrióticos (*o País*, *a Nação* = "*Portugal*"; *a Raça, o Povo* = "os Portugueses"; *a Língua, o Idioma* = "a nossa língua-mãe") e religiosos (*a Fé, a Lei, a Religião* = "... cristã"), uma larga sobrevivência e renovação do Panteão de alegorias neoclássicas e positivistas no estilo elevado e enfático (a *Arte, a Beleza, a Ciência, a Cultura, a Razão...*). Todos estes empregos se encontram também fora do português, mas costumam lá ser limitados a ambientes da língua escrita mais restritos.

Se o Acordo se abre largamente à preferência pela maiúscula que parece condiz com o uso geral, procura defender por outra parte o terreno que compete aos apelativos (= "nomes comuns") na sua forma normal, de todos os dias, que é a minúscula. Limita os topônimos, os nomes institucionais, os

títulos hierárquicos ao elemento identificador (*baía Branca, o cabo das Tormentas, a serra da Estrela, monte Branco,* – mas *Monte Redondo; condado de Barcelona, o estado do Vaticano; o rei da Dinamarca, o presidente da República, o papa*), sempre que não fazem parte de títulos de livros, nomes de rua, tratamentos epistolares ou abreviaturas. E integra nos nomes comuns antigos antropônimos ou mitônimos em que o valor figurado costuma preponderar hoje sobre o onomástico (*um adônis, a dulcineia de..., hércules, mecenas, quixote, vênus*), assim como os apelativos derivados de topônimos (*o madeira* "vinho da Madeira"; *uma áfrica* "*façanha*").

Compreende-se que estas indicações gerais do Acordo e dos seus comentaristas, com as suas distinções em parte sutis e a margem de liberdade que em muitos casos admitem, possam levar frequentemente a resultados divergentes na aplicação prática. O terreno concedido ao intuito de matizar a expressão ([13]) e de marcar certas convicções e sentimentos pessoais ([14]), é facilmente ocupado por vacilações arbitrárias ou por tendências para uma mais rígida uniformização. Quanto a oscilações mais ou menos fortuitas, qualquer número de jornal oferece-nos exemplos semelhantes aos que seguem, colhidos em edições do mesmo diário e do mesmo dia:

"dirigiu saudações ao sr. *Presidente da República* e ao sr. *Embaixador de Espanha*"; "Jamais *Presidente* algum da França viu..."; "Entrevistei hoje o sr. *Presidente da República de Cuba*".

"disse que o *Exército* árabe estava em retirada"; "Assinou ontem uma proclamação ao seu *exército*"; "as *Forças* árabes... as *forças* árabes" (= "forças armadas, exército"); "figura muito conhecida nos meios da *Aviação* e da *Marinha*"; "dois caça-minas da *Marinha* egípcia"; "não pertencia à *marinha*" (= "marinha de guerra").

"presidentes do *Município* e da Comissão das Comemorações"; "presidentes do *município* e da Junta de Província"; "as formas legais de participação no *Poder*"; a saída do *poder* dos ministros liberais"; "o chefe dos *húngaros independentes* (partido da oposição) disse..."; "os *Húngaros Independentes*"; "o destino da Europa e, porventura, do *Mundo*"; "o fim deste *mundo*"; "A *Igreja*, do mais puro estilo, e o *castelo*, outrora forte e inexpurgável"; "entraram na *igreja*".

"Quando Portugal entrou na primeira *grande guerra*"; "durante a última *Grande Guerra*".

"o futuro das relações dos *Povos*"; "os três governos auxiliariam conjuntamente os *povos* dessas regiões"; "Tendo-se pensado *no nosso País* para a próxima conferência..."; "Temos *no nosso país* recursos..."; "Se *o nosso país* conservar a posição que ocupa...".

"A *paz* é possível"; "a última tentativa para a organização *da Paz*".

Dum livro escolar: "A *família*. Meu pai, minha mãe e os meus irmãos são a minha *Família*. Mas a nossa *família* não são só as pessoas que vivem no nosso lar."

Telegrama autógrafo dos C.T.T.: "Natal *Alegre* e ano novo muito *feliz*."

Para as tendências de uniformização da maiúscula, seja-nos permitido dar como exemplo o livro que o leitor está a ler. Segundo as normas escolhidas pelo Editor, costumam grafar-se com letra grande, entre outras palavras, *Língua, Idioma, Nação, Povo* até quando não empregadas "sinteticamente" (cf. Base XLII), os etnônimos substantivados também quando se referem às Línguas nacionais (*o Português* = Língua, cf. Rebelo Gonçalves, 329) ou quando atributos daqueles substantivos (*o Povo Português*, cf. acima, pág. 54), as especialidades científicas (*Filologia*, *a Gramática Histórica do Português* – sem ser título de livro), embora não designem em especial "disciplinas escolares ou quadros de estudos pedagogicamente organizados" (Base XLIII), o que devolve a estes conceitos antes o caráter das alegorias humanísticas do que o caráter institucional a que o Acordo parece visar. É enaltecedora a maiúscula que se atribui a *Autor, Poeta, Filólogo*, etc., quando não se limita a casos de individualização (cf. acima, pág. 176).

A poesia simbolista e alegórica

Entre os Poetas modernos alemães, como se sabe, Stefan George não segue a ortografia oficial e corrente que grafa com letra grande todos os substantivos; o motivo desta inovação pessoal não é a convicção da

superfluidade da maiúscula vocabular, mas a vontade de substituir a sua função gramatical pela função semântica, de poder diferenciar entre substantivos com minúscula e outros escritos com maiúscula. É, portanto, antes um realce que uma diminuição do papel da letra grande. As possibilidades expressivas da maiúscula aprendeu-as George dos Poetas franceses seus modelos, e entre eles de Baudelaire. Mereceria um estudo mais profundo o esclarecimento das tradições mitológicas e alegóricas cuja continuação se reflete no emprego da letra grande na obra baudelairiana, e o da contribuição que, nas '*Fleurs du Mal*', a maiúscula dá para criar um novo mundo mítico e alegórico. Limitar-nos-emos a umas breves alusões ([15]).

Poeta em que o realismo concreto e a ânsia metafísica se penetram duma maneira tão íntima como variada, Baudelaire põe de novo em cada poesia as fronteiras entre a descrição e a reflexão dum lado, e a visão e a elevação do absoluto, do outro. Os nomes divinos (*Dieu, Deitas* 275*, Seigneur, l'éternel Semeur, Redresseur, Christ, Madone*) e mitológicos (*Chaos, Diane, Pan, Phoebus, Vénus*...), aplicáveis à Beatrice humana, mensageira divina que eleva a alma a regiões transcendentes:

"Je suis l'*Ange* gardien, la *Muse* et la *Madone*" (70);
"Ainsi, chère *Déesse*, *Être* lucide et pur" (76),
(versão de 1854: "Ainsi, *Forme* divine, *Être*..." 433),

podem também integrar-se numa hierarquia inferior ou nos apelativos comuns, objetos da percepção sensual ou da razão:

"C'est l'esprit familier du lieu; (...)
Peut-être est-il fée, est-il dieu";
"Tes bras, qui se joueraient des précoces *hercules*,
Sont des boas luisants les solides émules" (85).

Embora as variantes, que a nossa edição fornece, não incluam sistematicamente as que dizem respeito ao nosso problema, deixam entrever a atenção que o Poeta lhe prestou: vemo-lo modificar o *Dieu* da primeira publicação de À *une Malabaraise*, de 1846, para esta forma das edições posteriores:

"Aux pays chauds et bleus où ton *dieu* t'a fait naître" (286, 492).

É maior esta oscilação entre maiúscula e minúscula, quando se trata das forças antagônicas da mitologia religiosa: prescindindo dos nomes bíblicos (*Séraphin, Satan...*), *ange* (variantes 76-433, 223-476), *démon, diable, émeute* (144-450), pairam entre os dois planos, segundo a hierarquia e a concretização mitificadora que o Poeta lhes quer atribuir.

Não admira que esta duplicidade se dê também nos termos que, além de teológicos, têm um simples valor cosmográfico: *ciel* (13, 76: "*Les Cieux Spirituels*"), *terre* (280). Mas ela aparece igualmente na evocação dos três reinos do mundo transcendente, *enfer* (6, 122, 128; * 45, * 92, * 121, * 167, * 169), *purgatoire, paradis,* sempre com uma diferença de significado e de visão que facilmente se depreende do confronto seguinte:

"Par toi je change l'or em fer
Et le *paradis* en *enfer*" (121);
"Je ne geindrai pas comme Ovide
Chassé du *paradis* latin. (...)
Et vos lueurs sont le reflet
De l'*Enfer* où mon coeur se plaît!" (122)

Caracteriza o mundo poético das '*Fleurs du Mal*' o fato de os casos de *Démon, Enfer,* comparados com os exemplos minusculares, serem proporcionalmente mais frequentes que os de *Ange, Paradis*, etc.: nas angustiosas visões, são primeiramente as forças negativas que, no Poeta, ganham valor alegórico ou simbólico. Assim, os abstratos deste gênero constituem o grupo maior dos substantivos maiusculizados, expressão da alma oprimida e da sua trágica luta: *Angoisse* (118, * 127), *Bêtise* (125, * 127), *Curiosité* ("La Curiosité nous tourment et nous roule" 229), *Débauche* (202, 204), *Dégoût* (128), *Démence* (232), *Destruction* (196), *Douleur* (37, 134, 139, * 67, * 107), *Ennui* (7, 61, 115, 196; * 16, * 198; plural * 23, *45), *Fièvres* (72), *Folie* (61, * 21, * 22, * 103), *Haine* (*Le Tonneau de la Haine*, 112; * 92, * 204), *Horreur* (38, vários ex. *), *Imagination* ("L'Imagination qui dresse son orgie" 229), *Ironie* (135, * 170, * 260), *Mal* (138, 273, 276), *Maladie* (65), *Meurtre* (38), *Péché* (284), *Peur* (Mainte fois de la Peur je sens passer le vent... J'ai peur du sommeil..." 132; "la Peur ridicule, / Hideuse et multiforme..." 279), *Plaisir* (134, 138, 169; * 160-161, * 201), *Prostitution* (164), *Regret* (134), *Souvenir* (152), *Vengeance* (72, 112), *Vertige* (78), *Volupté* (13, 130; "saintes voluptés", * 13, * 86, *

100, * 104, *127). O *Remords* de *L'Irréparable* não tinha ainda a maiúscula na primeira versão publicada em 1855 na *'Revue des Deux Mondes'* (88-435).

Em oposição a esta longa fila de seres demoníacos, levantam-se os valores positivos e as forças benéficas: *Foi* (267), *Sainteté* (232), *Vertu* (13), *Dévouement* (158), "La sainte *Vérité*" (24, 138, * 172), *Espoir* (118, 120, * 183, *190) e *Espérance* (118, 217, * 135), *l'Art* (26, 65, 116, 285, * 36), *le Beau* (70, 71, 282), *la Beauté* (*Hymne à la Beauté* 38-39; 91, 162; diversos ex. com *), *Forme*, (137), *Lyre* (126), *l'Amour* (36, 103, 130, 285; * 45, * 55, * 75, etc.), *l'Idéal* (76; *L'Idéal*: "mon rouge idéal" 34), *l'Idée* (137).

São raras, nesta obra, as alegorizações ou mitificações de qualidades que o Poeta sente demaisado ligadas à pessoa humana, subjetivas: já vimos predominar a minúscula em *amour*; vale o mesmo para *esprit* (12, "les purs Esprits" 31; vários casos com *), âme (279, com letra pequena na versão de 1844, cf. 490) *coeur* (sem exemplo com maiúscula); são excepcionais "*L'Élégance et la Force* ...soeurs divines" (36) e o olhar divinizado da amada do *Flambeau Vivant*, "ces *Yeux* pleins de lumières..., ces divins frères" (com min. no original de 1854, 71-431; cf. acima, 75-76). Tem função já distintiva (*Homme* 'ser humano, humanidade', *homme* 'pessoa de sexo masculino'), já enaltecedora, a maiúscula do *Homme* ("Dieu... avait faits le sommeil, *l'Homme* ajouta le Vin, fils sacré du Soleil" 186) no ms. de 1852: *vin*), em alguns casos com uma nota irônica e crítica de que ainda teremos ocasião de falar (164-299). Dentro do mundo social, só o *Poeta* é romanticamente isolado e elevado num pedestal ("Le Poète apparaît en ce monde ennuyé" 11, 18, 226), membro das "*saintes Légions*" (13) e gigante (15) quando visto entre os homens, humanizado e humilde, "*poète pieux*" (104, 190) quando observado na sua religiosa conversa ("Car le tombeau toujours comprendra le *poète*" 56).

O mundo exterior reincorpora-se amiúde em antigas alegorias ou concentra-se em símbolos novos: *Nature* (17, 35, 49, 121; * 44, * 46, * 50, * 198, * 205), *Soleil* (76, 134, 186, 247; diversos ex. com *), *Lune* (61, 104, 146; * 74, * 97, * 115), *Soir* (134, * 164:457, * 173, * 286), *Nuit, Ténèbres, Océan* (119, 250); do reino animal: *Serpent, Vipère* (129).

É natural que esta descrição esquemática apenas dê uma ideia vaga e incompleta do processo vivo em que Baudelaire se apodera do mundo mítico e alegórico de tradições várias para criar uma simbologia sua. Só uma

interpretação das próprias poesias nos levaria a camadas mais profundas deste ato criador: medeiam abismos entre a alegoria historizante de *Le Masque* ("Statue Allégorique dans le Goût de la Renaissance") ou *À une Madone* ("Ex-voto dans le Goût Espagnol"), e a alegoria abstrata, tão rica em maiúsculas, de *Bénédiction*, do *Hymne* à *la Beauté*, de *Le Possédé*, *Les Ténèbres, Le Portrait, Recueillement, L'Horloge, Allégorie* e tantas outras, abismos entre a sensualidade das poesias inspiradas por Jeanne Duval e a elevação espiritual das dedicadas a Mme Sabatier. Basta comparar *Le Poison, Le Revenant, Madrigal Triste* e suas exíguas maiúsculas, com *Le Flambeau Vivant* ou *L'Aube Spirituelle*.

Na tragédia íntima de que nos falam as '*Fleurs du Mal*', estão quase ausentes as divindades do racionalismo, dos movimentos revolucionários e do positivismo modernos, e, quando aparecem, costumam levar o sinal da ironia do autor: "*l'Humanité* frivole", "risible *Humanité*", (124, 170, 186, 210, 213, 232), presa nas redes do "dieu de *l'Utile*" (18), que beija "la stupide *Matière*", "le *Réel*" (279) pertence ao reino da "énorme *Bêtise*". Sentindo como nenhum poeta antes dele o ritmo novo das grandes cidades, "où sous les cieux / Clairs et froids *le Travail* s'éveille" (150), Baudelaire fecha-se aos credos e gritos ideológicos que as enchiam.

Sabe-se a crítica que esta reserva lhe mereceu no seu tempo, e apenas precisamos de comparar o aspecto diferente que o nosso pequeno problema especial apresenta, por exemplo, nas '*Odes Modernas*" de Antero de Quental, para compreendermos as distâncias que separam os espíritos da mesma época ([16]). À violência com que vimos Baudelaire opor as forças do Bem e do Mal na luta interior do indivíduo, corresponde aqui a violenta oposição de dois mundos ideológicos: em frente ao *Inconsciente*, ao *Tenebroso* (12), aos *Desejos*, ao *Impossível* (24), ao lírio murcho da *Fé*, (27, 29, 35), do *Dogma*, aos "*Reis* sem fé" (24), *Padres* falsos, *Nações*, ao *Ídolo*, aos "*Deuses* enganosos" (32, 24), ao *Passado* (83, 103), ergue-se a *Ideia*, o *Ideal*, o *Possível*, a *Lei*, o *Princípio*, a *Luz*, a *Harmonia*, o *Espírito*, a *Consciência*, o *Homem*, a *Cidade*, "o lírio augusto, o lírio único, / A flor do mundo, que se chama *Vida*!" (63), "o *Universo* augusto, o *Futuro* (38, 87). Obra combativa, muitas das suas poesias culminam num enfático apelo aos novos valores espirituais e sociais:

"Ver-se-á, com pasmo, ergue-se à imensidade
A águia esplêndida e augusta da *Verdade!*" (30);

"Lá, no seio da eterna claridade, (...)
É que te havemos abraçar, *Verdade*!" (41);
"... e logo o Bem (...)
Surgirá, como um astro de *Justiça!*" (32);
"No mesmo amor de pai e amor d'*Irmão* [= Fraternité]...
Assente sobre a rocha da *Igualdade*...
As tuas asas d'águia, ó *Liberdade!*" (33-34);
"E o escravo, sem pão, lar nem cidade,
Crê... sonha um culto, um Deus – a *Liberdade!*" (27).

Nesta época áurea da maiúscula, Eça de Queirós gostava de construir hierarquias próprias por meio da letra grande ([17]): o mundo teológico-moral de *Frei Ginebro* pulula de alegorias teológico-religiosas (*a Oração, o Pecado, o Tentador, o Grande Anjo, a Balança das Boas Obras e das Obras Más, das Más e das Boas Acções*...), a natureza primitiva de *Adão e Eva no Paraíso*, refundição "desta alegoria dos poetas do Gênesis" (186), é povoada de personificações e animizações panteísticas (*Árvore, Floresta, Mar, Fogo, Água, Terra, Ar, Amonitas, Ictiossáurio, Plesiossáurio, Serpente, Hiena, Tigre; Ser, Forma, Figura, Alguém*), e ao mesmo tempo dos conceitos de quem interpreta ao modo positivista a evolução da nossa Humanidade (*Animalidade, Força Bruta, Humanização, Força Inteligente, Energia Inteligente, Racionalidade, Saber, Querer, Vontade, Civilização, Sociedade, Vida, Homem*...).

Pondo de parte certas extravagâncias, como a maiusculização de adjetivos ("os poemas *Semíticos* celebram esses tempos como *Inefáveis*" 171; "a energia *Inteligente*" 180; "essas esparsas *Nebulosas*" 194), ainda estamos longe, no Conto ultimamente lembrado, do simbolismo esotérico dum Mário de Sá Carneiro ([18]). No pequeno cosmo simbólico deste Poeta, já são raras as alegorizações de abstratos que encontramos tão frequentes em Baudelaire, Antero ou Eça: *Ânsia* (96, * 97 pl., * 102 pl.), *Beleza* (92, 171, 173, 176, 181, 182, * 172), *Dor, Erro*, (145), *Ilusão* (101, * 103), *Ideal* (85, 167). Quando o Tempo aparece, leva um elemento concreto-simbólico, é "Tempo azul", ou deixa recair o peso significativo da maiúscula sobre o atributo (*tempo-Asa*, 98, *de Outro tempo*, 83). Os títulos dos dois livros do Poeta indicam-nos os polos do eixo em que gira esta obra: a "Dispersão" da existência individual e a procura de "Indícios de Oiro", de valores constantes e duradoiros. Assim, vemos naturalmente aparecer, por um lado, os pronomes pessoais

maiusculizados, particularmente os da 1ª pessoa (*Eu* 99, 102, 109, 120; *Mim* 89, 97, 104, 118, 147, 169, 170, * 69, * 118, * 148, *Ti* 172, *Si* 92), e os elementos, substâncias e cores simbólicos por outro: *Oiro* (* 79; muitos ex. com maiúscula), *Bronze* (104), *Cores* (121, 140, * 133), *Rosa* (152, 154), *Anil* (118), *Ar, Ópio* (99, 110, 120). A obsessão do tempo exprime-se em múltiplas formas nervosas: *tempo-Asa, Instante* (120), *Horas* (122), *Hoje, Ontem* (66), *Fui* (170), *não-Fui* (104), de *Novo* (173, 73), e entrevemos o fatalismo astrologizante no poder do *Astro* (97, 116, 119, 123, * 151 pl., *Astral* 102), da *Estrela* (98, 123, 144, * 111), de *Lua* (99, 116, 127, 130), *Luar* (95, 151, * 98, * 109, * 124, * 128), *Destino* (123, * 150) e *Sorte* (119). Todos os problemas psíquicos desta consciência atormentada são transpostos para grandiosas visões espaciais: "Desço em Mim", *Distância, Destaque* (117), *Altura* (53), *Escadaria* (90), *Grade* (116), *Onde, Aonde* (56)... As localidades simbolizam as moradas da *Alma* (* 91, * 68-69, * 101; muitos ex. com maiúscula), das mais vulgares às mais sublimes: *Café* (96, 115...), *Hotel* (115, * 139), *Harém* (118), *Salão* (122), *Praça* (128, 140, pl., 151), *Paço* (90, 91), *Palácio* (91, * 128), *Catedral* (114), *Ilhas* (110), *Mar* (84, 129, 121, * 67, * 102), *Império* (102, 151, 167), *Infinito* (171). Numa atmosfera de *Vago* (102), *Mistério* (89, * 117, * 126, * 149) e *Segredo* (108, * 126, * 150) constroem-se, afinal, hierarquias do Eu: *Imperatriz* (124), *Rei* (83, 90, 99, 118, * 79), *Rainha* (91, 166), *Príncipe* (117), *Princesa* (91-92, 99, 101, 109), *Pagem* (166) criam, dentro desta poesia abstrata, um pouco do ambiente do conto de fadas (à Oscar Wilde); o *Doge de Veneza*, o *Rajá de Índias* (117), o *Lord* (158) acrescentam o elemento voluptuoso (*um Luxo*... 164) e esnobe, tão inseparável do jovem Poeta.

Quando Afonso Lopes Vieira, pelos anos de 1925 e 1926, organizou o livro dos seus '*Versos*', selecionando as suas obras poéticas anteriores, reformou, entre outras coisas, a grafia inicial das palavras: predominam os casos em que substituiu minúsculas dos livros originais por maiúsculas que aparecem nos '*Versos*' para *Lua, Sete-estrelo, Sol, Ninfas, Graças, Papa, Cruz, Mar, Saudade, Eternidade, Inverno, Primavera, Maio, Terra* ([19]), mas não faltam exemplos em que elimina maiúsculas de sabor simbolista, como em *filtro, incanto, amor* (120, 179, 284). Estas modificações explicáveis em parte como uma atualização e adaptação a tendências gerais que obervamos na ortografia corrente e na espiritualidade portuguesa de hoje, deixam entrever, por outra parte, a revisão interior à qual o Poeta de '*Onde a Terra acaba e o Mar começa*' submeteu a obra juvenil dos tempos de '*Para quê*' e do '*Náufrago*'.

Já é tempo de acabarmos estas considerações sobre o papel estilístico desempenhado pela letra grande. Fazemo-lo com mais um exemplo ([20]). É o mesmo drama da "dispersão", de tão trágico desenlace no caso de Sá-Carneiro, que vemos aparecer no Poema de José Régio ("sofro a dor do parto... / De *Mim Próprio*" 31; "sou *Um*" 58; "Existe *Aquele* que eu fui" 95) e superado pelo retorno a uma Teologia poética cheia de metáforas alegorizantes:

"Mas eu sei que Deus é *Lá*" (125, cf. 97, 103);
"por essa *Chave*, e essa *Estrela*,
E esse *Poder*, e essa *Graça* (...)
A vida é bela!
E eu sou feliz!, porque *Sei*" (179-184).

Ensaios de Filologia Românica, págs. 179-190.

O purismo e o progresso da Língua Portuguesa

M. Said Ali

Distingue-se a linguagem culta ou literária dos falares locais pela sua feição uniforme e tendência conservadora. Cada escritor se inspira na leitura das obras da geração que o precedeu e procura seguir, tanto quanto possível, a norma traçada. Os progressos são lentos; mas se sucede dar-se um passo adiante do falar do povo, não mais se torna atrás.

Houve uma época brilhante em que este movimento se acelerou.

Quando o horizonte intelectual se abriu mais largo com o espírito da renascença clássica e com os conhecimentos trazidos pela navegação e descobrimento de novas terras e novos povos, compreenderam os historiadores e poetas a necessidade de apartar-se da antiga trilha e pôr a linguagem em harmonia com as conquistas recentes da inteligência e imaginação.

Tudo quanto se escrevera em português até então ou se referia a um círculo de assuntos muito circunscrito, sem a menor elevação de ideias, ou era como a luz de estrela que empalidece com os fulgurantes raios do grande astro que vem surgindo. O estilo medieval era monótono e pesado; não servia para representar as belezas da arte renascida.O léxico até agora usado não era palheta em que os artistas encontrassem todas as cores e tons de que necessitavam. Camões não pode, só com a linguagem costumada dar a ouvir ao mundo fúria grande e sonorosa.

Vale-lhe seu novo engenho ardente, que o torna criador de um estilo grandíloquo, de um som alto e sublimado.

Para narrar episódios de viagem, particularidades da arte de navegar, com bonanças ou tormentas, para descrever lugares e acidentes de terreno, aproveitou, até certo ponto, a terminologia técnica entesourada pelos marítimos, pelos rústicos e por outros indivíduos que exerciam profissões humildes. A necessidade mais uma vez compelia os homens cultos a prezar as posses e serviços dos pequenos.

Por outra parte, contudo, para uma hoste de expressões, populares ou não, cessavam os motivos de seu emprego. Transformando-se a civilização, muitas coisas se foram abandonando e, com elas, os respectivos nomes; as que as substituíam, quando vinham do estrangeiro, adotavam-se com as denominações que lá lhes davam. Objetos de feitura singular, vistos pela primeira vez nas expedições para a conquista da Índia, instituições e ofícios diversos dos de Portugal, eram descritos com os nomes por que os conheciam os respectivos naturais.

Mas o grande tesouro de ideias e expressões, e belezas de forma; a mina por excelência onde se abasteceram mais que muito todos os escritores da renascença, foi o latim clássico, a que se adicionou ainda o grego antigo.

Para designar as contribuições adventícias com que se aumenta o léxico de um idioma, servem-se os linguistas de um termo de extraordinária polidez: "empréstimos", "emprunts" (francês), "loan-words" (inglês), "Lehnwörter" (alemão). Empréstimos que nunca se restituem; dívidas que jamais se resgatam, salvo com outro empréstimo. Na linguagem faz-se isto sem cerimônia. Não se propõe nem se pede. Tira-se.

Do latim que conhecemos pela literatura tocou por herança ao português, como língua românica, somente um número restrito de vocábulos.

Tudo o que, ao depois, os letrados foram buscar a Roma, entra na conta dos empréstimos, dos bens usurpados à língua-mãe. E se a doce fantasia de poeta apregoa que há uma língua quase igual ao latim, é para desculpar o esbulho tremendo que se andou praticando, mormente a partir do período da renascença. Tal foi, na Europa, a batida por todos os recantos do velho repositório, e tão natural se tornou a falta de escrúpulo, que os modernos idiomas acabaram por cunhar, e em especial na nomenclatura científica, centenas de expressões ultralatinas que causariam espanto a Cícero e Quintiliano. Ao lado destas vieram as ultra-helênicas e as criações híbridas. Portugal acompanhou a civilização europeia.

Era expedito esse meio de resolver o problema das denominações necessárias às ideias modernas; em compensação porém ficou muito reduzida a elasticidade dos recursos nativos, visto como ia afrouxando o hábito da sua utilização. Assim, admitem-se hoje de boa mente, a título de empréstimos clássicos, vocábulos inteiros ou cunhagens com raízes latinas e gregas, mas há repulsa quanto à adoção de certos derivados que se formem no seio da nossa língua.

Abre-se a porta, é certo, a tudo quanto se quiser acabado em *-ismo* e *-ista*; mas em grande parte por imitar as demais nações civilizadas, que fundam tal direito em antigo abuso firmado na Idade Média. Brotam cada vez mais os produtos desta espécie, notando-se que *ismo* e *-ista* vão monopolizando as funções de uma série de sufixos diferentes. Desde já se podem reunir em curioso ramo flores variegadas deste gosto: *realismo, idealismo, funcionalismo, patriotismo, Darwinismo, Tolstoismo, favoritismo, socialista, economista, jurista, determinista, espiritista, florista, flautista, jornalista, telefonista, oculista, dentista, paisagista, purista, romancista, paulista, nortista, sulista.*

Com a expansão natural do vocabulário, consequência inevitável do progresso intelectual e material e do contato com outras nações, mal se concilia a doutrina que defende a pureza da linguagem. Não é justa nem lógica no conceder ou negar entrada a inovações que venham suprir faltas reais ou supostas. Admite latinismos, admite grecismos, não se opõe talvez a hispanismos e italianismos, mas repele os galicismos com singular veemência. Em rigor, para uma língua constituída, que de há muito possui literatura, tão intrusos são os termos que vêm de uma parte com os que arribam de outra. Se já não bastam os meios de que até agora dispúnhamos, se é preciso sair de casa a pedir, tanto humilha bater à porta da direita como à da esquerda.

O cânon dos puristas hodiernos, como se sabe, são as obras dos que escreveram de 1500 para cá, conhecidos pela designação de clássicos portugueses, especialmente certos quinhentistas e seiscentistas. Ao tempo em que estas estrelas de primeira grandeza brilharam, em Portugal não se cogitava de ir buscar inspiração literária ou linguística à França.

Guardou portanto o idioma a sua relativa pureza, se pureza é tão somente ficar alheio à influência do falar dos vizinhos d'além-Pireneus.

No século XVII porém começou a deslocar-se para junto deles o centro de gravidade da civilização. No século XVIII todos os olhos se volviam

atentos para a França. Daí por diante a sua cultura e língua passaram a ser, em boa parte da Europa, a principal fonte de informação e inspiração para a literatura, a filosofia, as instituições políticas e sociais; e onde quer que as modernas ideias penetravam, vinham naturalmente a divulgar-se pelos nomes de batismo recebidos na terra que lhes servira de berço.

E os termos ficavam e eram acrescidos ao pecúlio do nosso falar, modificada, onde cumpria, a forma exterior.

Mas não foi só a necessidade que canalizou para o português dicções francesas; cooperou também o desamparo em que a gente educada ia deixando, por menos fecundo, o cultivo da tradição vernácula.

Não se usa refugar designações estrangeiras quando há incerteza de possuirmos no vernáculo expressões que digam rigorosamente a mesma coisa. E se tais equivalências existem, mas, pelo hábito de tratar outras letras, alguma vez a dicção doméstica nos não acode, então por instinto, ou para poupar esforço intelectual, aplicamos o termo forasteiro que de pronto se apresenta à memória.

Muitos termos nestas condições vieram de França, de envolta com os reclamados pela civilização moderna, e o seu uso tornou-se moda entre a boa sociedade portuguesa, em detrimento de expressões similares indígenas. Para alguns a moda foi efêmera, particularmente se se reavivava a consciência do vocábulo português equivalente. Outros porém implantaram-se em nosso idioma, resistindo a todos os ataques da reação purista, embora os argumentos desta parecessem sobremodo razoáveis. Vinha já tardia a reflexão e a louvável campanha contra os galicismos. Estava generalizado o uso e preferia-se afrontar a opinião de meia dúzia de eruditos e passar por ignorante, na opinião deles, a irritar a opinião pública e ser tido na conta de excêntrico, por querer ser mais sensato que a moda. Acrescia que os mesmos eruditos, pela força das circunstâncias, adotavam vários galicismos e aprovavam o seu uso. Os indoutos desconfiavam da linha de demarcação entre as inovações indispensáveis e as desnecessárias.

Pelo *Glossário* de Fr. Francisco de S. Luís, obra aliás notável pela abundância de conceitos judiciosos, vê-se que muitos vocábulos escandalizavam os zeladores do falar castiço, no começo do século XIX.

Grande parte, como o previu o autor, adotou-se sem dificuldade; outros, que lhe pareciam inaceitáveis, acham-se hoje de tal modo incorporados ao português, que já ninguém se lembra de discutir sobre a sua legitimidade ou, sequer, de a pôr em dúvida. Diz o G*lossário*:

"*Jornal* por *Diário* he palavra franceza, que nos não era necessaria: e sem embargo de ser hoje mui usada, até de pessoas doutas, não o julgamos adoptavel, maiormente atendendo à homonymia, que se deve evitar, quanto possivel for, por ser um sinal infalivel de pobreza da linguagem."

"*Progredir*. Vocabulo trazido de novo à nossa língua, à imitação dos francezes, que também o tomaram do latim *progredi*. Significa *continuar, ir por diante, fazer progresso, ir avante*. Não o julgamos de absoluta necessidade. Comtudo na *Carta Regia*, de 7 de Março de 1810 já vem o termo *progredir*."

"*População*. Os nossos bons escriptores dizião com melhor analogia povoação; comtudo não reprovamos população, que tem a seu favor o uso frequente, e algumas boas autoridades modernas.

"*Côrte*. Por conselho, tribunal, relação he gallicismo que se não deve admittir em portuguez."

"*Rutina* ou *rotina*. He galicismo desnecessario, e porém mui vulgarmente usado..." E o autor propõe que em seu lugar se diga trilha, usança, etc.

"*Bello sexo* (beau sexe). Não reprovamos absolutamente esta expressão, empregada para significar o sexo formoso, o sexo feminino ou as mulheres:mas somos de parecer que se deve usar com moderação, a fim de evitar afecção, e resabio de gallicismo."

A posteridade não se conformou com o conselho do bom do frade.

O *Glossário* não menciona, talvez por não terem nesse tempo curso em Portugal, muitíssimas dicções novas que fizeram fortuna e são hoje parte integrante do léxico de todas as nações civilizadas. Assim, por exemplo: internacional (ingl. international) cunhado por Bentham em 1780, e admitido pela Academia francesa em 1878; nacionalizar, nacionalidade, organismo, organização, organizador, reorganizar, reorganização, civilização, civilizador.

As ideias modernas reclamam novos vocábulos para a sua expressão, e é de todo impossível escrever um capítulo sobre hodiernas instituições sociais ou políticas sem recheá-lo de neologismos criados ou vulgarizados nestes últimos cem anos. Os clássicos portugueses, se hoje ressuscitassem,

precisariam, para entender-nos, do auxílio de um elucidário de milhares de palavras.

Toleram os puristas, quando muito, algumas novidades recentes, mas em geral entendem que se deve restabelecer o antigo bom uso.

Muitas vezes, em troca de um estrangeirismo ou de um termo de legitimidade suspeita se oferecem à escolha seis ou oito expressões portuguesas correntes nos escritores clássicos. Mas o povo insiste em manter e preferir a locução moderna. É quando associa a esta locução uma ideia muito clara e muito precisa, que não percebe ou já não consegue perceber em nenhum dos vocábulos que lhe apresentamos em substituição. Debalde se condena *detalhe, detalhar*, usados há 150 anos em boca portuguesa e brasileira, e se propõe *particularidade, circunstância, pormenor, pormenorizar, minudência, miudeza, minúcia*. *Detalhe* é um francesismo expressivo, insinuante e afortunado. Logrou entrada fácil em todos os idiomas cultos: em inglês, alemão, russo, sueco, dinamarquês, italiano, espanhol e português. E está a parecer que nunca mais o deportarão nem as forças unidas dos puristas de todas estas nações.

O argumento da exuberância de expressões indígenas de antigo cunho falha muitas vezes; e contudo certos dizeres novos, realmente práticos, são tão malvistos que o escritor castiço, em os topando, se persigna escandalizado como o cristão devoto em face do inimigo.

Um desses horrores é o termo *proposital*, substituindo, algumas vezes, o já um tanto obsoleto *acintoso*, e criado por influência do antiquíssimo *casual*. Como o povo fala sem primeiro ler os cinco volumes da *Nova Floresta* e os quinze volumes dos *Sermões*, inventa muito naturalmente por analogia, por associação de ideias um *tiro proposital* ao lado de um *tiro casual;* o que sem dúvida é mais sumário e mais conciso do que o *tiro disparado de propósito*. Os puristas, votando pela concisão, mas supondo que assim se envenena a língua, acharam já a triaga no termo *propositado*, produto de pouca habilidade, desconhecido de Camões e cuja semente não consta andar espalhada pela *Nova Floresta* ou pelos livros de Vieira.

Com o tempo e a decisão da maioria vencem-se repugnâncias linguísticas as mais justas. Se *proposital* e *propositado* não morrerem ambos, não será de admirar que venha a revalecer justamente o termo menos recomendável ou menos recomendado agora. Quem é que, depois de tantos anos de *anexação*, se lembra hoje de protestar contra este malcunhado neologismo,

quando por outra parte dizemos *conexão*, e podíamos reclamar se restituísse *anexão,* tirado diretamente do latim?

Termos criados de pouco e termos malformados, afrontando a boa usança, ocorrem em todas as línguas. Aristóteles precisou de palavras curtas que exprimissem "natureza", "grandeza" de um modo bem abstrato. Achou à mão na língua grega os interrogativos *poîo* e *pósos*, que queriam dizer "de que espécie?" e "de que tamanho?" Não teve dúvida em formar os derivados *poiótes* e *posótes*, que são como se em português criássemos estes dois monstros de substantivos *de-que-especidade* e *de-que-tamanhidade*. Podemos imaginar como isto foi recebido por qualquer purista grego do seu tempo. Não obstante, os termos fizeram carreira e incorporam-se finalmente à linguagem técnica dos filósofos gregos. Duzentos anos depois, Cícero, interpretando estas ideias aos seus conterrâneos, imitou a audácia de Aristóteles, e aventurou *qualitas*, de *qualis*, palavra latina de significação equivalente a *poiótes* e formação similar. Mais tarde ainda, *quantitas*, de *quantus*, foi manufaturado como tradução de *posótes*.

E os dois termos gregos, fabricados para preencher uma lacuna filosófica, tomando as formas de *quantidade* e *qualidade*, tornaram-se a posse comum de todo lojista e tendeiro[12].

Prende a atenção dos que zelam a suposta pureza de uma língua somente a candidatura atual de vocábulos e expressões novéis. Quanto ao que passou em tempos idos, é de regra aquilatar por muito bom tudo ou quase tudo quanto venha registrado em autores modelares.

O que o uso não mais tolera, desconta-se. Mas, segundo acabamos de ver, já vem de longe o fabricarem-se dicções com predicados pouco recomendáveis para serem aceitas. E se pudéssemos legislar para aquela linguagem portuguesa hoje tida por veneranda, se as bem-intencionadas diligências dos puristas tivessem efeito retroativo, mais de uma vez haviam de tremer os ossos de quinhentistas e seiscentistas. *Chatim*, significando mercador subtil, e talvez pouco liso, e seu derivado *chatinar* eram neologismos no começo do século XVI, segundo no-lo atesta o testemunho de João de Barros: "Dizem por elle he hum chatim e por mercadejar chatinar, vocabulos entre nós já mui recebidos (Dec. 1,9, 3). *Bombarda*, em lugar do antigo *trom*, é classificado por Fernão d'Oliveira entre as dicções novas. Todos os cronistas

[12] Esta informação sobre a origem dos vocábulos *qualidade* e *quantidade* transcrevo-a do livro de Greenough e Kittredge, *Words and their Ways in English Speech*, Londres, 1902.

daquele século usaram o termo inúmeras vezes. Já em Vieira encontramos, em lugar desse vocábulo, não uma palavra procedendo diretamente do francês, como alguns pretendem, mas o hispanismo *canhão*[13]. Curiosa é a admissão do termo *retaguarda*. Não vem logo do latim, segundo lexicógrafos assentam. Nem há lei fonética que transforme *retro*-em-*reta*.

Contemos a história como se passou. Até o ano de 1367 os portugueses ordenavam as suas batalhas, isto é, dispunham as suas forças de combate em *dianteira*, *cátua* e *costaneiras*. Porém em tempo d'el-rei D. Fernando vieram os ingleses para ajudá-lo na guerra contra D. Henrique de Castela. Trouxeram eles os vocábulos *vanguard*, *rear-guard* e *ele*, que por sua vez haviam recebido do francês *avant-garde, rereguarde* (mais tarde *arrière-garde*) e *ele* ou *aile*. Os portugueses adotaram os termos, acomodaram-nos à sua língua: *vanguarda, reguarda* e *alas*, e os antigos vocábulos caíram em desuso. A inovação *reguarda* incorpora-se à linguagem e os cronistas do século seguinte empregam o vocábulo a cada passo. Mais tarde, e em Vieira assim o lemos, surge a corrupção *retaguarda*, que não é fácil de explicar. Se houve intuito – e este só poderia partir dos eruditos – de aproximar o vocábulo do étimo latino, por que não se disse *retroguarda?*

Infantaria é estrangeirismo admitido em português no século XVII, assim como *infantes* significando peões, homens de pé. Não prosperaram os infantes desta espécie, mas a infantaria continua a decidir batalhas.

Homens combatentes de pé, como os de cavalo, passaram a não ter nome. É como nos bombardeios, que se fazem sem bombardas. *Cavalaria* na Idade Média aplicava-se à nobreza; hoje é uma das três armas de combate, e *cavaleiro* é todo e qualquer indivíduo que ande a cavalo.

Bulcão é termo que se desconhecia em língua portuguesa. Castanheda e João de Barros, a propósito da viagem de Pedro Alvares Cabral, explicam-nos a novidade. Partindo, diz o autor das *Décadas*, "do porto seguro daquella Provincia Sancta Cruz, sendo elle na grande travessa que he entre aquella terra de Sancta Cruz ao Cabo de Boa Esperança... armou-se contra o Norte hum negrume no ar, a que os marinheiros de Guiné chamão bulcão, com o qual acalmou o vento, como que aquele negrume o sorvera todo em si para depois lançar o fôlego mais furioso.

---

[13] Data efetivamente do século XVII o uso do termo *canhão* no sentido geral que hoje lhe conhecemos. Até então o vocábulo tinha sentido restrito, aplicando-se a uma peça de artilharia diferente de *berço, falcão, basilisco,* etc.

A qual cousa logo se viu, rompendo em hum instante tão furiosamente, que sem dar tempo a que se mareassem as velas, soçobrou quatro".

Provam estes exemplos que as inovações no léxico se adotam não somente em nossos dias, mas em todas as épocas. Seria um bom serviço prestado às letras a organização de um dicionário da língua portuguesa, em que junto a cada vocábulo se indicasse a data, ainda que aproximada, de sua admissão na linguagem literária, assim como a época em que outros deixaram de ser usados. Com estes elementos teríamos do nosso tesouro ideia mais correta do que presumem dar-nos os incensadores do "antigo e bom uso". Veríamos também que alguns autores, celebrizados pela riqueza do seu vocabulário e por isso tidos por mestres e chamados clássicos, não hauriram sempre na mina pré-existente, mas tiveram ainda o talento de enriquecer a língua com vocábulos de própria lavra.

Completar-se-ia este trabalho lexicográfico, indicando, por ordem cronológica, as mudanças semânticas que o tempo trouxe a vários termos, a substituição que o uso tem feito de umas expressões por outras, a extensão ou restrição do sentido, a melhoria ou degradação, a influência das metáforas e metonímias.

É este um aspecto interessante do estudo das palavras, que nos permite apreciar de modo mais positivo o progresso da língua e os limites que naturalmente se impõem ao louvável desejo de imitar os modelos literários.

O termo *moléstia*, por exemplo, não tem hoje o sentido que lhe davam os seiscentistas. Naquele tempo era cousa diferente de enfermidade, doença. Filiava-se ao objetivo molesto e exprimia a fadiga, incômodo ou tormento proveniente de doença ou outra causa. Segundo o padre Vieira: "para subir a hum monte he com tanta difficuldade e molestia que a propria respiração se cança." E falando dos seus achaques: "Outros dois [medicos] que aqui vêm asseguram que não he doença de perigo, posto que seja de molestia e me promettem que antes do fim do mez poderei ir buscar a convalescença a Villa Franca". Se isto se passasse no século anterior, estes senhores médicos se chamariam físicos.Todo o mundo sabe o que tem a fazer o indivíduo que quiser afogar a si ou a outrem: procurar um rio, o mar, uma banheira grande ou uma caldeira com bastante água ou outro líquido. O que porém poucos saberão é que até o tempo do nosso Vieira também se afogavam os homens em seco. Judas afogou-se com um laço, e todos quantos iam à forca morriam afogados. O termo tinha a acepção geral de asfixiar. Só depois de entrar em uso o vocábulo *sufocar* é que *afogar* ficou aliviado de tão altos encargos.

Candidato, tão interessante pelo que significava entre os romanos, foi usurpado modernamente ou à língua deles ou, o que é mais provável, aos franceses. Vieira dizia pretendentes, pretensores e opositores.

Entre os quinhentistas empregava-se o termo viração como oposto a vento terrenho. Era somente o vento que a certa hora da manhã virava, soprando do mar para a terra. Os seiscentistas perderam esta noção e começaram a aplicar a palavra ao vento brando em geral. *Ribeira* usava-se na acepção de praia e margem; "[terra] tão alagadiça e cuberta de arvoredo, que quasi com esta espessura queria fechar com a *ribeira do mar*" (Barros, *Dec*. 2, 6, 1); "quero passar hum rio caudaloso de *ribeira a ribeira*" (Bernardes, *Nova Flor*. 1, 310). E o mais curioso é que já no século XV esta acepção corre pontas com a de rio. Assim Fernão Lopes:

"E dali moveu outro dia, passando a *ribeira* de Riovão, um rio que nasce nas Esturias... e pela *ribeira* daquele rio acima vão muitas aldeias até Valença de D. João". Quando Vasco da Gama foi a descobrir o caminho da Índia, pouparam-no os traiçoeiros bulcões, e das cousas que trazia pôde mandar de presente a el-rey de Melinde três bacias *d'arame*. E chegando ao termo da viagem, levou-o o catual a um pagode dos seus ídolos, onde viu diante da porta principal "hu padrão d'*arame* d'altura du masto de não e no capitel hũa grande ave do mesmo *arame* que parecia galo". As bacias não vasavam, e o padrão e mais a ave eram compactos e impenetráveis, como soem ser monumentos desse gênero. Castanheda, que nos relata a história, poderia dizer *arame* ou *latão*; mas não conhecia ainda o termo hoje usado para designar a liga do cobre com o estanho. Conheceu-o o padre Vieira, o qual, descrevendo a armadura do gigante filisteu, nos informa que o capacete era de *bronze*, a tecedura da saia de malha de *bronze*, o escudo de *bronze*, o demais até os pés lâminas de *bronze*.

Como umas expressões desaparecem cedendo o lugar a outras, que conquistam o favor do povo que fala a mesma língua, podemos ver em *juso* ou *ajuso*, *afundo*, *emfundo*, *abaixo*, *embaixo*. Do primeiro termo possuímos hoje como única relíquia o derivado *jusante*, sinônimo de baixa-mar. Porém nas mais antigas leis de Portugal se diz: "de dez maravydis *a juso* [isto é, abaixo] dem meyo maravydi". Aparece já então, ainda que poucas vezes, o seu futuro sucessor: "Paguem os direitos reaes... como *em fundo* [isto é, embaixo] som scritos" (Foros de Beja). No século XV é esta a dicção corrente, e como hoje se desconhece o emprego dela no sentido do advérbio-

preposição *embaixo*, *abaixo*, sucederá às vezes aos que compulsam a crônica de D. João I perceberem cousa diversa do que diz o seu autor: "nom era bem de os sinaes de Portugall andarem assim em fundo"; "sahiu Nuno Allvarez a folgar pela praya afundo." Na mesma era ocorre mui raro, como que timidamente, *embaixo*, apesar de serem então usuais *baixo*, como adjetivo e como substantivo, e o verbo *abaixar*. No século XVI estes novos modos de indicar a relação de inferioridade se generalizam definitivamente e a língua de Fernão Lopes é considerada arcaica.

Frequentemente a inovação que dá a um termo ou expressão antiga sentido diverso do que a princípio se lhe atribuiu é o resultado de uma metáfora, sobretudo da chamada metáfora morta. *Bocado* significava o ato de abocar, abocanhar, apanhar com a boca: "engole tudo de hum bocado" (Vieira, *Serm*. 2, 335); "o tubarão... o hade engulir de hum bocado" (ib. 2, 329). Passou a exprimir a porção de alimento ou de outra cousa. Daí tornou-se sinônimo de "pouco" em geral: "chegou há um bocado", isto é, "há pouco tempo", "há poucos instantes".

Este termo *bocado* denuncia, pelo radical, prontamente a sua origem.

Já de *à toa* está tão esquecida a primitiva significação, que os mesmos etimólogos se veem forçados a filiar a locução ao substantivo "tona".

Ora a origem é mais simples. Trata-se de um termo de navegação. *Toa* era o nome de um cabo com que se rebocavam os barcos que perdiam o governo próprio. *Ir à toa* era *ir à mercê desse cabo*, sem atividade própria.

Usou-se depois por metáfora. Assim Bernardes (*Nova Fl*. 1, 404): "lançando-lhe [o nadador à mulher] pois a mão aos cabellos, a foy 1evado á toa para terra". Trouxeram-nos o termo os marítimos; o povo, no continente, afeito em geral a outra ocupação, perdeu o sentido técnico de *à toa*, mas continuou a aplicar a locução, extensiva e abusivamente, como equivalente de "sem governo próprio", "sem intenção", "sem causa", "ao acaso", "sem reflexão". Ninguém mais sabe que isto foi a princípio linguagem figurada. A metáfora está morta.

Os quinhentistas não diriam, como hoje, "a planta nasce *à toa*", e sim "nasce por si"; em lugar de "falar à toa", empregariam "falar sem efeito ou desassisadamente".

Poderíamos multiplicar os exemplos indefinidamente, mas creio ter mostrado o suficiente para se formar ideia da evolução da língua portuguesa, quer quanto ao uso de vocábulos novos, e abandono e esquecimento de expressões antigas, quer quanto a alterações semânticas de que são suscetíveis.

E se se encara o nosso idioma sob o aspecto gramatical, ainda aí se verifica que ele sofre mudanças graduais a despeito de doutrinas reacionárias e diligências retardadoras. Certas regras formuladas por Fernão d'Oliveira e João de Barros já há muito que não se aplicam.

Diversas formas verbais foram alteradas; alguns nomes mudaram de gênero; a formação do plural de hoje difere, por vezes, do plural usado no século XVI. Particípios irregulares, como vemos na frase de Castanheda *ser absoluto pelo vigayro*, e no frequentíssimo *tenho resoluto* de Vieira, e muitos outros, caíram totalmente em desuso. Quanto à sintaxe, tem havido tais modificações, que o próprio Fr. Francisco de S. Luis não teve dúvida em tachar de "defeituosos os nossos bons autores".

A própria colocação pronominal dos quinhentistas e seiscentistas – perdoem-me os que a têm por pedra de toque do falar correto – já aparece um pouco alterada entre os escritores portugueses do século XIX.

Língua viva imutável, língua que, chegada a um tipo de perfeição modelar, cesse de modificar-se e absorver elementos estranhos ao seu passado, é cousa que não há nem nunca houve. A linguagem é a expressão da nossa inteligência. E a inteligência humana não se petrifica; pode volver olhar saudoso para a sabedoria de alguma era remota; porém esta, com todo o seu esplendor, não lhe produz desmaio, nem a paralisa. Se tal calamidade houvesse, o intelecto se atrofiaria e da maior parte das línguas modernas já não restariam mais que ruínas.

Quem faz o estudo histórico de uma língua literária como o português, vê cousa bem diferente. Cotejando por ordem cronológica, e sem preocupação de pureza ou perfeição, os textos mais notáveis desde o período arcaico até o presente, e considerando o idioma de cada época em seu conjunto, a impressão que nos fica é como se tivéssemos diante de nós fotografias de um indivíduo tiradas aos quinze, aos vinte, aos trinta, aos quarenta anos. Comprazemo-nos em confrontar essas figuras tão dissemelhantes, do mesmo personagem. Assim muda de aspecto qualquer língua literária, segundo a fase em que a contemplamos.

Sempre a mesma e sempre outra. Há diferença contudo entre a linguagem e o homem: nos últimos retratos deste descobriremos rugas e cãs, ao passo que a decrepitude daquela só a concebe pura fantasia; a vida humana sabemos que tem limites, um número máximo de anos, além do qual não passará; mas para a língua de um povo que vive sem ser absorvido por outro, é impossível imaginar balizas.

A evolução, por felicidade um tanto lenta, permite formularem-se as regras da elocução correta e do uso que prevalece entre a gente educada durante um espaço de tempo mais ou menos longo. Escritores que se prezam não afrontam esse uso; não se animam a buscar, na variabilidade da linguagem, salvo-conduto para se exprimirem ao som de caprichos pessoais. Curvam-se, como convém, ante a prática geral dos seus contemporâneos, ao menos em tudo quanto se houver conservado fiel à tradição. Têm por dever resistir à tentação de adotar dizeres novos ou estrangeiros de que outros se sirvam só para condescender com a moda, quando é certo subsistir para todo o mundo a consciência de expressões vernáculas de sentido perfeitamente idêntico. Não descerão tampouco a utilizar-se de termos e frases plebéias que não são recebidas em boa sociedade, e evitarão, se preferirem ser entendidos a ser admirados, o emprego de arcaísmos e o acúmulo de vocábulos cujo sentido, por ocorrerem raramente, seja ininteligível à maioria dos leitores.

Para escrever corretamente e com elegância é preciso, além do mais, possuir o sentimento da língua e talento. A leitura, meditada e assídua, de obras modelares contribuirá para formar o hábito da expressão polida e educará o estilo.

O purismo encara a questão de outro modo. Não pesa devidamente os resultados do progresso e, infenso, por princípio, a inovações, procura, na suposta pureza do português de outros tempos, valores que as desalojem e substituam. Mas a lista das inovações e termos de procedência estrangeira que circulam incontestados, designando conceitos novos, é extraordinariamente longa; e o purismo entretanto, contra sua própria doutrina, é indulgente com essa produção, a seu ver parasitária, porque sabe quanto seria anacrônico ir buscar equivalências em ouro puro no gabado tesouro antigo.

Recomenda a escola reacionária aos que pretendem exprimir-se bem a lição e estudo aturado dos clássicos portugueses. Acrescenta todavia por cautela a deliciosa e razoável advertência que nem tudo quanto está nos clássicos é para se imitar. Singular modo de instruir:

vem o estudioso qual aprendiz bisonho e já se lhe atribui discernimento para separar do trigo o joio. Não há, excetuando os *Lusíadas*, e as obras de Sá de Miranda publicadas pela eminente investigadora Carolina Michaëlis, edições críticas das obras cujo estudo se recomenda; não se publicaram trabalhos sobre aquilo em que a lição dos mestres desaproveita; e se alguém,

sem tais subsídios, descobrir todas as falhas na linguagem de um escritor, é porque já de antemão conhece bem o idioma. Verdade é que muitos se contentam com a colheita de termos antiquados, retumbantes e pouco usados, cultivando assim mais o pedantismo do que a arte de bem exprimir-se.

Também não se apurou ainda o que se deva entender pelo termo "clássico". A julgar pela aplicação habitual, parece que se visa tão somente a feição linguística das obras publicadas desde o século XVI, mas não se marca o limite terminal desse período. Daí a noção confusa de que há de ser clássica a linguagem antiga de todos os nossos antepassados desde aquele tempo, linguagem de portugueses mortos, e que já não vem tão espontânea aos vivos do século atual. Dos escritores falecidos nestes últimos cinquenta anos, raríssimos – creio que não chega a meia dúzia – conseguiram ainda em vida ser contemplados entre os clássicos, uns pela linguagem notoriamente conservadora, outros por exibirem grande soma de expressões fora do comum e aparentemente antigas ou tomadas ao falar do povo de Portugal, que é tido como repositório fidedigno de velharias.

Apesar dessas considerações, o observador desprevenido não percebe como pôde haver menos escrúpulo quanto à seleção de escritores mais remotos e, por outra parte, como vieram figurar na mesma categoria Vieira e Camilo Castelo Branco, Camões e Filinto Elísio. Seria mais conveniente talvez reservar a denominação rigorosa de clássicos para os escritores de mentalidade possante que Portugal teve no século XVI e ainda no século XVII, representantes da sua renascença literária e fundadores da moderna linguagem culta. A este período esplêndido sucedeu outro, tristemente notável pela vazante intelectual, em que os escritores supriam a falta de ideias com palavras sonoras e estilo decorativo. Era o gosto barroco que se seguia ao da renascença. Poderíamos qualificá-los de pós-clássicos. E seriam neoclássicos aqueles autores de valia mais modernos que de novo se aproximam da língua e estilo de renascença.

Quanto ao primeiro destes três períodos, cumpre acautelar-nos contra a supersticiosa veneração dos mortos que não distingue entre vultos de primeira grandeza e autores de qualidade inferior. A mediocridade, como a erva má, vegeta em todos os tempos, e ao bom senso não basta o volver dos séculos para fazer a apoteose de medíocres.

Importa também notar que, já na fase da decadência clássica, vemos ainda sobressair uma ou outra figura grandiosa de antiga têmpera, como promontórios avançados em lagoa de estagnação geral.

Ao período áureo da pureza clássica não sucederia tão cedo o da corrupção da arte de bem dizer – assim explicavam críticos do século XVIII – se os literatos não se descuidassem de praticar os primores da língua e não caíssem no erro de lerem livros estrangeiros, especialmente franceses. Esqueciam-se os censores de que João de Barros no gênero histórico e Vieira no gênero oratório, ainda sem modelos anteriores em português clássico, se haviam elevado à altura de artistas da palavra e mestres da língua.

Os críticos não contavam com o talento e o gosto da época como fatores essenciais. E quanto às obras literárias em francês ou outro idioma, o seu estudo devia influir – isso vemos hoje – não para extinguir, mas para avivar as centelhas da aptidão inata. Porém aos epígonos impõe a sorte que produzam escritos de segunda ordem e sem cunho pessoal, quer se sustentem com primores estrangeiros, quer com os que lhes fornece a pátria. Um indivíduo pode ler continuadamente obras em francês, grego ou russo, e exprimir-se em sua própria língua como a média dos seus naturais. Filinto Elísio viveu longos anos em Paris, leu muitos livros franceses, traduziu vários e contudo ninguém mais do que ele combateu o emprego de galicismos, que entravam facilmente em Portugal.

Com todos os seus feitos, reais e supostos, foi mais lusitano em Paris que muito português daquele tempo em sua terra.

O que a princípio se chamou linguagem clássica abrangia uma complexidade de conceitos. Não se definiu o termo, mas entre os dotes que elevaram Barros, Camões e Vieira muito acima do vulgar, estão sem dúvida a clareza da linguagem, a nobreza da expressão, o emprego de vocábulos apropriados e de sentido acessível, e o sentimento de ordem harmonia e proporção. Os clássicos dizem muito com poucas palavras; ao passo que outros precisam de um exército de palavras para abrir caminho a um minguado número de ideias.

A pureza da linguagem teve a princípio por objeto evitar barbarismos, solecismos, arcaísmos, plebeísmos, assim como a adoção daqueles termos novos ou estranhos que fossem absolutamente desnecessários.

Introduziam-se termos *propter egestatem linguae et rerum novitatem*; e os que se adotavam por dar um tom elevado à linguagem ou com o só intuito decorativo, eram em todo o caso distribuídos habilmente pelo discurso, de modo a não fatigar a atenção do leitor nem desviá-lo do assunto principal.

Por essa disposição e pelo contexto percebia-se em geral sem dificuldade o sentido dessas expressões novas.

Veio porém no século XVIII a campanha exagerada contra o que o idioma vinha recebendo da civilização de França. Desorientaram-se então os críticos sobre a noção de classicismo e deram ao vocábulo "pureza" a estreita e absurda acepção de linguagem que se contenta e satisfaz, durante trezentos ou quatrocentos anos consecutivos, com elementos domésticos e vocabulário recebido dos escritores da renascença.

Deu-se assalto a uns poucos de galicismos grosseiros; mas ao mesmo tempo outros muitos, bem necessários, penetravam subrepticiamente na língua portuguesa. Cuidou-se poder dispensar novidades francesas; mas ressuscitavam-se arcaísmos, davam-se foros de nobreza a termos vulgares e plebeus e, pior do que tudo, fabricava-se, desmentindo portanto a noção de pureza, quantidade de compostos latino-portugueses, desnecessários, ininteligíveis e contrários à índole da língua. Abastecia-se o idioma à força. Era assim que se provava a pureza e a riqueza. Nem por isso vieram mais abundantes as ideias e mais puras, nem se fez mais enérgica a frase, nem o estilo mais elegante.

Mas a língua portuguesa, apesar das extravagâncias e caprichos de alguns, e das torturas que padeceu, continuou lentamente a progredir como dantes. (*Dificuldades da Língua Portuguesa*, 5ª ed., págs. 185-201)

As línguas não somente vivem, também convivem. E, no espaço geográfico, entram em contato e se interinfluenciam. Historicamente, falam os linguistas em *substrato*, *superestrato* e *adstrato*. Temos substrato quando uma língua se impõe a outra pela força, mas acaba recebendo desta elementos que incorre ao seu acervo. Foi o que se deu, p. ex. (hipótese, contudo, que tem sofrido contestações) ou com *u* latino, pronunciado como *ü* (som intermediário entre *u* e *i*) em francês e provençal, evolução que teria sido devida ao céltico, língua do povo da Gália antiga subjugado pelos romanos, no qual se supõe ter existido tal pronúncia. Exemplo de superestrato poderemos buscar entre os povos germânicos, que, apesar de vencedores dos romanos pelas armas, tiveram de ceder sua língua ante a latina, de maior peso cultural; contudo não deixaram de imprimir na língua dos romanos alguns traços de sua fala, como o reforço de um *u* inicial por um *g* velar, pelo modelo do gótico *werra*, que passou ao português como *guerra*. Em relação aos árabes, com quem os hispanos conviveram durante sete séculos (711-1492), as relações foram mais propriamente de adstratos. O aporte de maior relevância foi o lexical. Lembremos a incorporação do artigo ala numerosas palavras arábicas: *alcorão*, *alfândega*, *alfinete*, *alfaiate*...

Neste artigo vamos limitar-nos aos estrangeirismos vocabulares, os mais comuns.

São considerados *vocábulos vernáculos* aqueles que pertencem ao período de formação da língua (séc. VI ao XV). Nesse período a primazia cabe à língua latina, a ponto de os idiomas que a têm por fonte, como o português, serem chamados *neolatinos*, novo latim. Há também que contar com a contribuição do grego, mas esse legado nos foi transmitido através do latim. O mesmo se pode dizer do hebraico, que está presente no latim cristão. Como se sabe, grego, latim, hebraico são as três línguas nobres da Antiguidade; as demais não passavam de "línguas bárbaras". No decorrer da Idade Média a elas veio juntar-se o árabe. Portanto todas as palavras de origem latina, grega, hebraica ou arábica, entradas na língua no período de sua formação, são havidas por vernáculas.

É certo que temos que contar também com os elementos provenientes das línguas dos povos que os romanos submeteram (elementos pré-romanos), como os substratos ibérico e céltico e mais tarde com o contributo germânico, trazido com a chamada "invasão dos bárbaros". Mas tudo afinal se integrou na corrente latina.

Nos tempos modernos, os contatos com as nações recém-criadas trouxeram-nos castelhanismos (séc. XVI e XVII), italianismos (séc. XVI), graças ao papel que desempenharam os italianos na fase renascentista, francesismos (séc. XVIII e XIX), estes com ascensão do Iluminismo, e, no séc. XX, assistimos ao declínio da influência francesa e paralelamente ao crescimento avassalador da cultura norte-americana, que se foi isolando como superpotência, após a derrocada do império soviético.

D. Carolina Michaëlis, em suas nutridas *Lições de Filologia Portuguesa*, deixou-nos isto escrito:

"Lembro rapidamente que temos dividido o *Vocabulário nacional* em três partes: a *latina*, a *não latina* e a peculiarmente *portuguesa*, e que começamos, por motivos práticos, com os elementos estrangeiros. Estes subdividi-os em cinco classes.

A primeira abrange aqueles elementos estrangeiros que os próprios romanos admitiam na sua fala: quer de origem oriental (egípcio, pérsico, hebraico, fenício), quer ocidental (grega, cartaginesa, céltica, ibérica). Eles são anteriores ao ano 500 ou à queda do Império.

A segunda classe consta de elementos de línguas faladas pelos conquistadores da península, posteriores ao domínio romano, isto é, por *germanos* e *árabes*. Abrange os séculos V ao XII (500 a 1200).

A terceira compõe-se de vocábulos provenientes de línguas faladas na Europa na Idade-Média, depois da constituição das diversas nações germânicas e dos idiomas neolatinos, por povos que estavam então em relações comerciais e literárias com Portugal: isto é, por verdadeiros irmãos como povo novo, espanhóis, provençais, franceses, italianos — mas também por homens do Norte (escandinavos, holandeses, ingleses). De 1209 a 1500."

Adiante, D. Carolina faz importante distinção entre *Lehnwörter* e *Fremdwörter*. Diz então:

"Há entre uns e outros [termos não latinos entrados na língua antes de 1500 e os entrados depois] uma diferença notável. Os medievais arraigaram. Estão inteiramente nacionalizados. São em regra produtivos. Conquanto nem todos sejam realmente populares, foram acolhidos e tratados como se nascessem em Portugal. São *Lehngut*, *Lehnwörter*, dições pedidas de empréstimo a outras nações estrangeiras, mas consideradas e empregadas (como acontece com quase todos os empréstimos) como se fazem capital indígena, propriedade plena dos portugueses."

E logo abaixo: "O *Lehnwort* é um estrangeirismo muito antigo, nacionalizado. O *Fremdwort* é um estrangeirismo relativamente moderno, que ainda não teve tempo de arraigar."

A ilustre romanista alude também a uma camada posterior a 1500, constituída de vozes "exóticas", provenientes da África, Ásia, América. Aí é que se incluem os tupinismos e africanismos incorporados ao português do Brasil.

Com base nessas distinções cronológicas, que refletem fatos históricos que entraram na formação da língua portuguesa, podemos ensaiar uma classificação genética dos vocábulos que integram o léxico do nosso idioma.

À primeira camada chamaremos a dos vocábulos *vernáculos*. A ela pertencem as palavras que entraram na constituição do acervo lexical lusitano, desde os primórdios latinos até o século XII, sejam pré-romanos, latinos, germanos ou árabes. A segunda compreende os vocábulos tomados de "empréstimo" aos povos de outras nações feitas independentes na Baixa Idade Média, como espanhóis, franceses, italianos, holandeses. Estes já são *estrangeirismos*, mas vernaculizados ou naturalizados, por assim dizer. Os estrangeirismos propriamente ditos, virão depois de 1500, quando cada país já dispõe da sua língua nacional e quando se intensificam os contatos culturais. Aqui já é melhor falar em "aportuguesamento" do que em vernaculização. Não se deve esquecer que os estrangeirismos, assim que surgem, são

neologismos. E, como qualquer neologismo podem vingar, ou não. Na fase inicial, ainda são sentidos como corpo estranho no idioma, *Fremdwörter*. Se vingam, passam a *Lehnwörter*. Cabe ainda distinguir entre estrangeirismo e palavra estrangeira. Estrangeirismo é a palavra estrangeira que procura acomodar-se ao gênio da língua para onde emigrou (na pronúncia, na feição gramatical). Assim *basquete* (ing. *Basket*) é um estrangeirismo; já *marketing* é uma palavra estrangeira.

Fizemos algumas considerações de ordem geral sobre a questão dos estrangeirismos na língua portuguesa; agora iremos particularizar o problema, buscando distinguir entre os diferentes tipos de estrangeirismos, ou seja, entre estrangeirismos e estrangeirismos.

A primeira oposição que encontramos é naturalmente entre estrangeirismos e não estrangeirismos. O tema, como se vê, não é de linguística interna e sim de lingüística externa, vale dizer, não se trata de estudos de fenômenos no interior de uma mesma língua e sim de língua a língua. Por isso, nesse capítulo, o fenômeno linguístico anda *pari passu* com o fator histórico.

Historicamente toda periodização é tríplice e não dúplice, como quer fazer crer o mecanicismo dialético. Se a natureza não dá saltos, muito menos a história; há, pois, sempre uma fase de transição.

Com base em lições de Leite de Vasconcelos, podemos dividir a história da língua portuguesa em dois períodos fundamentais: o *histórico* e o *pré-histórico* (ou *ante-histórico*). O período pré-histórico é o de *formação da língua*, isto é, aquele em que a língua portuguesa está sendo gestada e, portanto, ainda não existe como tal. Esse período vai desde os primórdios (sempre perdido na noite dos tempos) até o séc. IX. Por que o século nono? Porque a partir do séc. IX já temos fontes indiretas da existência da língua portuguesa. Não era ainda escrita; o que se escrevia ainda era latim, que, quando *literário*, veio a chamar-se "baixo latim". Mas o conhecimento desse baixo latim era próprio dos doutos, dos "clérigos", dos homens cultos do Medievo. Havia, contudo, uma classe de alfabetizados de meia-cultura, que eram empregados na escritura de textos notariais, ou seja, os escrivães (e não "escritores"), encarregados da redação de textos cartoriais. O latim que praticavam já sofria muito o influxo da língua falada, era, no dizer de Leite de Vasconcelos, "um latim não só estropiado, mas mesclado de palavras e expressões da língua falada". Passou à história como "latim bárbaro". E, se o texto pertencia a uma região onde se estava a forjar o português, caso uma palavra portuguesa ocorresse num texto havido como latino, então teríamos

prova indireta de que já se falava aí, pelo menos em estado nascente, a língua portuguesa. A essa fase da história do idioma Leite de Vasconcelos denominou português *proto-histórico*. E a fase intermediária: já não é latim, mas ainda não existe inteiramente como língua o português. Esse período vai até o séc. XIII, quando já se tem documentação *direta*, ou seja, escrita em português. Os textos mais antigos são o *Testamento de Afonso 11 e a Notícia de Torto*, ambos datáveis de 1214. Como texto literário, aquele a que se tem atribuído época mais antiga é uma *cantiga de amor*, conhecida como *cantiga da garvaia*, à qual D. Carolina Michaëlis chegou a datar de 1 189, mas que atualmente se julga posterior a 1200. O autor é desconhecido, contudo há tendência em favor de Paio Soares de Taveirós.

Do séc. XIII em diante entramos no período do *português histórico*, aquele do qual já temos documentação direta. Subdivide-se em duas fases, a do *português arcaico* e a do *português moderno*; tem-se dado como demarcação entre essas fases o ano de 1572, data da publicação de *Os Lusíadas*. Há, porém, que contar um período de transição, que podemos colocar entre a segunda metade do séc. XV e a primeira do séc. XVI. Ivo Castro, *Curso de História da Língua Portuguesa*, p. 174, admite um *português médio*, que vai do reinado de D. João (1365-1433) até "meados" do séc. XVI. Esses meados parece que os autores do referido *Curso* se definiram pelo ano de 1536, data da publicação da *Grammatica da Linguagem Portuguesa*, de Fernão d'Oliveira. É o que faz Rita Marquilhas, na parte dedicada ao *Português Clássico*, do citado *Curso*. Podemos, pois, arredondando as datas, situar o *português médio* (transição entre o português arcaico e o moderno) entre 1480 e 1536.

Temos assim a seguinte primeira grande divisão: *período de formação e período de desenvolvimento*. O primeiro vai das origens até o séc. XII (inclui, portanto, os períodos pré-histórico e proto-histórico). O período seguinte, o *histórico*, subdivide-se em *fase arcaica e fase moderna.* A data que as separa é tradicionalmente 1572, data da publicação da edição *princeps* de *Os Lusíadas*. Rita Marquilhas e Ivo Castro, porém, optaram por 1536, ano da publicação da *Grammatica*, de Fernão d'Oliveira. Meados do séc. XVI...

D. Carolina Michaëlis admitiu a entrada na língua portuguesa do que poderíamos chamar os mais antigos "empréstimos" ao léxico tradicional, de língua no período entre 1200 e 1500. Trata-se de palavras entradas na língua, "depois da constituição dos diversos romanços", provenientes de "povos

que então estavam em relações diretas (...) com Portugal" como espanhóis, provençais, franceses e italianos.

Depois de 1500, firmadas as monarquias nacionais, cada Estado adota uma língua oficial, que vai ser a portuguesa, a espanhola (castelhana), a francesa. Na Espanha, Nebrija publica a sua *Gramatica de la Lengua Castellana*, em 1492; em 1531, Jacques Dubois dá aos prelos, em latim, a sua *In linguam gallicam isagoge* (Introdução à língua de Gália); em 1536 sai a *Grammatica da Lingoagem Portuguesa*, do nosso Fernão d'Oliveira, seguida, em 1540, da *Grammatica da Lingua Portuguesa*, de João de Barros. A partir desse momento, os elementos lexicais entrados na língua provindos de outros idiomas são chamados genericamente "empréstimos", que se irão incorporando progressivamente, ou não, ao patrimônio vocabular vernáculo.

Aquisições novas — Estrangeirismos

M. Said Ali

Michel Bréal, ao escrever o capítulo sobre aquisições, quis mostrar o erro daqueles linguistas que tratavam da evolução gramatical como se a linguagem padecesse continuamente perdas sem compensação alguma. "A história das perdas tem sido feita muitas vezes; a das aquisições está por fazer. Vamos enumerar algumas".

E faz o histórico do infinitivo, do passivo, de certos sufixos adverbiais, chegando à conclusão que nas próprias formas gramaticais se encontram ganhos tardiamente obtidos pelas línguas indo-europeias. Bréal destrói com estes argumentos a opinião errônea que ameaçava tornar-se geralmente aceita.

A denominação "aquisições novas" é, no entanto, perfeitamente aplicável nos ganhos de outra espécie. São aquisições as novas maneiras de dizer que se fixam no idioma e os termos que nele se implantam tomados de língua estrangeira. Ocupemo-nos aqui de algumas destas aquisições vindas de fora.

O enriquecimento trazido ao vocabulário pela língua tupi tem sido objeto de estudo de ilustres patrícios nossos; a contribuição do árabe e das línguas asianas mereceu a atenção de notáveis pesquisadores lusitanos. Pouco se repara na influência das línguas européias, excetuando o francês, cujo efeito quase sempre se tem por maléfico, ao passo que com bom rosto, ou com indiferença, se veem os demais estrangeirismos.

A atitude hostil, e não raro exagerada, contra os vocábulos que chegam por via francesa deve-se à reação purista de alguns escritores de fins do

século XVIII e princípios do século XIX, impressionados com o gosto que se vinha tomando pelo falar do civilizado povo d'além-Pirineus. Termos franceses sem necessidade alguma se iam já substituindo a expressões usadas desde tempos imemoriais.

Affaire, *dessert* e outros dizeres do mesmo tomo seriam, me parece, antes do paladar da tafularia que do público em geral; porém a moda passou, e passaria ainda quando não os expusesse ao pelourinho a indignação purista.

Muitas das inovações ficaram; umas, a crítica conseguiu que fossem evitadas por alguns escritores, outras não sofreram abalo. Ninguém hoje perde tempo em pregar sermões para expurgar a língua de *população*, *jornal*, *córte*, etc.

Sentenças curiosas se lavraram sobre o emprego de certos vocábulos. Que quer dizer aquele arrazoado de Fr. Francisco de S. Luís a propósito do verbo *progredir*? "Vocábulo trazido de novo à nossa língua é imitação dos franceses, que também o tomaram do latim *progredi*. Significa *continuar*, *ir por diante*, *fazer progresso*, *ir avante*. Não o julgamos de absoluta necessidade. Contudo na Carta Régia de 7 de março de l8l0 já vem o termo progredir".

Quanto ao destino a dar ao vocábulo, falou como a sibila de Cuma. Se o fato de *já* vir o termo *progredir* na Carta Régia é razão bastante para o tornar aceitável, como parece indicar a adversativa "contudo", então *tollitur questio*.

Que se deve entender por "franceses, que também o tomaram do latim *progredi*"?

Esta informação é, aliás, errônea. O que em francês há é simplesmente *progresser,* tirado de *progrès*. Mas o português não imitou o francês: não derivou de *progresso*, *progressar*. Foi diretamente ao infinitivo latino, de que formou *progredir* por analogia de *seguir* do infinitivo *sequi*.

Nunca se negou ao nosso idioma o direito de recorrer à língua-mãe; mas daquele "também" referido a igual procedimento dos franceses, depreende-se que toda a vez que eles fizeram o mesmo que nós fazemos, fica a atmosfera infeccionada e prejudicada a pureza do vocábulo que íamos juntar ao nosso vocabulário.

Sentenciar não custa; mas para quem encara os fenômenos da linguagem como a ciência pede, a questão dos galicismos não consiste em julgar se são ou não são desnecessários. Melhor juiz não pode haver do que a própria linguagem quando se apodera das novas expressões e delas se utiliza a todo

o instante, e nunca mais as abandona, por muito que contra tal uso ou abuso brandem os zeladores da tradição antiga.

Aí, será mister próprio de filólogo fazer a anatomia das causas que determinam a resistência. Não raro nos enganamos quando supomos que certas palavras e frases portuguesas são capazes de exprimir rigorosamente aquilo que se enuncia pelo vocábulo de origem estrangeira. No caso de *progredir*— dado que se tratasse de galicismo — a afirmação "significa *continuar*" aponta como um dos remédios cousa que não se levará muito a sério. Sobre as sinonímias *ir por diante*,*fazer progresso*, etc., tem o verbo *progredir,* quando menos, a grande vantagem da concisão.

A linguística, como hoje se estuda, é ciência muito nova. O cardeal Saraiva e os demais puristas do seu tempo tinham ideias errôneas e confusas sobre a história do idioma. Imaginavam que a língua de Camões e Vieira fosse cousa perfeita, pura, inalterável. Acreditavam que os clássicos não introduziriam galicismos na língua em que escreviam. E eram, de fato, incapazes de o fazer; pois desconheciam em geral o francês; mas aceitavam sem discutir — para o que lhes faltava a competência — os galicismos e outros estrangeirismos que por ventura já eram correntes no idioma. (*Meios de Expressão e Alterações Semânticas*, 1ª ed., págs. 119-122)

O pior dos estrangeirismos

Já houve uma época em que estudioso imaginavam poder existir uma língua "pura", isto é, sem a invasão e intromissão de termos, expressões e construções de outras línguas. Depois, os estudiosos mais bem dotados de informações científicas e de maior conhecimento da história das comunidades humanas e de seus idiomas, chegaram à conclusão de que não havia línguas puras, já que elas acompanham e espelham a história dos homens que as falam. O contacto permanente dos povos no domínio comercial, artístico, científico e político transforma-se num grande corredor de empréstimos que não se devolvem, a não ser com outros empréstimos.

Tornaram-se clássicos os estudos que procuraram mostrar o esforço dos romanos na adaptação dos termos e conceitos gregos que os filósofos, cientistas e artistas da Hélade impuseram aos intelectuais de Roma. É pelo corredor das ciências e das artes que os empréstimos se impõem.

Muitas vezes, a reação dos puristas contra estrangeirismos é o reflexo de ódios, rancores e desagravos que nasceram no campo político e que se desdobraram em outras reações até chegarem ao domínio da língua. Bréal nos ensina isso no seu *Ensaio de Semântica* e, antes dele, já o intuíra o nosso José de Alencar, para justificar a perseguição que os portugueses, principalmente os puristas, moviam contra a entrada e curso de francesismos em nosso idioma. É a mesma reação que já existiu entre os gregos em relação às palavras turcas, ou entre os franceses, em relação aos termos alemães.

O século XVIII e, principalmente, o XIX marcam o apogeu cultural da língua francesa, em quase todas as atividades culturais e científicas de Portugal e do Brasil. Respirava-se tão intensamente a atmosfera cultural da França, que era necessária e providencial a ação de patriotas que procuravam mostrar e inculcar os sucedâneos de boa cepa nacional e vernácula.

Recente artigo do Dr. Antônio Gomes da Costa pôs à luz do dia o exagero da utilização dos termos estrangeiros, hoje quase essencialmente ingleses " por influência americana ", a ponto de preocupar alguns representantes do povo nas casas do Congresso.

Hoje a invasão das expressões de língua inglesa tem um sentido muito mais preocupante do que ontem, porque revela um corredor muito mais estreito e desairoso, para não dizer vergonhoso. Ontem e sempre, a invasão vinha impulsionada pelo contacto cultural e artístico, que não desmerecia os valores da prata de casa, porque se limitava ao campo superior das interinfluências das nações.

Desde cedo, os escritores e os homens de cultura entre nós compreenderam que o melhor caminho era, como declarou João Ribeiro, insuspeito nesses assuntos de brasilidade, que a "nossa" língua é "essencialmente a língua portuguesa, mas enriquecida na América, emancipada, e livre nos seus próprios movimentos" (*A Língua Nacional*, 2ª ed., 1933, pág. 262).

O idioma, para um povo, é o traço fundamental e profundo da sua história. E é isto que devem entender essas pessoas. Gaston Paris (1835- 1903), um dos mais notáveis filólogos que a França já teve, escreveu que "*pour un peuple changer de langue, c'est presque changer d'âme*" (*La litératurefrançaise au Moyen Âge*, 3ª éd., Paris, 1905, pág. 12) ["para um povo mudar de língua é quase igual a trocar de alma"].

Recentemente, a Companhia das Letras traduziu e editou o importante e documentado livro do filólogo alemão Vítor Klemperer (1881- 1960), intitulado *Os diários de Victor Klemperer* " *Testemunho de um judeu na Alemanha nazista* (São Paulo, 1999). Do mesmo Klemperer saiu, em 1947, mas datado do Natal de 1946, infelizmente não traduzido, LTI [*Lingua Tertii Imperii*, *Língua do 3° Reich*] *Notizbuch eines Philologen*. O título é uma paródia à mania das siglas do regime nazista, em que estuda os traços linguísticos, especialmente os lexicais, do regime político hitlerista. A edição que possuímos, de 1949 (Aufbau-Verlag Berlin) começou com a afirmação do filósofo, teólogo e pedagogo Franz

Rosenzweig (1886-1926) "Sprache ist mehr als Blut" [O idioma é mais do que sangue].

Hoje o fator impulsionador é o esnobismo, a imaturidade, a inconsciência da cidadania, que vê, no termo ou expressão estrangeira, o esforço de marcar a superioridade do outro em detrimento e menosprezo do nacional. E o traço, aparentemente inocente, da falência da cidadania, que não mede a distância de chamar *mouse* ao que seria *rato* ou *ratinho* e dar nomes estrangeiros, como ultimamente foi divulgado pela imprensa, a ruas de favelas do Rio (Hide Park), de títulos de prédios residenciais e comerciais. Chamar a um edifício *Green Park* parece mais elegante ou enganador do que outra denominação com a prata da casa. Faltou aqui bom senso e bom gosto que sobraram a quem a prédio recém-construído no Rio de Janeiro deu o nome de *Varandas de Olinda*.

Terão, por ventura, pudor em servir-se do patrimônio português, indígena e africano, que estão mais próximos de nosso passado e de nossa tradição. Isto sem contar com o acervo de outras nacionalidades (italianos, franceses, árabes, judeus, alemães, por exemplo) que ajudaram os brasileiros a construir esta nação.

Não se trata, pois, de caso de purismo linguístico, mas de grande descaso do país como nação, como instituição, em suma, de grande descaso de cidadania.

Dos estrangeirismos chegados a nós pela cultura e pela tecnologia podem o estudo e a educação pôr limites ao exagero indesejável; aos estrangeirismos criados pelo esnobismo e infantilidade, só a vergonha lhes pode dar remédio.

Neste sentido, é oportuno e louvável qualquer medida legal que ponha cobro a essa pletora de estrangeirismos que não nos chegam pela via do progresso cultural, artístico e tecnológico. Esse é o pior tipo dos estrangeirismos, porque denuncia a falência do amor da pátria pela exaltação da superioridade do outro povo. Forcejemo-nos por fugir da pecha de "macaquitos". Só assim se constrói um País e se instaura uma Nação.

A gramática dos termos estrangeiros no português

Já está longe a época em que se supunha que um termo estrangeiro introduzido no português iria macular-lhe a pureza ou iria constituir um perigoso inimigo, pronto para quebrantar-lhe os dotes expressivos e a vitalidade. Hoje o estrangeirismo é visto como o resultado do intercâmbio cultural e comercial de nações, em que umas passam a outras o prestígio do seu saber científico e artístico ou da sua pujança industrial. Como diz com muita propriedade Said Ali, são empréstimos "que nunca se restituem; dívidas que jamais se resgatam, salvo com outro empréstimo. Na linguagem faz-se isto sem cerimônia. Não se propõe nem se pede. Tira-se" (*Dificuldades da Língua Portuguesa*, 5ª ed., p. 187).

A adoção de um estrangeirismo abre diversas maneiras de sua assimilação ao léxico da língua que o recebe; essa assimilação pode levar o novo termo a adaptar-se integralmente ao sistema fonético e gramatical do idioma, como ocorreu com o francês *abatjour* / port. *abajur*, como o inglês *beef* / port. *bife* e os plurais *abajures* e *bifes*. Em algumas épocas e por circunstâncias culturais e históricas, o estrangeirismo pode lado a lado continuar com sua vestimenta nativa ou adaptar-se à nova língua, como ocorre com *maillot* e *maiô*, por exemplo. Outras vezes, a adaptação é parcial, por guardar vestígio da língua de origem; é o caso do inglês *Pall Mall*, importado do francês, que se pronuncia /*pél mél.*

Os estrangeirismos que se curvam ao sistema fonético e gramatical do novo idioma não oferecem problemas e, por isso, deles não nos ocuparemos

aqui. Todavia aqueles que passam a outras línguas ou são citados nestas com sua forma primitiva devem regular-se fonética e gramaticalmente pelas normas do idioma a que pertencem. É o caso, por exemplo, especialmente em linguagem e textos técnicos, dos latinismos *memorandum*, *curriculum*, cujos plurais serão à latina *memoranda*, *curricula*; poder-se-á optar, e na linguagem comum seria preferível, pelas adaptações ao vernáculo *memorando* e *currículo*, cujos plurais serão naturalmente *memorandos* e *currículos*.

Campus, tão usado no jargão universitário, terá, como plural, *campi*: o *campus*, os *campi*. Outros vocábulos comuns desse jargão: o grego *topos*, cujo plural é *topoi*, e o latino *corpus*, cujo plural é *corpora*, os *corpora* (proparoxítono).

Usado também em português é o alemão *lied*, substantivo masculino, *lide*/*lid/*, cujo plural se deve regular pela língua originária: os *lieder*. Algumas vezes foge-se a este princípio e se pluraliza à portuguesa *lieds*, como fez José Lins do Rego neste lanço de *Gordos e Magros* (1942): "Goethe ia ao povo para sentir a força dos *lieds*, a música que dorme na alma popular". Depois, em *Poesia e Vida* (1945) o mesmo escritor trilhou a boa tradição do nosso idioma, que é, em casos tais, respeitar a gramática da língua estrangeira originária: "Destruindo Mozart, uma grande Alemanha desapareceria; a Alemanha dos *lieder*, dos violinos gemendo por debaixo das macieiras em flor" (...).

Leitmotiv (pron. *laitmotif*), masculino singular, deve fazer o plural *leitmotive*, pela prata da casa alemã.

Não é só a pluralização que há de chamar a nossa atenção no tocante aos nomes estrangeiros: especial cuidado há de merecer o gênero gramatical. Consoante a regra geral adotada pelas principais línguas de cultura, já referida aqui, o masculino, na língua de origem, continua masculino na língua que recebe o estrangeiro; assim também com o feminino. Os neutros originários, no caso de adotados em português, passam a masculinos. O uso entre as pessoas de cultura é soberano, e, por isso, explica algumas exceções. É o caso de *errata*, neutro plural latino, considerado hoje feminino singular no português. Aurélio parece colocar no mesmo uso *addenda* e *corrigenda* como singulares; mas a vestimenta do primeiro com dois *dd* e o ar técnico de ambos, pediriam melhor o tratamento como plurais, se não quiséssemos, quanto ao primeiro, aportuguesar para *adenda*, este sim, singular e feminino. Também *appendix*, feminino na língua de Cícero e que no português, na língua comum, é empregado no masculino. O título de um pequeno trabalho gramatical *Appendix Probi*

tem sido usado no masculino, em obras de nossos romanistas (Serafim da Silva Neto, Theodoro Maurer) e como feminino (Sílvio Elia).

Confetti já é italiano como plural de *confetto*, mas foi aportuguesado no singular *confete* (adaptação de *confetti*) e tem, como plural, *confetes*. Em Portugal usou-se a forma plural errônea *confétis*, felizmente suplantada por *confetes*; aquele seria um plural com *s* sobre um plural italiano.

Outro exemplo é o alemão *blitz* ("investida rápida sobre alguém ou alguma coisa"), redução de *Blitzkrieg*, "guerra ou investida relâmpago", masculino em alemão e em línguas que o adotaram, como o italiano. No português, porém, o termo *blitz* fixou-se no feminino: a *blitz*. O *Manual de Redação e Estilo* de *O Globo* recomenda o plural *blitzes*, que é uma incoerência em relação a outras recomendações dessa mesma obra. Deveria o plural regular-se pelo alemão *blitze*, se optarmos pela grafia *blitz*. A nossa linguagem jornalística se tem apresentado como campeã na defesa dos direitos humanos e da luta pela identidade dos povos; em matéria de linguagem, todavia, deixa arrastar os seus andrajos subservientes ao peso do prestígio do inglês, máxime da América. A inteireza da nacionalidade começa pela defesa da língua materna, patrimônio de todos os cidadãos. No capítulo desses manuais jornalísticos dedicados aos termos de outros idiomas há de se fazer alguma revisão de doutrina.

Um grande mestre da Filologia Portuguesa, Leite de Vasconcelos, pôs a nu certo ensinamento de Cândido de Figueiredo, a respeito desta matéria. Respondendo a alguém que, tendo de citar denominações de árvores em latim, não sabia como proceder, se o *quercus*, o *pinus*, os *quercus* ou a *quercus*, as *quercus*, já que tais substantivos em latim são femininos, assim prelecionou Cândido de Figueiredo:

"O processo mais seguro, a meu ver, é o dos que dizem (...) o *quercus alba,* o *pinus pinea* (...) a concordância não é aparente, é latente (...) *o* não concorda com *quercus* ou *pinus*, mas com outra palavra, que se subentende: o *quercus alba* quer dizer" o *carvalho*, que a botânica chama *quercus alba*: o *pinus pinea* quer dizer "o *pinheiro*, que se conhece em botânica pelo nome de *pinus pinea."*

Com esta lição não concordou José Leite de Vasconcelos:

"Mas, objeto eu: e se, em vez de se traduzir *quercus* por "carvalho", se traduzisse por "carvalha", que é que se subentende! Melhor é pois dizermos com a concordância latina a *quercus*, a *pinus*, do mesmo modo que dizemos *os Portugaliae Monumenta Historica*. A regularmo-nos pela regra do autor

(...), como é que havíamos de tratar a última expressão? Empregar *a*, subentendendo obra ou empregar *o*, subentendendo "trabalho"? Veem-se as incongruências. Vale mais seguir uma regra geral.

Se há muitos nomes de plantas que se traduzem por nomes masculinos, como *buxus* "buxo", ou por masculino e feminino, como *quercus* "carvalho" e "carvalha", há outros que só se traduzem por femininos, como *malus* "macieira" ou "maceira". Segundo o preceito do articulista, tem de se dizer o *malus*; como porém "macieira" é feminino, com quem há de concordar *o*? (*Lições de Filologia Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, p. 20l -202).

O ensinamento de Leite de Vasconcelos atira-nos a atenção para os plurais neutros latinos terminados em *a*, que podem levar os poucos iniciados no idioma de Cícero a supor que se trata de nomes femininos. Como não temos em português o gênero neutro, senão vestígios, os substantivos desse tipo " nas línguas que conhecem, como o latim, o grego, o alemão, o inglês, por exemplo " devem ser tratados como se do masculino fossem. Já vimos *os corpora*, *os memoranda*; agora o mestre lusitano traz à baila os *Monumenta Portugaliae Historica*; lembramos aqui os *Acta Universitatis Conimbrigensis* e o *Flos Sanctorum*.

Há também neste domínio os chamados "falsos inimigos", isto é, palavras estrangeiras aparentadas às portuguesas, que não só têm significado diferente, senão ainda gênero distinto. Assim é que na mesma lição, Leite de Vasconcelos lembra o caso do francês *étude, banque* e *annales*, respectivamente, em português *estudo, banco* e *anais*, estes masculinos entre nós e femininos na língua de Racine. Daí, termos de dizer *as Études et glanures de Littré* (filósofo e filólogo francês), *a Banque de France* e *as Annales maritimes et coloniales*, se não quisermos, para fugir às fatais ciladas linguísticas, contornar as dúvidas naturais por meio de circunlóquios do tipo "o livro de Littré que se intitula *Études et glanures*" ou, sem artigo, Em *Études et glanures*, entre outras soluções.

Rui Barbosa, que foi, como sabemos, um estrênuo batalhador da boa vernaculidade, deixou-se levar por esses falsos amigos, curiosamente citando o mesmo livro de Emílio Littré atrás lembrado, numa página da *Réplica*, obra em que defende a boa vernaculidade no Código Civil Brasileiro: Nem ao menos aqueles neologismos tinham por si a prescrição adquisitiva, essa prescrição de que nos falava Littré nos seus *Études et glanures* (p. 573 da 1ª ed. ou p. 401 do vol. 11 na ed. do Padre Augusto Magne, Casa de Rui Barbosa, 1953).

Está muito longe da verdade quem supõe que tais problemas só existem no português e na cabeça dos que nada têm que fazer nesta vida. Lá fora não é outra a preocupação dos que estudam seriamente seu idioma. É o caso, por exemplo, de dois excelentes mestres universitários italianos de renome internacional, Giorgio Pasquali, notável filólogo clássico, já falecido, e Tristano BoleIli, filólogo e linguista, catedrático na Universidade de Pisa, que se têm preocupado em mostrar aos falantes da língua de Dante o melhor modo de proceder e, diga-se a bem da verdade, suas lições não diferem da nossa tradição, ressalvados, naturalmente, os casos em que um idioma se diferencia do outro, como é a questão do plural de nomes ingleses com *s* final (*films, clubs, leaders*, etc.), morfema que o italiano não conhece com função de pluralizador (Bolelli, nos seus livros dirigidos ao grande público da Itália, recomenda deixar invariável o substantivo inglês e só indicar a flexão numérica por meio do artigo: *il bar, i bar*, à semelhança do que já se faz, vernaculamente, com *il vaglia, i vaglia, la tesi, le tesi*).

A questão se complica se se trata de línguas cujo conhecimento ou estudo é mais raro na comunidade; é o caso, por exemplo, do alemão. Quando isso acontece, a regra do usuário não conhecedor desse idioma é orientar-se pela analogia, isto é, pelas particularidades gramaticais do correspondente vernáculo. Assim é que Giorgio Pasquali (*Conversazioni sulla Nostra Lingua, Torino*, Edizioni Radio Italiana, 1953 e *Lingua Nuova e Antiqua*, Firenze, Le Monnier, 1964) condena a prática de empregarem os jornais italianos La Ballplatz ou il Postdamer Brücke, porque se diz no seu idioma *la piazza* (feminino) e *il ponte* (masculino), quando no alemão, *Platz* é do gênero masculino e *Brücke*, feminino.

Manda o bom senso que os profissionais que lidam com títulos estrangeiros atentem para a prática dos que conhecem tais idiomas ou, na falta do exemplo para dar regra e compasso da boa norma, que consultem os manuais de gramática e dicionários compostos exatamente para serem consultados. Nos estudos de língua e de filologia portuguesa são muitos os lusitanistas e brasilianistas que escreveram em seus idiomas; de modo que devemos estar atentos às suas gramáticas para dizer corretamente, à latina *as Leges et Consuetudines*, *os Diplomata et Chartae*, *o Corpus Inscriptionum Latinarurn*; à francesa, *os Mélanges, a Esquisse*; à castelhana, *o Homenaje*, *os Orígenes*; à alemã, *os Abhandlungen*, *os Bausteine*, *o Sprachschatz, os Jharesberichte, os Studien, as Randglossen, o Beitrag, a Zeitschrift*, e tantos outros.

O inglês, com seu artigo definido imobilizado *the*, indistinto à flexão de gênero e número, não fica atrás em dificuldades para o falante cuja língua " como o português " ostenta formas diferentes para tais flexões: *o, a, os, as*. Nessa língua *ship* "navio" contraria o paradigma inanimado dos neutros para ser tratado como um nome feminino. O termo técnico de fonética, *glide* (pron. *glaid*), que aí serve a mais de uma aplicação, é masculino, o *glide*, plural os *glides*, e não feminino, como às vezes usam certos professores menos informados.

Outras palavras inglesas às vezes correm no português com sua vestimenta nativa, e devemos, por isso, obedecer às regras de plural de sua gramática; assim *lady* (pron. *leidi*) faz *ladies, penny* faz *pennies* ou *pence*, *dandy* faz *dandies* e *sportsman* faz *sportsmen*.

Em literatura, principalmente, fala-se numa composição poética medieval conhecida pelo nome de *lai* que o francês (*lai*) tomou do celta. Podem-se usar como sinônimos tanto o singular *lai* como o plural *lais*; esta última forma parece que se fixou como se fora singular: *o lais*. Dessarte, *lais* pode ser um vocábulo cuja forma não tem compromisso com a flexão de número, conforme acontece com *lápis* e *pires*: o *lápis*, os *lápis*. O plural *laises*, formado em conformidade com o singular *lais*, apontado como se fosse lição de Gonçalves Viana (ensinamento que assim não interpreto, porque suponho que *laises* é o plural de *lais*, termo náutico que se aplica a cada uma das extremidades da verga), o plural *laises*, repito, como denominação plural da composição poética, não é frequente. Se for usado, pode-se explicar como plural duplicado, à semelhança do que fazemos com *ilhoses* e *filhoses*, plurais dos já plurais *ilhós* e *filhós*.

Para terminar estas considerações em tom alegre, lembro que a conhecida festa denominada *Oktoberfest*, presença germânica no Brasil, pertence ao gênero neutro em alemão e, em português, deve seguir a regra de os neutros estrangeiros serem tratados por masculinos entre nós; portanto, o *Oktoberfest*, e não a *Oktoberfest.*

A dimensão do texto e o ponto e vírgula

Não anda bem quem imagina que o ensino e o aprendizado de uma língua se limitam ao conhecimento idiomático, refletido na obediência a regras da gramática. A competência lingüística integral pressupõe três ordens de saberes que se distinguem nitidamente, mas que aparecem na atividade comunicativa interligados.

O primeiro saber é o *elocutivo*, que diz respeito ao falar em geral — e não falar uma língua determinada —, que compreende as regras elementares do pensar e, consequentemente, o saber sobre as coisas existentes no mundo extralinguístico, no mundo em que falante e ouvinte estão inseridos.

Já os lógicos, discutindo as relações de dependência e independência entre língua e pensamento, apresentavam exemplos do tipo "A mesa quadrada é redonda" ou "Os cinco continentes são quatro, Europa, Ásia e África", ou, ainda, segundo o nosso compositor popular "Tudo certo como dois e dois são cinco".

Em "A mesa quadrada é redonda", por exemplo, não se tem um erro idiomático, um erro de gramática, mas sim uma expressão que reflete, por incongruência ou incoerência, um desvio do saber pensar e do conhecimento do mundo, porque sabemos que um objeto "redondo" não é "quadrado".

Gramaticalmente, todavia, a oração está perfeita, porque reflete as normas de relação entre os termos da oração, quer na sua ordenação, quer na concordância do verbo com seu sujeito, quer na construção do verbo *ser*.

Se entendermos corretamente o que nos quer dizer o compositor com "Tudo certo, como dois e dois são cinco", é porque conhecemos o processo de anulação metafórica, que nos leva a entender o verdadeiro valor do enunciado: nada está certo, como dois e dois não são cinco.

Também graças ao saber elocutivo é que entendemos perfeitamente a diferença em que se acha empregado o adjetivo *limpas* nos enunciados "Uma criança de mãos limpas" e "Um político de mãos limpas". Porque conhecemos o que é e o que pode ser uma criança, e o que é e o que pode ser um político, entendemos que as "mãos limpas" de uma criança aludem aos hábitos de higiene, e as "mãos limpas" de um político aludem ao seu compromisso de servir com honestidade o cargo público para o qual fora eleito.

E o nosso saber sobre o mundo que nos permite compreender perfeitamente expressões metafóricas correntes no falar do dia a dia, contra as quais, sem razão, se voltava Voltaire, ao considerar uma "esterilidade ridícula" e uma "indigência do espírito" o emprego de expressões como "*um braço* de mar", "*um braço* da balança", "*um braço* da cadeira".

Os nossos bons *Manuais de estilo* arrolam englobadamente como "qualidades de estilo": *correção*, *concisão*, *clareza*, *harmonia*, *originalidade* e *vigor*, como faz, por exemplo, o saudoso e competente catedrático do Colégio Pedro 11, José Oiticica. *Correção* é qualidade na dimensão da língua, no saber *idiomático*, tanto que a define como "a equilibrada observância da tradição gramatical dos mestres da língua".

A *clareza* já pertence à dimensão do saber elocutivo, já que *claro* é ou deve ser o pensar a ser expresso mediante a língua. Por isso, como já lembraram Eugenio Coseriu na excelente obra *Competencia Lingüística* (Madrid, Gredos, 1992) e Harald Weinrich (*Wege der Sprachkultur*, Stuttgart, DVA, 1985, no ensaio sobre a "clarté" da língua francesa e a clareza dos franceses) a declaração de Rivarol — que ganhou mundo e ainda é citada com o mesmo orgulho patriótico — de que *Ce qui n'est pas clair n' est pas français* ("O que não é claro não é francês"), resulta de um mal-entendido, pois que o que é claro é o falar, e não a língua francesa; os franceses, graças a uma tradição do falar em francês que o ensino escolar procura preservar, esforçam-se por falar com mais clareza possível. Só que isso não é uma característica da língua francesa.

Já são características da construção do discurso — refletido materialmente no texto —, do saber *expressivo*, as qualidades de estilo conhecidas por

concisão, *harmonia*, *originalidade* e *vigor*. Estas não são nem qualidades do falar nem da língua.

Tais distinções das dimensões da linguagem (o falar, a língua e o discurso/texto) são sumamente importantes, para que não se atribuam características e qualidades de uma a outras, como atribuir "significados" a determinado procedimento que não os tem como tal. Um exemplo cremos que pode bem elucidar a necessidade e importância destas distinções. Todos estamos lembrados da discussão travada na política e na imprensa em torno da regras de aposentadoria e do "valor semântico" do ponto e vírgula para a boa interpretação do texto oficial. Discutia-se se o sinal de pontuação valia por *e* ou por *ou*, procurando-se dar-lhe um "significado" de língua. Ocorre que ponto e vírgula, como os demais sinais de pontuação, não tem valor em si mesmo porque não é uma *unidade de língua*, e sim uma *unidade textual* a serviço, é natural, da intercomunicação lingüística e das relações sintáticas e rítmicas que ela implica. Não é, portanto, a língua (portuguesa, espanhola, inglesa, francesa, etc.) que lhe empresta um "significado", mas sim o "sentido" do texto, com a colaboração do falar e da língua.

Daí não terem razão os que defenderam que ponto e vírgula "significa" *e* (adição) ou *ou* (exclusão). É a boa compreensão do texto e do que nela está como unidade do falar e unidade da língua o fator decisivo para alcançar o "sentido" e, assim, a intenção de quem escreve.

Tomemos, por exemplo, as disposições que regem um concurso público para professor exaradas no correspondente Edital. Imaginemos que o pretenso candidato ao concurso leia nas instruções:

"A avaliação do desempenho do candidato será feita levando-se em conta:

a) planejamento da aula;
b) a capacidade de síntese;
c) a clareza e a ordenação da aula;
d) a adequação da linguagem;
e) conhecimento do assunto e a adequação à série sorteada;
f) utilização adequada dos recursos didáticos;
e outros critérios, observada a especificidade da área ou disciplina, de acordo com a determinação de cada Banca Examinadora".

É evidente que a boa compreensão do texto está a indicar que o candidato deverá atender a todos os itens separados por ponto e vírgula, ou, pelo menos, procurar atender ao maior número possível dos requisitos elencados.

A prova de que o texto está apontando para uma compreensão aditiva, e não excludente, dos requisitos, se patenteia no emprego da conjunção *e* no remate das recomendações a serem atendidas.

Já quando o candidato, continuando a leitura do Edital, tiver debaixo dos olhos o texto seguinte, entenderá que bastará um dos itens — com exclusão dos demais — para retirá-lo do concurso:

"Será excluído do concurso, por ato da Comissão Coordenadora, o candidato que:

a) durante a realização das Provas, for surpreendido em comunicação com outras pessoas, verbalmente ou por escrito;

b) durante a realização das Provas, estiver portando ou utilizando qualquer tipo de equipamento eletrônico, exceto nos casos expressamente autorizados pela Banca examinadora;

c) durante o processo do Concurso, comportar-se desrespeitosa ou inconvenientemente com quaisquer dos examinadores, dos membros da Comissão do Concurso, dos seus auxiliares ou de autoridades presentes".

Algumas vezes o redator, para tornar mais explícito o sentido que se há de depreender do texto, pode usar unidades linguísticas que evidenciem a exigência de se levarem em conta todos os itens arrolados, ou, então, que bastará um deles, com exclusão dos demais.

No primeiro caso, poder-se-ão empregar, por exemplo, expressões do tipo: "atendendo-se a *todos* os itens seguintes". Na segunda hipótese: atendendo-se a um dos itens seguintes.

De qualquer maneira, fica evidente que ponto e vírgula por si só não soma nem exclui. Cabe à compreensão e interpretação do texto dirimir a questão.

III — QUESTÕES METODOLÓGICAS

O valor da gramática

Antonino Pagliaro

A gramática nasceu, pois, sob o duplo signo didático-normativo e lógico-cognoscitivo. Os fatores normativo e lógico informaram todo o seu desenvolvimento e é precisamente o descrédito em que hoje, no geral, caiu a norma que, do campo do pensamento e da ação, vem refletir-se na gramática, tornando a vida desta obscura e difícil. Considera-se hoje que só podemos pensar nas regras gramaticais como numa espécie de bastões invisíveis do falante, semelhantes, na sua função, à bengalinha com que o citadino elegante aflora as calçadas da cidade. Ora para sermos precisos, esses objetos ornamentais já não se veem na rua onde, quando muito, encontramos a bengala funcional, com ponteira de borracha, à qual se apoiam o velho ou o inválido, caminhando no seu passo incerto: em suma, o instrumento aparece apenas na sua real funcionalidade. Quanto à lógica, foi, como se sabe, banida da sociedade civil, e até da escola, desde que as delicadezas estéticas foram dadas como alimento vitaminado mais próprio para todas as categorias, desde as mentes de sã e robusta constituição, às crianças, aos fracos e aos convalescentes.

Na base de tudo isto há certamente um pequeno equívoco que temos de reconhecer, deriva da disposição inicial que subordinou explìcitamente o estudo da gramática a finalidades didáticas e lógico-cognoscitivas. Eram estes, por assim dizer, os fins oficiais e expressos da gramática. Mas por debaixo destes, uma outra força se manteve sempre, viva e operante na investigação levada a

cabo acerca das formas linguísticas: foi a necessidade desinteressada de conhecer a estrutura e a urdidura do sistema de sinais de que nos servimos para objetivarmos e tornarmos claro, a nós e aos outros, o conteúdo da nossa consciência.

Esta necessidade, mais ainda do que o próprio interesse didático ou gnoseológico, está presente na sistematização teórica e descritiva da língua que os gregos procuraram erguer e cujos fundamentos estabeleceram. Por isso a gramática merece, afinal, o nome de *episteme*, cujo significado abrange conjuntamente o saber *teorético* e o saber prático, e não o de *téchne* (Snell).

Corno em todas as ciências, o valor humano da gramática, antes de ser didático e normativo, é formativo. Ele leva a mente a refletir sobre uma das criações mais importantes e humanamente mais vinculativas, de cuja constituição, de outro modo, nos não preocuparíamos mais do que com o mecanismo da circulação do sangue ou da respiração (pelo menos enquanto funcionam bem!).

Contudo a palavra é uma atividade consciente e a adesão a um sistema linguístico diferente daquele a que poderíamos chamar natural, como a aquisição de uma língua comum em rivalidade com os dialetos, é, em substância, um fato de ordem volitiva. A reflexão sobre a constituição e os valores desse sistema desenvolve e aperfeiçoa a consciência linguística que é também uma consciência estética; simultaneamente e por meio da análise das correlações e das oposições que constituem o seu caráter funcional, habitua a mente a descobrir no pensamento discursivo as formas que foram elevadas a uma função cognoscitiva mais alta no pensamento racional. (*A Vida do Sinal*, págs. 299-301).

A gramática no atual contexto das disciplinas linguísticas

Longe de recolher-se a um ostracismo pelo peso de seu passado de mais de dois mil anos no cenário dos estudos relativos à pesquisa e ao ensino de línguas, a gramática, pelo esforço e arte de seus melhores cultores, tem procurado, nestes últimos anos, acompanhar e beneficiar-se do progresso que vêm experimentando antigas e novas disciplinas envolvidas direta e indiretamente com o complexo fenômeno da linguagem.

Muitas vezes tem sobrado negativamente para a responsabilidade da gramática, entendida como método analítico de descrição e análise do objeto língua, as justas críticas que fazem ao método didático de transmissão de conhecimento deste mesmo objeto. Neste sentido, o método didático aplicado ao ensino de línguas estrangeiras, favorecidas pelas suas especificidades, tem logrado mais largos êxitos do que quando aplicado ao ensino da língua materna.

Esta interrelação natural entre o método analítico de descrição e análise da língua e o método didático à transmissão de conhecimentos tem criado e favorecido uma onda de descrédito altamente prejudicial, que resulta no estabelecimento de um fosso entre a gramática descritiva, de natureza científica, e a gramática prescritiva ou normativa, de caráter pedagógicos, vista esta como produto e abuso do conservadorismo elitista, apesar das judiciosas ponderações de bons linguistas e da orientação ditada pelo bom senso. Entre os estudiosos modernos que se destacam pelo equilíbrio na discussão do

problema está o linguista David Crystal que, no capítulo inicial de sua instrutiva e bem elaborada *The Cambridge encyclopedia of language*, assim se manifesta, numa citação do linguista brasileiro Francisco Gomes de Matos, da Universidade Federal de Pernambuco, ele mesmo campeão entre nós dos direitos linguísticos individuais. Diz Crystal com tal propriedade, que suas palavras deveriam ser a pá de cal nessa falsa dicotomia que tem servido de bandeira desfraldada em livros e artigos de nossa imprensa:

"Se deixarmos de lado estes estereótipos, podemos ver que ambos os enfoques são importantes e têm mais coisas em comum do que as que habitualmente se reconhecem, entre as quais se inclui um interesse mútuo por questões como a adaptabilidade, a ambiguidade e a inteligibilidade. O enfoque descritivo é essencial porque constitui a única maneira de reconciliar as pretensões discordantes de modelos diferentes; quando conhecemos os fatos do uso da linguagem, encontramo-nos em melhor posição para evitar as idiossincrasias das opiniões particulares e para aconselhar de forma realista sobre questões de ensino ou de estilo. O enfoque normativo proporciona uma maneira de orientar o sentido do valor linguístico que todos nós temos e que, no fundo, faz parte de nossa visão de estrutura social e de nosso lugar dentro dela. Seria quiçá ingênuo esperar que, depois de 200 anos de disputas, se consiga um entendimento imediato dos contrários, mas existem razões para sermos otimistas, depois que os sociolinguistas estão começando a examinar mais seriamente o prescritivismo em determinados contextos, como o de explicar as atividades, usos e crenças linguísticas".

Também por parte dos teóricos da linguagens de língua portuguesa já era corrente, desde a metade do século XX, a boa lição que pregava os laços íntimos entre os dois enfoques. Assim, Herculano de Carvalho, em Portugal, já preceituava:

"O ponto de partida, não apenas o melhor mas verdadeiramente essencial, para que o ensino da língua materna seja de fato o que deve ser, plenamente eficiente, reside numa exata compreensão do fenômeno linguístico em geral" (*Estudos Linguísticos*, 2° volume, "Sobre o ensino da língua materna", pág. 221)."

Nesta mesma trilha orientou-nos J. Mattoso Câmara Jr.:

"A gramática descritiva (...) faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos

da higiene, que é independente da biologia. Ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade (...) Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas" (*Estrutura da Língua Portuguesa*, pág. 5).

Armou-se a gramática de numerosas noções do aparato teórico desenvolvido por notáveis linguistas modernos que lhe permitiu, sem favor, caminhar *pari passu* com disciplinas modernas amparadas por forte requisito de cientificidade.

A primeira extraordinária orientação renovadora foi compreender a linguagem nas suas três dimensões: a *universal,* a *histórica* e a *particular* (ou *circunstancial*), o que lhe permitiu estar ciente de que não se comunica e não se expressa só mediante a língua, mas com a competência do falar em geral (plano ou dimensão universal) e com a competência textual (plano ou dimensão particular). A dimensão universal da linguagem se manifesta no saber elocutivo, pressuposto para todas as línguas, que consiste no conhecimento dos princípios mais gerais do pensamento, um conhecimento geral das coisas do mundo objetivo e um conhecimento que elege uma interpretação dentre várias interpretações possíveis que uma língua particular oferece. Atender às normas do saber elocutivo diz-se *falar com coerência, falar com sentido*. Dessarte, a coerência não é propriedade de uma língua particular, mas do manifestar o pensamento mediante a língua.

A dimensão particular ou circunstancial da linguagem se manifesta no saber expressivo ou competência textual, que consiste em saber estruturar textos em situações determinadas. Atender às normas do saber expressivo diz-se expressar-se *com adequação*. e. se levar em conta o objeto representado ou o tema, será considerado *adequado*; se o destinatário, será *apropriado* e se a situação ou circunstância, será *oportuno*.

A dimensão histórica da linguagem se manifesta no *saber idiomático*, isto é, no conhecimento de uma língua particular. Atender às normas do saber idiomático diz-se correção: expressar-se com *correção* é saber falar de acordo com a tradição lingüística de uma comunidade historicamente determinada.

Como uma língua histórica, concebida em toda sua dimensão no tempo, no espaço, nos estratos sociais e nos níveis de estilo, como uma língua histórica, dizíamos, reúne um conjunto de *línguas funcionais*, entendidas como uma

variedade que funciona efetivamente em cada comunidade linguística, fácil se conclui que cada uma dessas variedades possui a sua pauta da correção, a sua *norma* historicamente determinada.

Tal concepção representa uma revolução não só no conceito de correção idiomática, mas também nos juízos de valor dos saberes elocutivo e expressivo, isto é, como já vimos, na congruência e na expressividade textual.

Até há bem pouco — e infelizmente ainda hoje persiste em alguns estudiosos — chamava-se correção a qualquer conformidade de norma relativa às três dimensões da linguagem aqui referidas; assim, considerava-se incorreto qualquer mau uso no plano do saber elocutivo (congruência), do saber idiomático (correção) e do saber expressivo (adequação textual). Correção só se aplica, a rigor, ao saber idiomático.

Com esta mudança de conceitos, ficou a gramática — tanto no enfoque descritivo quanto no enfoque normativo — habilitada a entender que nem todos os fatos de linguagem pertencem ao seu objeto de estudo, isto é, à língua particular. Ora, o perfeito reconhecimento de seu objeto de estudo representa a primeira consideração necessária e indispensável a uma investigação adequada e coerente. Assim, a dimensão da tradição vinda dos lógicos sobre a pertinência ou não de frases do tipo *A mesa quadrada é redonda* extrapola a competência do saber idiomático para inserir-se no domínio do saber elocutivo, salvo se o falante tiver mesmo a intenção de falar incongruentemente e ser compreendido pelo seu interlocutor, dado o entorno que envolve as circunstâncias do discurso.

Assim também fica a gramática habilitada a compreender que em construções do tipo do português *amor de mãe* ou do latim *amor matris*, isto é, os empregos dos chamados genitivo subjetivo (= a mãe ama) e genitivo objetivo (= o filho ama a mãe), as duas línguas não apresentam manifestação linguística para tais distinções, ao que só se pode chegar por uma adequada compreensão do sentido textual mediante o concurso do saber elocutivo e do saber expressivo, além, naturalmente, do condicionamento lexical e sintático das unidades envolvidas.

Diante de diversas pautas de correção relativas a cada língua funcional, sobreleva a necessidade da conceituação da *norma* a que Eugenio Coseriu chamou *exemplar* que, diferentemente da natureza da correção, que reflete uma tradição linguística da comunidade historicamente determinada, resulta a exemplaridade de uma eleição de fatos linguísticos (mais no campo da morfossintaxe do que da fonologia) ditada por injunções sociais e culturais: o

exemplar, portanto, não será nem correto nem incorreto, mas sim integrante de uma etiqueta sociocultural. E dela só dará conta a gramática normativa. A gramática sem adjetivos (comparada, contrastiva, etc.) de uma língua não é a gramática de toda a língua, mas de uma variedade dela.

Isto está longe de significar que o professor de língua não reconheça a existência de fatos de variedades outras da competência lingüística de seus alunos, para os quais não deve olhar como prejuízos ou com juízos preconceituosos. Tais diversidades devem ser aproveitadas inteligente e habilmente pelo professor como fatores que façam dos alunos poliglotas da própria língua, fatores decisivos no cultivo e extensão da competência lingüística que lhes permitirá passar do conhecimento intuitivo ao conhecimento reflexivo do idioma para que eles possam estimular a criatividade lingüística, como lembra Coseriu. A atitude e o empenho de preservar nos alunos a mesmice idiomática, negando-lhes o acesso à língua exemplar, sob o pretexto, aliás distorcido, de que é uma imposição das classes dominantes e da elite, resultam de uma falsa noção de democracia que repercutirá negativamente no percurso do destino desses alunos no seio da sociedade.

Língua comum e língua escrita

Antonino Pagliaro

Muito se discutiu já sobre o problema da língua comum, e particularmente em Itália, onde sempre constituiu um argumento predileto dos estudos gramaticais. Mas esse problema também interessa vivamente à linguística moderna; e a prova é que, no V Congresso Internacional dos Linguistas, reunido em Bruxelas no outono de 1939, os caracteres gerais e os aspectos particulares da língua comum foram objeto de um relatório apresentado numa sessão plenária, para cuja preparação concorreram numerosos linguistas, com respostas a quesitos previamente distribuídos (Vide Ve *Congrès International des Linguistes: Rapports*, págs. 40 e segs.).

Importa-nos agora pôr em relevo que a língua comum é a expressão de uma consciência unitária comum, que pode ser cultural em sentido lato, como acontecia na Itália do século XIV ou na Alemanha de Lutero, e pode ser política, como é o caso das atuais línguas nacionais; nela temos sempre um fator volitivo que leva as comunidades a superar as diferenças mais ou menos profundas dos falares locais, para aderir pela expressão a uma solidariedade diferente e mais vasta Por outras palavras, quem, deixando de parte o dialeto nativo, passa a falar a língua comum, exprime através desse ato a sua adesão volitiva a um mundo mais vasto, determinado cultural ou polìticamente, ou então, como acontece nos estados nacionais modernos, pelas duas formas.

Desta consciência linguística mais clara resulta que a língua comum nunca atinge a plenitude afetiva, traduzida por subentendidos, alusões ou matizes

estilísticos, que temos nos falares locais e nas chamadas línguas especiais, principalmente nas gírias. Pelo uso da língua comum, o falante arranca-se, em certo sentido, à fase naturalística da expressão, ligada a um ambiente mais ou menos restrito, como a família, o bairro, a cidade ou a região, para se elevar conscientemente a um plano mais vasto, onde o fator intelectual tem muito mais valor que o fator afetivo. Assim se explica que nos falares familiares, locais e regionais, ou nas gírias, o elemento intuitivo-afetivo venha em primeiro plano, de tal modo que basta uma palavra, um gesto ou uma inflexão de voz, para evocar uma ideia ou um estado de alma, enquanto na língua comum a expressão se racionaliza e parece tornar-se fria. Talvez fosse esta a razão por que Dante achava o vulgar mais nobre e digno em relação ao latim, língua comum de então: «tum quia naturalis est nobis, cum illa potius artificialis existat» (I, I, 4).

A evolução das línguas comuns é profundamente influenciada pela tradição escrita, sobretudo porque o uso do culto ligado à tradição gráfica exerce na língua uma ação grandemente preservadora. O latim, o grego da *koiné*, o francês de Paris, o toscano ou o novo alto alemão de Lutero, devem grande parte da sua imensa fortuna ao fato de terem sido usados em obras literárias ou, de qualquer modo, em documentos escritos, de larga difusão. Quando a língua e a tradição gráfica não se associaram, a elevação da primeira a língua comum encontra graves e insuperáveis dificuldades. Por exemplo, o persa não se firmou no vasto domínio do império acmênida, que durou mais de dois séculos; a razão disso não deve procurar-se (como se vê em *Rapports*, pág. 54) no fato de o domínio acmênida não possuir uma civilização própria, o que só em parte é verdade; deve antes pensar-se que a língua oficial do império não era apenas o persa, mas também o elamita e o babilônico e que, por outro lado, a chancelaria imperial usava o aramaico como língua de correspondência. Pode afirmar-se que a sorte do persa teria sido bem diversa, se ele tivesse encontrado uma grafia mais simples e fácil em vez da escrita cuneiforme e se, desse modo, tivesse substituído o aramaico que, como língua de cultura, substituíra o babilônico na região da Mesopotâmia. (*A Vida do Sinal*, págs. 142-144)

A língua literária

J. Mattoso Câmara Jr.

Condições gerais

Na implantação de uma língua em novo ambiente físico e social há duas possibilidades extremas. Uma é a transferência para uma comunidade aloglota, que assim abandona o anterior idioma materno. Outra é a transferência, não apenas da língua, mas de um grande grupo dos seus sujeitos falantes, para uma região desabitada, ou habitada por uma população nativa que os invasores eliminam.

É certo que, em regra, não se verifica na prática, singelamente, o esquema teórico aqui formulado. No primeiro caso, há que levar em conta um núcleo de conquistadores, sob cuja pressão material, cultural ou política se processa a mudança. No segundo caso, se a nova região não era totalmente erma, fica frequentemente um resíduo de população nativa, que com o correr dos tempos se integra na nova situação e adota a língua e as demais instituições sociais dos invasores. Mas, num e noutro caso, continua ainda assim válido o contraste entre as duas possibilidades de ocorrência.

É por isso que não se pode associar a implantação do latim em províncias do Império Romano (digamos, particularmente, na península ibérica) com a implantação de certas línguas europeias (digamos, particularmente, o português, no ambiente americano. Ali, houve, preponderantemente, a adoção do latim pelos iberos aloglotas, de par secundariamente com a fixação entre

eles de soldados e colonos latinos. Aqui, houve uma colonização portuguesa em massa, que desarraigou *in totum* e eliminou em grande parte os indígenas, malgrado certa assimilação que afinal se verificou.

O aspecto da implantação do português no Brasil explica por que tivemos, de início, um língua literária pautada pela do Portugal coevo. A sociedade colonial considerava-se (e o era em princípio, abstração feita da necessária adaptação ao novo ambiente) um prolongamento da sociedade ultramarina. O seu ideal era reviver os padrões vigentes no reino.

Já para a língua popular as condições eram outras. A separação no espaço entre a população da colônia e a da metrópole favoreceu uma evolução linguística divergente. Acresce que com o encontro, em terri- tório americano, de sujeitos falantes de regiões diversas da mãe-pátria, cada um dos quais com o seu falar próprio, se realizou um intercurso, intenso e em condições inéditas, de variantes dialetais, conducente a nova distribuição e planificação linguística. Mesmo sem insistir em tal ou qual ação secundária das novas condições de vida física e social e de contato com os indígenas (e posteriormente com os negros africanos), é obvio que a língua popular brasileira tinha de diferençar-se inelutavelmente da de Portugal, e, com o correr dos tempos, desenvolver um coloquiaIismo ou *sermo cotidianus* seu.

Criou-se assim um conflito com a língua literária, singelamente transplantada. Outro que se lhe acrescentou, foi determinado pelo impacto do movimento pan-europeu do Romantismo, que abalou a norma linguística clássica por força de novos ideais estéticos e novos impulsos de expressão. Em Portugal, neste segundo caso, a solução era relativamente fácil, porque bastava à literatura abeberar-se na língua coloquial viva. No Brasil, a situação era mais incerta e fluida, porque a escola e a tradição literária rebaixavam o nosso coloquialismo para o plano da língua popular, sentido como grosseiro e inestético. Faltava-nos a cristalização das formas vivas num sistema firme, coeso e socialmente prestigiado.

As atitudes dos escritores

Em princípio, o Romantismo favorecia a integração da língua popular na literatura, e os nossos românticos sofreram uma atração neste sentido. As suas decantadas "incorreções" não são apenas o resultado de um domínio imperfeito da norma literária; têm também um aspecto positivo, que é o impulso para a espontaneidade e para a libertação das peias convencionais, sob o

signo de uma língua coloquial haurida nos primeiros anos da meninice e, pois, veículos natural da exteriorização psíquica.

Casimiro de Abreu, entre os nossos grandes poetas românticos, caminhou longe nesta direção. Deixa-se levar, insensivelmente, para uma expressão baseada na língua cotidiana e em harmonia com o seu tema insistente da evocação dos anos da infância e do aconchego familiar. Castro Alves e Fagundes Varela elevam-se a um plano mais elaborado em virtude da estruturação mental das metáforas, das alusões mitológicas e históricas e de um vocabulário não raro inusual e erudito.

Outra é a solução de Gonçalves Dias, que tenta uma espécie de conúbio entre a língua coloquial brasileira e a língua clássica, ou melhor, arcaica (*cf. mi, hi, imigo*), ao mesmo tempo que introduz o elemento tupi na base do tema do indianismo, chegando a adotar uma frase feita tupi ("*Y-Juca-Pyrama"* aquele que vai morrer) para título de um poema. Com ele se pode falar na existência de um jargão poético: trata- se, com efeito, da combinação convencional, para fim literário, de três grupos heterogêneos de formas, vazados embora num conjunto harmonicamente expressivo.

Foi, porém, José de Alencar que, no quadro da nossa literatura do Romantismo, tentou dotar o Brasil de uma língua literária, que fosse, ao mesmo tempo, espontaneamente viva, moderna e nobre. Empreende uma decidida depuração estética da fala cotidiana, guiando-se não só pelo sentimento linguístico mas até, às vezes, pelo raciocínio gramatical, como testemunham as considerações anexas à Diva, à Iracema e as cinco cartas abertas a Joaquim Serra sob o título de "O Nosso Cancioneiro".[14]

Ao contrário de Gonçalves Dias; não ascende para isso ao passado. É anticlassicista, declara-o ele próprio, à maneira de Almeida Garrett em Portugal. Visa a um meio de expressão consentânea com a vida e o pensamento modernos, o que explica a sua atitude de simpatia em face dos galicismos e anglicismos. E acrescenta o elemento indígena, em parte por sedução estética e em parte por necessidade do assunto, mas sobretudo pela impressão de que assim integraria melhor a língua literária no novo ambiente físico.

---

[14] O Globo. Rio de Janeiro 7,9,10,17,30 dez. 1874. Sílvio Romero (in *Estudos sobre a Poesia Popular no Brasil*. Rio de Janeiro, 1888, p. 164), dá desses artigos uma transcrição truncada. Estão agora transcritos, como toda a sua obra teórica, em José de Alencar. *Obra Completa*. Rio de Janeiro, Editorial J. Aguilar, 1960, Vol. IV, p. 961.

O arroubo da polêmica e o nativismo, exacerbado pela crítica de lusos e lusófilos, empanaram às vezes a clareza de uma concepção que se consubstancia nas suas seguintes palavras:

A linguagem literária, escolhida, limitada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum, que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das ideias: a primeira é uma arte, a segunda é simples mister. Mas essa diferença se dá unicamente na forma e expressão; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo e o público possa compreender o livro que se lhe oferece.[15]

O romance realista-naturalista, que sucedeu ao de Alencar, avançou mais francamente no sentido do afrancesamento da nossa língua literária. Em Raul Pompéia e Aluísio Azevedo aproximam-no com desembaraço da língua literária francesa, especialmente no vocabulário e na sintaxe, como fazia concomitantemente Eça de Queirós em Portugal.

Há, porém, paralelamente, uma reação, que inicia um retorno à tradição clássica em maior ou menor grau. E um movimento discreto na poesia parnasiana e em Machado de Assis. Este aconselha aos nossos escritores a leitura dos clássicos e um ecletismo lingüístico entre antigos e modernos para enriquecer o pecúlio comum. Aquela procura pautar-se pelos ditames de gramáticos conservadores e fazer a aproximação, na base da tradição clássica, entre as línguas literárias de aquém e além-mar.

Com Rui Barbosa o movimento se intensifica e se torna marcha-àr , decidida, para as fontes clássicas.

Se no âmbito dos teoristas gramaticais Gonçalves Dias é louvado por Sotero dos Reis e a atitude romântica concorda com a de João Ribeiro na sua última fase e, mais especialmente, a de José de Alencar com os *Rascunhos* de Batista Caetano, Rui Barbosa tem a sua contraparte doutrinária nos ensinamentos de Mário Barreto.

Ele próprio, aliás, se duplica em teorista da linguagem e em autoridade gramatical, quando, a propósito da redação do Código Civil, elabora a Réplica e entra em polêmica com Carneiro Ribeiro. Podemos dizer que com Rui Barbosa se consolida entre nós a escola tradicionalista e classicista em matéria de língua literária: rejeita-se a influência francesa e o substrato coloquial

---

[15] Diva, Pós-escrito, Edição revista por Mário de Alencar. Rio de Janeiro, Garnier (s. d.), p. 195-196.

brasileiro, e faz-se dos exemplos dos clássicos a jurisprudência das normas linguísticas.

É uma jurisprudência um tanto fluida e especiosa, como testemunham as divergências entre Rui e Carneiro Ribeiro, entre Cândido de Figueiredo e Heráclito Graça. Isso decorre de certa incoerência linguística dos próprios clássicos, que não tiveram o rigorismo lógico nem o purismo gramatical a ela assim atribuídos. Acresce que a atitude rígida só foi possível em Rui Barbosa por causa da natureza especial da sua atividade literária, que não é a interpretação da vida ambiente, como no romance, nem a extenonzaçao anírmca, coino na poesa, mas uma ioimulação abstrata de princípios jurídicos e políticos através da dissertação e da oratória; só por isso se tornam esteticamente possíveis expressões como, na Oração aos Moços dizer e redizer de não, calcada em Vieira.

Assim se explica ser ele mais admirado do que propriamente imitado na literatura brasileira, tomada em seu sentido amplo. A reação contra as incorreções da linguagem romântica se pauta muito mais por gos e modernos para enriquecer o pecúlio comum. Aquela procura pautar-se pelos ditames de gramáticos conservadores e fazer a aproximação, na base da tradição clássica, entre as línguas literárias de aquém e além-mar. Machado de Assis, em que por sua vez se apóia numa corrente de doutrinadores gramaticais hodiernos.

No polo oposto está a posição de Mário de Andrade (consubstanciada em Macunaíma, por exemplo), esforçando-se por criar uma língua literária em novas diretrizes, mediante a exploração em profundidade da língua popular e a sua racionalização e generalização sistemática.

Fatos linguísticos

Vale agora apreciar rapidamente alguns fatos linguísticos, que, mais debatidos entre hesitações e divergências, têm sido pontos nevrálgicos na consolidação da nossa língua literária.

A pronúncia, em que o "sotaque" brasileiro é tão distinto do de Portugal na base de muito menor subordinação da frase a sílabas fortes culminantes e da ausência de certas variantes vocálicas, como o *a* velarizado e o *e* neutro, só indireta e muito parcialmente aflora através da métrica e das rimas.

Entre os românticos, surpreendemos às vezes o tratamento de uma plosiva pós-vocálica como sílaba distinta, de acordo com a elocução popular

(*adevogado*, *abissolutamente*); assim procede esporadicamente Gonçalves Dias com *admirar* e *observa*, feitos tetrassílabos com sílabas implícitas (*di*), (*bi*), como já ressaltou Sousa da Silveira.

Mas em regra a nossa ortoépia poética é a de um coloquialismo cuidado, em que se foge da evolução popular ao mesmo tempo que do artificialismo da pronúncia alfabética, tão desajeitadamente imposta às vezes nas nossas escolas primárias. Desta última souberam fugir até os parnasianos, guardando em meio a tantos convencionalismos de concepção poética o senso agudo da língua viva.

Em referência à acentuação, nota-se uma decidida relutância a seguir passivamente os teoristas gramaticais no seu afã de recompô-la a todo o transe pelos princípios da quantidade latina e de rejeitar as analogias e a influência francesa, que tem deslocado o acento em muitas palavras de fundo "erudito" (*nácar, nenúfar*, *exul, oxítonos*; *exodo*, *alacre*, *crisantemo*, paroxítonos; etc.).

No âmbito do vocabulário, defronta-se a língua literária com o acervo dos brasileirismos. Como os dicionários registram de preferência o uso do português europeu e servem no caso como um padrão da língua culta, o brasileirismo, de forma ou sentido, baixa com isso à condição de termo impróprio porque ainda não devidamente consignado. Mas esta situação hoje praticamente superada pela iniciativa dos escritores, sobrepondo-se aos dicionaristas. Machado de Assis, por exemplo, emprega *cochilar* em poesia lírica de clima erudito, como é a tradução de "O Corvo" de Edgar Poe, enquanto no romance *Quincas Borba* baseia intencionais efeitos estilísticos no brasileirismo "cachorro" em sua equivalência com "cão".

Outro problema de seleção vocabular é o que decorre dos neologismos: termos científicos, próprios da civilização moderna, novas derivações e composições de fundo português, estrangeirismos literalmente transcritos ou adaptados. Alguns escritores, e acima de todos Euclides da Cunha, souberam carrear o léxico científico para a língua literária com intuição estética e agudo senso de possibilidades, como quando, nos *Sertões*, se nos transmite a repugnância pela água que bebiam os sitiados, nela se ressaltando "o tóxico das ptomaínas e fosfato de cadáveres decompostos".

Os estrangeirismos, por sua vez, criam dificuldades, que nos são comuns com Portugal e resultam da nossa situação de povos culturalmente satélites, girando em torno de povos líderes da civilização ocidental. Neste particular, temos tido os puristas, faltos do senso das realidades, os que aceitam o

estrangeirismo como necessidade inelutável e, até, os que avidamente o procuram sob a atração de um mestre ou de uma escola estrangeira.

A disciplina gramatical, em face da indisciplina do uso cotidiano, tem levantado certos problemas, que não são privativos nossos e aparecem também em Portugal: os estrangeirismo sintáticos, o abandono da impessoalidade de *haver* fora do indicativo presente (especialmente no pretérito imperfeito com frases do tipo — *haviam homens*), a incompreensão do *se* como pura partícula de apassivamento (donde construções como *aluga-se casas*, com *casas* sentido como objeto), a delimitação do em- prego entre o infinitivo flexionado e o invariável (cf. em Gonçalves Dias: "possas tu.. .seres presa", "hão de os velhos servirem de escravos").

Mais diretamente nosso é o problema da colocação dos pronomes pessoais átonos antes ou depois do verbo. Os românticos seguiam a colocação praticamente livre do uso brasileiro, que favorece a próclise para efeito de ênfase quando o pronome adjunto se funde semanticamente no verbo (como é em regra o caso da partícula *se*) ou convém um proparoxítono solene ao ritmo da frase ou ao seu valor estilístico. Machado de Assis e os parnasianos, ao contrário, preferiram dobrar-se à disciplina gramatical do português europeu, que rigidamente sistematiza as tendências do uso lusitano para fazer a posição do pronome átono depender da existência de pausa ou de certas partículas antes do verbo. Rui Barbosa, que se extremou nesta atitude, firmou uma tradição hoje difícil de vencer, mas que tem provocado não poucas perplexidades.

Um brasileirismo sintático que tem criado certa confusão, é o do emprego do *em* para indicar contigüidade (*sentar na mesa*). A língua literária tende a evitá-lo. Chega a ultrapassar a meta, quando adota da nossa redação tabelioa a preposição *a*, em vez de *em*, para indicação de moradia, porque essa praxe dos nossos cartórios é, por ultracorreção provavelmente, um artificialismo em confronto com a língua viva de Portugal e do Brasil e com os modelos clássicos, que usam neste caso *em*. É curioso que Alencar, em "O Nosso Cancioneiro", defenda a regência com a, porque, com efeito, em regra se pauta, ao mesmo tempo que aconselha *em* para a expressão da contigüidade de acordo com a nossa língua coloquial.

Ressalve-se, em conclusão deste rápido exame de fatos, que a atitude dominante dos escritores brasileiros é repelir como "erro" o que é sentido claramente como vulgarismo gramatical. Assim, a forma verbal indicativa para o imperativo, tão arraigada embora mesmo na fala das classes brasileiras

cultas, é banida em teoria, se bem que entre os românticos se tenha insinuado às vezes na prática.

Há uma delimitação bem firmada entre a língua literária e a popular: frases como — "seu Rodrigues, Manduca está lhe chamando", de Artur Azevedo, ou "ainda hoje deixei ele na quitanda", de Machado de Assis, só servem para caracterizar, em estilo direto, a fala coloquial popular.Em seu próprio nome, os nossos escritores refugam o emprego de *ele* como objeto direto ou o de *lhe* como forma oblíqua geral de *você* ou *senhor*, conquanto esses traços sejam menos da língua popular do que da familiar *lato sensu*.

Cotejo com Portugal

Cabe agora aqui um cotejo final entre as línguas literárias de Portugal e do Brasil. Há entre elas fatores de convergência e outros de divergência. Entre estes últimos está a diferenciação, que neste capítulo se focalizou e explicou de início, em matéria de língua cotidiana falada. É inegável que a forma literária tem de apoiar-se neste substrato para não perder contato com a vida e o ambiente social. Nestas circunstâncias, é digna de atenção a tendência moderna para a democratização da literatura, na língua como no conteúdo, pois a base popular (em tantos aspectos distinta) do português do Brasil trará cada vez mais, com essa tendência, um fator apreciável de divergência entre os escritores de cá e os de lá, quanto à expressão formal.

Acresce que, desde o Romantismo, a arte literária no mundo ocidental busca o particular, o pitoresco, o exótico, e, dentro de um grande país, assume às vezes um aspecto regional. Ora, a prosa ou a poesia do Brasil, posta em termos de linguagem gaúcha, caipira ou nordestina, será completamente outra da de Portugal, vazada no falar minhoto, alentejano ou algarvio.

Há finalmente um fator latente de divergência na própria psique dos dois povos irmãos. Portugal é um país velho, que vai buscar alimento espiritual no passado, onde se afirma a continuidade histórica, a inalterabilidade étnica e o amor próprio nacional. O Brasil é, ao contrário, um país novo, que vive de esperanças e de sonhos do futuro, e a cada mo- mento sente alterar-se a sua constituição étnica, social e política. Vimos do passado como o mineiro que sobe para a luz do sol, e o ideal de uma língua literária intangível não conseguiria ser entre nós um elemento da psico1ogiaco1etiva.

Entretanto, o conceito da intangibilidade do idioma é também apenas teórico na literatura portuguesa. Na prática, ela sofre com a brasiIeira

influências comuns, como prova, por exemplo, a coincidência dos galicismos em escritores de aquém e além-mar. Nem se pode esquecer os empréstimos mútuos que favorece o intercâmbio literário entre os dois povos de língua fundamentalmente una, já que continuam coincidentes as linhas mestras do sistema fonético, do sistema gramatical e do acervo vocabular.

Persiste o sentimento da língua comum e a inteligibilidade espontânea da leitura, e, nesta base, as duas literaturas se interpenetram como o líquido de dois vasos comunicantes.

Não é provável, por outro lado, que se dê a cisão da estrutura linguística em futuro próximo, ou mesmo remoto. A atual situação se prolongará, talvez indefinidamente, para garantir às duas línguas literárias o caráter de variantes de uma unidade lata. O maior perigo de subversão desse estado de coisas não seria a decantada existência do elemento indígena e negro da sociedade brasileira, um e outro já a rigor assimila- dos culturalmente e pois neutralizados como fermento de transformação radical; mas a imigração dos aloglotas no meio brasileiro, vindos da Europa e da Asia. Ora, tudo indica que entre nós, como entre outros povos novos no mundo moderno, o núcleo tradicional da nação absorverá as levas imigrantes; a língua portuguesa se lhes imporá, justamen- te com os nossos outros padrões sociais.

A língua literária

Eugenio Coseriu

Na linguística atual considera-se com frequência só a língua falada "primária" (espontânea ou "usual") como "natural" e livre, ao mesmo tempo que a língua exemplar (ou "língua padrão") e a forma literária desta se consideram como "artificiais" e "impostas". Por conseguinte, considera-se também só a gramática descritiva "objetivista" como realmente científica e a gramática normativa como expressão sem fundamento científico duma atitude antiliberal e dogmática. Trata-se de erros e confusões teóricas que procedem da concepção positivista vulgar da linguagem e da linguística. Na realidade e, portanto, na boa teoria, a língua literária representa no grau mais alto a dimensão deôntica (o "dever ser") da língua; e a gramática normativa é a manifestação metalinguística explícita desta dimensão.

Como forma fundamental da cultura (do "espírito objetivado na história"), a linguagem é, com efeito, atividade livre e manifestação da liberdade criadora do homem. Mas a liberdade do homem histórico não é arbítrio nem capricho; e as atividades livres não são atividades sem norma nenhuma. Ao contrário: toda atividade livre implica o seu próprio "dever ser", as suas normas intrínsecas; normas imperativas e "obrigatórias", não por alguma coerção exterior, mas por compromisso livremente consentido (o que é, aliás, o sentido do lat. *obligatio*).

No caso da linguagem, por se tratar duma atividade muito complexa, que se desenvolve simultaneamente em três níveis (o nível universal do falar

em geral, o nível histórico das línguas e o nível particular dos discursos) também as normas intrínsecas (intuitivamente seguidas pelos falantes e intuitivamente aplicadas como critérios de juízos sobre o falar pelos ouvintes) são muito complexas; correspondem, porém, essencialmente aos dois universais determinantes da linguagem: a *criatividade* (o fato de ser a linguagem criadora ou "do espírito") e a *alteridade* (o fato de ser a linguagem manifestação do "ser com outros", da "natureza político-social" do homem). No nível universal, a norma é a da *congruência* com os princípios universais do pensamento e com o conhecimento geral humano do "mundo". No nível particular, a norma é a do *apropriado* (do aristotélico *prépon*), que pode ser diferenciado em: *adequado* (com respeito "às coisas" de que se fala), *conveniente* (com respeito ao destinatário do discurso) e *oportuno* (com respeito às circunstâncias do falar). No nível histórico, temos, na perspectiva do sistema linguístico que se pretende realizar e, na perspectiva da comunidade falante, a norma da *solidariedade* idiomática (conformidade com o falar "dos outros", no mesmo âmbito funcional), que é a que determina a constituição e a continuidade das línguas históricas, das modalidades internas destas e das línguas comuns.

Estas normas podem ser suspendidas historicamente ou intencionalmente, nos discursos. Assim, a correção "incongruente" suspende a congruência; e o apropriado pode suspender tanto a congruência como a correção. Mas o fato mesmo de se advertir a suspensão é a prova da sua existência e vigência.

Todo modo de falar correspondente a uma modalidade duma língua histórica (língua regional, dialeto, nível ou estilo de língua) tem a sua própria correção. Mas cada modalidade tem ao mesmo tempo a sua esfera de alteridade e, portanto, de vigência. Assim, um dialeto local tem vigência no âmbito local; e o estilo familiar, no âmbito da família; não também fora desses âmbitos. A esfera de alteridade da *língua comum* abrange virtualmente toda a comunidade idiomática. E a *língua exemplar* (ou "língua padrão") é uma segunda língua comum que se estabelece por cima da língua comum (no caso duma língua comum diferencia- da regionalmente e/ou socialmente), como forma idealmente unitária da mesma, pelo menos para aquelas tarefas e atividades (culturais, políticas, sociais, educacionais) que são (idealmente) tarefas e atividades de toda a comunidade idiomática. Com isto, a língua exemplar confirma a coesão e a individualidade da comunidade correspondente a uma língua histórica e é a expressão mais eloquente da unidade étnico-cultural da comunidade idiomática. A *língua literária*, finalmente, é o "estilo" ou, melhor, o "registro" (conjunto de estilos) " mais elevado da língua exemplar;

nas nossas comunidades é também a oficina onde constantemente se experimenta e se elabora a exemplaridade idiomática e, ao mesmo tempo, a concreção por antonomásia da língua exemplar.

A congruência, a correção, a solidariedade e o apropriado são valores culturais (ou socioculturais) do falar, mas são valores de signo zero ou de simples suficiência, já que, em cada caso, não implicam nada mais do que a conformidade com uma norma: com um "dever ser" suficiente. A exemplaridade idiomática (pelo prestígio de que goza e as funções a que está destinada a língua padrão) é um valor sociocultural autônomo. Em particular, a *língua literária* pode representar, na forma mais evidente e imediata, a coesão com a tradição cultural da comunidade e, ao mesmo tempo, o dinamismo interno da língua; a *enérgeia* ou criatividade ínsita em todo sistema linguístico; além do "dever ser" suficiente, é um valor cultural pela língua exemplar e pela língua literária; preferência não imposta por "autoridades", mas espontânea em todo falante "reflexivo" e, no plano metalinguístico, a normatividade e a planificação linguística (a construção deliberada da língua exemplar).

A hierarquização ingênua das línguas (e das modalidades internas das línguas históricas) e a normatividade dogmática e vulgar são, sem dúvida, atitudes errôneas e criticáveis. A hierarquização ingênua interpreta erroneamente a falta de elaboração secundária como deficiência intrínseca e considera, portanto, certas línguas como estruturalmente inferiores a outras, e as modalidades primárias da língua histórica como corrupções da língua exemplar. E a normatividade vulgar reduz a correção idiomática à exemplaridade (reconhece só a língua exemplar como "correta") e, nas suas formas extremas, pretende que em qualquer circunstância se fale só a língua exemplar. Mas isto não significa que se convenha renunciar à hierarquização e à normatividade e optar pelo igualitarismo e pelo pretendido "liberalismo" linguístico. A hierarquização ingênua e a normativa pragmática pecam por excesso, mas reconhecem, ainda que confusamente, o valor funcional e sociocultural da língua exemplar. O que convém, portanto, é optar por estabelecer o bom sentido real da hierarquia das línguas e das modalidades idiomáticas e por uma normatividade consciente do seu sentido genuíno e dos seus limites.

Muito mais criticáveis são o igualitarismo e o pretendido "liberalismo" linguístico, que se fundam em sofismas, e desconhecem o valor próprio das línguas "de cultura" (isto é: de cultura maior) e da língua exemplar. O

igualitarismo idiomático pretende que todas as línguas e todas as modalidades idiomáticas são "iguais" por apresentarem todas estruturas linguísticas completas e suficientes e cumprirem todas com a sua função de comunicação no seu âmbito; fato, sem dúvida, certo, mas do qual não se deduz que sejam "iguais" para qualquer função e com respeito a qualquer âmbito. As línguas e as modalidades idiomáticas duma língua histórica são "iguais" (melhor: "homólogas") primariamente, como sistemas linguísticos, isto é, simplesmente como línguas e por serem línguas; mas não o são no que diz respeito à elaboração cultural: são equivalentes pelo seu "Bau", mas não pelo "Ausbau" (Humboldt). E o liberalismo linguístico afirma com razão que todo modo de falar tem a sua própria correção e que a língua exemplar não é mais "correta" do que outras modalidades da língua histórica. Mas disto não se deduz que a exemplaridade careça de todo valor ou que simplesmente não exista como "fato natural", que seja só um "invento" de gramáticos e puristas, nem que o que é "correto" numa modalidade da língua o seja também em qualquer outra, isto é, que seja lícito empregar em qualquer âmbito as formas "corretas" num âmbito determinado: que cada qual seja "livre de falar como quiser" em qualquer circunstância e em qualquer âmbito, também no âmbito e ao nível próprios da língua exemplar.

O "liberalismo" linguístico é, no fundo, um falso liberalismo; não promove a liberdade, mas sim o arbítrio. E não é, como alguns pensam (ou dizem sem pensar) uma atitude "progressista", "tolerante" e "democrática", mas sim uma atitude reacionária e profundamente antidemocrática, já que ignora a dimensão deôntica da linguagem (ignora e despreza a aspiração a falar "melhor" e "como os melhores", aspiração genuína de todo falante consciente do seu ser histórico) e aceita tacitamente a exclusão dos falantes de modalidades não exemplares da cultura maior da nação.

Em suma, parafraseando uma sentença de Ortega: muito pior do que as normas rigorosas é a ausência de normas, que é barbárie.

Que se entende por correção de linguagem?

Um dos cuidados fundamentais da educação lingüística, a correção da linguagem começa nos primeiros ensaios da fala da criança em contato com seus familiares que são, em geral, os primeiros professores de língua que conhece, correção que se prolonga pelo resto da vida. Entre esses professores, está, sem sombra de duvida, em lugar de relevo, a mãe, razão por que — talvez — se diga da língua nativa *língua materna* (e não língua paterna), pois com ela a criança mantém, nos anos iniciais da existência, contato mais amiudado e profundo.

É nesta fase que surgem as primeiras observações em busca de um padrão lingüístico normal, isto é, que respeite a normalidade do uso vigente no seio da família. As correções iniciais incidem na correta articulação dos fonemas da língua, especialmente aquelas articulações que a criança domina por último (a troca do r por l); são ainda desta fase os avisos quanto à troca de posição de fonemas dentro da palavra (*cardeneta* por *caderneta*), a certos grupos consonantais menos comuns no dia a dia (*biciqueta* por *bicicleta*), a certos desvios de acentuação tônica (*gratuíto* por *gratuito*, *récem* por *recém*).

Como, por essa quadra da vida e mais adiante, a criança domina o sistema da língua, isto é, o regular, mas não a norma, isto é, o normal no uso (nem sempre há coincidência entre o sistema da língua e norma da língua), vêm as correções nas formas nominal e verbal do tipo não é *padrinha*, e sim *madrinha* (a criança já intúfra que na oposição o final/-a final faz o idioma a oposição

masculino/feminino, como em *tio/ tia*, *primo/prima*, etc.); não é *fazi* e sim fiz; não é *fazeu*, e sim fez (ao peso de flexões como *temi, perdi* e *temeu, perdeu*); não é *trazi,* e sim *trouxe*, não é *trazeu*, e sim *trouxe*, etc.

Ao entrar para as séries iniciais da escola e já alfabetizada, a criança deve ter aprendido a evitar a maioria desses enganos de língua, se a ação da família foi efetiva e constituiu um modelo eficaz ao bom desempenho linguístico do nosso jovem. Nos bancos escolares, começa a conhecer uma nova modalidade de língua, a língua escrita, que passa a conviver com a até então exclusiva língua falada de sua bagagem idiomática.

À medida que a escola vai oferecendo ao nosso jovem as páginas de histórias, poesias, crônicas, alguns enganos de ordem lingüística e pedagógica se vão fixando em sala de aula de língua portuguesa, enganos de consequências perigosas e funestas ao trabalho e ação de professores mal informados e à aprendizagem de alunos mal orientados.

O primeiro engano de natureza lingüística é a suposição de que a língua portuguesa desse momento é uma realidade homogênea e unitária, e que a sua única e legítima expressão é a língua padrão refletida e concretizada nos textos escritos veiculados pela escola entre os alunos. Esse ledo engano sinonimiza a língua portuguesa com a língua escrita, com a língua literária, com a língua padrão ou standard, de modo que português só é o que está na gramática e no dicionário, abonado pelo prestígio dos bons escritores. Fora dessa realidade, dizem os professores mal informados, isso não pode ser dito ou, o que mais grave, isso não é português (é o caso de perguntar o aluno: Então que língua é essa, se não é português o que eu digo?).

Ora, é um lamentável engano de conhecimento de lingüística, isto é, de ciência das línguas, esse de imaginar uma língua histórica — como o português, o inglês, o francês, etc. — uma realidade homogênea e unitária. Uma língua histórica é um conjunto de línguas mais ou menos semelhantes e mais ou menos distintas, ainda que consideradas num só momento de seu percurso histórico, por exemplo, o português dos nossos dias. Há nessa língua histórica diferenças regionais, os chamados dialetos como o português do Brasil, o português de Portugal, o português da África. Mesmo no Brasil ou em Portugal ou na África, persistem as diferentes geográficas: o português do Norte do Brasil, o português sulista. Numa determinada região, por exemplo, no português do Recife, notam-se diferenças nos estratos sociais desse falar regional, os chamados dialetos sociais, como a variedade da classe culta, a da classe semiculta e a dos analfabetos, a língua popular.

Existem ainda as variedades estilísticas, isto é, as que existem entre a língua escrita — em geral cuidada, tensa –, e a língua falada, espontânea; entre a língua de uso e a língua literária; entre a língua corrente e a língua técnica, inclusive a burocrática; entre a língua da prosa e da poesia.

Todas essas variedades regionais, sociais e estilísticas são igualmente válidas e importantes do ponto de vista linguístico, cientificamente falando. Está claro que cada uma é adequada ao tipo de cada falante e a cada circunstância da vida social, do nosso compromisso com o contexto e com a natureza do nosso ouvinte ou destinatário. Se erro existe, é querer usar de uma variedade quando o uso ou a norma social exige outra variedade mais adequada. Por isso, está equivocada a pessoa que pensa que saber português é só saber falar empolado, difícil ou, como também se diz, falar como um livro. E o mesmo engano da pessoa que pensa que vestir-se bem é vestir-se de uma só maneira, quer vá ao casamento, ao trabalho, ao cinema, à praia ou à feira. Em algum ou alguns desses momentos estará cometendo uma gafe no falar ou no vestir.

Muita gente pensa que se aproxima do seu ouvinte, que o conquista mais facilmente, falando ou escrevendo numa variedade de língua menos exigente e mais corriqueira. E como se falasse para adultos com a modalidade própria da que se usa com as crianças, porque os considera como filhos. Falar ou escrever para outrem, ainda que de condição cultural abaixo da sua, exige dignidade, que já é uma faceta do respeito que se deve ao semelhante. Um repórter bem vestido que fale dos Estados Unidos ou da França ao telespectador brasileiro com *vi ele* ou *encontrou ela* é como se passasse, por antecipação, um atestado de ignorância ao público, por achar que *vi-o* ou *encontrou-a* são formas de dizer incompatíveis com a pouca dignidade cultural ou o baixo grau de escolaridade terceiro- mundista. Daí, talvez, preferir chamar os telespectadores de *galera*, esquecendo-se de que, quando a Orquestra Sinfônica se apresenta na Quinta da Boa Vista, a galera humilde vibra com os clássicos e aplaude Carlos Gomes, Chopin ou Mozart. Perde o repórter que assim procede a oportunidade de instruir os que sabem menos do que ele e que esperam mais da televisão brasileira.

Tão grave quanto o desconhecimento que apontamos anteriormente — isto é, considerar a língua histórica (exemplifiquemos mais uma vez com a língua portuguesa) uma realidade homogênea e unitária, um só e único corpo, é o erro pedagógico que decorre desse outro ledo engano. Partindo da ideia de que essa língua padrão ou standard — é uma

imposição da classe dominante, da língua do poder, e de que o aluno já se comunica muito bem por meio da variedade viva que trouxe de casa e vigora e revigora na rua, nas praças e até em certo tipo de literatura de crônicas do quotidiano, de fatos do dia a dia, com intuitos de lazer e com finais humorísticos, há professores mal informados e pedagogos engajados que defendem que a variedade a ser cultivada e cultuada na escola é essa língua natural falada, viva e espontânea, sob a bandeira tão aplaudida pelos jovens que não querem esforçar-se na sua risonha e brincalhona passagem pelos bancos escolares, onde a exigente e suada aprendizagem não ocupa o lugar privilegiado da merenda escolar e das brincadeiras no recreio. É pedagogia do aprender brincando. Em tudo isto há, naturalmente, honrosas exceções que, pelo seu minguado número, justificam a regra.

Essa atitude em nome de uma democracia linguística encontra apoio e alicerce em ensinamentos de certos linguistas estruturalistas norte-americanos que, interessados em delimitar o objeto essencial da descrição de uma língua — que reside na língua falada, tida, por isso, como língua natural —, consideram uma falsa e errônea atitude elevar a língua escrita dos documentos literários à condição de modelo de perfeição idiomática para efeito de análise e de aprendizado do português, por exemplo, na escola.

Na realidade, há aí uma confusão de tarefas, todas importantes e válidas, que cumpre distinguir. Fê-lo com a autoridade que todos lhe reconhecemos o nosso linguista Joaquim Mattoso Câmara Jr. Em obra que, infelizmente, a morte não lhe deixou completar:

A gramática descritiva, tal como a vimos encaranado, faz parte da Iinguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos da higiene, que é independente da biologia. Ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade.

A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa. Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas (*Estrutura da língua portuguesa*, p.S).

E indo mais adiante em suas lúcidas considerações, continua o mesmo Mattoso Câmara:

"Há a esse respeito algumas considerações, que se fazem aqui necessárias. Antes de tudo, a gramática normativa depende da linguística sincrônica, ou gramática descritiva em suma, para não ser caprichosa e contraproducente. Regras de direito que não assentam na realidade social, depreendida pelo estudo sociológico puro, caem no vazio e são ou inoperantes ou negativas até. Só é altamente nociva uma higiene que não assenta em verdades biológicas. Não se compreende uma situação inversa. Depois, mesmo quando convém a correção de um procedimento Iinguístico (porque marca desfavoravelmente o indivíduo do ponto de vista da posição social, ou porque prejudica a clareza e a eficiência da sua capacidade de comunicação, ou porque cria um cisma perturbador num uso mais geral adotado), é preciso saber a causa profunda desse procedimento, para poder combatê-lo na gramática normativa. Finalmente, a norma não pode ser uniforme e rígida. Ela é elástica e contigente, de acordo com cada situação social específica. O professor não fala em casa como na aula e muito menos numa conferência. O deputado não fala na rua, ao se encontrar com um amigo, como falaria numa sessão da Câmara. E assim por diante.

Quando o linguista sincrônico se insurge contra o gramático normativo ou o professor de língua, é em regra porque este e aquele declaradamente desobedecem a esses 3 preceitos. Impõem as suas regras praxistas como sendo linguística. Corrigem às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento linguístico que querem corrigir e com isso criam confusão e distúrbio. Partem do princípio insustentável de que a norma tem de ser sempre a mesma, e fixam um padrão social altamente formalizado como sendo o que convém sempre dizer" (Ibid., p.5-6).

A longa citação se explica porque os judiciosos comentários de Mattoso Câmara antecipam algumas lições de que iremos precisar no decorrer destas linhas e porque deixam logo assentados aspectos de suma importância para bem orientar a discussão do tema. São estes aspectos que desejamos ressaltar: a distinção entre a atividade do linguista (no caso, gramática descritiva) e a do professor de língua (gramática normativa); a validade social, portanto, da gramática normativa, infelizmente maltratada dentro de sala de aula por professores que preferem ser linguistas a professores de língua; numa língua há mais de uma norma, portanto, há de se levar em conta sua elasticidade e sua contingência de acordo com cada situação social e textual específica;

não se pode defender a tese de uma modalidade de língua altamente formal para todos os momentos da vida em sociedade, bem como, em sentido oposto, achar que a língua informal é a única apropriada para todos os misteres da vida social, ainda mesmo nos textos escritos.

O grande, o maior prejuízo dessa atitude exclusivista que privilegia, de uma parte, a modalidade formal como única realidade concreta de uma língua — fora dela tudo está errado e revela ignorância da pessoa —, de outra parte, a modalidade informal, natural, viva e espontânea — fora dela tudo não passa de imposição de uma minoria saudosista que não viu o tempo passar —, o maior prejuízo, dizíamos, é o amesquinhamento, o empobrecimento da rica e multifacetada exuberância que ostenta toda língua histórica, com suas variedades geográficas, sociais e estilísticas. Na realidade, em ambas as atitudes condenadas, a criança continua com sua educação lingüística prejudicada.

Na primeira hipótese, privilegiamento da língua formal escrita, a escola luta por substituir tanto quanto possível a língua falada haurida no seio da família pela língua padrão, standard. Na segunda hipótese, a escola privilegia a língua falada em detrimento da modalidade formal. Em suma, em ambas as visões, o aluno entra na escola monolíngue (com a língua de casa) e sai da escola também monolíngue (ou com a língua padrão ou com a permanência da língua de casa). A atitude linguística e pedagógica mais correta seria que a escola proporcionasse ao aluno ser um poliglota na sua própria língua, isto é, lhe fosse dada ao educando a capacidade de usar e compreender mais línguas dentre aquelas que constituem o patrimônio maior, que é língua histórica.

No primeiro grau, onde prevalecem os autores contemporâneos brasileiros (séc. XIX e XX), entraria o aluno no conhecimento da modalidade escrita formal do português do Brasil para utilizá-la e entendê-la nos momentos sociais em que tivesse necessidade de ler textos redigidos na língua padrão e, eventualmente, tivesse a necessidade de falar ou ouvir essa mesma variedade lingüística; sem menosprezo da língua falada, utilizada com parcimônia pelos nossos cronistas.

No segundo grau, com a ênfase da iniciação sistematizada das literaturas de língua portuguesa (brasileira, portuguesa e africana), contemporâneas ou não, abrem-se as oportunidades para os alunos entrarem em contato com as variedades regionais do português (os dialetos), as variedades sociais (percebem diferenças dos usos dos personagens) e as variedades estìlístìcas, estas últimas porque já vão percebendo que há diferenças entre a língua da

prosa e da poesia, entre a língua comum e a língua de uso. Vão também observando e tomando consciência de que só num texto as variedades se misturam, caracterizando épocas históricas, condições sociais dos personagens e intenções estilísticas de necessidade expressiva.

Diante, agora, deste rico painel linguístico, é muito empobrecedor e mesquinho falar de normas rígidas e permanentes, do uso ou de interdição de certos tabus linguístico em redações, como a gíria, certas flexíbilizações de construções não documentadas nos autores e nas gramáticas, e de certas palavras não agasalhadas nos dicionários, ainda os mais respeitáveis.

E este o momento de se mostrar que a língua não é só o que está feito, mas também o que se pode criar de novo com ela, seguindo-lhe as regras e a tradição, para atender a certas necessidades de intenção estilística ou estética. E o caso, por exemplo, do *imexível* do ministro, combatido injustamente sob a alegação de que o termo não estava registrado no Aurélio. Muito recentemente, em artigo publicado em *O Globo* de 19 de janeiro último, o escritor João Ubaldo Ribeiro lamentava que não existisse o vocábulo *passarídeo*, da mesma forma que *borboletáceo*. Aliás, no tocante a criações expressivas como essas tais, elas merecem mais o direito de correr na língua e a ser agasalhadas nos dicionários do que aquelas que nasceram de erros tipográficos, e de tanto os lexicógrafos se repetirem uns aos outros, acabaram por lograr foros de cidadania e merecer o beneplácito do uso; é o caso, por exemplo, de *colimar*, nascido da má Ieitura do latim *collineare* por parte dos astrônomos italianos, que assim inventaram o latim moderno *collimare,* responsável pelo aparecimento do termo em mais de uma língua culta.

E também o momento de se entender a verdadeira missão da gramática normativa e do corpus em que ela vai haurir seus preceitos. Erram os que supõem que a gramática normativa é o espelho da língua portuguesa em geral; seu intento é bem mais modesto: é apenas o conjunto de usos fixados pela tradição escrita culta dentro da língua comum, standard, tradição essa a que Eugenio Coseriu chama língua *exemplar*. Assim, a gramática normativa é o registro da exemplaridade, conjunto de usos linguísticos que se esperam de uma pessoa escolarizada, falando ou escrevendo, em determinados momentos especiais e importantes do convívio social e cultural.

Criticar, portanto, a gramática normativa assim entendida, porque não aceita como correta a colocação do pronome átono a iniciar período, sob a alegação de que tal prática aparece em crônicas de autores conceituados; porque não aceita como correta a regência do verbo *assistir* com o objeto

direto em frases do tipo *Assistiu o jogo*, é desconhecer a verdadeira natureza da língua exemplar e, assim, do seu código de registro, que é a gramática normativa.

Estamos, mais uma vez, diante de visão redutora da riqueza da língua histórica portuguesa, já que esse modo de entender reduz as possibilidades de usos nas diversas línguas portuguesas que existem dentro da língua histórica portuguesa a um só tipo de construção do verbo *assistir*, sem atender, como disse Mattoso Câmara em trecho já transcrito em artigo anterior a este, para o fato de que a norma é elástica e contingente, de acordo com cada situação social e, acrescentamos nós, textual específica.

À mesa, na intimidade do ambiente familiar, usamos do mesmo talher para a carne e o peixe, o mesmo copo para a água e o vinho, o mesmo tipo de vinho para a carne vermelha e a carne branca; mas não é assim que acontece em determinados momentos especiais da vida social. Distribuir corretamente esses e outros instrumentos caracteriza o que se chama etiqueta social; distribuir também corretamente os sons, as formas, as construções e o léxico da língua histórica caracteriza o domínio da etiqueta linguistica. Utilizar numa carta de solicitação de uma vaga de emprego da expressão *arranjar um empreguinho nessa conceituada firma* não constitui impropriedade nessa abstração chamada língua histórica portuguesa, mas há impropriedade numa modalidade que integra essa língua histórica e que não admite, por impropriedade, a expressão utilizada pelo pretendente à vaga, ainda que sejam portugueses de boa cepa o verbo *arranjar* e o diminutivo empreguinho.

Pelo que vimos comentando até aqui, podemos facilmente concluir que é muito complexa a tarefa de corrigir às cegas, sem tocar no ponto nevrálgico do procedimento linguístico que querem corrigir, e com isso só criam confusão e distúrbio, como já assinalamos, apelando para estas palavras de Mattoso Câmara.

Os linguistas, de modo geral, conforme já o declaramos, preocupados com a ciência pura, naturalmente não têm prestado atenção ao complexo problema da correção de linguagem; e até alguns têm considerado o caso de somenos interesse tanto para a práxis do ensino escolar, como para o aspecto essencialmente linguístico.

Todavia, bons linguistas e teóricos da linguagem, ainda que pouquíssimos, se debruçaram sobre o tema, e hoje se pode contar com uma bibliografia digna de nota acerca do tema, quer em forma de artigos, quer em forma de livros, quer de línguas modernas vivas, quer de línguas antigas mortas.

Entre os primeiros trabalhos importantes, podemos citar a lição de linguista e germanista sueco Adolf Noreen [pron. nuréen] (1854- 1925), lição que outro notável linguista e também germanista dinamarquês Otto Jesperesen [pron. Iéspersen](1860-1943) divulgou e discutiu no livro Humanidade, nação e indivíduo do ponto de vista linguístico, aparecido inicialmente em Oslo, 1925, escrito por solicitação do Instituto Norueguês de Pesquisa Comparada em Cultura Humana e divulgado para o mundo escandinavo na versão inglesa saída em 1946, e daí traduzido para outras línguas.

Depois de apontar adesões e oposições de compatriotas de Noreen, Jespersen informa-nos que para o lingüista sueco o problema dos critérios de correção de linguagem está ligado a três fatores, dois já conhecidos dos investigadores, fatores que para Noreen estavam sob suspeição, e um, o último de sua responsabilidade: histórico-literário, histórico-natural e racional.

Por histórico-literário compreende o fator que se fundamenta no prestígio de autores literários de uma época considerada áurea, em que Academias, que editam gramáticas, boletins e dicionários, recomendam uma ortografia oficial, se registra a significação normal (mais usual) das palavras e certas construções gramaticais havidas por mais consentâneas com a tradição escrita culta.

O pouco peso desse critério se patenteia no fato de haver certos países, como a Inglaterra, onde nunca houve nem academia, nem produtos gramaticais e lexicográficos oficiais, sem que tivesse deixado de haver bem nítido, na consciência e na prática dos falantes e escritores, o reconhecimento de palavras, pronúncias e construções consideradas de bom uso, ao lado de outras que qualquer inglês escolarizado rejeita por sabê-las incorretas ou inadequadas.

Entre nós, as Academias (Brasileira de Letras e das Ciências de Lisboa) só têm exercido alguma ação sistematizada no que tange à ortografia. No Brasil, tem havido até certa incompreensível resistência em que a instituição abra suas portas a filólogos e linguistas que muito poderiam ter contribuído em sentido positivo nesse particular; bateram-lhe à porta Mário Barreto, Antenor Nascentes, Sousa da Silveira, Padre Augusto Magne, mas a nossa Academia bateu-lhes com a porta, para prejuízo dela, na ação de salvaguarda do idioma e na elaboração de estudos gramaticais, duas de suas missões regimentais basilares. Felizmente, foi sensível à recepção de Silva Ramos, Carlos Laet e João Ribeiro — nos seus inícios — e, ao depois, à recepção de um Aurélio Buarque de Holanda, um Antônio Houaiss, um Celso Cunha. Neste sentido, a Academia Espanhola, para muito proveito cultural seu e extensa atividade linguístico-

filológica, e, com o apoio decisivo do governo e do respeito da sociedade, agasalha a nata dos grandes representantes nessa área do conhecimento humano, com, dentre outros, Ramón Menéndez Pidal, García de Diego, GiIi Gaya, Dámaso Alonso, Rafael Lapesa, Alonso Zamora Vicente, Alarcos Llorach, Lázaro Carreter, contribuindo tenazmente para que o patrimônio linguístico possa desempenhar artística, política e culturalmente o papel que está fadado ao idioma de Cervantes e Borges no próximo século XXI, sem deixarmos de pensar nesse idioma como possível e natural veículo de expressão oficial do bloco econômico da América Latina com o resto do mundo.

Algumas vezes o escritor, pelo prestígio de sua cultura e difusão de sua obra, passa a ser uma referência de modelo, quase sempre sem que disso tenha alguma interferência ou consciência. Camões, por exemplo, não pretendeu com *Os Lusíadas*, servir de diapasão para os escritores do seu tempo e dos séculos seguintes mais próximos a ele. Mas a verdade é que a linguagem camoniana contribuiu para uniformizar muitas formas duplas correntes ao seu tempo, dentre as quais o épico fez as suas escolhas (*antre*, *-airo*, em c*ontrairo*, *piadade,* etc., foram desbancadas por entre, *-ário*, *piedade*).

Na França, Vaugelas e seus companheiros só objetivavam o registro das formas cultas; todavia, passaram a ser autoridades aos seus contemporâneos e aos pósteros.

Tal peso de autoridade recai muito frequentemente nas obras lexicográficas. A Academia Espanhola editou um prestimoso guia com o título de *Dicionário de Autoridades*.

Entre os escritores e a classe culta portuguesa exerceu extraordinário poder de sistematização da língua do século XIX e XX o *Dicionário* do fluminense Morais Silva, a partir da 2 ed. de 1813.

Os consultórios gramaticais veiculados pelos jornais constituíram paladinos da boa linguagem, às vezes com certos exageros e enganos. Neste particular, ressalta-se o trabalho desenvolvido por Cândido de Figueiredo, fraco em filologia, mas que contribuiu enormemente para o cuidado que se deve prestar à correção de linguagem. Suas fraquezas ensejaram a que seus contraditores escrevessem excelentes repositórios de boa doutrina, como os *Fatos de linguagem*, de Heráclito Graça, hoje injustamente esquecido, e tantos outros.

O segundo critério estabelecido por Jespersen diz respeito a uma pergunta muito frequente entre o comum das pessoas: *Onde se fala melhor o português*? *O francês*? *O inglês*?, e assim por diante.

Neste particular, há ideias arraigadas que estão longe de corresponder à realidade; como lembra Jespersen, aponta-se, em geral, a capital do país, por ser invariavelmente o centro cultural, ponto de confluência de políticos, escritores, intelectualidade em geral, e da chamada boa sociedade. Por exemplo, no Brasil, dois congressos, um realizado em São Paulo, em 1937, sob o entusiasmo de Mário de Andrade, e outro em Salvador, em 1956, recomendaram o português padrão do Rio de Janeiro como a variedade modelar para o canto e o teatro, respectivamente. Hoje, com a mudança da capital para Brasília, a transferência de escritores, artistas e intelectuais para fora do Rio e o visível esvaziamento cultural da antiga metrópole, não podemos afiançar se um congresso agora repetiria a antiga recomendação, embora as poucas marcas regionalistas do falar carioca padrão parece que ainda gozem do prestígio social de outrora e da preferência do brasileiro em geral. A crescente presença do sotaque paulista na televisão, quer de artistas, quer de anunciantes, pode provocar, a médio e longo prazo, mudança nesse estado de coisas.

Mas às vezes a resposta àquelas perguntas recai numa região longe da capital; por exemplo, o Maranhão ou Pará (pela profunda presença portuguesa). Do ponto de vista científico, diz Jespersen, onde se fala melhor o inglês londrino é em Londres, o melhor inglês-americano é nos Estados Unidos, como o melhor português piauiense é no Piauí, o melhor algarvio é no Algarve, e assim por diante, simplesmente porque a melhor e genuína variedade linguística está na região em que ela é falada, seja na capital, seja num modesto lugarejo, o que significa que os diverso dialetos de uma língua histórica são igualmente corretos em relação à tradição que aí viceja triunfante e avassaladora, e os usos que dela porventura destoem são considerados errados ou estranhos pela respectiva comunidade linguística.

O terceiro critério arrolado por Jespersen é o literário, de cuja fragilidade já falamos, ao comentar o fator histórico-literário de Noreen. E bem verdade que o mérito literário de um escritor que prima em manifestar-se numa língua cuidada, tem servido de modelo à "correção de linguagem". Foi, até a metade deste século, o caso de Castilho, de Herculano, de Camilo, de Machado de Assis e, mais recentemente, a prosa de Graciliano Ramos, de Manoel Bandeira e de Erico Veríssimo.

O critério se fragiliza quando se dá o caso de um escritor que, pela elevação de seu talento, merece um posto na literatura do seu país, mas que não se mostrou cuidadoso na observância da tradição culta da língua.

Se o critério literário não é razão suficiente para transformar um escritor cuidadoso do vernáculo numa autoridade suprema de "correção de linguagem", é certo que, entre os alunos e iniciantes, muito contribui na homogeneização e estabilidade da língua do seu tempo, como bem arremata Jespersen.

O quarto critério, o aristocrático, consiste em atribuir importância à chamada "boa sociedade" na tarefa de se atingir a "correção de linguagem". O grande obstáculo do critério é determinar que fração da sociedade integra essa classe de falantes. No tempo em que o prestígio residia na corte e nos seus frequentadores mais próximos, essa parte da sociedade, pelas alianças matrimoniais e questões de política e de cultura, ficava muito exposta à influência de cortes estrangeiras. Jespersen lembra, por exemplo, o tempo em que a corte e a nobreza dinamarquesa recebiam forte influxo alemão, de modo que a pronúncia e o sotaque dos Holstein eram considerados o máximo de refinamento nos ambientes aristocráticos, embora fossem estranhos ao dinamarquês, e a imitação ficasse restrita a esse pequeno círculo de pessoas.

É bem verdade que as classes ditas inferiores tendem a imitar a fala das classes mais elevadas, social e culturalmente consideradas; e neste convívio de influências, nota-se certo resultado na homogeneização e estabilidade do idioma.

Em sentido contrário ao critério aristocrático, Jespersen arrola o critério democrático que, partindo do princípio de que todos os homens são iguais, considera "correção de linguagem" o conjunto de usos majoritariamente empregado na comunidade. Tudo na língua depende de um consenso.

A história dos fatos linguísticos de uma língua através dos tempos, tem-nos mostrados que não só existe a influência de hábitos de falar da camada aristocrática na feição da língua comum, mas ainda que hábitos do falar da camada popular têm exercido a mesma função de modelo. Num livro clássico de linguística diacrônica *Cultura e língua francesa. História da língua literária da França desde os começos até o presente* (1ª ed. alemã em 1913, 2ª ed. revista e com título alterado para o atual em 1929), o linguista e filólogo alemão Karl Vossler (1872-1949) registra que a vacilação dos fonemas e, a (*lermes*/*larmes*, *achate*/ achete), do *o* fechado, *o* aberto e *ou* (*boche*/*bouche*, *hoste*/*houste*) entre outros fatos, foram hábitos da fala popular que ascenderam entre os séculos XVI e XVII, sob a forma da moda, de tal maneira que Vossler chega a firmar que desde o século XVI é muito difícil haver uma novidade

vitoriosa de pronúncia que não tenha antes sido proferida pela boca popular parisiense.

Não basta muita atenção para certificarmos que esse critério democrático tem limites próximos do fator histórico-natural apontado por Noreen e que atrás comentamos, segundo o qual, tudo na língua é igualmente correto e incorreto, na dependência exclusiva do gosto da maioria, fazendo eco de semelhante parecer corrente entre estudiosos da Antiguidade, como o de Sulpício Apolinário, gramático romano morto por volta do ano 160 d.C., professor de Aulo Gélio (séc. 11), ao referir-se ao *omnium pluriumve consensu*, citado no excelente artigo do linguista alemão Harald Weinrich sobre Vaugelas e a questão do bom uso de linguagem no classicismo francês, recolhido no livro *Wege der Sprachkultur* (Stuttgart, 1985, p. 104-135).

Apesar da fragilidade do critério democrático, Jespersen reconhece que ele vige ainda hoje, mascarado sob o peso do valor de uso, em questão de Iinguagem, considerado a autoridade máxima para dirimir dúvidas neste particular. Já o velho Horácio assim se expressava na *Ars Poetica*: "*si volet usus*, / *quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi"* (v. 71-72), isto é, "se o uso assim quiser, pois a ele só pertence a soberania, o direito e a norma da língua".

Esta ideia, exposta por Iinguistas e gramáticos do século XIX, chega-nos por esta via, creio que pela primeira vez, numa citação do nosso grande sintaticista Said Ali ao inglês Sayce: *Custom alone can determine what is right and wrong, not the dictum of grammarians, however eminent (Dificuldades da língua portuguesa*, ed. 1908, p. 58; 5 ed., 1957, p. 53).

O sexto e penúltimo critério arrolado por Jespersen é o *lógico*, segundo o qual a "correção de linguagem" está intimamente relacionada, e delas depende, com as leis gerais do pensar. Assim, a correção tem valor universal e deverá estar presente em todos os homens, independentemente de nação e da língua. Lembra Jespersen que tal critério, tomado ao pé da letra, vai de encontro à lição de Tegnér e de muitos outros estudiosos, que sustentam que qualquer absurdo se torna correto se for sancionado pelo uso.

O apelo à lógica é geralmente desaprovado pelos linguistas, muitos dos quais, com Henrich Morf (1 864- 1 921), afirmam que "a língua não é lógica nem ilógica, mas alógica". Apesar desses votos em contrário, não se poderá pensar que a língua, veículo de conteúdos da consciência, funciona em contradição com os princípios do pensamento, com a lógica entendida em sentido muito extenso.

Lembra ainda Jespersen que, muitas vezes, em nome da lógica ou como seu representante legítimo, alguns velhos linguistas tinham em mira o modelo do latim, já que, como sabemos, o idioma de Cícero foi considerado, por muito tempo, a língua suprema por se levar em grande conta o que se considera sua "logicidade", tal qual, nos dias de hoje, muitos linguistas consideram, aliás erradamente, que as propriedades do inglês sejam válidas e onipresentes para todas as línguas, antigas e modernas.

A seguir, passa Jespersen ao comentário de frases e construções gramaticais tidas por "ilógicas", como, por exemplo, *a mesa redonda é quadrada*, *dois e dois são cinco*, ou o dinamarquês e o inglês *det er mig*, *it is me* em vez de *It is I*, para este último ou que a expressão inglesa A *thousand and one night* é mais lógica do que a italiana *mille e una notte*.

Num lance de luz sobre a questão, Jespersen separa o que chama "gramaticamente correto" e "lexicamente errado", mas não aprofunda o tema, e por isso mesmo, não o resolve a contento, conforme ao depois veremos.

Por fim, vem o critério artístico, segundo o qual a "correção de linguagem" está sujeita ao nosso sentimento estético ou à nossa sensibilidade artística, pelo qual linguagem correta vale o mesmo que linguagem bela. TaI opinião se baseia no fato de que, se perguntarmos a alguém o que pensa de dois modos de dizer apresentados à sua consideração, a pessoa declara que um parece melhor que o outro ou que lhe soa mais agradável e, por isso, mais correto. Julga Jespersen, com razão, que o critério é ilusório, já que assentado em base de sensibilidade de alguém, sensibilidade que nem sempre coincide com a realidade da língua.

Chegado ao final da análise dos critérios estabelecidos, confessa Jespersen que se sente como se estivesse no início da discussão, sem ter nas mãos critérios cientificamente sólidos e capazes de permitir um juízo definitivo. Apesar das dificuldades, crê Jespersen que se pode chegar a esse almejado critério, e passa a considerações suplementares no capítulo seguinte do seu citado livro. A verdade é que, não tendo feito delimitações preliminares, o notável linguista dinamarquês abre mais algumas trilhas; porém, infelizmente, não acerta com o caminho capaz de levá-lo, e à questão, a um porto seguro. Seus critérios têm validade para o problema como um todo, mas pela falta das delimitações acima aludidas, se misturam e se atropelam, sem nos oferecer uma visão clara e mais correta do problema.

Esta deficiência dos critérios de Jespersen foi notada por José Oiticica (1882-1957), uma das glórias do magistério do Colégio Pedro 11., cuja

força de inteligência e de cultura está mais nos dispersos em revistas e jornais, do que nos livros publicados para o ensino da língua portuguesa, especialmente no *Manual de análise léxica e sintática* (la ed. 1926, com prefácio de 1925). No *Curso de literatura*, escrito por volta de 1945 e publicado em livro postumamente, em 1960, Oiticica discute os critérios do mestre dinamarquês, insistindo, de início, na distinção entre *língua usual* e *língua padrão*, uma vez que "não podemos aplicar a ambas o mesmo critério de correção"(p. 77) e que "para todas essas classes o critério único é o uso geral"(Ibid).

Acrescenta ainda a necessidade de distinguir dois aspectos essenciais: o *léxico* (onde se inclui o fônico, o mórfico, o semântico e o ecológico ou regional) e o *sintático*.

Depois de concordar com algumas opiniões de Jespersen e discordar de muitas outras, adianta que o critério de correção está na *tradição dos mestres da língua*, considerando como mestres os escritórios e os gramáticos, definindo a "correção de linguagem" como a "equilibrada observância da tradição gramatical dos mestres da língua" (p. 76):

"Em qualquer compêndio, para justificar um uso, citam-se exemplos abonatórios dos autores. Não há outra autoridade em sintaxe. Se o quadro de autores concordantes é de peso, a sintaxe é correta. Qualquer uso novo, impugnado, tem de aguardar o pronunciamento dos mestres, sua adesão geral. Esse critério pode estender-se a todos os casos (menos os já apontados, regidos pelo uso), porquanto, em grafia, prosódia, semântica (na língua geral) e morfologia, os decretos governamentais ou das academias oficiais são consequências de estudos acurados feitos por comissões técnicas de eruditos. Portanto, ainda aqui, é a tradição dos mestres a autoridade única(p. 82-83).

Apesar de dar alguns passos na boa direção, a verdade é que faltou a Oiticica a visão globalizante do problema, visão globalizante que vai encontrar no teórico da linguagem Eugenio Coseriu, a nosso ver, o justo tratamento das diversas facetas que a questão envolve. Infelizmente, Coseriu ainda não deu à estampa um livro que prepara há vários anos, intitulado *O problema da correção idiomática*, mas muitos dos seus fundamentos teóricos estão na ampla bibliografia do mestre e muitas antecipações da questão se encontram no livro mais recente *Competência linguística: elementos da teoria do falar*, saído em 1988 em alemão e 1992, em espanhol.

Para tomar a trilha do bom caminho, torna-se necessário recordar alguns pontos fundamentais da teoria do linguista de Tubingen, o que procuraremos explicar a seguir.

Compreendida a linguagem como atividade universal do falar, ela realiza-se individualmente, mas sempre de acordo com tradições de comunidades históricas, e pode diferenciar-se em três planos relativamente autônomos: o plano universal, o plano histórico e o plano individual.

O plano universal ou o do falar em geral se apresenta como prática universalizada, não historicamente determinada, isto é, alude a todos os homens adultos e normais que falam, independentemente de que língua falem. É o plano do falar em geral, e a ele nos referimos quando dizemos que tal criança ainda não fala ou que os animais não falam. Não queremos, com tais declarações, aludir a uma língua concreta (português, inglês, etc.), mas à capacidade de falar.

O plano histórico faz referência a uma língua determinada inserida numa tradição histórica, razão por que não existe simplesmente *língua*, mas *língua portuguesa*, *língua inglesa*, etc., isto é, *língua* acompanhada de um adjetivo que a liga a uma tradição histórica. Até as línguas inventadas (o esperanto, o volapuque, etc.), ao serem construídas, passam a representar uma nova tradição histórica do falar. Esta consciência histórica é conhecida do falante ou da comunidade falante, que distingue a sua língua da língua dos outros (do inglês, do francês, etc.), e noutra referência, percebe se alguém fala bem ou mal a sua língua.

O plano individual faz alusão ao fato de ser sempre um indivíduo que fala uma língua determinada, e o faz cada vez segundo uma circunstância determinada.

À atividade de um indivíduo falar conforme a conveniência de uma dada circunstância Coseriu chama-a *discurso*, e diz que, nessa aplicação, não se deve confundir *discurso* com *texto*, que já este é entendido como produto desta atividade, produto do discurso. O discurso, tal como o texto, está determinado por quatro fatores: o *falante*, o *destinatário*, o *objeto* ou o tema de que se fala e a *situação*.

Como toda atividade, o falar é uma atividade que revela um *saber fazer*, uma competência, ainda que intuitivamente sabida, sem possibilidade, portanto, de poder ser fundamentado, isto é, um saber não reflexivo.

Consoante os planos aqui distinguidos da linguagem, poderemos ter um saber falar em geral (chamado *saber elocutivo* ou *competência linguística*

geral), um saber falar uma língua determinada como representante de uma comunidade linguística com tradições comunitárias do saber falar (chamado *saber idiomático* ou *competência linguística particular*) e um saber falar individual com vista à maneira de construir textos em situações determinadas (chamado *saber expressivo* ou *competência textual*).

O *saber elocutivo* ou *competência linguística geral* não corresponde a saber falar uma língua determinada (português, inglês, etc.), mas falar segundo os princípios da congruência em relação aos padrões universais do pensamento e do conhecimento geral que o homem tem das coisas existentes no mundo em que vive. Lembra Coseriu que a norma de congruência não deve ser aqui confundida com os princípios do pensamento lógico; portanto, é uma falsa questão para o linguista discutir se a língua *é lógica*, *ou ilógica*, ou *alógica*, simplesmente porque, embora extensamente entendidos, tais juízos não se aplicam a uma determinada língua nem sequer às línguas, mas tão somente ao plano do falar em geral, aos princípios de congruência que se esperam observados e atendidos de um "falar com sentido". Essa confusão é comumente feita e se patenteia, por exemplo, na célebre declaração de Rivarol (1753-1801), no *Discours sur l'universalité de la languefrançaise* (1784): "*Ce qui n'est pas clair n'est pás français*" ou na de Voltaire (1694- 1778), no prefácio do seu drama *Oedipe* (Edipe, 1718): "*Le génie de notre langue est la clarté et l'élégance*", matizada depois, por exemplo, no *Dictionnaire philosophique*: "*Le génie de cette langue est la clarté et L'ordre"* (no verbete *François*, citado por H. Weinrich, *Wege der Sprachkultur*, p. 137). Tais afirmações atribuem à língua francesa qualidades e propriedades que não lhe são inerentes, mas que ocorrem, como lembra Weinrich, pelo fato de que a busca da clareza entre os franceses faz parte de uma tradição do falar da sua comunidade, perseguida pelos autores franceses do séc. XVIII, orientados por uma discussão entre os autores da Idade Média e do Renascimento e já presente entre gregos e romanos. Quintiliano, também lembrado por Weinrich (p. 139), falava da *perspicuitas* como a qualidade suprema do falar (*oratio vero*, *cuius summa virtus est perspicuitas*, *Institutio Oratoria*, I, 6, 41), cujo representante francês (*perspicuité*) nos tratados de Retórica e Poética do séc.XVII foi substituído pelo termo *clarté*.

Ao saber falar (em) uma língua particular corresponde um saber histórico denominado *saber idiomático* ou *competência linguística particular*, que é falar (em) uma língua particular (português, inglês, etc.) de acordo com a tradição linguística historicamente determinada de uma comunidade.

A dimensão desse saber idiomático não se restringe aos atos linguísticos de um momento determinado (dimensão sincrônica), mas alcança os atos não mais usados nesse momento (dimensão diacrônica), o que permite que o falante possa afirmar coisas do tipo: "Isso não se diz mais", ou "Hoje preferimos dizer de outra maneira", ou "Isso pertence à linguagem antiga", ou, ainda, "Só os idosos dizem assim", o que patenteia que o falante conhece mais de uma sincronia.

Afora essa dimensão no tempo, esse saber idiomático identifica variedades que ocorrem numa língua histórica, isto é, as variedades regionais (os dialetos), sociais e estilísticas, o que permite identificar o termo como *ecológico* (na nomenclatura de Oiticica lembrada antes), vale dizer, se um ato linguístico (palavra, expressão ou frase) é típico de uma região (por exemplo, o que no Brasil é *trem* em Portugal é *comboio*; o que Portugal opta por *estar a almoçar*, no Brasil preferimos *estar almoçando*; o que no Rio de Janeiro se chama *sinal* luminoso de trânsito, em São Paulo é *farol*, mais para o sul *semáforo* e em Porto Alegre *sinaleira*, etc.). Permite também identificar um ato como da língua comum padrão ou da língua familiar (*variedade social* e *diastrática*) ou como próprio da prosa ou da poesia (*variedade estilística* ou *diafásica*).

Ao *saber expressivo* ou *competência textual* corresponde o saber estruturar textos em consonância ou com atenção aos fatores gerais do falar, isto é, o *falante*, o *destinatário*, o *objeto* e a *situação*, já que há normas que dizem respeito a esses fatores.

Assim, por exemplo, há de se levar em conta como falar com os superiores hierárquicos, com os mais velhos, com as senhoras, com as pessoas de pouca instrução, com as crianças. Às vezes, há normas rígidas ou quase na estruturação formal de um texto, como, por exemplo, se trata de um soneto (poema de forma fixa com catorze versos), de um ofício, de um requerimento ou de um telegrama.

Há também formas linguísticas tradicionalmente fixas. Para a saudação matutina dizemos, em português *Bom dia*! ou *Bons dias*!, ainda que a saudação aconteça numa manhã de chuva ou de cara feia. Às vezes, as línguas utilizam modos tradicionais muito diferentes entre si. A apresentação inicial de pessoas, por exemplo, se faz entre nós com *Satisfação*! enquanto o francês prefere *Enchanté*!, o italiano *Piacere*!, o espanhol *Mucho gusto*!

Esses saberes, pelos seus desempenhos por parte dos falantes, estão sujeitos a juízos de valores em relação aos três planos aqui distinguidos. Quando

o saber se manifesta na atividade do fazer, no saber fazer, recebia entre gregos o nome *téchne*; assim um título como *téchne grammatiké* denunciava um saber de como se faz algo. Os latino traduziram o termo grego por *ars*; como judiciosamente ensina Coseriu, não significava o que hoje chamamos "arte" (alemão *Kunst*), mas tinha o significado, também no antigo alemão, de uma capacidade que se evidenciava, que se manifestava, que se mostrava no fazer. Assim sendo, adianta Coseriu, não têm fundamento as discussões entre linguistas tradicionais e modernos sobre se a gramática é uma arte ou uma ciência com base nos conceitos que de fato designam tais termos (*Competencia linguística*, p. 235 da versão espanhola).

O juízo de valor que faz referência ao nível do saber elocutivo ou competência linguística geral recebe na nomenclatura de Coseriu o nome técnico "congruência", que faz alusão ao fato de alguém falar em cada caso de acordo com as habituais expectativas normais. A um falar que, neste plano, não corresponde às normas de clareza, coerência e congruência, se diz "incongruente".

— O juízo da congruência é autônomo ou independente dos juízos que se referem à língua particular e ao texto; assim é que se pode facilmente apontar a incongruência existente na letra popular "*Tudo vai bem entre nós/ Como dois e dois são cinco"*, mas não se pode apontar nem um erro de língua portuguesa. Se se quer expressar o incongruente, se tem de dizer exatamente assim em português. Como diz Coseriu, com razão: "Há uma maneira correta na língua particular de dizer também o absurdo" (*Competencia*, p.95).

O juízo que faz referência ao saber expressivo ou competência textual se diz *adequação*, e, como vimos, se aplica à maneira adequada de construir textos em obediência a situações determinadas.

Consoante cada fator envolvido no discurso ou no texto, temos distinções para fazer: 1) em atenção ao objeto ou tema, pode o saber expressivo ser *adequado* ou *inadequado*; 2) em atenção ao destinatário, pode ser *apropriado* ou *inapropriado*; 3) em atenção à situação ou circunstâncias, pode ser *oportuno* ou *inoportuno*.

Juízos de valor normalmente atribuídos à língua como *bela*, *harmoniosa*, *vigorosa*, *elegante* pertencem a esse nível do saber expressivo e, como tais, devem ser analisados e descritos.

Também esse plano é autônomo do falar em geral e do falar (em) uma língua particular. O falar com uma criança ou uma pessoa de pouca cultura

me faz "calibrar" ou "filtrar" o discurso ou o texto para atingir as propriedades de adequação exigidas nessas circunstâncias.

O juízo que faz referência ao saber idiomático ou competência Iinguística particular se diz *correção*; falar corretamente é não desviar-se de uma tradição idiomática ou, em última análise, falar conforme a língua. Por outro lado, falar incorreto é não falar em conformidade com essa tradição, ainda que possa ser um falar correto em relação a outra ou outras tradições existentes numa língua histórica, isto é, por exemplo, na língua portuguesa como um todo, com as variedades diatópicas (dialetais), diastráticas (sociais) e diafásicas (estilísticas). E neste sentido que está correta a firmação de José Oiticica, lembrada aqui antes: "O maior absurdo é querer achar para todos [os aspectos linguísticos] o mesmo critério de correção" (*Curso de literatura*, p. 78).

Uma língua nada mais é do que uma determinada técnica do falar de uma comunidade linguística historicamente constituída. Assim, falar corretamente é falar conforme a tradição linguística dessa determinada comunidade. E como dentro dessa comunidade há, normalmente, diversas línguas funcionais, dentro da nomenclatura de Coseriu, teremos então, dentro da língua histórica, diversas normas de correção idiomática. Todo falar tem sua própria correção, como diz Coseriu, e esta correção não é única para toda uma língua histórica.

O nó górdio da questão é que a tradição gramatical e os linguistas têm em geral confundido o conceito de correção com o conceito do que Coseriu chama e*xemplaridade*: correção idiomática não é o mesmo que modo exemplar de falar. Muitas vezes, ao aludirmos à correção em português, estamos querendo falar de exemplaridade em português.

— Cabem aqui as lapidares palavras de outro genial linguista, o itaIiano Antonino Pagliaro:

"Importa-nos agora pôr em relevo que a língua comum é a expressão de uma consciência unitária comum, que pode ser cultural em sentido lato, como acontecia na Itália do século XIV ou na Alemanha de Lutero, e pode ser política, como é o caso das atuais línguas nacionais; nela temos sempre um fator volitivo que leva as comunidades a superar as diferenças mais ou menos profundas dos falares locais, para aderir pela expressão a uma solidariedade diferente e mais vasta. Por outras palavras, quem, deixando de parte o dialeto nativo, passa a falar a língua comum, exprime através desse ato a sua adesão volitiva a um mundo mais vasto, determinado cultural ou politicamente, ou então, como acontece nos estados nacionais modernos, pelas duas formas.

Desta consciência linguística mais clara resulta que a língua comum nunca atinge a plenitude afetiva, traduzida por subentendidos, alusões ou matizes estilísticos, que temos nos falares locais e nas chamadas línguas especiais, principalmente nas gírias. Pelo uso da língua comum, o falante arranca-se em certo sentido, à fase naturalística da expressão, ligada a um ambiente mais ou menos restrito, como a família, o bairro, a cidade ou a região, para se elevar conscientemente a um plano mais vasto, onde o fator intelectual tem muito mais valor que o fator afetivo. Assim se explica que nos falares familiares, locais e regionais, ou nas gírias, o elemento intuitivo-afetivo venha em primeiro plano, de tal modo que basta uma palavra, um gesto ou uma inflexão de voz, para evocar uma ideia ou um estado de alma, enquanto na língua comum a expressão se racionaliza e parece tomar-se fria (*A vida do sinal*, trad. portuguesa de Aníbal Pinto de Castro, p.142-143).

Pelas palavras de Antonino Pagliaro, vê-se claramente que a língua comum, principalmente se serve a mais de um país, como a língua portuguesa, apesar da sua unidade relativa, apresenta variedades diatópicas (regionais), diastráticas (sociais) e diafásicas (estilísticas). Aí entra o movimento de uma unificação sobre a unificação da língua comum, que é a língua exemplar ou padrão. Se a língua comum alcança essa unidade ideal, como ocorre em países de pequena extensão dotados de rica e atuante rede de ensino secundário e superior, não há cabimento para a língua exemplar, ou melhor, a língua comum se confunde com a língua exemplar.

A língua exemplar é, portanto, um modo de falar idealmente unitário, historicamente eleito, que vem neutralizar as pequenas divergências que a língua comum apresente. Exemplaridade, não é um juízo de valor, como ocorre com a correção; mas constitui uma língua dentro da língua comum e, com esta, é o veículo linguístico através do qual o discurso e o texto se manifestam nos momentos e circunstâncias sociais, culturais, científicos, artísticos e burocráticos.

Voltando aos conceitos de estrutura (de uma língua) e de arquitetura, podemos dizer que o correto diz respeito à estrutura da língua, enquanto o exemplar diz respeito à arquitetura da língua histórica; é, como diz Coseriu, uma língua, uma estrutura determinada dentro dessa arquitetura. Quando se busca o correto, está-se perguntando se essa ou aquela realização coincide com o modo de falar que chamamos língua, isto é, se busca uma determinação de conformidade. Quando se busca o exemplar, está-se perguntando qual,

dentre os vários modos de falar de uma língua histórica é o eleito como língua comum unitária.

Nenhum modo de falar é correto em si mesmo; é correto porque existe historicamente. Da mesma maneira, nenhum modo de falar é por si mesmo exemplar; é exemplar porque foi eleito, ou por tácita adoção dos falantes ou pela ação de gramáticos ou academias empenhados na política do idioma e na homogeneidade idiomática. Elege-se a exemplaridade ou o modo exemplar, em nossas comunidades, como o modo de falar das pessoas cultas, por representar o nível mais alto da língua comum. Como a língua comum apresenta ou pode apresentar variedades, a língua exemplar pode desenvolver normas regionais, especialmente nas línguas faladas em vários países. Assim, temos uma norma exemplar para Portugal e outra para o Brasil; entre nós, podemos contar, por exemplo, com uma norma do Rio de Janeiro e outra de São Paulo.

A língua literária é o registro(conjunto de estilos) mais elevado da língua exemplar.

Pelo exposto, pode-se concluir que os chamados tradicionalmente critérios de correção, na realidade são tipos de exemplaridade. E disto advêm, segundo Coseriu, duas conclusões importantes: tais critérios não são nem critérios, nem de correção. Não são critérios porque, em se tratando de exemplaridade, não são o fundamento da eleição de um modo entre várias possibilidades. Nem tampouco são de correção, porque, ainda se tratando de exemplaridade, não têm por objeto estabelecer se um modo está correto em qualquer falar de uma comunidade.

Outro engano de consequências graves é reconhecer a língua exemplar como a única correta e, portanto, em qualquer circunstância, só segundo seu modelo se deve falar uma língua. Cada comunidade linguística, como vimos, tem uma unidade mais ou menos idealmente homogênea, de um modo que encerra mais de uma tradição. A pauta do correto, a tradição linguística, se concretiza no uso, razão por que tem sido o uso um critério muito evocado, da Antiguidade aos nossos dias. Só que, como aduz Coseriu, o uso entendido como o comprovado no falar, se estende além do idiomático, e se manifesta ainda no saber elocucional e no saber expressivo; por outro lado, o uso, entendido como comprovação de certo modo de falar, não é o fundamento da correção, mas sua justificação ulterior.

Outro aspecto digno de atenção é que o uso, referindo-se apenas ao uso idiomático, não só abrange o já dito, mas a realização de novos usos em

conformidade com a pauta do saber fazer. Por isso, Coseriu propõe que melhor que a denominação uso, devemos utilizar, para esse conceito, a expressão *saber idiomático*.

Retornando à problemática inicial da elaboração de uma gramática padrão, vale insistir em que a língua histórica é objeto de estudo da lingüística, e não deve entrar perturbadoramente na elaboração de uma gramática padrão com vista ao ensino de línguas nem na atividade pedagógica idiomática. Na elaboração desse tipo de gramática e desse tipo de educação lingüística, a preocupação deve cingir-se, no caso do português, por exemplo, ao português exemplar ou padrão atual como veículo da tradição cultural comum aos povos que integram o espaço da lusofonia (1).

(1) Cf. Eugenio Coseriu Sobre la enseñanza del idioma nacional. Problemas, propuestas y perspectivas (in Philologica 11, 1989 (33-37), Salamanca, e Die Ebcnen des sprachlichen Wissens. Der Ort des Korrekten in der Bewertungsskala des Gesprochenen in Energeia und Ergon, Band I, 1988 (327-364).

Duas afirmações muito complexas

Isso não se diz e *Isso não é português* são duas afirmações que se ouvem constantemente em aula de língua portuguesa ou durante discussões acerca de questões de linguagem; mas, muitas vezes, nem por longe as pessoas se dão conta da complexidade de que se revestem essas declarações. Uma das grandes contribuições que os modernos estudos de linguagem vieram assentar é que uma língua histórica não é a realidade unitária e homogênea que imaginaram técnicos de antigas concepções; nem estão com a razão as pessoas que supõem ser o idioma domínio em que os problemas se resolvem dentro da lógica de dois e dois são quatro, ou dentro dos princípios do pão, pão, queijo, queijo, vale dizer, é isto e está acabado.

Muito pelo contrário – e aí está a sua riqueza e fascínio –, uma língua histórica (o português, por exemplo) é uma porção de línguas ou de variedades concretas de atos linguísticos que servem de instrumento de comunicação aos integrantes das comunidades de falantes que constituem o domínio da língua portuguesa no mundo. Para simplificar a questão, vamo-nos referir apenas ao português do Brasil, por estar mais perto de nós; todavia, o que vamos dizer aqui se pode aplicar, *mutatis mutandis*, ao português de Portugal.

Em primeiríssimo lugar – e isto já vimos em considerações anteriores –, a língua portuguesa não é só aquilo de que fazemos uso hoje, mas ainda aquilo de que fizeram uso gerações passadas e aquilo de que farão uso gerações vindouras. Em outras palavras, a língua não está feita, mas se faz

continuamente, de modo que temos de contar com os diversos estágios por que tem passado, estágios cujos usos não se extinguem de todo, pois ficam vivendo fragmentariamente aqui e acolá, com maior ou menor intensidade. Quando lemos obras de outras épocas, damo-nos conta desses diversos estágios linguísticos, dessas diferentes *diacronias* que constituem uma língua histórica. Há línguas que, através do tempo, sofrem mudanças muito profundas; outras há em que as alterações são menos acentuadas; assim é que um texto inglês ou francês do século XVI oferece ao leitor mais dificuldade de entendimento do que um texto português da mesma época, isto porque as mudanças operadas neste têm sido mais lentas do que nos idiomas citados.

Fechemos agora os olhos a esta realidade dos diversos estágios por que tem passado a língua portuguesa, isto é, a sua *diacronia*, e vamo-nos concentrar num só desses estágios; porque o conhecemos melhor, pois é dele que fazemos uso; vamos tratar do estágio de nossa época, o português de hoje, o português do Brasil do século XX, preparando-se para entrar no próximo milênio. Antes de fazê-lo, cabe lembrar que cada estágio de uma língua histórica chama-se *sincronia*, e a sucessão de sincronias constitui a *diacronia* dessa dada língua. Os nossos atos linguísticos integram a nossa sincronia, são eles que realmente delimitam e caracterizam o nosso saber idiomático. E por isso que se diz que as línguas se constroem diacronicamente e funcionam sincronicamente. O fato de nos prendermos à sincronia resulta de uma necessidade metodológica da descrição, e não porque, nas considerações sobre questões de linguagem, deve ser desprezada a diacronia. Eis um engano que precisa ser identificado com muita clareza, corrigido com muita rapidez. Outro ponto que, nesta oportunidade, merece nossa atenção, quando se trata de um objeto cultural: como a língua, ele tem um "desenvolvimento histórico", e, por isso mesmo, as mudanças linguísticas só podem encontrar explicações em termos culturais e funcionais, e não em termos de uma causalidade exterior.

Mas voltemos à questão da *nossa* sincronia. A rigor, não basta falar da nossa sincronia, já que a língua que hoje nós praticamos não se apresenta uniformemente na comunidade nem quanto ao espaço geográfico (o português do Rio de Janeiro não coincide com o do Rio Grande do Sul ou o de Pernambuco), nem quanto ao estrato sociocultural (a chamada *língua de cultura*, não coincide com a *língua popular*), nem quanto aos diversos tipos de modalidade de expressão (o português escrito não coincide com o português falado; a chamada *língua usual* não coincide com a *língua*

literária; o modo de falar entre os familiares não é igual ao de falar em público; conhecemos uma linguagem corrente e uma linguagem oficial ou burocrática; mesmo na língua escrita literária, por exemplo, temos diferenças entre um texto em prosa e outro em poesia; e ainda num texto em poesia notam-se distinções entre a poesia épica e a poesia lírica). São diferenças a que o linguista Eugenio Coseriu chama, respectivamente, *diatópicas* (regionais ou dialetais), *diastráticas* (de estratos socioculturais) e *diafásicas* (de modalidade de expressão).

Tudo isto é língua portuguesa do Brasil, tudo isto faz parte do saber idiomático da nossa comunidade linguística e tudo isto, com maior ou menor intensidade, integra a competência idiomática de cada membro dessa comunidade. Nenhum desses membros da comunidade conhece sua língua histórica em toda a sua extensão, por maior que seja sua cultura linguística. Só muito relativamente conhecemos a língua praticada em sincronias passadas (note-se que antes do advento da gravação em discos e em fita, e isto é recentíssimo, só tínhamos acesso ao passado escrito), acontecendo o mesmo quanto aos falares regionais, aos estratos socioculturais e às diversas modalidades de expressão.

Assim sendo, a língua histórica portuguesa se desdobra, dentro da comunidade brasileira, em outras línguas de efetiva existência, delimitadas e diferenciadas umas das outras, por linhas imaginárias chamadas *isoglossas* que abarcam os atos linguísticos comuns, mais ou menos idênticos e, por isso compreensíveis, de certa época, de certa região, de certa comunidade sociocultural, de certos indivíduos e de certos textos elaborados por estes indivíduos. A extensão dessas isoglossas pode ser larga ou estreitamente considerada; daí, partindo da maior para menor extensão, podemos falar, dentro da mesma língua histórica, do português moderno do Brasil, do português do Rio de Janeiro, do português escrito literário, do português de Machado de Assis prosador e do português de Machado de Assis poeta.

Cada uma das diversas feições de uma língua histórica pode ser objeto de estudo, pode ser sistemática e coerentemente descrita, porque tem um sistema de unidades linguísticas opositivas; em resumo, podemos escrever de cada uma a sua *gramática*. De modo que é errôneo supor que a gramática da chamada língua de cultura é a *língua*, isto é, fora de seus cânones nada mais existe. Existe sim, e tudo tem igual valor para as ciências da linguagem, o que não significa que tem a mesma importância na formação cultural de cada indivíduo. É sempre uma questão mal posta indagar se *chegar*, no

português do Brasil, não se constrói com *a*, mas sim com *em*: *Chegar em casa* (em lugar de *chegar a casa*). É como se indagássemos se hoje o tênis substituiu o sapato tradicional. Iríamos, com certeza, dizer que não, porque, embora hoje esteja estendido o uso do tênis, há momentos em que o sapato tem sua vez; podemos até adiantar que o tênis é usual mais entre jovens do que entre pessoas de idade.

Por isso se fazem muitas injustiças à chamada gramática tradicional, quer de intenção descritiva, quer de natureza normativa, quando se critica porque ela não faz o que a rigor não lhe compete fazer. Por exemplo, minha *Gramática* tem sido apontada como "defasada" porque não recomenda ou registra iniciar-se frase com pronome átono: *Me dê*, *Me faça o favor*, etc. Ora, uma gramática escolar tem por objetivo observar e registrar a língua culta, não porque seja ela a "melhor", a "mais perfeita" e, muito menos, a "mais correta". Não entram aqui juízos de valores. A língua culta é o objeto de estudo por ser a variedade linguística em que estão vazados os produtos de cultura: as obras científicas, os textos didáticos, os manuais profissionais, os jornais, as revistas e, em geral, as obras literárias. Dizemos em geral, porque sendo a obra literária um produto artístico, pode o autor (principalmente na fala de personagens de cultura menor) servir-se da língua regional ou popular com finalidade de caracterização do seu personagem. E nessa língua de cultura não ocorrem *Me dê, Me faça o favor*.

Diante de tudo o que aqui foi exposto, percebe-se a complexidade de afirmações do tipo *Isso não se diz, Isso não é português*. E, então, concluirá o leitor, não há erros de gramática? Tudo é válido na linguagem?

Procuramos mostrar que uma língua histórica encerra dentro de si outras tantas "línguas" que funcionam nas diversas regiões em que é falada, atendidos também os diversos graus de educação idiomática e as diversas características de estilo. A gramática não poderia pretender uma descrição única de toda uma língua histórica, porque, como diz Eugenio Coseriu, ninguém fala uma língua histórica: o falar só se realiza de modo imediato numa ou noutra de suas formas determinadas em sentido diatópico, diastrático e diafásico. Em outras palavras, ninguém conhece *todo* o português (o exemplo, como dissemos no início destas considerações, pode estender-se a qualquer língua histórica), já que só fala, em cada caso, uma forma determinada de português, isto é, um só "dialeto", num determinado nível e num determinado "estilo de língua".

E para cada forma desse português se poderá, em princípio, erigir uma gramática descritiva onde fatos linguísticos existentes podem diferir de outras

formas de português também conhecidas, e às vezes essas diferenças entre tais línguas funcionais não são menores do que aquelas que ocorrem entre línguas históricas distintas.

Tomemos um caso, entre outros, para documentar o que estamos afirmando. No português padrão o pronome *lhe* se opõe ao pronome *o* em casos em que o verbo transitivo indireto se opõe ao direto: *Eu lhe quero bem / O livro, eu não o quero já*.

No português coloquial de escolarizados, entre nós, a oposição *lhe* e *o* não ocorre nos casos em que o verbo transitivo indireto se opõe ao direto, mas sim na referência à 2ª pessoa ou à 3ª. Se eu falo com João e em referência a ele, posso coloquialmente dizer: *João, domingo eu lhe vi na praia*, isto é, *eu vi você na praia*. Se estou com João e falo de Pedro, poderei dizer, menos coloquialmente: *João, preciso falar com Pedro. Você o viu por aí?* Ou mais coloquialmente: *Você viu ele por aí?*

Já no falar popular, entre pessoas não escolarizadas, só ocorrerá esta última possibilidade.

Por fatos deste tipo, que se podem multiplicar, não estará rigorosamente correto dizer-se que *lhe* só funciona com verbos que pedem objeto indireto (em consonância com a técnica idiomática da língua padrão) ou que *lhe* aparece com verbos que pedem objeto direto (conforme uma possibilidade da técnica idiomática do português coloquial de pessoas escolarizadas ou de acordo com a técnica idiomática do português popular).

Enquanto a gramática descritiva está preocupada em registrar e descrever um sistema sem pretender apontar uma língua modelar, digna de ser seguida pelos falantes, a gramática normativa tem finalidades didáticas e pretende, por isso mesmo, classificar as formas e construções corretas, impugnando as incorretas. Neste sentido, a gramática normativa é a arte de ensinar a falar e a escrever dentro dos usos que se esperam de uma pessoa instruída, escolarizada. A gramática normativa, vista por este prisma, não é nem teoria nem descrição; é tão somente um corpo de recomendações de usos considerados exemplares. Como a língua está em perpétua mudança, esses usos exemplares podem sofrer variações no tempo, embora com muito mais lentidão do que os usos que se registram em outras técnicas idiomáticas. Citando mais uma vez Eugenio Coseriu, lembra ele a respeito a lição do filósofo italiano Croce: a gramática normativa é a "afirmação de uma ou mais tendências artísticas, o programa de um modo de falar ou escrever próprio ou alheio".

Toda nação culta tem seu código de bem falar e escrever, e o aprendizado deste código começa nos primeiros anos de vida e não para nunca: sempre há ocasião para se ir mais além no conhecimento dessa língua exemplar. Nenhum escritor, por mais ilustre que seja, começa dominando todas as normas e segredos do seu idioma. Machado de Assis, por exemplo, apresenta-nos nos seus livros, ainda na fase de autor já consagrado, os verbos *fazer* e *haver* impessoais, na forma flexionada, contra a boa tradição da língua: "*Faziam* já dous anos que o não via" (*Contos Fluminenses*, pág. 54, 1899). "(...) homem muito rico (...) que morrera *haviam* dez anos" (Ibid., pág.62). Aprendido que tais verbos, nestas referências, não se põem no plural, o grande Machado inseriu-se na tradição idiomática. Outro grande mestre da língua, Camilo, usou por muito tempo o verbo *haver* no plural, em referência existencial; é célebre o seu passo "houveram coisas terríveis" (*Romance dum Rapaz Pobre*, pág.34).

Não menos diferente ocorre com especialistas do idioma. Um dos nossos melhores conhecedores de sintaxe, o grande Mário Barreto, nas pegadas de Júlio Ribeiro, gramático, ensinava que o *dar* aplicado a horas ficava sempre no singular: *Deu dez horas*. Não é essa, todavia, a tradição da língua. Mais tarde, em outro livro, corrigiu-se nestes termos: "Folgo de que o sr. D. de L. me interrogue sobre o uso do verbo *dar* aplicado às horas, porque assim me dá ocasião a que, em público, me penitencie dum erro cometido numa das minhas e mais juvenis composições gramaticais. Pesa-me de haver condenado, em arredadas eras, a frase *deram dez horas* e foi o nosso Júlio Ribeiro (...) quem me fez escorregar na ladeira do seu engano (...) Há muito tempo que o meu parecer variou radicalmente, e quem primeiro me advertiu do meu lapso, e fez a correção privadamente sem sanha ou cólera, foi o sr. dr. Silva Ramos, e depois dele o falecido professor Cândido Lago (...)" (*Através do Dicionário e da Gramática*, 1927, pág.357).

Aqui temos, pois, bons exemplos para imitar. Não é desdouro aprender de quem tem condições e saber para ensinar. Está claro que não estamos pleiteando o retorno do *magister dixit* nem do purismo intransigente que tanto prejudicou o progresso e o desenvolvimento dos estudos gramaticais entre nós. Vivemos hoje outro clima de cultura linguística, mas nem por isso podemos confundir a missão do linguista com a do professor de língua portuguesa, ambas meritórias, mas que não se devem confundir. Isto mesmo pensa o introdutor dos estudos linguísticos universitários entre nós, o saudoso

mestre Mattoso Câmara: "A gramática descritiva, tal como a vimos encarando, faz parte da linguística pura. Ora, como toda ciência pura e desinteressada, a linguística tem a seu lado uma disciplina normativa, que faz parte do que podemos chamar a linguística aplicada a um fim de comportamento social. Há assim, por exemplo, os preceitos práticos da higiene, que é independente da biologia; ao lado da sociologia, há o direito, que prescreve regras de conduta nas relações entre os membros de uma sociedade.

A língua tem de ser ensinada na escola, e, como anota o linguista francês Ernest Tonnelat, o ensino escolar "tem de assentar necessariamente numa regulamentação imperativa".

Assim, a gramática normativa tem o seu lugar e não se anula diante da gramática descritiva. Mas é um lugar à parte, imposto por injunções de ordem prática dentro da sociedade. É um erro profundamente perturbador misturar as duas disciplinas e, pior ainda, fazer linguística sincrônica com preocupações normativas" (*Estrutura da Língua Portuguesa*, 5).

Além da consulta às gramáticas de intenção normativa, o meio por excelência para o enriquecimento dos usos modelares é o convívio permanente com os bons escritores e com as pessoas que falam em obediência a tais usos. A literatura moderna brasileira tem quase sempre optado, e está no seu pleno direito, por aproximar-se da realidade espontânea da língua falada. É uma opção do artesanato literário, ainda que isto lhe custe o sacrifício de abrir mão do apanágio da obra de arte, que é a sua relativa perenidade, já que só perpétuas ficam as obras dos gênios. Enquanto Machado de Assis e outros clássicos modernos permanecem vivos porque, além dos valores intrínsecos, escreveram numa língua de maior perenidade, a maioria dos contemporâneos morreu literariamente pouco depois do desaparecimento do nosso convívio, porque escreveram numa língua do aqui e agora, restrita a um determinado contexto temporal, espontânea, viva, mas, e por isso mesmo, extremamente fugaz. O sempre moderno João Ribeiro dizia:

"Nada há mais velho que a moda, nada mais fácil que a originalidade das desobediências (...) Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem. O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos da vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo, restituindo-

o, quanto pôde, à nobreza antiga da língua falada. É que o espírito, na morte, se reintegra e continua eterno na sua própria espécie, e só o corpo se contenta com volver e perder-se em outras fermentações e outras tantas modas e mutações da vida universal" (*Páginas de Estética*, 121).

A língua de uso

Já vem de muito longe a idéia de que, em matéria de linguagem, o uso se apresenta como o guia supremo. Tornaram-se lugar-comum as palavras de Horácio, na sua *Arte Poética*: (...) *si volet usus*, /*quem penes arbitrium est et ius et norma loquendi* (vv. 7 1 -72) que, em vernáculo, quer dizer: "(...) se o uso assim quiser, / Já que só dele dependem o arbítrio, o direito e a norma da língua", ou, como traduziu Cândido Lusitano, criptônimo arcádico de Francisco José Freire: "Se o uso o consentir, pois é da língua / Sumo legislador, e regra viva" (*Arte Poética*, 2 ed., Rollandiana, Lisboa, 1778, pág. 37).

Em toda a Idade Média a expressão *usus loquendi* era entendida como a capacidade da gramática de identificar o que é correto na língua, não diferindo da condição de sumo legislador que Horácio concedia ao uso.

Não foi difícil que a gramaticografia mais chegada a nós incluísse o uso como ponto de referência e orientação dos compêndios gramaticais com intenção preceptiva ou pedagógica. Mesmo pretendendo elaborar uma gramática de feição científica, isto é, sem a preocupação com o que é correto, o autor não desdenhava o testemunho do bom uso do idioma que pretendia descrever. Júlio Ribeiro, que inaugura entre nós, em 1881, a feição científica dos estudos gramaticais, assim define o objeto do seu livro, alicerçado na lição do lingüista americano William Dwight Whitney:

"Gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem".

E acrescenta:

"A gramática não faz leis e regras para a linguagem; expõe os fatos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da gramática não tem por principal objeto a correção da Iinguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruídas, lendo artigos e livros bem escritos, muita gente consegue falar e escrever corretameiate sem ter feito estudo especial de um curso de gramática. Não se pode negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como elas o são nos compêndios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o único meio que têm de corrigir-se os que na puerícia aprenderam mal a sua língua" (*Gramática Portuguesa*, 2 ed., 1 885, pág. 1).

Quem se dispuser a estudar as matrizes teóricas do pensamento gramatical do nosso Júlio Ribeiro encontrará nos dois pequenos excertos transcritos acima muito o que discutir sobre o tema. Senão vejamos. Embora citando Whitney, como dissemos, Júlio Ribeiro descarta de início como preocupação primeira da gramática o problema da correção idiomática:

"Gramática é a exposição metódica dos fatos da linguagem".

Mas seu aparente guia, Whitney, é contundente em atribuir à gramática o estudo do bom uso da língua, em virtude de pessoas, aprendendo intuitivamente a falar, adquirem alguns modos errados que cumpre corrigir:

"It is partly in order to help in this process of correcting bad habits, that the good and approved usages of a Ianguage are collected and set forth in a book which is called a "grammar". (É parcialmente uma forma de auxiliar nesse processo de correção de maus hábitos, onde os usos bons e aprovados da língua são coletados e incluídos num livro que é chamado "gramática").

Hence, the English language, as made the subject of a grammar, means the English of the present day, as used by good speakers and writers; and English grammar is a description of the usages of the English language in this sense (*Essentials of English Grammar*, 1 877, pág. 4). (Assim, a língua inglesa, utilizada como objeto de uma gramática, significa o inglês de hoje, como usado por bons falantes e escritores; e gramática inglesa é a descrição dos usos da língua inglesa neste sentido).

E logo abaixo reforça seu ensinamento:

"Grammar does not at all make rules and laws for language; it only reports the facts ofgood Ianguage (...)", o que difere do espírito que está em Júlio Ribeiro:

"A gramática não faz leis e regras para a linguagem; expõe os fatos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da gramática não tem por principal objeto a correção da linguagem".

Neste particular, a orientação seguida pelo nosso gramático mais se aproxima de outra fonte, o suíço Cyprien Ayer que, na sua substanciosa *Grammaire comparée de la langue française* (4ª ed., 1 885), ensina:

"La grammaire n'enseigne donc pas comme l'on *doit parler*, mais comme *l'on parle*", isto é, a gramática não ensina como se *deve falar* (ou, com Júlio Ribeiro, a correção da Iinguagem), mas como *se fala* (ou, com nosso patrício, os fatos dela).

Modernamente, uma das gramáticas de maior sucesso para o francês é a de autoria do belga Maurice Grevisse, e não é sem razão que se chama *Le bon usage*.

As definições de *gramática* como "a exposição metódica dos fatos da língua" e como "a exposição do bom uso linguístico dos falantes e dos escritores cultos" apontam, de certa maneira, para as duas concepções de Guilherme Humboldt sobre a linguagem, na introdução de uma obra acerca da língua Kawi da Ilha de Java, publicada em 1 836, depois da morte deste notável filósofo e linguista alemão, muito justamente considerado o fundador da Linguística Geral.

Para Humboldt a Iinguagem se caracteriza fundamentalmente por dois aspectos. Um, *dinâmico*, que nunca está totalmente feito e acabado, mas que se refaz continuamente como atos individuais, criativos do homem, aspecto a que ele deu o nome de *enérgeia*, que, em grego, quer dizer "atividade"; outro, *estático*, concebido como 'coisa feita', como 'sistema historicamente realizado', a que ele deu o nome de *érgon*, que, em grego, quer dizer "produto".

Esta importante distinção não produziu os efeitos inovadores que ela poderia promover numa visão moderna dos estudos linguísticos, até que dois outros investigadores, oriundos de correntes linguísticas diferentes, vieram a insistir na necessidade de se retomar a dicotomia ressaltada por Humboldt, entre atos individuais linguísticos que dão concretude real às línguas, e língua propriamente entendida como o sistema linguístico que se realiza no falar socialmente institucionalizado.

O primeiro mais chegado à nossa época que retomou tais idéias foi o genial suíço Ferdinand de Saussure, denominando *parole* ao ato linguístico, à fala, e *langue* à língua. Na concepção de Sausurre, a *parole* é a atividade de

falar e pertence ao indivíduo; a *langue* representa a norma, o sistema linguístico que se realiza no falar, e pertence à sociedade.

O outro estudioso foi o filósofo e filólogo alemão Karl Vossler que, influenciado pelo idealismo filosófico e mais diretamente pelo italiano Benedetto Croce, e criticando o positivismo dominante na linguística do século XIX (em cujos postulados teóricos se criou e se notabilizou Ferdinand de Saussure), mais uma vez ressaltou a importância do indivíduo como agente criador da linguagem.

A entronização do indivíduo no fenômeno da linguagem se biparte em igual medida de importância entre o falante e o ouvinte, e Vossler insistiu inovadoramente na participação do ouvinte no ato linguístico, já que a linguagem é um ato pelo menos a dois (mesmo no monólogo), em virtude da sua precípua função finalística de comunicar algo a alguém, ainda que seja ao eu interior.

A dicotomia *langue* — *parole* (em português *sistema* e *fala*) apresentava, todavia, problemas teóricos e metodológicos na concepção e descrição Iinguística, o que estimulou a que vários estudiosos se enfronhassem na elucidação das dificuldades. Surgiram, assim, diversas propostas que não cabe aqui examinar, exceto a do teórico Eugenio Coseriu que, reatando idéias e intuições, explícitas e implícitas de Ferdinand de Saussure, com base na própria investigação empírica do fato linguístico, chegou a uma divisão tripartida de *sistema* — *norma* — *fala*. Por esta proposta, o sistema saussuriano se bipartia em sistema e norma, em que o sistema seria entendido como sistema funcional e a norma como sistema normal. Essa distinção esclarece melhor o funcionamento da linguagem, que é ao mesmo tempo criação e repetição.

Exemplos comuns e fáceis de colher no funcionamento da linguagem patenteiam com maior clareza a necessidade da distinção entre *sistema* e *norma*. Entre duas crianças brincando de animais, pode bem o Dudu convencionar com Clarice que ela será a *formiga* e ele, o *formigo*. Percebe-se que o nosso Dudu trabalhou com o seu conhecimento do sistema, mas na norma não é normal a oposição *formigo*/*formiga*.

Está-se a perceber, como lembra Coseriu, que tal conceito de norma não está tomado no sentido tradicional de correção gramatical e de valorização subjetiva do expressado, mas tão somente no sentido da norma objetivamente comprovável na língua, e que adotamos por pertencermos a uma comunidade linguística.

Está implícito o entendimento de que muitas vezes a *norma normal* e a norma correta coincidem.

A nomenclatura científica – a que se agrega a nomenclatura das disciplinas da Iinguagem – recomenda a univocidade do termo empregado para tal ou qual conceito. E a essa univocidade não atende o termo *uso*, pela vaguidade e pela amplitude para que ele aponta, e esta deficiência já foi ressaltada por linguistas teóricos, entre os quais está Eugenio Coseriu. Por exemplo, se empregamos o termo para nos referirmos aos fatos de língua, o uso há de incluir não só o idiomaticamente correto, como o incorreto, já que este também é usual, é corrente, no falar.

Por outro lado, se por *uso* nos referimos apenas ao documentário, o já dito, o termo não nos põe diante da documentada inédita, nascida da capacidade criadora e inovadora do falar, da competência ou do saber idiomático numa dada língua.

Por estas e outras razões, dizia-nos Karl Vossler (*Filosofía del lenguaje*, trad. espanhola, 2 ed., 1947, pág. 184) que a duplicidade a que Kant e Hegel designavam por conceitos reflexos por se aclararem mutuamente, se encontra nos conceitos de emprego próprio e impróprio da Iinguagem, de emprego usual e ocasional, geral e individual; numa palavra, de regra e exceção. Em si e por si, a língua não tem regras nem exceções, pois ela anda daqui para ali por entre as regras e exceções; porque não pertence por inteiro ao indivíduo ou à comunidade, já que faz o papel de uma inquieta mediadora entre comunidade e indivíduo.

Entender o uso como algo extratado do falar da comunidade que representa a média das construções regulares e constantes, é o mesmo que dizer que o uso, neste sentido, é, na essência, a tradição idiomática, ou, melhor explicitando, em vez de *uso*, devemos falar com Coseriu, em *saber idiomático*, que implica a potencialidade não só para o já dito quanto para o que é possível dizer.

Vista uma língua histórica integrada por diversas línguas funcionais, isto é, por diversas variedades, cada uma das quais funcionando sintópica (numa mesma região), sinstrática (num mesmo estrato social) e sinfasicamente (num mesmo estilo), fácil é concluir que cada uma tem sua pauta de correção.

Por isso, um primeiro problema a ser levantado é a escolha da variedade, da língua funcional que vai ser objeto da descrição.

Se a variedade é aquela que representa a média das realizações do que se estabelece como bom uso ou uso padrão, uso culto, ou, simplesmente,

uso escrito, fica-nos a questão de estabelecer uma faixa de tempo em que nessa variedade ocorrem as realizações constantes e regulares.

Neste particular, a escolha deste percurso histórico impõe-se ao se apresentar igualmente ao pesquisador, porque as mudanças variam entre as línguas. Umas apresentam mudanças só decorridos largos períodos de tempo, como, por exemplo, o português e o espanhol; outras têm essas mudanças mais aceleradas, como o inglês ou o chinês.

Como a variedade escrita culta se nos apresenta mais lenta, as disposições recomendadas oficialmente para o ensino normativo da língua portuguesa têm fixado que a língua a ser estudada é a que utilizam os escritores nos textos literários dos dois últimos séculos, isto é, XIX e XX.

Estudando historicamente nosso idioma, M. Said Ali considerou o português hodierno aquele praticado no seguinte lapso de tempo:

Reservo a denominação de português hodierno para as mudanças características do falar atual criadas ou fixadas recentemente, ou recebidas do século XIX, ou que porventura remontam ao século XVIII.

O ensino moderno da língua portuguesa, com muita propriedade, não tem restringido a lição apenas aos textos literários propriamente ditos, no que diz respeito aos usos idiomáticos. Amplia sua atenção aos fatos lingüísticos que ocorrem nos textos técnicos, nos jornais, nas revistas e nos demais tipos de publicação escrita.

Trabalhos modernos de excelente nível científico no campo lexicológico e gramatical têm levantado opulento corpus, em torno de setenta milhões de ocorrências, extratado particularmente de textos jornalísticos datados de 1950 a esta parte. Ora, a linguagem jornalística desse período se tem esforçado por se aproximar da variedade coloquial e espontânea, de tal modo que seu corpus registra muitas vezes formas e construções que a mesma linguagem jornalística de 1900 a 1950 empregava de maneira diferente ou as evitava por coloquiais, ou até as tinham por contrárias à tradição escrita, literária ou não.

Ao resenhar o *Dicionário de Usos do Português do Brasil* do nosso competente linguista e lexicógrafo Francisco da Silva Borba, tivemos oportunidade de aludir a alguns desses fatos correntes em seu extensíssimo corpus. Assim, a documentação é praticamente inexpressiva no caso da presença da preposição que antecede a conjunção integrante de orações que funcionam como complementos preposicionados do tipo *reparar em que*, *esquecer-se de que*, e semelhantes. Ao consulente poderá fixar- lhe no

espírito a impressão de que a presença da preposição nestes casos é um fato sintático inexistente na língua escrita da fase hodierna, como já o é no uso espontâneo da língua falada.

Também não aparece registrada no extenso corpus o emprego do verbo *pesar* na expressão *em que pese a circunstância* em que o verbo não vai ao plural mesmo que seguido de substantivo ou pronome no plural: *Em que pese ao resultado*/*Em que pese aos resultados*, quando se emprega como equivalente a *ainda que custe a*. O que aí ocorre é a alteração moderna em que *pese*, sem a preposição *a* e com a flexão do verbo no plural se seguido de substantivo no plural: *Em que pese o resultado*/*Em que pesem os resultados*.

E a construção canônica *em que pese a*, com verbo no singular e com a preposição *a* que usam Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Ciro dos Anjos, Drummond e quantos timbram em escrever na língua padrão.

No léxico há também registros dissonantes; por exemplo, o emprego de *soprano* usado indistintamente no masculino quando aplicado a mulheres e homens dotados de tal timbre de voz — lição única entre gramáticos e dicionaristas. Agora já aparece não somente como o tradicional sobrecomum, mas ainda como substantivo comum de dois, conforme se refira a pessoas do sexo masculino ou feminino: *o soprano* e *a soprano*, respectivamente.

Todas estas considerações procuram deixar patente que o levantamento de um corpus — ainda que variado e extenso nas suas fontes —, centrado nos últimos 50 anos, pode oferecer ao pesquisador uma imagem reduzida das reais potencialidades da moderna língua de uso escrita no Brasil.

A esta redução temporal acresce a natureza especial do período escolhido como fonte de pesquisa, já que nas últimas décadas as fontes que privilegiadamente se selecionaram como fundamentais tomaram a decisão de aproximar seu material de linguagem — morfológico, sintático e léxico — da variedade espontânea praticada pelos brasileiros escolarizados.

Linguagem e educação linguística

O título educação Iinguística não é novo nem cedo conseguiu impor-se tal como hoje se procura entender. Começou por merecer certa preocupação entre os linguistas, passando depois a ser considerado, entre pedagogos e professores, como um domínio puramente técnico didático. Hoje constitui um promissor campo de pesquisa e de resultados para a linguística e a educação, pondo claro, como bem disse o professor italiano Raffaele Simone (Simone, Raffaele, ed. *L'educazione linguística.* La Nuova Italia, 1979. P. VIII), que a linguagem não é apenas uma "matéria" escolar entre as outras, mas um dos fatores decisivos ao desenvolvimento integral do indivíduo e, seguramente, do cidadão.

Lá fora, os resultados desses estudos empreendidos por conhecidos representantes da pesquisa linguística e educacional já repercutiram nos programas e currículos das universidades e das escolas de ensino médio.

Entre nós, onde tem sido tênue o fluxo de influência científica dessas pesquisas, explodiu uma reação ao que se convencionou chamar pejorativamente tradicionalismo, e a mudança — que se fazia necessária em vários pontos — acabou por produzir resultados desastrosos.

É oportuno lembrar que, de todos os componentes do currículo das escolas de ensino médio, foram os textos destinados ao ensino de língua portuguesa os que mais sofreram com a onda novidadeira, introduzindo, além da doutrina discutível, figuras e desenhos coloridos tão

extemporâneos e desajustados, que aviltaram o *tradicionalismo* e insultaram a dignidade por que sempre se pautaram os textos escolares entre nós. A comparação entre um livro para ensino da língua portuguesa e outro para o ensino da matemática, da história ou da geografia, quase nos leva a retirar o primeiro da linha do que se costuma chamar compêndio didático, para incluí-lo no rol dos antigos e coloridos almanaques distribuídos ao início de cada ano, como os tornados célebres almanaques do Capivarol, esquecido produto farmacêutico. Muito lucrariam os alunos se esses produtos de uma pretendida revolução educacional guardassem a dignidade e a soma de boas informações que caracterizaram o Almanaque Garnier, por exemplo.

Já que estamos fazendo uma crítica a certas inovações perturbadoras e pouco producentes que muitos compêndios, à luz de uma didática formal ou informal, pretenderam introduzir no ensino da língua portuguesa, na década de 60, cabe um comentário acerca do privilegiamento da língua oral, espontânea, em relação à língua escrita.

Deveu-se o fenômeno, cremos nós, a duas ordens de fatores: uma de natureza linguística, outra de natureza política. As ciências da linguagem vieram patentear que as línguas históricas são fenômenos eminentemente orais, e que o código escrito outra coisa não é senão um equivalente visível do código oral, que, de falado e ouvido, passa a ser escrito e lido. Assim sendo, a lingüística norte-americana, especialmente ela, pôde desenvolver rígidos e precisos modelos de descrição de línguas indígenas que jamais conheceram, de modo sistemático, a transposição escrita do discurso falado.

Esta possibilidade de uma metodologia com rigor científico aplicado a línguas ágrafas parece que estimulou em muitos estudiosos bloomfieldianos certa desatenção ao código escrito, considerando-o até campo que extrapolava a investigação linguística. Tal atitude chegou a provocar a crítica de Gleason, autor de um dos melhores manuais de lingüística descritiva de orientação norte-americana.

Essa visão distorcida da realidade incentivou outro passo adiante dado por alguns linguistas, também em geral norte-americanos: a crítica à natureza normativa da gramática tradicional, com a defesa de que se deve deixar a língua livre de qualquer imposição. Um desses lingüistas, Robert Hall, em 1950, chegou a intitular ou a aceitar esse título proposto pela editora a um livro seu de divulgação linguística: *Leave your language alone* (Deixe a sua língua em paz), título que foi alterado na 2.a edição.

Portanto, vieram pela porta da própria linguística e se instalaram nas salas de aula de língua portuguesa esse privilegiamento do código oral em relação ao escrito e certa desatenção a normas estabelecidas pela tradição e conservadas ou recomendadas no uso do código escrito padrão.

Por isso, assistiu-se entre nós, na década de 60, a um insurgimento contra o ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas desde há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração.

A bem da verdade, cabe-nos dizer que já se assiste a uma reação a esse estado de coisas, e os livros didáticos mais recentes voltam a insistir no padrão culto da linguagem, quer nas recomendações da gramática normativa, quer através da inclusão e seleção de textos, literários ou não, que refletem esse padrão.

Ainda insistindo nessa ordem de idéias, é interessante lembrar a indulgência e até certo elogio com que Ferdinand de Saussure comenta a tarefa da gramática tradicional, de inspiração grega. Logo na introdução do *Cours de linguistique générale*, ao referir-se a polissemia do termo gramática; diz que essa gramática tradicional está fundada na lógica e desprovida de toda a visão científica e desinteressada da própria língua, portanto o que se pretende é unicamente dar regras para distinguir as formas corretas das incorretas; é uma disciplina normativa, muito distante da observação pura, o seu ponto de vista é necessariamente restrito (SAUSSURE, Ferdinand de, *Cours de linguistique générale*. Paris. Payot, 1949. p. 13.).

A outra ordem de fatores procede da política, ou, para não desmerecer uma atividade nobre, de certas teses populistas e demagógicas, especialmente no que concerne à educação lingüística de adultos, segundo as quais devem os "oprimidos" ficar com sua própria língua e não aceitar a da classe dominante.

Ora, a educação linguística põe em relevo a necessidade de que deve ser respeitado o saber linguístico prévio de cada um, garantindo- lhe o curso na intercomunicação social, mas também não lhe furta o direito de ampliar, enriquecer e variar esse patrimônio inicial. As normas da classe dita "opressora" e "dominante" não serão nem melhores nem piores do que as usadas na língua coloquial. Como bem lembrou o professor Raffaele Simone (SIMONE, Raffaele, op. cit. p. 61) "enquanto a posição populista perpetua

a segregação Iinguística das classes subalternas, a educação lingüística deverá ajudar a sua libertação".

A tese populista do ponto de vista democrático é tão falha quanto a tese que combate, pois ambas insistem num velho erro da antiga educação linguística, já que ambas são de natureza "monolíngue", isto é, só privilegiam uma variedade do código verbal, ou a modalidade dita "culta" (da classe dita "dominante" ou "opressora"), ou a modalidade coloquial (ou da classe dita "oprimida").

Em defesa da Língua Portuguesa

Antes que passe em brancas nuvens, vale a pena registrar aqui a importância de recente artigo do escritor brasileiro João Ubaldo Ribeiro, estampado em *O Globo* de 6 de fevereiro último, no qual defende o direito de utilização de certos recursos da língua portuguesa que a negligência e a ignorância do idioma vêm sistematicamente pondo de lado, sob o estigma de lusitanismos ou, o que é pior, sob o falso pressuposto de uma patriote que deseja *à outrance* fazer da língua portuguesa em boca brasileira um veículo de isolacionismo cultural no mundo da lusofonia, embora se mostre esse grupo indulgentíssimo ao peso da influência de outras fontes de cultura... e de modismos.

O artigo de J. U. Ribeiro começa por indagar "por que brasileiro tem grilo de mesóclise e praticamente só vai de próclise", e acaba com esta consideração sensata: "E no entanto, que há de intrinsecamente errado com a mesóclise, um recurso que enriquece a língua, dá-lhe agilidade e colorido e lhe ajuda a precisão?"

Estas considerações do nosso escritor têm fundamento na ciência linguística, ciência que tem insistido em que o que se chama língua histórica (o português, o inglês, o francês, o russo, o latim, etc.) não é só a língua que as gramáticas e dicionários desses idiomas registram, mas um punhado de línguas, de realidades linguísticas " todas totalmente válidas ", que refletem as diversas normas vigentes nas comunidades regionais e sociais que uma sociedade

congrega. Essa visão estreita e redutora que pensa que uma língua histórica é a língua que uma só comunidade idiomática fala ou escreve, é a responsável por essa ideia destorcida que explica o "grilo" da mesóclise e de outras virtualidades da língua portuguesa postas, generosa e democraticamente, ao alcance do falante ou do escritor que não deseja aprisionar-se às peias do estilo oficial, prescritivo ou de um certo *laisser-aller*. Curiosamente, os adeptos de tal estilo oficial são os que se insurgem, em nome de uma democracia idiomática, contra os princípios normativistas da gramática escolar... Ainda no artigo J. U. Ribeiro sai em defesa das combinações pronominais *mo, to, lho*, em frases do tipo "pedi o pão e mo deram" ou "dar-mo-á se lho pedir", e remata sua opinião: "claro, soa esquisito para nossos ouvidos, pois praticamente banimos esses refinamentos da língua que falamos, mas é uma pena". Aqui nosso escritor bate uma tecla importante da metodologia de nível e de estilo entre *língua falada* e *língua escrita* ou, como prefere o competentíssimo linguista português Herculano de Carvalho, a diferença entre *estilo coloquial* e *estilo refletido*. Trata-se de vestimenta da língua segundo as dimensões sociais do seu emprego; numa comparação grosseira, porque os objetos de estudos são diferentes, é o que ocorre com os diferentes modos de trajar " o traje a rigor, o traje passeio completo, o traje esporte fino, o traje esporte, etc. ", conforme as diversas ocasiões sociais a que vai comparecer o convidado. Vestir-se bem não é optar por uma e única dessas maneiras de trajar, pois, nesse ou naquele compromisso social, haverá de destoar dos que conhecem as etiquetas sociais. Tinha um bom amigo, que já não pertence a este mundo, que só usava terno jaquetão. Por mais que seu alfaiate apelasse para uma mudança de feitio, o amigo resistia às investidas inovadoras, ao que o outro retrucava: "Doutor, às vezes o senhor e a moda se encontram!".

Está claro que a pessoa pode falar ou vestir-se como desejar; o que não vale é querer reduzir a língua ou vestimenta ao seu único padrão preferido ou imposto. No campo da ciência das línguas, é o mesmo que desconhecer que uma língua histórica é um conjunto de realidades linguísticas que se delineiam por isoglossas, o que permite falar do *português de Portugal* e do *português do Brasil*, do *português quinhentista* e do *português contemporâneo*, do *português do Rio de Janeiro* e *do português de São Paulo*, do *português de Camões* e do *português de Machado de Assis*, do *português da prosa* e do *português da poesia*, do *português de estilo coloquial* e do *português do estilo refletido*. Como ficam diante desta variedade os que têm "grilo"

em usar a mesóclise, em usar as combinações pronominais *mo, to, lho,* etc., em usar *assistir ao filme* (em vez do único *assistir o filme*) e quejandas realidades vivas, vivíssimas em determinados quadrantes da língua portuguesa, em determinadas situações?

Os defensores desse reducionismo linguístico aduzem com frequência exemplos desse ou daquele escritor contemporâneo de nomeada para justificarem que a língua mudou, que as normas da gramática escolar já não condizem com a nova realidade do idioma; mas esses mesmos defensores se esquecem de citar os exemplos desse mesmo escritor trazido à baila em que obedece às normas ditas ultrapassadas. Põem-se de lado ou escamoteiam certas exigências de uma pesquisa que se quer científica. Um mesmo escritor não escreve da mesma maneira no decorrer de sua vida literária, nas diversas produções, nos diversos personagens que cria, nos diversos compromissos estéticos e literários a que se engaja, etc., etc. Pululam os exemplos nas literaturas de todos os povos e de todos os tempos, para que nos contentemos de ficar com sós exemplos brasileiros ou portugueses. Falta a esse tipo de investigação a homogeneidade do corpus pesquisado.

Não se pode calar a importância de um voto de escritor em defesa da utilização dos recursos idiomáticos contra a onda de empobrecimento em que se quer mergulhada a língua portuguesa dos brasileiros. O texto de J. U. Ribeiro " que não ficou restrito à mesóclise e às combinações de pronomes, mas lembrou o uso do subjuntivo, do mais-que-perfeito, do *cujo*, de impropriedades ortoépicas e lexicais " toca na tecla relevante do papel do escritor para garantir a permanência dos tesouros expressivos da língua. Enfileira-se, desta forma J. U. Ribeiro na legião daqueles de que fala Pedro Salinas em *La Responsabilidad del Escritor*, neste trecho com que concluo o artigo de hoje: "O que chamo educar linguisticamente o homem é despertar-lhe a sensibilidade para seu idioma, abrir-lhe os olhos às potencialidades que traz consigo, persuadindo-o, pelo estudo exemplar, de que será mais um homem e melhor homem se usa com maior exatidão e finura esse prodigioso instrumento para expressar seu ser e para conviver com seus próximos".

Má ideologia na linguagem?

Carlos de Laet, professor e jornalista brasileiro, escritor exímio, tem uma crônica extremamente mordaz, estampada no jornal *O País de* 23 de setembro de 1914, em que discorre sobre o mau emprego de grandes inventos. Lembra aí a pólvora, o avião e a imprensa, que acabaram também por ser utilizados para fins opostos à sua primordial destinação. Deste último invento, imaginou Laet que Gutenberg, depois de ler notícias divulgadas em folhas volantes, segredara pesaroso a Fust a conclusão de que as notícias nelas divulgadas eram "em quase toda a sua generalidade, falsas (...) e assim teríamos nós dado asas, não à Verdade, mas à Potoca!".

Essa crônica veio-me à lembrança após ler recente artigo de conhecido filósofo patrício intitulado *Ideologia na linguagem?* em que tripudia as duas disciplinas linguísticas " a *Etimologia* e a *Semântica*; ao manipular origens e significados de certas palavras, torcendo-lhes a história para acomodá-los aos pressupostos da ideologia que professa e quer divulgada entre leitores de conceituado órgão da imprensa carioca.

Rastrear etimologias e perseguir a história cultural das palavras têm sido recursos muito utilizados por notáveis filósofos antigos e modernos, na tentativa de lhes extrair o significado originário, por isso verdadeiro, e daí chegar a certos conceitos com repercussões em aspectos doutrinários, como corretamente lembra o autor do artigo, "a história das palavras nos proporciona um riquíssimo material de reflexão a respeito da história das

nossas sociedades, em geral. Os movimentos da linguagem ocultam, mas ao mesmo tempo revelam os movimentos dos desejos, dos medos, dos preconceitos e dos conhecimentos dos seres humanos". Mas isso em geral se faz sem ferir o curso da história cultural que cada palavra encerra. Tal não foi, todavia, a preocupação do nosso filósofo, atento apenas em encontrar, no devenir mal esquadrinhado de significados, argumentos para a ideologia que professa, onde tudo parece resumir-se na exacerbação e luta dos contrários.

Assim é que, ao comentar a história da palavra *polícia* diz que até "o século XVII o termo designava o conjunto da organização política e administrativa da sociedade. Foi somente a partir do século XVIII que ele passou a ter a acepção mais restrita de um serviço de controle, de uma organização repressiva, destinada a preservar a ordem coercitivamente. Nesse mesmo período, o francês Mirabeau se esforçou muito para que a palavra *civilização* passasse a ter um sentido mais amplo e substituísse a dimensão não coercitiva da organização da sociedade (que antes era abrangida pela *polícia*). Podemos, então, concluir, *cum grano salis*, que a civilização só conseguiu se expandir quando a *polícia* se retraiu..."

A longa transcrição se tornou necessária para que o leitor possa aquilatar a validade das informações ministradas pelo nosso filósofo, o domínio cultural em que *civilização* e *polícia* coexistiram e o fundamento da conclusão a que chegaram suas reflexões acerca do fato de "civilização" ter desbancado "polícia", ainda que tais reflexões possuam a pitada " não científica " do *cum grano salis*.

A única afirmação que se pode repetir do comentário transcrito é a relativa a atribuir a Mirabeau a participação na divulgação e possível responsabilidade do termo *civilisation* na França. Digo "possível responsabilidade", porque, depois de estudos sérios de especialistas em assuntos linguísticos, põe-se em dúvida a autoria do termo. O último ensaio de que tenho notícia sobre a história da palavra *civilização* é o resumido, mas muito bem documentado, estudo do competentíssimo linguista geral e indo-europeísta Emile Benveniste "Civilisation, contribution à l'histoire dun mot", publicado no *Hommage à Lucien Febvre* (Paris, 1954) e depois inserido como capítulo terminal da 1ª série de *Problèmes de Linguistique Générale* (Paris, 1966), livro já traduzido ao vernáculo por Maria da Glória Novak e Luíza Neri, com a revisão a cargo do saudoso mestre Isaac Salum (Cia. Editora Nacional / Editora da Univ. de São Paulo, 1976).

Após rastrear nos escritores, filósofos, autoridades lexicográficas, da França e da Inglaterra, termina seu estudo com esse ponto em suspenso: "se (sirvo-me da tradução citada) *civilização* foi inventada duas vezes, na França e na Inglaterra, independentemente e pela data, ou se foi o francês que sozinho o introduziu no vocabulário da Europa moderna" (pág. 381).

Tendo ficado estabelecido que, pela documentação de que hoje dispomos, não podemos com certeza ter sido o conde Mirabeau o responsável pela palavra *civilização*, podemos, entretanto, assegurar que o termo aparece pela primeira vez na sua obra *L'ami des hommes* ou *Traité de la population*, datada de 1756, mas só aparecida no ano seguinte. Benveniste cita, da obra, uma passagem deste francês, que está muito distante da intenção afirmada pelo nosso filósofo, segundo a qual "Mirabeau se esforçou muito para que a palavra *civilização* passasse a ter um sentido mais amplo e substituísse a dimensão coercitiva da organização da sociedade (que antes era abrangida pela *polícia*)". Ei-la (na tradução já citada): "com justiça, os Ministros da Religião têm o primeiro lugar numa sociedade bem ordenada. A Religião é seguramente o primeiro e mais útil freio da humanidade; é a primeira moda da civilização; prega-nos sem cessar a confraternidade, suaviza-nos o coração, etc".

A relação que se pode estabelecer dos termos e dos conceitos por eles referidos entre *civilization* e *police* segundo o entendimento de Mirabeau, está muito bem exposta por Benveniste: "*civilização* é um processo do que se denominava até então *police*, ato que visava a tornar o homem e a sociedade mais policiados, o esforço para levar o indivíduo a observar espontaneamente as regras da conveniência e para transformar no sentido de uma urbanidade maior os costumes da sociedade" (pág. 375 da tradução).

Fácil é concluir que, nessa relação dos dois termos e dos seus conceitos, está longe a dimensão coercitiva da organização da sociedade, que nosso filósofo parece pretender atribuir a *police*, dimensão coercitiva que seria substituída pela nova noção de *civilisation*. Que com essa ideia não compartilhava o círculo dos fisiocratas daquele período parece indicar o seguinte passo o filósofo e economista francês Adam Smith, em obra de 1776, ao usar o termo *civilization*, lembrado por Benveniste: "é só por meio de um exército em armas, portanto, que a civilização de qualquer nação pode ser perpetuada ou mesmo preservada por um tempo considerável" (pág. 378 da tradução), ou, ainda este lanço, três páginas adiante: "a invenção das armas de fogo, uma invenção que à primeira vista parece tão prejudicial, é

certamente favorável à permanência e ao desenvolvimento da civilização" (ibid.).

Do ponto de vista meramente linguístico, aspecto que mais interessa aos propósitos desta seção, é estranhável o aparecimento tardio de *civilisation* em francês (e também em inglês), quando se sabe que *civiliser* e *civilise* (em inglês *to civilize* e *civilized*) são antigos nesses idiomas.

Para explicar este fato, Benveniste, não acreditando que a causa tenha sido a existência, aliás pouco usual, de *civilisation* como termo de prática judiciária ("fato de tornar civil um processo criminal"), propõe duas razões principais: a primeira é a pouca produtividade, naquela época, das palavras derivadas de -*isation* e a debilidade do seu desenvolvimento (pág. 375). Realmente os estudiosos franceses registram apenas *fertilisation*, *thesaurisation*, *temporisation*, *organisation*, a maioria com o significado exclusivo de "ato", e não como o de "processo", como ocorre com *civilisation*.

A outra razão "é a própria novidade da noção e as mudanças que ela implicava na concepção tradicional do homem e da sociedade". Argumenta Benveniste: "Da barbárie original à condição atual do homem em sociedade, descobria-se uma gradação universal, um lento processo de educação e de refinamento; para resumir, um progresso constante na ordem daquilo que a *civilité*, termo estático, já não era suficiente para exprimir, e a que era realmente preciso tramar *civilisation*, para lhe definir em conjunto o sentido e a continuidade. Não era somente uma visão histórica da sociedade; era também uma interpretação otimista e decididamente não teológica da sua evolução que se afirmava, às vezes sem o conhecimento daqueles que a proclamavam, e mesmo que alguns, em primeiro lugar Mirabeau, contassem ainda a religião como o primeiro fator da *civilização*" (pág. 376 da tradução).

Outro ponto digno de reparo no artigo que comentamos é tratar de palavras correntes no português sem indicação do contexto cultural em que elas aparecem ou que tiverem seus significados alterados. *Polícia* e *civilização*, nos posteriores significados estudados pelo nosso filósofo, têm empregos bem mais tardios no português e no espanhol do que em francês e em inglês. Esta particularidade assume importante aspecto no estudo cultural da vida das palavras. *Polícia*, por exemplo, só está registrada como designativo da "corporação destinada a fazer manter as leis" no século XIX, tanto em português como em espanhol. Antes, *polícia* estava comprometido com a moderna área semântica de civilização. Para só ficarmos no século

XVI "há exemplos do século XV", basta citar *Os Lusíadas*, onde Camões emprega quatro vezes o termo *polícia* neste sentido, sendo famosa aquela passagem em que Monçaide, respondendo às informações solicitadas pelo Catual acerca do Gama e de sua gente, declara:

E folgarás de veres a polícia
Portuguesa na paz e na milícia (VII, 72, 7-8)

No afã de ressaltar que "as palavras nos põem diante da crua realidade da violência institucionalizada que tem marcado a história das nossas sociedades", o nosso filósofo traz à baila a íntima relação semântica de *estrangeiro* e *estranho*, com a seguinte declaração: "Em sua insegurança, os seres humanos se encaravam com desconfiança. Quem chegava de uma terra diferente era visto com suspeita: *estrangeiro* e *estranho* têm a mesma raiz".

Estas afirmações apenas levantam um tênue aspecto da problemática que envolve a noção de *estrangeiro*, muito mais complexa do que a relação de medo e desconfiança acima assinalada. Para enveredar pela complexidade do problema com auxílio da história cultural das palavras, vale a pena a leitura de uma obra de grande profundidade, devida ao competente linguista francês já aqui lembrado, Emile Benveniste, intitulada *Le Vocabulaire des Institutions Indo-Européennes* (Paris, De Minuit, 2 volumes, 1969). No sumário do capítulo 5 do vol. 1°, dedicado ao "escravo" e ao "estrangeiro", sintetiza Benveniste: "Ao homem livre, nascido no grupo, opõe-se o estrangeiro (grego *xenós*) isto é, o inimigo (latim *hostis*), suscetível de tomar-se meu hóspede (grego *xénos*, latim *hospes*) ou meu escravo se eu o capturo na guerra (grego *aikhmálotos*, latim *captivus*)" (pág. 355).

Basta este resumo para se concluir que o destino do estrangeiro não se circunscreve aos estreitos limites delineados pelo nosso filósofo. Para prosseguir, passemos a palavra a quem nos pode dar a lição correta: "Nas civilizações antigas não se define a noção de estrangeiro por critérios constantes, como nas sociedades modernas (...); isto é o que demonstra o grego *xénos* "estrangeiro" e "hóspede", isto é, o estrangeiro beneficiado pelas leis da hospitalidade. Outras definições são possíveis: "o estrangeiro é aquele que vem de fora", latim *peregrinus*. Assim, não há um único tipo de "estrangeiro". Na diversidade dessas noções, "o estrangeiro é sempre um estrangeiro em particular, aquele que tem um determinado estatuto". E arremata sua lição: "Em suma, as noções de inimigo, de estrangeiro, de hóspede, que

para nós formam três entidades diferentes " semânticas e jurídicas ", guardam nas línguas indo-européias íntimas conexões" (págs. 360-361).

Também muito superficiais e até com irreparáveis lacunas de informação " mas sempre fixadas apenas nos aspectos que servem à tese preconcebida do nosso filósofo " são as declarações seguintes: "Os habitantes das cidades viam com maus olhos os homens do campo, considerados rudes, grosseiros. Na Roma antiga, as casas situadas fora do perímetro urbano (a "urbanidade") eram chamadas de vilas e com base no termo vila se formou o adjetivo "vilão" (o "bandido")".

Vamos tentar pôr ordem nesse amontoado de informações, perguntando, antes, ao filósofo, a que habitantes das cidades ele se refere, no tempo e no espaço. Pela alusão a Roma, parece que o fato é atribuído aos romanos. Então será por aí que começarei minha digressão. Para designar a cidade, o latim possuía dois termos: *Urbs* e *civitas*; o primeiro enfocava a cidade enquanto conjunto de ruas e casas, e o segundo, enquanto instituição política. Ensina-nos Benveniste, em breve mas substancioso estudo inserido numa coletânea de homenagens aos 60 anos de Claude Lévi-Strauss e depois incorporado na segunda série de seus *Problèmes de Linguistique Générale*, que o significado mais próximo de *civis*, donde se deriva *civitas*, não é o de "cidadão", conforme geralmente aparece nos dicionários, mas o de "concidadão", "compatriota".

A extrema importância que o nosso filósofo parece dar a *urbs* (pois declara que aí prevalecia a "urbanidade") está desmentida pelo triste destino do termo, que não teve continuidade nas línguas românicas, onde prevaleceram os continuadores de *civitas*: italiano *città*, francês *cité*, espanhol *ciudad*, português *cidade*, etc. Os termos filiados a *urbs* que nesses idiomas aparecem, não passam de recentes empréstimos eruditos; é o caso de *urbano*, *urbanismo*, *urbanidade* e poucos outros. Em francês, *cité* sofreu cedo a concorrência de *ville* e foi por este desbancado para ocupar a antiga área semântica de *cité*; *cité* é hoje termo literário e topográfico, como ocorre na expressão *l'île de la cité* em Paris para designar o mais antigo núcleo urbano parisiense. Nesta acepção passou para o inglês (por exemplo a City de Londres), a parte central da cidade inglesa.

O termo latino *villa* era aplicado à propriedade rural cultivada, inicialmente um simples e rústico prédio, a seguir uma quinta, uma granja, denominação que depois se estendeu às ricas e opulentas herdades que a classe rica dos romanos possuía no campo, algumas mais suntuosas (como na de Hadriano)

do que os palácios de hoje. O *otium* e a casa de campo eram sinônimos para um romano da época imperial, tornando-se *otium* aqui, segundo lembra o filósofo clássico alemão Theodor Birt, não no significado moderno de ócio (que seria em latim *nihil agere*), mas no de recreio ativo. Muito ao contrário do que pensa hoje o nosso filósofo acerca da prevalência da "urbanidade" da cidade sobre "os homens do campo, considerados rudes, grosseiros", a informação das testemunhas oculares é muito negativa em relação a *urbs* romana; assim é que muitos historiadores, com apoio nos relatos de escritores romanos, atribuem a restauração dos bons costumes " então deteriorados pela licenciosidade reinante em Roma " ao triunfo da província sobre a capital. Plínio, o moço, em uma de suas *Cartas* (Epist. 4,22), separa a província das perdições em que estava engolfada a capital romana, e para um romano da capital falar em gente do campo significava o mesmo que dizer pureza e moralidade de costumes, impressão que frequentemente se repete hoje, passados tantos séculos, em nossas comunidades ditas civilizadas. É a rústica *simplicitas* de que nos fala Ovídio em *Heroides* (20,51) e *Ars amatoria* (I, 672).

Já é hora de voltarmos à relação que nosso filósofo estabelece entre *vila* e *vilão* ("bandido"). Primeiro, devemos dizer que *ville* como designativo de cidade é relativamente recente em francês e se dá quando a civilização urbana volta a se desenvolver, já que até o século XI a França era quase exclusivamente rural. Lembremos que o francês e o português têm o termo *vila*, emprestado ao italiano, com o significado de "casa ou habitação aristocrática nas cercanias das cidades italianas". O português, como o catalão, conhece também *vila* como "povoação de categoria inferior à de cidade e superior à de aldeia". *Villanus*, em latim, derivado de *vila*, designava apenas o homem que trabalhava numa *villa*, numa habitação rural. Em francês, vilain, na idade média, era o camponês; depois teve o seu significado degradado, ou pelo desprezo em que se tinha o camponês rude, ou pela correlação, aliás falsa, com o adjetivo *vil* e seus derivados *vileza*, *vilania*, como lembram os nossos etimólogos e George Gougenheim, em *Les Mots Français dans l'Histoire et dans la Vie*, I, 135. Passou a designar "inferior", "malvado" e especialmente em francês "avarento", "o que é excessivamente apegado ao dinheiro". Este cruzamento de *vilão*, oriundo de *villanu* ", "habitante da vila" com vilão "inferior", "malvado", "rústico", sob o impulso da etimologia popular de *vil, vilania, vileza*, já se pode rastrear nos primeiros dicionários da língua portuguesa (Jerônimo Cardoso, 1570 e Agostinho Barbosa, 1611). Nas

Et*i*mologias de Santo Isidoro de Sevilha (X, 279), nascido por volta de 562, já se lê: "*Vilis, a villa; nullius enim urbanitatis est*", isto é, "*Vilis* (vil) deriva-se de *villa*; o que não tem nenhuma urbanidade".

Ainda no propósito de evidenciar a permanente injustiça e discriminação aos "homens do povo" " discurso que pouco benefício tem trazido a essas cândidas criaturas, mas que tem enriquecido inexplicavelmente seus ardorosos advogados, sem que se sensibilizem a repartir tais lucros com os "desprotegidos", comenta o nosso filósofo:

Juntos, os homens do povo constituíam uma "turba", e a partir dessa palavra se formou o verbo "perturbar" e surgiu o substantivo "turbulência". O próprio número dos elementos populares os tomava assustadores. O termo "multo" (muitos), que deu "multidão", deu também "tumulto".

Geralmente o articulista pega a palavra pela origem e semântica que lhe convêm; em relação a "turba", não nos diz se o termo é o que se emprega em latim ou em português. Se latino, cabe lembrar que não designa apenas o grande conjunto de pessoas ou, muito menos, dos "homens do povo". Na acepção de conjunto maior de pessoas, contrapunha-se, em latim, a *rixa*, que se aplicava, como ensinam Ernout-Meillet, ao conjunto menor, de duas a quatro pessoas. Na língua familiar, os romanos também usavam "turba" para referir-se à querela, à discussão.

A rigor, "turba" entra num campo semântico de reunião de pessoas, do qual faziam parte *exercitus* "conjunto de soldados", *asmen*, que se aplicava ao exército em marcha, *acies* ao exército já organizado e distribuído na batalha, *manuis* e *cohors* a cada corpo da tropa sob o comando de alguém e enquanto parte de um todo que depende e a que presta obediência. Nesse campo semântico, "turba" é multidão desenfreada e sem ordenamento de alguém.

Os derivados de "turba", lembrados pelo nosso filósofo, também não se aplicam exclusivamente aos "homens do povo", se por "povo" se quer entender aquela parte da sociedade aludida pelo articulista. *Perturbare aciem* é "pôr as fileiras em desordem"; *perturbare conditiones*. Vale por "quebrar um tratado", conforme registra o velho dicionário latino-português de Santos Saraiva, prestantíssima obra recentemente reeditada pela Livraria Garnier.

Fazendo referência a toda espécie de objeto em movimento rápido e circular, *turbo* é o responsável pelo derivado "turbulência" e, na forma posterior *turbonis* (que o gramático Carísio colheu já em César), em vez do clássico *turbinis*, legou-nos, pelo acusativo, a palavra *trovão*, consoante as mudanças que a gramática histórica assinala.

O que a gramática histórica e a etimologia não nos ensinam é o que diz nosso filósofo: "O termo *multo* (muitos), que deu *multidão*, deu também *tumulto"*. Não sei a fonte em que foi beber a lição; só posso adiantar que a fonte não merece crédito e não tem o apoio dos etimólogos que trabalham com o latim, já que *multo*, lembrado pelo nosso filósofo, é, na realidade, o triforme *multus, -a, -um* da língua de Cícero. Em resumo, *multos* não está filiado historicamente a *tumultus*, como supõe o articulista, levado pela rima ou pela etimologia popular.

Também não corresponde à verdade da língua latina a afirmação final deste trecho do artigo do nosso filósofo:

"Quando se deixavam ensinar ("docere") e aprendiam as normas de conduta que lhes eram recomendadas pelos detentores do poder, os homens do povo se tornavam "dóceis". Quando, porém, insistiam em seguir preceitos próprios e divergiam dos princípios constituídos, eram comparados aos arados que saíam do sulco marcado pela charrua, quer dizer, eram acusados de "delirare".

Pelo que está no texto, dá-se a entender que, em latim, de quem não era "dócil" à aprendizagem se dizia que "delirava"; ora isso não constitui hábito em latim e "delirare" não é antônimo de "docere". "Delirare" é uma metáfora que o vocabulário da língua geral adaptou da língua do campo. As *Etimologias* de Santo Isidoro de Sevilha explicam a mudança semântica de *delirus* "delírio": "*Delerus*, debilidade mental motivada pela idade, derivado de *lereîn*; ou talvez porque se afasta do que está corretamente ordenado, como se nos referíssemos ao sulco (*lira*) (...); o camponês, uma vez lançadas as sementes, abre os sulcos em que são depositadas todas as sementes" (X, 78).

Outra vez afastou-se do uso latino quando emitiu as seguintes informações:

"Se por acaso pediam algo, os pobres eram tolerados, desde que se expressassem com humildade (pedir, em latim, era *rogare*). Se, no entanto, reivindicassem (reivindicar, em latim, era *arrogare*), passavam a ser vistos como criaturas arrogantes, impertinentes".

Em primeiro lugar, a ideia de "pedir" não era expressa em latim somente por *rogare*; havia, entre outras, *interrogare*, *quáerere*, *percunctare*, *suscitari*. A diferença entre *rogare* e *interrogare* residia em que o primeiro denunciava certa estima a quem era interrogado, que respondia por favor, enquanto com *interrogare*, a pergunta exigia uma resposta obrigatória. Com *rogare* consultava-se, com *interrogare* procedia-se a um interrogatório. Por outro lado, arrogare não tinha em latim, primordialmente, esse caráter de arrogância,

de impertinência, características que. para a tese do filósofo, não poderiam existir nos pobres tão coagidos pela organização da sociedade, para usar aqui o jargão preferido pelo articulista.

Observação interessante oferece-nos quando se refere a *galhofa* e *galhofeiro*:

"Na Idade Média, a multidão dos crentes que iam em peregrinação a Santiago de Compostela precisava se alimentar ao longo do caminho. Como eram, na maioria, indigentes, procuravam divertir os ricos, para receberem deles um pouco de comida. A alimentação que lhes era dada ficou sendo chamada de *galhofa*, e eles acabaram sendo chamados *galhofeiros"*.

O termo *galhofa*, com o adjetivo *galhofo*, designava o alimento, geralmente constituído de pão de sobra, o mendrugo, que os peregrinos pobres, a caminho de Santiago de Compostela, iam mendigar às portas dos conventos. De origem controvertida, há etimólogos, como Corominas, que acreditam derivar da expressão latina, criada nos conventos medievais, *galli offa* "o bocado do francês", porque dessa nacionalidade era a maioria de tais peregrinos. Frequentes eram também os derivados *galhofeiro* "o que recebe ou vive de doações de galhofa" e *galhofaria* "o ato de viver de galhofa". Em espanhol *gallofería* é sinônimo de "vagabundagem". No volume II, dedicado às *Notes* da sua erudita edição de Bartolomé de Torres Navarro, Joseph E. Gillet observa corretamente que *galhofa* "still has the meaning *festim*, *função alegre de brinco* and *galhofear* and *galhofeiro* still endure (Moraes), with emphasis on enjoyment which is not apparent in Spanish texts" (*Propalladia and other Works of Bartolomé Torres Navarro*, III, Bryn Mayr, Pennsylvania, 1951, pág. 458).

Sabemos que era comum a acolhida de indigentes, em busca de alimentação, nos conventos de padres e freiras; esta prática ainda vive em muitos lugares. É oportuno também lembrar que as igrejas ofereciam, naqueles tempos, asilo aos delinquentes, já que a justiça não tinha acesso aos criminosos quando estes aí se recolhiam. Daí a origem da frase *llamarse* ou *hacerse andana* ou *altana*, conforme nos ensina Américo Castro, numa de suas notas à edição de *El Buscón*, de Quevedo (ed. Clássicos Castelhanos, I, pág. 20, Madrid, 1960).

Não sei onde o nosso filósofo foi buscar a informação de que eram os ricos que davam a galhofa, em troca de espetáculos de diversão. É exigir demais da criativa desses indigentes que se expunham a toda a sorte de sacrifícios, num testemunho de fé. Mais uma vez os pobres, antes vítimas da

"crua realidade da violência institucionalizada que tem marcado a história das nossas sociedades", são agora vistos como os bobos da corte, a divertir os ricos em troca de uma migalha de pão. Num país qual o nosso, em que o acesso ao livro atinge índices negativos alarmantes, é extremamente doloroso ver a cultura de uns poucos a serviço da disseminação do ódio e da revolta, em vez de ser o caminho de luz da redenção dos homens numa sociedade harmoniosa, feliz, crente e próspera. Estou a lembrar-me daquilo de Cícero: *Ut sementem faceris, ita et metes*, como a antecipar o nosso *quem semeia ventos colhe tempestades.*

A boa estimação dos clássicos

João Ribeiro

A boa estimação dos clássicos, o carinho e o amor com que devemos cercá-los, é o fruto da madureza do espírito, quando cessa a avidez de ideias novas ou apenas diferentes, soberbas, bizarras e extravagantes.

A juventude não ama aos clássicos porque não tem a "consciência do ridículo" e não está ainda desenganada de presumidas ciências e maravilhas que lhe avultam na alma, como estranhas revelações. Ao cabo de tantos lances, mais serena filosofia a modera e refreia e quebranta aqueles primeiros ímpetos. E não há homem que, vivendo um pouco, não lhe chegue a hora de dizer, como o velho rei bíblico, que *sub sole nihil novum*.

Nada há mais velho que a moda, nada mais fácil que a originalidade das desobediências.

O grande e puro escritor que foi Herculano dizia, referindo-se ao influxo dos livros franceses: "Cada livro que chega é como um indivíduo daquela nação que vem falar no meio de nós; indivíduo, por via de regra, mais civilizado, mais rico de ideias ou pelo menos de ideias bem ordenadas que os que escutam."

Estou com o grande historiador, que há certamente algum fruto e proveito nessa anarquia e nessa indisciplina juvenil.

Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem.

O mais moderno e o mais livre de todos os escritores portugueses, Eça de Queirós, consagrou os últimos restos da vida a limar e a castigar o seu formoso e suave estilo, restituindo-o, quanto pôde, à nobreza antiga da língua. É que o espírito, na morte, se reintegra e continua eterno na sua própria espécie, e só o corpo se contenta com volver e perder-se em outras fermentações e outras tantas modas e mutações da vida universal.

(Páginas de Estética, págs. 107 e 108 da 2ª ed.)

Imexível – Uma injustiça a ser reparada

Cabe-me a honra de iniciar, nesta seção, a série de comentários sobre fatos da língua portuguesa, série que está, em particular, a cargo dos integrantes do recentemente criado Instituto da Língua Portuguesa, órgão do Liceu Literário Português. E objeto desta seção discutir, ao agasalho dos modernos estudos das ciências da linguagem e da pedagogia do aprendizado da língua materna, os mais variados assuntos da nossa especialidade — quer por iniciativa do redator, quer por proposta ou consulta dos leitores deste semanário que gentilmente nos abre espaço —, procurando patentear o riquíssimo acervo que a língua portuguesa põe à disposição dos seus utentes para a adequada e competente expressão e comunicação das ideias e sentimentos. Através das oportunidades que se nos forem apresentando, iremos insistir na necessidade de analisar, de aprender e de utilizar o idioma dentro de uma perspectiva mais ampla e mais conforme à complexidade e variedade de que se tece ùma língua histórica, no caso particular, o português, a serviço de sete nações soberanas. A impressão de ser esta uma tarefa amena e fácil logo se desfaz quando se percebe o quão pouco sabem os falantes como funciona uma Iíngua, ainda que seja a materna. Está claro que, neste primeiro comentário, não posso trazer à luz algumas dessas inocentes ignorâncias; todavia quero preencher o espaço que me cabe para convidar meu leitor a examinar um caso recente de linguagem, que tem dado margem a críticas e comentários de entendidos em coisas do idioma: é a palavra

imexível, empregada por um integrante do novo governo brasileiro. Tem-se dito que o termo não existe, não está dicionarizado e, por isso, deve ser considerado errôneo. A questão, aparentemente simples, pode ser desdobrada em vários aspectos, dos quais passarei a examinar apenas quatro. O primeiro deles é perguntar se o termo foi criado segundo os princípios que regem a formação de palavras antigas e modernas no nosso léxico. Segundo, se a criação traduz com eficiência a ideia que quis transmitir quem a empregou. Terceiro, se para traduzir a mesma ideia, o idioma não dispõe de palavras antigas e mais expressivas. Quarto, se o fato de não existir um termo no dicionário é prova suficiente de que não deva ser criado ou de que constitui um erro o seu emprego. Postos estes quatro aspectos, começarei pelo último, em vista da relevância metodológica de que se reveste o argumento. Nenhuma língua histórica tem toda a extensão de seu vocabulário refletida nos dicionários correntes, ainda que se trate da inglesa ou da francesa, que gozam do privilégio de ser daquelas detentoras dos mais exaustivos trabalhos do gênero. Um idioma a serviço de uma comunidade está sempre numa perpétua mudança, numa permanente ebulição, de modo que nunca tem esgotada a infinita possibilidade de renovar-se, e ampliar-se, se seus falantes e sua cultura se renovam e se enriquecem. E deste trabalho tanto participam os literatos, os artistas e os cientistas como o simples cidadão integrante da comunidade. Portanto, o argumento de que não está no dicionário nada ou muito pouco contribui para dirimir a questão. No tocante ao primeiro aspecto, o vocábulo *imexível* regula-se pelos princípios que fundamentam a gramática portuguesa, da mesma forma que *invencível* e *impagável,* ambos dicionarizados ou veiculados e sobre cuja vernaculidade ninguém discute. Assim como *invencível* é o que não pode ser vencido e *impagável,* o que não pode ser pago, *imexível* significará fatalmente para falantes do português o que não pode ser mexido. Se não tem tradição no idioma, *imexível* está conforme com aquilo que alguns linguistas chamam a *virtualidade* ou *potencialidade* do idioma, isto é, aquilo que, ainda inédito, está de acordo com as regras do sistema linguístico. Se virmos a questão pelo segundo e terceiro aspectos, *imexível* continuará a não fazer má figura no léxico português e será imbatível, frente a seus possíveis competidores, no contexto da fala ministerial. Tentemos, por um instante, confrontá-lo com seus sinônimos considerados mais próximos: O Plano é *irretocável, intocável, intangível, impalpável, intáctil.* Tais concorrentes desbancariam *O Plano é imexível,* sem adulterar a essência da intenção comunicativa? Quem tiver o sentimento da língua, verá que não,

pois os companheiros de *imexível* não trazem a ideia subsidiária de que o movimento no plano iria revolver e misturar os propósitos que o ditaram.

Imexível terá, assim, passado por dois testes importantes que validam qualquer palavra do léxico a serviço do texto: a observância das regras de formação de palavras e sua adequada expressividade de comunicação. Não ter sido usado ainda — ponto que não foi aqui objeto de análise e discussão — é prova salutar de vida, de dinamismo, da comunidade que fala o português e está apta a buscar o termo próprio. O argumento de que não consta nos dicionários é o de menor peso, já que o dicionário não é a Língua, mas um aspecto dela, aquele de língua já feita, já produzida, o seu lado estático. Pelos argumentos expostos, um dicionário com pretensões a ser exaustivo quanto possível deverá dar a *imexível* o lugar que injustamente lhe querem alguns críticos negar.

Novos horizontes no estudo do léxico

O estudo do léxico tem sido praticado, em geral, assistematicamente, ao sabor das ocorrências, nas leituras realizadas e da sempre proveitosa peregrinação às páginas dos dicionários.

Todavia, de uns poucos anos a esta parte alguns lingüistas têm tentado aplicar ao léxico os mesmos critérios de descrição que trouxeram enorme avanço ao estudo da fonologia e da gramática: trata-se de princípios do estruturalismo, isto é, de oposições funcionais e sistemáticas.

Junto, principalmente, com trabalhos de Bemard Pottier e A. J. Greimas, ocupam lugar de relevo alguns estudos de Eugenio Coseriu acerca da descrição estrutural dos lexemas, disciplina a que chamou Lexemática.

Para Coseriu, o atraso do estudo do léxico nessa nova direção se deveu a certas concepções arraigadas quando se comparam as unidades lingüísticas integrantes deste campo com as unidades lingüísticas pertencentes à fonologia e à gramática. Por exemplo, diz-se que o léxico é o domínio da língua menos estruturável, ou, o que é mais grave, se duvida de que existam estruturas léxicas semelhantes às que se depreendem na fonologia e na gramática.

Outros dois caminhos tradicionais que têm desvirtuado o estudo estrutural do léxico são: a corrente identificação entre o significado léxico (conteúdo que é dado na língua por essa mesma língua) e a realidade extralingüística, e a suposição de que o fato lexicológico por excelência consiste na relação entre o plano da expressão (significante) e o plano do conteúdo (significado), tratando-os, assim conjuntamente, como se faz em geral na gramática.

Tais fatos levam-nos a considerar a língua como uma nomenclatura — o que ela não é —, fazendo-nos supor que estudar o léxico é estabelecer o liame entre uma palavra e a realidade extralingüística que ela representa.

Investigar essas distinções com critério permite-nos penetrar com segurança e coerência no estudo estrutural do léxico, mas o tema escapa da intenção destas linhas, que é mostrar — sem escamotear a teoria — como o ensino da matéria pode descobrir novos horizontes nas aulas de língua portuguesa.

Está claro que a depreensão e descrição das estruturas léxicas não podem confundir-se com a visão da língua como uma nomenclatura, mas o conhecimento dessa nomenclatura é um passo inicial da aquisição das palavras por parte do aluno. Só depois de dominar essa relação entre palavra e realidade extralinguística é que o aluno pode penetrar nos meandros da lexemática, isto é, no estudo das palavras (e só dessas!) que correspondem à organização imediata da realidade extralinguística. Esta primeira fase pertence ao aprendizado inicial do léxico, para depois proceder-se à sua descrição científica sob o ângulo dos postulados do estruturalismo funcional.

Um bom exemplo de como se pode levar o aluno, num procedi mento sistemático, a senhorear-se dessa nomenclatura lexical (não descrição!), dá-nos o professor Sousa da Silveira, numa de suas anotações aos *Trechos Seletos*. Levando-se em conta que o modelo não foi seguido nos livros didáticos, creio oportuna a sua transcrição, ainda que longa. A anotação diz respeito à página de Eça de Queirós sobre a vida numa quinta do Minho, extraída de *A Correspondência de Fradique Mendes:*

"Neste trecho de Eça de Queirós, e em outros que estão no presente livro, há referência a trabalhos e coisas do campo; por isso nos parece útil dar ligeira notícia de labor agrícola, não, já se vê, do moderno, em que os processos são outros e aperfeiçoadíssimos, e que não nos interessa quanto à linguagem.

Depois de *adubada*, a terra é lavrada, isto é, aberta em *sulcos* ou *regos* por meio do *arado* ou da *charrua*. Em seguida o lavrador lança- lhe as *sementes*, e passa a *grade* que, alisando a terra, faz que nela se escondam as sementes. Estas germinam, revestindo-se então o terreno de uma espécie de relva; é a *seara* a nascer.

Crescem as *hastes*, a seara já ondula ao vento e, como aparecem ervas chamadas daninhas porque tiram a força à seara, limpa-se a mesma

de tais ervas — procede-se à *monda* (mondar = *limpar* é cognato de *mundo*, adj. =*puro*, *limpo*, e *imundo* = não limpo). O trabalho da monda costuma ser feito por mulheres. Acompanham-no com cantigas, e concorrem para aformosear a paisagem com seus largos chapéus de palha (chapéus redondos) e lenços e vestidos de cores variegadas. E o que descreve o poeta:

"Por entre os trigos as mondadeiras
Enchem as várzeas de cantorias.
Erva daninha, que bem que cheiras!
Nasces e afrontas as sementeiras
E é só por isso que não te crias.

Ranchos alegres, mondando as searas,
Que rico assunto para os pintores!
Lembram vistosos bandos de araras:
Saias, roupinhas de chitas claras,
Chapéus redondos, lenços de cores".

(Conde de Monsaraz, *Musa Alentejana*, 1908. 15-16).

No verão as hastes secam, a seara torna-se amarela, loura, como dizem os poetas (Bocage, por exemplo, "lourejando as searas flutuantes"), está madura, e então é tempo de *ceifá-la*.

A *ceifa*, feita pelos *ceifeiros* ou *segadores*, consiste em cortar as hastes rente ao chão. A parte que fica enraizada no solo chama-se *resto- lho*. A parte solta, que cai, dispõe-se em *feixes* ou *paveias*; estas se levam em carros para a *eira,* onde se amontoam em *medas*.

Na eira debulham-se as espigas, batendo-lhes com o *malho* ou *mangual*, ou passando-lhes o *trilho*.

A palavra *trilho* vem do latim *tribulum*, donde temos, por metáfora, *tribulação, atribular*, no sentido de *tormento*, *atormentar*. É cognata do verbo *terere*, esmagar, triturar, cujo supino *tritum* se relaciona, pelo radical, com *contrito, contrição, triturar, atrito, detrimento, detrito*. A alma contrita está como que esmagada pelo reconhecimento dos pecados, e deles se arrepende; assim também quem se acha *pesaroso*, quem tem *pesar*, está como oprimido por um *peso moral*.

A um grande poeta moderno, Guerra Junqueiro, sugeriu a debulha do trigo a mesma ideia de tribulação, de martírio:

"Vede lá, vede lá
Quanto no eirado o trigo sofrerá!
Pelo malho batido num terreiro
Um dia inteiro!
E um dia inteiro, sem piedade,
Coitadinho! rodado pela grade!
(*Oração ao Pão*)

Debulhadas as espigas, separam-se os grãos da palha atirando-os para o ar, o vento leva para certa distância a palha, e o grão cai no mesmo sítio.

O grão assim separado da palha é posto em sacos e conduzido para o *celeiro*, *tulha* ou *granel,* donde vai para o *moinho*. Lá é triturado pela *mó* ou *pedra*, e depois peneirado, passando pela tela da peneira a farinha branca e fina, que é o miolo do grão esmagado, e ficando o farelo, que é a casca. É de Heitor Pinto, *lm*., I, 79, a seguinte comparação que vem a propósito inserir aqui: "Não se deve chamar filosofia a que ensina, que dando aos outros a doutrina boa, fiquemos nós com a vida má, semelhantes a peneira que deita fora a boa farinha, e fica com o farelo".

O moinho, se é movido por água, também se denomina *azenha*. A água que o move é, geralmente, a de uma *ribeira* ou *levada*.

(*Trechos Seletos*, ed., págs. 391-393)

O primeiro passo no estudo/ensino funcional do vocabulário, enquanto seção autônoma e indispensável da investigação lexicológica, é delimitar o objeto de sua atenção. Podemos dizer, seguindo Coseriu, que o estudo funcional do vocabulário (a que ele, como vimos antes, chama lexemática) é a investigação do conteúdo léxico das línguas, isto é, do significado léxico.

Para penetrarmos no âmago desta proposta de trabalho do lexemático, teremos de ter noção bem clara do que estamos entendendo aqui por *significado* e por *significado léxico.*

O significado é uma das três caras por que se apresenta o conteúdo linguístico. Estas três caras são a *designação*, o *significado* e o *sentido*.

A designação é a referência à realidade entendida como extralinguística, isto é, realidade que não coincide com a estruturação que uma determinada língua faz dessa mesma realidade. A designação não é dada por essa determinada língua, mas é dada em todas as línguas, porque se dá no falar em geral.

O significado é a estruturação numa língua das possibilidades de designação. Só há significado nas línguas, e não no falar em geral; e como não há língua fora da historicidade, da dimensão ou nível histórico da linguagem (isto é, só há língua portuguesa, espanhola, alemã, etc.), só haverá significado como significado português, espanhol, alemão, etc.

O que pode parecer extremamente complexo nesta distinção entre designação e significado ficará bem claro diante dos seguintes exemplos. Quando dizemos *A porta está aberta* e *A porta está fechada* ou *Pedro leu o livro* e *O livro foi lido por Pedro*, estamos diante, em cada caso, de uma mesma realidade, de um mesmo estado de coisas, mas exprimindo-o de maneira diferente em português. A gramática tradicional e algumas correntes linguísticas modernas têm trabalhado com tais frases considerando-as como sinônimas ou de igual significado e, desta maneira, as consideram correspondentes a uma mesma estrutura profunda. Na realidade, há aqui confusão entre significado e designação. As frases dos exemplos citados não são sinônimas na designação, porque representam o mesmo estado de coisas a que fazem, em cada caso, referência, mas por meio de significados diferentes. Tais frases são equivalentes, mas não têm, em cada caso, o mesmo significado do ponto de vista do português, do ponto de vista idiomático.

Coseriu alerta-nos para o perigo dessa suposta sinonímia, dessa suposta igualdade de significado, que se pretende extrair das paráfrases, já que tais paráfrases refletem apenas uma identidade dos estados de coisas designados, engano que pode desviar o investigador dos conteúdos idiomáticos, único objeto do estudo funcional do vocabulário.

As diferenças entre designação e significado não só se aplicam às funções léxicas, mas também às gramaticais.

Se, nos exemplos acima, pudemos servir-nos de significados diferentes para exprimir a mesma designação, também podemos com um mesmo significado apontar para diferentes designações. Assim, a preposição *com* na construção *com x* tem o significado único, algo como *x está presente*; mas nas frases seguintes pode designar *instrumento*, *companhia, maneira*:

Abri a porta com a chave.
Dançou com Maria.
Assistiu ao espetáculo com surpresa.

As variedades de designação são possíveis apenas porque os falantes conhecem o que é *abrir porta, chave*, por exemplo, e pelo que sabem sobre as coisas, e dadas as situações em que são proferidas as frases, concluem que com a chave (que na língua significa que a chave estava presente) designa o que instrumento de que alguém se serviu para abrir a porta. Portanto, não é a preposição *com* que significa instrumento, pois isto não está expresso na língua. Por isso é que na frase *Abrir a porta com o irmão*, *com o irmão* já não é interpretado como instrumento, porque sabemos, além do que sabíamos antes e da situação, que é irmão, que o irmão não seria um instrumento semelhante à chave: apenas na língua está expresso que o irmão estava presente no processo de alguém abrir a porta e se há uma referência à realidade da situação, essa deve ser algo como *companhia* ou *ajuda*, ou coisa pelo estilo.

Já o *sentido* é o conteúdo próprio de um texto, aquilo que se entende além do significado e da designação, enquanto intenção expressiva do falante. Recentemente, numa crônica sobre informática, o autor, falando da chegada de um computador de última geração, usou o título Habemus Pentium. Este simples título, de cujo significado e designação não temos dúvida, relacionado com o do texto muito conhecido *Habemus papam*, traz subliminarmente a expressão de alegria e bom grado do autor pelo aparecimento desse novo e útil instrumental do labor desenvolvido na informática. A manifestação desse sentido — que pode escapar ao leitor menos atento ou menos capacitado para surpreender as potencialidades expressivas da língua — está, como dissemos, além do significado e da designação. Como fim do texto, que responde à pergunta que finalmente quer isso dizer?, é o grande filão que revela desde a chave de uma anedota ao sentido profundo de toda uma obra literária.

No estudo estrutural funcional do vocabulário começamos por reunir unidades léxicas de conteúdos significativos afins e, além disso, em pequenas porções.

Assim como nas unidades fonológicas e nas unidades gramaticais não reunimos num mesmo grupo vogais e consoantes, por um lado, nem *substantivos* e *advérbios*, por outro, assim também quanto aos grupos lexicais, não reuniremos *navio* com *espada*, nem *flor* com *edifício*. Em se tratando das unidades fonológicas, reunimos, para estudo e descrição, as *vogais orais* e *nasais*, as *consoantes oclusivas* e as c*onstritivas*; nas unidades gramaticais, reunimos, no verbo, *o presente*, o *passado* e o

futuro, e assim por diante. Também no léxico, não reuniremos *navio* com *espada*, mas, sim, *navio* com *barco*, com *bote*, com *jangada*, com *transatlântico* e tantas outras designações de meios de transporte por cima d'água (opõem-se ao *submarino*, por exemplo), os quais, por sua vez, se opõem aos meios de transporte por via terrestre (*automóvel*, *ônibus,* etc.) e meios de transporte por via aérea (*avião*, *aeróstato, balão*, *zepelim*, etc.).

Assim sendo, o primeiro movimento no estudo/ensino estrutural do léxico consiste em reunir as diversas unidades léxicas que pertencem a um *campo léxico*. Chama-se *campo léxico* o conjunto de Iexemas unidos por um valor léxico comum. Os Iexemas subdividem esse valor comum em valores mais específicos, que se opõem entre si por diferenças mínimas de conteúdo léxico, chamadas "traços distintivos" ou *semas*. Dessarte, *navio, bote*, *barco*, *jangada*, *transatlântico* pertencem ao campo léxico "meios de transporte por água" ou "embarcações". As vezes, o campo Iéxico na língua tem uma unidade Iéxica cujo valor significativo corresponde a seu valor unitário, abarca todas as unidades integrantes do campo; aqui, a unidade "embarcação" abrange *navio*, barco, *bote*, *jangada*, *transatlântico*, etc., e, por isso, se chama *arquilexema*.

Voltando à semelhança existente entre o estudo e descrição das unidades da fonologia e da gramática com as unidades léxicas, um fonema, por exemplo, difere de outro da mesma classe por meios de traços distintivos. Assim, entre /p/ e /b/ há traços comuns, como "oclusivo", "bilabial", "oral", mas um traço que opõe /p/ a /b/ é a sonoridade (ou a vibração das cordas vocais), pois /p/ é uma consoante oclusiva, bilabial, oral, surda, enquanto /b/ é uma consoante oclusiva, bilabial, oral, sonora.

Da mesma forma, *automóvel* e *ônibus* pertencem ao campo léxico "meios de transporte por via terrestre", mas se separam por alguns traços distintivos ou semas: enquanto o *automóvel* é um transporte para um número limitado de pessoas e sem percurso obrigatório definido, o *ônibus* é um grande automóvel (para muitas pessoas) que funciona como transporte público e com percurso definido.

É graças a esses traços distintivos que particularizam e diferenciam as unidades léxicas integrantes de um mesmo campo léxico, que o falante sabe e pode distinguir os significados de *navio*, de *transatlântico*, *barco, bote*, etc. Os dicionários devem estar atentos a esses traços distintivos para bem orientar os seus consulentes.

Além do *campo léxico*, há também a *classe léxica*. *Rico, inteligente* e *solteiro* não pertencem, naturalmente, ao mesmo campo léxico, mas pertencem à mesma classe léxica, porque os três se aplicam, ou podem aplicar-se para pessoas, seres vivos humanos.

Classe léxica, segundo Coseriu, é uma classe de lexemas determinados por um *classema*, que é um traço distintivo que funciona em geral em toda uma categoria verbal ("classes de palavras"). As classes léxicas se manifestam nas combinações gramaticais e/ou léxicas dos lexemas: pertencem à mesma classe os lexemas que permitem as mesmas combinações léxicas ou gramaticais, ou léxicas e gramaticais concomitantes. Assim, *rico, inteligente* e *solteiro* se combinam com substantivo designativo de ser vivo humano, por exemplo: *homem rico, inteligente, solteiro*.

Essas classes são, de modo geral, muito conhecidas nossas desde as primeiras aulas de gramática portuguesa. Os substantivos se dividem, por exemplo, nas classes "seres vivos", "coisas", e, dentro da classe "seres vivos" podemos separar os seres humanos dos seres não-humanos. Para os adjetivos, podemos estabelecer classes como "*positivo*", "*negativo*", etc., o que justifica combinações aditivas do tipo *rico* e *inteligente*, ou combinações adversativas do tipo *rico,* mas *ignorante*. Nos verbos conhecemos as classes dos "intransitivos", "transitivos", etc., classes que admitem subclasses. Podem-se estabelecer classes menos trabalhadas em nossas gramáticas, como, por exemplo, na base de um classema "direção" (em relação com o agente da ação), podemos ter a classe dos verbos "adlativos" (*comprar, receber, tomar, recolher, pegar* etc.) opostos aos verbos "ablativos" (*vender, dar, deixar, soltar*, etc.).

Também cumpre distinguir entre *classes determinantes* e as *classes determinadas*. As *classes determinantes* são aquelas caracterizadas por classe, mas enquanto as classes determinadas são aquelas caracterizadas por traços distintivos do tipo para a classe "X". Com tal distinção estamos aptos a classificar os lexemas classematicamente determinados, de acordo com as classes determinantes com que se combinam. Os adjetivos, por exemplo, podem ser classificados, com relação às classes determinantes, "seres vivos" — "coisas", num primeiro momento, em adjetivos "sensíveis" e em adjetivos "insensíveis" a estas classes; num segundo momento, os adjetivos sensíveis a tais classes podem ser classificados em adjetivos "exclusivos" de uma classe (como, por exemplo, *inteligente*, que não se aplica, em geral, às coisas e só a "seres pensantes") e em adjetivos "diferenciados" em

conformidade com as classes (como, por exemplo, o português *ruivo* e o francês *roux* contrastam, respectivamente, com *roxo* e *rouge*, ou o português *louro* e o francês *blond* contrastam, respectivamente, com *amarelo* e *jaune*, em que, em relação para a classe *cabelo*, só os primeiros de cada série podem ser usados: tanto em português como em francês só se diz *cabelos ruivos* / *cheveux roux*; cabelos louros / *cheveux blonds*.

Além do campo léxico e da classe léxica, já vistos aqui, vamos falar de mais três tipos de estruturas léxicas: a *modificação*, o *desenvolvimento* e a *composição*. Tais tipos diferem dos primeiros pelo fato de serem o campo léxico e a classe léxica estruturas primárias, enquanto a modificação, o desenvolvimento e a composição estruturas secundárias. Diz-se *primária* a estrutura cujos termos se implicam reciprocamente, sem que um seja primário em relação aos demais. Um exemplo: *jovem* implica *velho* e *velho* implica jovem, mas nenhum é primário em relação ao outro. Já em *vender* e *vendedor*, este implica o primeiro, mas *vender* não implica *vendedor*; em outras palavras, quando definimos o conteúdo "vendedor" aludimos necessariamente a "vender" (a pessoa que vende), mas quando definimos o conteúdo "vender", prescindimos da referência ao conteúdo "vendedor". Dizemos, então, que o conteúdo "vender" é primário, em relação ao conteúdo "vendedor", e este é secundário relativamente ao conteúdo "vender".

É fácil perceber que as estruturas secundárias correspondem ao tradicional domínio da gramática da formação de palavras, as quais, depois de passarem pelos processos de formação próprios do idioma, são incorporadas ao léxico e continuam admitindo as mesmas determinações gramaticais explícitas dos termos primários. Isto é, se de *livro* temos o termo secundário *livrinho*, este admite a determinação gramatical de plural que cabe a *livro*: *livro - livros, livrinho - livrinhos.*

Os três tipos de estrutura secundária aqui enumerados (*modificação*, *desenvolvimento* e *composição*) se distinguem entre si pela determinação gramatical do termo primário.

A modificação corresponde a uma determinação gramatical que não implica qualquer função frásica do termo primário modificado, mas apenas a qualificação deste termo ou, ainda, a repetição duma significação ou acréscimo de uma orientação à ação do termo primário, como ocorre nas formações diminutivas, nos coletivos, nos verbos formados com prefixos: *livro - livrinho*; *dormir - dormitar*; *laranja - laranjal; cantar - cantarolar*; *ver - rever-prever*; *seguir - perseguir - prosseguir*, etc.

O desenvolvimento corresponde a uma determinação gramatical que implica uma função frásica específica do termo primário, isto é, implica uma alteração da categoria verbal do termo primário. Assim, *belo* + função predicativa = *beleza* ("o que é belo"); *partir* + função predicativa= *partida* ("o fato de partir"); *branco* + função epíteto = o *branco*; *civil* - *civilizar* - *civilização*.

Além da mudança de função frásica (substantivo muda-se em adjetivo; adjetivo muda-se em substantivo; adjetivo muda-se em verbo; verbo muda-se em substantivo, etc.), o desenvolvimento implica uma desconcentração ou generalização da significação, quando comparada com a base do desenvolvimento: assim, *prata* - *prateado* ou *audição* ("ato de ouvir") - *audível* (qualidade do que se pode ouvir).

Um termo que surgiu de um desenvolvimento pode ser base de outro termo desenvolvido: *rico* - *enriquecer* - *enriquecimento*. Neste procedimento em série, pode-se saltar uma etapa, isto é, pode-se criar um termo sem que exista na norma da língua o termo implicado anteriormente. Comparem-se as séries plenas: *fala -falar -falado*; *visita – visitar - visitante* com as séries destituídas de verbo-base do adjetivo final do processo de desenvolvimento: *barba* - *verbo* - *barbado*, *farsa* - *verbo* - *farsante*.

Outro aspecto digno de nota no desenvolvimento é a possibilidade da existência de homófonos resultantes de bases diferentes: m*atar* - *morto* ("ao lado de matado"), *morrer* - *morto*.

Assinale-se que pode haver combinação da modificação com o desenvolvimento: *ver* - *rever* (modif.) - *revisão* (desenv.); *cobrir* - *descobrir* (modif.) - *descobrimento* (desenv.).

A *composição* implica sempre a presença de dois elementos básicos unidos por uma relação gramatical. Há dois tipos de composição: um em que um dos elementos combinados é de natureza pronominal genérica — como "alguém", "algo", tipo a que Coseriu chama *composição prolexemática*.

Este tipo corresponde a uma parte daquilo que a gramática tradicionalmente rotula de *derivação*. Assim, *ler* + agente pronominal = *leitor* (aquele que lê); *livro* + agente pronominal = *livreiro* (aquele que comercia livros).

Na composição prolexemática há um elemento determinante (o que se apresenta no significante) e outro determinado (o que está representado no significante pelo sufixo derivativo ou por zero), sendo a categoria verbal do composto a do determinado, conforme se depreende dos exemplos acima.

No outro tipo de composição, os elementos presentes são lexemas. Por isso, é chamado *composição lexemática* e corresponde ao que tradicionalmente recebe o nome de *composição*.

São exemplos de composição lexemática: *guarda* + *roupa* — *guarda-roupa*; *mata* + *borrão* — *mata-borrão*.

Tipos de composição como *guarda-roupa, mata-borrão* representam os dois casos aqui mencionados, pois implicam uma composição prolexemática com sufixo derivativo de expressão zero (*guardar* – *guarda* - equivalente a *guardador, que guarda*) e uma composição lexemática, em que entra o lexema (composto) *guarda* + o lexema *roupa*.

A quem nos acompanhou com atenção até aqui fica patente que esta proposta de estruturas secundárias se afasta da proposta tradicional de processos de formação de palavras divididos em *derivação* e *composição*, porque esta última proposta só leva em conta o plano de expressão ou a relação entre o plano do conteúdo (o do significado) e o da expressão (o do significante). Na proposta de Coseriu o interesse localiza-se no plano do conteúdo. O conceito tradicional de derivação põe em evidência a combinação de uma palavra com um morfema, da qual deriva nova palavra, enquanto o conceito tradicional de composição põe em evidência a combinação de duas palavras autônomas. Isto é válido quando a preocupação do analista se centra e se limita ao plano da expressão, mas tal modo de proceder à análise não dá conta das estruturas do plano do conteúdo.

Até aqui vimos as estruturas léxicas no plano "paradigmático", isto é, no plano em que os lexemas se encontram numa oposição imediata entre si, ou, em outras palavras, em que — para ficar no caso das estruturas secundárias — *casa* se opõe a *casinha* ou *ver* se opõe a *rever* (quanto à modificação); *civil* se opõe a *civilizar* e este a *civilização* (quanto à modificação); *civil* (quanto ao desenvolvimento); *guardar* se opõe a *guardador* (quanto à composição). Vamos agora examinar as estruturas léxicas no plano "sintagmático" ou das "combinações" dos lexemas condicionadas numa língua, isto é, no fato de determinado lexema se combinar com outro ou ainda de um lexema implicar outro lexema. Isto significa que agora se trata duma "solidariedade", duma "combinação" (daí sintagmática) no plano da estrutura dos semas ou traços distintivos, em que certas unidades léxicas estão implicadas por outras unidades léxicas.

O critério para a distinção dos diversos tipos de combinações ou solidariedades é o modo como os lexemas de um paradigma estão

determinados, em seu conteúdo, pelos lexemas de outros paradigmas. Chamam-se "determinantes" aqueles cujos conteúdos estão implicados como traços distintivos em outros lexemas, e lexemas "determinados" aqueles que recebem esses mesmos traços distintivos ou semas. Assim, por exemplo, *árvore*, unidade lexical determinante do paradigma "planta", funciona como traço distintivo no paradigma dos verbos como *cortar* e outros, com o qual surge, precisamente, a unidade lexical determinada *podar* (diz-se *podar árvores* e não *podar dedos*); da mesma forma, *cavalo* funciona como traço distintivo no paradigma dos "nomes das cores", com o qual estão implicadas cores como *baio*, *alazão* (diz-se *cavalo baio* e *cavalo alazão* e nunca *cachorro baio* ou *galo alazão*).

Distingue Coseriu três espécies de solidariedades léxicas conforme a determinação semântica de uma palavra por meio de uma classe, de um arquilexema ou de um lexema, ou, em outros termos, conforme uma classe "determinada", um determinado arquilexema ou um determinado lexema funciona como traço distintivo de uma palavra em pauta: *afinidade* (quando implica a classe do lexema determinante), *seleção* (quando implica o arquilexema do lexema determinante) e *implicação* (quando todo o Iexema determinante funciona como traço distintivo no lexema determinado).

Exemplos de *afinidade: prenhe* e *grávida* são lexemas que têm como traços distintivos, quanto ao conteúdo "fecundação", a classe animal (dito de animal) e a classe pessoa (dito de pessoa); por isso *prenhe* é combinável com lexemas como *cachorra, gata*, etc. enquanto *grávida* é combinável com lexemas como *mulher, vizinha*, etc. Há também afinidade com os lexemas relativos ao conteúdo trazer ao mundo repartidos entre a classe animal (*parir, dar, cria, ter filhote*, etc.) e a classe pessoa (*dar à luz*).

Exemplo de seleção: *pena* e *pelo*, no sistema piloso, incluem como traço distintivo os arquilexemas "ave" e "mamífero"; por isso dizemos que homem, macaco, cachorro, cavalo têm pelos, enquanto o passarinho, a gaivota, o papagaio têm *penas*.

Exemplo de implicação: lexemas como *relinchar, ladrar, miar cacarejar* contêm, como traço distintivo, o conteúdo total dos lexemas *cavalo, cão, gato* e *galinha*, respectivamente.

Destas considerações teóricas até aqui expostas se têm beneficiado os dicionários unilíngues e bilíngues, de modo que se tornem mais informativos ao leitor que os compulsa. Um dos pontos que traduzem progresso é fugir, na apresentação dos verbetes ou lemas, às definições puramente científicas, que pouco ou nada dizem do significado que tais lexemas têm na língua. Tinha muita

razão, nesse sentido, a crítica feita pelo lingüista norte-americano L. Bloomfield acerca da inutilidade, para quem deseja saber o que significa na sua língua a palavra *sal*, das explicações técnicas do tipo: "cloreto de sódio" ou "substância" que se forma na interação entre um ácido e uma base. Isto pertence à química e só aos químicos dizem alguma coisa.

Apenas não cabia total razão a Bloomfield, porque misturava os lexemas da língua com os termos da nomenclatura técnica das ciências e, assim, atribuía às ciências a tarefa de conceituar o significado léxico, que é, como vimos, domínio da linguística. Como lembra Coseriu, a química se ocupa da coisa "sal", enquanto a linguística se ocupa do significado *sal*. No dicionário, *sal* será apresentado como uma substância branca, cristalizada, de sabor acre, solúvel na boca, que se usa como tempero em culinária, conforme está no *Dicionário do Português Básico*, de Mário Vilela.

Repare-se que nesta explicação vai o autor aludindo aos diversos semas que compõem o significado do lexema: substância branca (referência ao sema "cor"), cristalizada (ao sema "forma"), de sabor acre (ao sema "sabor"), solúvel na água (ao sema "mutação de forma"), que se usa como tempero na culinária (ao sema "utilidade"). Desta forma, reunindo tantos semas, o significado léxico de *sal* diz mais ao consulente do que uma explicação, também encontrável em dicionários, do tipo: substância usada na alimentação como tempero, através da qual só se alude ao sema "utilidade". Ora, essa economia de semas ou de traços distintivos faz com que a explicação sirva a várias substâncias usadas na alimentação como tempero. Torna-se, portanto, pouco útil, quase ineficaz, ao consulente.

O acúmulo de semas permite a distinção entre, por exemplo, duas substâncias usadas na alimentação como tempero: o *sal* e o *açúcar*. Se retomarmos a sequência de semas que integram o significado léxico de *sal*, facilmente observamos que todos menos um (o relativo ao "sabor") se aplicam ao de *açúcar*: substância branca, cristalizada, solúvel na água, que se usa como tempero.

Um exemplo que já se tornou clássico é o da enumeração dos semas que entram nos significados do campo lexico de "assento", estudadas pelo linguista B. Pottier para o francês. Para não alongar a rica lista de lexemas que entram nesse campo léxico, aludiremos apenas a seis deles: *banco, tamborete, cadeira, poltrona, sofá* e *divã*. Relacionaremos, inicialmente, os semas que integram alguns significados desse campo, como fez Mário Vilela em *Estruturas Léxicas do Português*:

1. objeto que serve para alguém se sentar
2. com pés
3. com encosto
4. com braços
5. para uma pessoa
6. feito de material rijo

Banco é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, geralmente sem encosto e sem braços, quase sempre para uma pessoa e feito de material rijo (madeira, cimento, mármore, etc.).

Tamborete é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, sem encosto e sem braço, para uma só pessoa e feito de madeira.

Cadeira é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, com encosto, com ou sem braços, para uma só pessoa e geralmente feito de material rijo.

Poltrona é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, encosto e braços, para uma só pessoa e estofado ou de couro, isto é, feito de material não rijo.

Sofá é um objeto que serve para alguém se sentar, com ou sem pés, com encosto, com braços, para mais de uma pessoa e de material não rijo.

Divã é um objeto que serve para alguém se sentar, com ou sem pés, sem encosto nem braços, para uma só pessoa e de material não rijo.

Repare o leitor que cada tipo desses seis objetos de sentar se distingue pela presença ou ausência de determinados semas, de modo que pouco adiantam, para a identificação deles, explicações que aparecem em alguns dicionários do tipo: *Divã*: espécie de sofá sem encosto ou *Canapé*: banco de palhinha comprido com costas e braços.

Também precária é a série de sinônimos que às vezes corre nos dicionários. Compare-se o que já se disse de *sofá* e *divã* com a lição que consigna um deles: *Sofá*: banco estofado com espaldar e dois braços, para várias pessoas; *canapé; divã*.

Se são necessários tais cuidados no dicionário destinado aos falantes nativos, muito maior atenção há de se ter, quando vai ser consultado por estrangeiros. Neste particular nossos dicionaristas têm muito que aprender com os bons compêndios unilíngues escritos para falantes não nativos. Há um longo caminho que o dicionário de língua portuguesa deverá percorrer para incorporar as novas conquistas do estudo lexico.

Correção e norma linguística

J. G. Herculano de Carvalho

Objeto histórico, sujeito às vicissitudes próprias de todo o objeto histórico, a língua, como saber transmitido, perpetuamente se transforma e diversifica. Quer isto dizer que se transforma no tempo e se diversifica no espaço.

Em primeiro lugar no tempo: se é certo que os modos linguísticos do presente representam a continuação ininterrupta de modos linguísticos do passado, não é menos evidente que eles não são hoje inteiramente idênticos ao que foram em épocas anteriores. Sabemos de fato que a língua portuguesa não é hoje a mesma que a língua falada pelos contemporâneos de Camões e que, quanto mais recuamos no tempo, mais acentuado se torna o contraste, de tal forma que haverá um momento em que já não poderemos falar sequer de *português*, mas de outra língua.

Por outro lado, no espaço: sem abandonarmos os limites de Portugal continental, do Minho ao Algarve, o mesmo português, a mesma língua que todos falamos e em que todos nos compreendemos, apresenta, logo à mais superficial observação, um sem-número de variações, que afetam os sons, as formas flexionais, as construções e o vocabulário. Se abandonarmos o continente europeu, a observação confirma-se e reforça-se: em Ponta Delgada, no Funchal, no Rio de Janeiro ou em São Paulo é sempre o mesmo português que nós ouvimos, e é sempre *outro*.

A esta diversidade da mesma língua no mesmo tempo, a que chamaremos *horizontal,* vem juntar-se uma outra que denominaremos *vertical*. Aquela

observa-se de terra para terra; pelo contrário, pode verificar-se dentro do mesmo lugar. É a que se dá entre indivíduos de classe social diferente, o que quer dizer, de diverso nível cultural, visto que um analfabeto se não exprime da mesma forma que um indivíduo mediana ou superiormente cultivado, havendo entre um máximo e um mínimo (aliás puramente ideais) um número infinito de gradações de cultura, que se traduzem noutras tantas gradações na expressão linguística.

Finalmente, a variedade observa-se dentro do mesmo indivíduo, o qual com efeito não usa os mesmos vocábulos nem as mesmas construções numa conversa familiar ou de negócios, quando se dirige a um amigo ou a um superior hierárquico, ao escrever uma carta de amizade ou uma novela, um artigo científico ou um poema. A estas variedades chamaremos *estilísticas*; a cada uma das formas de língua assim determinadas pela situação momentânea, quer dizer, pela intenção ou finalidade particular de cada uma, daremos o nome de *estilos*.

Pelo contrário, a cada uma das formas linguísticas particulares da mesma língua, determináveis no espaço — variedades horizontais ou locais, variedades verticais ou estráticas — chamaremos *idiomas*.

Cada *idioma* e cada *estilo* é, por assim dizer, uma língua dentro de outra língua, sendo esta um complexo formado por um número infinito de *idiomas* e *estilos* diversos, entre os quais não existem fronteiras definidas. *Cada um deles* possui a sua *norma* própria, quer dizer, um sistema de esquemas e modelos mais ou menos fixados, que regulam o funcionamento da língua dentro dos limites enunciados. Essa norma é *individual*, porque existe no saber linguístico de cada um dos indivíduos, presidindo à realização da sua atividade idiomática, mas é *também interindividual*, porque é comum a todos os membros do mesmo grupo, fração maior ou menor da comunidade linguística, seja esse grupo local, cultural ou, digamos, estilístico. Quer dizer que, de uma forma mais ou menos consciente (segundo precisamente o grau de cultura dos indivíduos que constituem o grupo), sistematizada e fixada por escrito ou afetam os sons, as formas flexionais, as construções e o vocabulário. Se abandonarmos o continente europeu, a observação confirma-se e reforça-se: em Ponta Delgada, no Funchal, no Rio de Janeiro ou em São Paulo é sempre o mesmo português que nós ouvimos, e é sempre outro.

Postos estes princípios — que são apenas a constatação de fatos — já podemos compreender em que consiste a correção linguística: E incorreto aquele que infringe a norma. A correção consiste pois na observância da

norma linguística própria do grupo a que o indivíduo pertence e ainda das circunstâncias momentâneas em que se exprime, isto é, a obediência à norma adequada a cada indivíduo, segundo o quadro social em que está integrado e a finalidade expressiva ou comunicativa específica de cada um dos seus atos linguísticos.

Isto significa que, por muito pouco complexa que seja a comunidade idiomática em questão, ela supõe infalivelmente a existência de um número maior ou menor de normas linguísticas diversas; e significa também, consequentemente, que o critério da correção gramatical ou expressiva não é o mesmo para todos os membros da comunidade. Quero dizer, num exemplo concreto: não comete erro, na medida em que realiza a norma linguística própria do seu grupo social e cultural, o aldeão que diga *andemos* por *andamos*, *semos* ou *samos* por *somos*, formas que seriam inadmissíveis na boca de um citadino medianamente culto.

Por outro lado porém, contrabalançando esta relatividade da norma linguística, em todas as comunidades mais ou menos extensas e por isso complexas, sobrepondo-se de certa maneira a todas as outras, pode determinar-se *uma* norma, que podemos, se quisermos, chamar *superior*, a qual é sentida, ao menos pela maioria, como a melhor, a mais correta, o que significa simplesmente que é a mais prestigiada. Ora esta norma, ou padrão linguístico ideal, é aquela que é realizada, com relativa fidelidade e uniformidade, pelos membros do grupo social de maior prestígio, que é ao mesmo tempo o detentor do padrão cultural mais elevado. E *esta* norma a que é e deve ser objeto do ensino. O que significa que ensinar a norma idiomática equivale em primeiro lugar a introduzir, a integrar o indivíduo nesse padrão cultural elevado e, portanto, que o ensino da língua — que é sobretudo o da língua materna — possui um alcance que transcende de muito o que as minhas palavras parecem dizer e o que comumente por elas se entende. Na verdade, porém, mais ainda do que ensinar uma norma linguística e fazer penetrar num padrão de cultura determinado, é promover o desenvolvimento, integral e pleno, da própria personalidade espiritual humana, virtualmente latente em cada indivíduo.

O ensino da língua

Pelo que ficou dito nas anteriores palestras, já se pode depreender que ao ensino da língua materna deveria reservar-se um lugar de primacial

importância em todos os planos da formação intelectual, quer dizer, um lugar muito mais importante que o que presentemente ocupa nos nossos planos de ensino.

Mas põe-se talvez uma dúvida ao espírito de muitos: Se todos nós falamos português, se todos somos capazes de resolver os nossos pequenos e grandes negócios cotidianos, dos mais simples aos mais complicados, por meio da palavra, serão realmente necessários tantos anos de aprendizado especial para dominarmos a nossa própria língua materna?

A resposta a tal dúvida está nisto: Tudo depende do grau de cultura e, portanto, de desenvolvimento espiritual que se pretende atingir; tudo depende do alcance maior ou menor das finalidades que através da atividade linguística entendemos realizar. Se para cada indivíduo a língua não é una, mas múltipla, se ela é sempre um complexo de estilos e por isso de normas, a sua complexidade cresce proporcionalmente com o grau de cultura e consequentemente com a variedade e compósito encadeamento das finalidades daquele que a utiliza.

Já sabemos que a língua, além de ser, por assim dizer *interiormente*, um modo de conhecimento, é *exteriormente* um instrumento de *expressão* e de *comunicação*, havendo ainda a distinguir neste plano comunicativo, a língua como modo, por um lado, de transmitir *informação* e, logo, de *agir no comportamento* social dos outros. Abstraindo de alguns casos-limite, como as interjeições (por sua natureza *quase* puramente expressivas), em cada ato de fala aquelas múltiplas finalidades exteriores se encontram presentes, mas não em todos no mesmo grau. Pode predominar a expressão: e então o ato linguístico torna-se emotivo e talvez lírico; pode predominar a atuação social: e a atividade linguística faz-se emotiva e dramática; pode prevalecer a informação: e o ato de fala tende a tornar-se impassível e intelectual.

Da proporção relativa de cada uma destas funções no ato verbal, depende, portanto, a conformação estilística do mesmo. Quanto maiores forem as exigências de cada uma delas e quanto mais finamente matizadas forem as respectivas relações, tanto mais variada e subtil necessita de ser (no vocabulário, na gramática e na própria conformação fônica) a gradação estilística que se lhes adapte.

Todas estas finalidades se encontram presentes no ato verbal do falante mais inculto. Mas neste predomina normalmente a segunda das finalidades referidas, a atuação social. A sua atividade linguística tem de fato um caráter eminentemente prático. Por outro lado ainda, o alcance desta atuação é em

geral pouco mais do que imediato, quer na sua projeção temporal, quer sobretudo no círculo social abrangido; as situações que se oferecem a essa atuação são limitadas; é simples finalmente a rede das relações sociais em que deve realizar-se.

De outra parte, encontramos todos aqueles homens que, pela sua missão, se veem forçados a agir — e a agir precisamente pela palavra — em meios sociais mais largos e incomparavelmente mais complexos, visando finalidades não puramente imediatas, no espaço e no tempo. Um discurso político ou um tratado de moral são exemplos típicos de tais momentos de atividade linguística, cuja significação se pode pôr em contraste com a das atuações verbais de um honesto cidadão que procura convencer um vendedor a baixar o preço da sua mercadoria ou um amigo a acompanhá-lo numa excursão de pesca.

No que respeita à informação, o seu valor está geralmente dependente do efeito social que por ela se pretende atingir. No caso do homem inculto, o valor informativo dos seus atos de fala é já por isso mesmo reduzido, sendo também por outro lado limitado o universo de discurso

— totalidade de conhecimentos comuns sobre o mundo dos objetos (materiais ou espirituais) — a que faz referência.

No homem de cultura superior, também a sua atividade informativa nunca é inteiramente desinteressada, porque sempre através dela se realiza um propósito, mediato ou imediato, de atuação sobre o comportamento dos seus semelhantes. Mas, neste, a intenção informativa não só pode chegar a predominar por uma forma decidida, sobre a atuação social, mas pode assumir também um valor cognoscitivo incomparavelmente mais largo — num tratado de Ciência, de Filosofia, de História —, que uma simples comunicação do dia a dia sobre o estado do tempo ou a marcha de um negócio.

Finalmente quanto à expressão, independentemente da simples e imediata exteriorização — simples desabafo — de sentimentos primários—, que muitas vezes se manifestam através de modos extralinguísticos (o riso, o grito, o gesto) —, também o homem dito inculto é capaz de realizar momentos de expressão emotiva superior e até mesmo de fazer do ato linguístico, quer o aprenda, quer o realize, um ato criador poético, expressão de uma fruição intuitiva dos objetos, quer dizer, motivada num conhecimento estético, e não prático ou intelectual, dos mesmos. Todavia, se esta atividade expressiva, particularmente estética, raramente predomina na atuação verbal do indivíduo

de inferior cultura, também o mundo de vivências que através dela pode exprimir, ou simplesmente aprender, é forçosamente limitado e pobre.

Pelo contrário, quanto mais elevado for o seu grau de cultura, tanto mais largas e profundas serão as suas experiências poéticas, e mais frequentes os momentos em que lhes dará expressão — expressão estética, não totalmente independente, mas em vária medida preponderante sobre as finalidades meramente comunicativas, práticas, informativas, do ato de fala.

Um homem será pois tanto mais culto, quanto mais rica for a forma estilística da sua expressão, quanto mais finas forem as gradações estilísticas que ele é capaz de reconhecer e utilizar. E é desde logo evidente que a sua assimilação, o seu aprendizado deverá ser longo e trabalhoso.

Ensinar a língua significará, por outra parte, nada menos do que proporcionar ao indivíduo a possibilidade de criar e alargar as fronteiras do Universo; de construir um mundo de conhecimento — intelectual e estético; de agir com eficácia sobre os seus semelhantes num círculo cada vez mais vasto; enfim: de se realizar plenamente como personalidade espiritual, em face de si mesmo, dos outros e de Deus — de se afirmar como Homem.

Se assim é, como creio, será excessivo atribuir ao ensino da língua o primeiro lugar na formação intelectual da juventude? E ocupará ele, no momento atual, o plano que efetivamente lhe cabe?

Ainda sobre o ensino da língua

Atribuindo ao ensino da língua o primeiro lugar na formação intelectual dos jovens, ainda não chegamos ao fim do nosso caminho. Resta-nos esboçar, ao menos, algumas conclusões sobre a natureza de que deve revestir-se esse ensino. De passagem, não será descabido aludir à importância que, neste contexto, ainda pertence ao aprendizado das línguas em geral, não só pelo valor prático atual do seu conhecimento, mas ainda porque conhecê-las é dispor de outros tantos meios de acesso à cultura: tomadas diretas de contato com outras formas de traduzir valores espirituais, por vezes idênticos, por vezes diferentes, sempre variados. E seria ocasião de falar... no latim. Mas o tempo não chega, passemos adiante. Falamos agora do aprendizado linguístico mais importante, o da língua materna, logo, para nós, o da língua portuguesa.

A quem compete este ensino? Por estranho que pareça, afirmo que ele não é domínio exclusivo do professor de língua portuguesa, mas pertence a todo o professor, a todo aquele que tem por missão comunicar alguma espécie de conhecimento, seja de que natureza for. Parece ser preconceito assaz espalhado (espero que o não seja tanto) de que o que importa ao mestre de

matemática é apenas ensinar matemática, ao de história, história, ao de filosofia... filosofia — e que o *resto* é, quer dizer, a expressão, a forma por que o aluno possa manifestar os conhecimentos adquiridos de matemática, história ou filosofia, esse *resto* é com o professor de português. Ora a verdade é que a matéria e forma são duas faces inseparáveis dum todo único; que exigir uma expressão verbal correta, escrita e oral, é exigir um pensamento correto (de que aquela expressão é apenas forma adequada); que saber datas e fatos *não é* saber história, assim como saber manipular números e fórmulas *ainda não* é saber matemática ou física — visto que só é conhecimento humano, no seu sentido pleno, o que se realiza através da linguagem.

Nenhum professor pode pois, seja qual for a matéria específica, que ensina, deixar de ser *em certa medida* professor de língua, isto sobretudo no nível secundário, quer dizer, supondo que ao atingir o nível universitário o estudante já se encontra de posse de um instrumento expressivo em grande parte formado, porque de resto ainda na Universidade não pode o professor deixar de atender, e pelas mesmas razões, à correta expressão verbal da informação adquirida. É, todavia aos professores de línguas e, naturalmente, de forma muito particular, aos professores de português que esta missão cabe de modo específico. Digo que em geral aos professores de línguas — vivas ou mortas —, referindo-me em especial (sem poder insistir) à capital importância que deve ter, no desenvolvimento da, capacidade expressiva do estudante, o exercício bem dirigido, cuidadosamente controlado, da tradução.

Quanto ao ensino especificamente reservado aos professores de português, será inútil lembrar (são os próprios programas oficiais que o afirmam) que ele não deve ser prevalentemente gramatical. A gramática — a que voltarei a referir-me na próxima palestra — não é um fim, mas um meio para o atingir.

Finalidade, pelo contrário, é a de capacitar a criança e o adolescente a realizar com eficácia, em diversos níveis de desenvolvimento, a atividade de conhecer, de exprimir e de comunicar, que é a linguagem, permitindo e atuando, simultaneamente, a sua integração no mundo da cultura, o enriquecimento gradual do seu espírito e da sua capacidade de conhecer e de se afirmar como personalidade.

Logo, se finalidade do ensino se encontra no exercício adequado de uma atividade, convém que esse ensino seja eminentemente prático, quer dizer, ativo, concentrando-se particularmente em três pontos: a leitura, a conversa e a exposição oral, e a dissertação escrita.

Quanto à leitura, o essencial é ler bem, mas também importa, sobretudo no período, de assimilação rápida que é o do adolescente, ler muito. E importa, sobretudo, neste aspecto, ler textos inteiros. Um auto de Gil Vicente, uma canção ou uma écloga de Camões, um sermão de Vieira, um apólogo de D. Francisco Manuel, um conto ou um romance de Eça de Queirós — são cada um deles um todo, com uma estrutura, uma construção própria, que deve apreciar-se na sua tonalidade e de que nenhuns trechos selecionados com critério (bom ou mau) podem dar ideia. E evidente que nem tudo se pode fazer ler na íntegra, mas então que os textos selecionados sejam ao menos o mais extensos possível.

Mas cumpre, sobretudo ler bem, entendendo que cada texto é a fixação gráfica de um momento da atividade Iinguística, e que a sua leitura consiste na reconstituição tão fiel quanto possível desse momento de atividade. Se o ato original, agora cristalizado, foi um ato criador, é- o também, em certa medida, a sua reconstituição.

Esta exige que se penetre e se reconstrua primeiramente o mundo espiritual em que se realizou aquele ato, que se restitua o universo de discurso a que ele faz referência. Aqui surge a utilidade, mais do que isso, a imprescindível necessidade do comentário filológico, mas do autêntico, que não consiste, *neste caso ao menos*, em investigar pacientemente a etimologia das palavras do texto.

Ela exige em seguida a reconstituição do ato de conhecimento, intelectual e estético, e da intencionalidade expressiva e comunicativa que esse ato manifesta através dos modos linguísticos que o perfazem.

Neste processo, é naturalmente ao professor que deve caber o primeiro papel, mas o segundo cabe às edições utilizadas. Fazem falta textos, integrais ou selecionados, abundantemente comentados e anotados — à semelhança das magníficas antologias da literatura italiana como é, por exemplo, a que foi dirigida por Luigi Russo. Só textos destes podem permitir aquilo que se pretende: isto é, que o próprio estudante comece *por si mesmo* a realizar esse ato de ressurreição, cuja técnica lhe é comunicada pelo professor.

Não fica tempo para desenvolver os outros pontos. Bastará com insistir na importância, reconhecida por todos, da prática da exposição oral e escrita. Nunca será demasiado o tempo que o professor lhe dedique. E justamente nestes exercícios, sobretudo nos de composição escrita, que é possível exigir ao jovem estudante o rigor e a clareza da expressão, na escolha do termo justo, na adjetivação sóbria, na construção exata do pensamento.

O ensino da gramática

Quero referir-me ao valor do ensino da gramática. Afirmei, concordando com a opinião expressa pelos programas oficiais, que este não deve ser um fim mas apenas um meio. Todavia, não pretendo com isto dizer que a gramática, mesmo no ensino da língua materna, não tenha um importante papel a desempenhar. Afirmo precisamente o contrário, na condição de que se compreenda bem a função: a de contribuir, pela sua parte, para a finalidade única do ensino da língua — ensinar a realizar com eficácia a atividade linguística.

Para este fim serve particularmente a análise sintática, servida por sua vez pela análise morfológica, isto é, pela classificação das chamadas partes da oração e estudo das flexões respectivas. Mas esta análise se não quer tornar-se enfadonha e estéril, deverá ter a sua finalidade fora de si: ela será, na verdade, no estudo de um texto, que é portador de uma mensagem global complexa, uma espécie de operação de desmontagem do pensamento aí contido, para analisar as suas fases (isto é, as suas partes) e a sua disposição e entrosamento, para descobrir a sua coerência e as suas possíveis falhas, reais ou aparentes.

Aqui intervém o problema de situar no seu plano conveniente o critério da correção sintática: serão na verdade sempre e apenas falhas, isto é, produtos de ignorância, essencial ou momentânea, ou da negligência, os anacolutos e outras irregularidades de construção que se observam, com maior ou menor frequência, nos melhores escritores? Se são sempre apenas erros, como compreender que as obras de Santa Teresa de Jesus, por exemplo, onde tais irregularidades superabundam, sejam contadas entre as obras clássicas da literatura espanhola?

É neste momento que será necessário invocar de novo a relatividade da norma linguística e da correção gramatical e considerar ainda uma vez os fatores que as determinam: neste caso, porque se trata de escritores de épocas diversas, não tanto (embora também) os diferentes níveis de cultura, mas sobretudo a diversidade dos tempos (com outros ideais de língua) e a variedade dos estilos, que significam finalidades específicas diversas. Se atendermos precisamente à intenção e portanto ao estilo, ainda que abstraindo doutros condicionamentos sobretudo cronológicos, nós compreendemos os anacolutos de Teresa de Jesus — que nunca pensou em fazer literatura nem jamais sonhou, certamente, que o *Caminho da perfeição* ou as *Moradas* viessem a ser objeto de estudos estilísticos; que teve como única finalidade a edificação e a

formação ascética das suas monjas e que escrevia com o abandono e a espontaneidade quase de quem se entretém em colóquio familiar.

E aqui surge para nós e para o professor o problema da distinção entre língua falada e língua escrita, não como entidades essencialmente diversas, mas como momentos diversos da mesma atividade, estilos particulares, com características próprias. Cumpre a este respeito fazer particularmente ressaltar a maior exigência da linguagem escrita e as razões dessa exigência: a natureza dos textos escritos como fixações gráficas de momentos da atividade verbal; a sua separação material do próprio contexto real extralinguístico, a qual exige uma precisão de referências dispensável no ato falado, em que a com participação de locutor e interlocutor no mesmo universo de discurso, a sua com presença no contexto extraidiomático e a possibilidade de recorrer à indicação pelo gesto, tornam inútil fazer explícita uma boa parte das referências necessárias à compreensão do discurso; finalmente, a faculdade oferecida pela fixação gráfica de elaborar refletidamente um ato de fala, por assim dizer, espontâneo, de tal modo que o texto resultante a rigor não é já o produto imediato de um, mas de vários atos verbais, que sucessivamente se completam e corrigem. Daqui vem que à expressão escrita a caracterizam normalmente um maior rigor na construção, uma maior riqueza e precisão no vocabulário, uma maior variedade de estilos, adaptados às circunstâncias, com a possibilidade do recurso a modos linguísticos do passado, geralmente interditos no uso oral e corrente.

Gostaria de falar — não poderei senão fazê-lo de passagem — do lugar da história da língua no ensino da mesma, tal como a estamos a entender. Nenhuma dúvida sobre a sua utilidade, se a compreendermos como um enriquecimento da cultura do jovem estudante. Mas é uma ilusão pensar que a etimologia e a fonética histórica — de que não podem dar-se muitas vezes mais do que noções fragmentárias e talvez inexatas — possam servir imediatamente à função essencial do ensino da língua materna. Não é na etimologia que se encontra "o significado profundo e original" ou o sentido rigoroso dos vocábulos da língua atual — embora o pensar etimológico possa constituir um fecundo processo de criação. Mas isto é na verdade outra história!...

Ilusão mais grave é a de atribuir ao ensino do latim — que digo? ao ensino de umas pálidas e truncadas noções de gramática latina — um papel auxiliar na aprendizagem do português. Se alguma função cabe ao estudo da língua de Roma — e eu sou ainda dos que creem que não é insignificante essa

função — na formação intelectual das juventudes, não é certamente essa que atualmente lhe concedem, por favor, os programas liceais. (Estudos Linguísticos, 2°. Volume, págs. 207-220)

A língua exemplar

Sempre se ouviu o conselho de que se aprende a escrever bem lendo os bons escritores. O conselho reúne no advérbio *bem* várias maneiras de entendê-lo, e já nesta seção, em alguns importantes artigos, o saudoso Silvio Elia tratou competentemente da matéria. Quem estiver interessado em ler ou reler essas lições poderá agora encontrá-las reunidas no primeiro tomo *Na Ponta da Língua*, que enfeixa os quase cem primeiros artigos estampados neste nosso acolhedor *O Mundo Português*.

Escrever bem pode significar escrever com bom estilo (isto é, com clareza, eficiência, concisão, adequação e certa elegância) e escrever com boa gramática. É nesta segunda acepção que se insere a língua exemplar, e é, portanto, disto que trataremos aqui.

Todos os professores responsáveis por esta seção já tivemos oportunidade de assinalar que uma língua a serviço de uma comunicação entre os indivíduos dessa comunidade nunca está em repouso, mas sempre se acha num equilíbrio instável, que lhe garante ser instrumento de comunicação entre os indivíduos dessa comunidade. A feição oral da língua se caracteriza por sua maior instabilidade, razão por que se modifica mais rapidamente. Percebe-se isto nas diferenças que se notam, especialmente na fonologia (os sons distintivos das palavras, isto é, nos fonemas) e no léxico (nas palavras e seus significados), e um pouco menos na sintaxe. Já na morfologia (e aí repousa a alma da língua, a sua forma) as modificações são

mínimas: repare-se que não se criam novas conjunções nem novas formas de plural nem novas palavras gramaticais (artigos, pronomes, preposições, etc.).

Já a feição escrita da língua é mais comedida nas suas mudanças, é mais lenta, está sempre mais atrasada nas alterações que já correm vitoriosas na língua oral. Por isso tem sido a feição ideal como instrumento e veículo de intercomunicação entre os indivíduos de uma mesma comunidade temporal (o de nossos tempos, por exemplo), mas ainda instrumento e veículo de intercomunicação entre os indivíduos de comunidades distantes no tempo (por exemplo, podemos ler com certa facilidade Fernão Lopes, que floresceu na primeira metade do séc. XV; com muito mais facilidade lemos Camões e Vieira, dos sécs. XVI e XVII, respectivamente; e daí por diante a língua escrita, com pouquíssima variação, é na essência a de nossos dias).

As modas literárias que, por vezes, assaltam a língua escrita, como todas as modas, gozam de um pequeno momento de prestígio — principalmente na fase inicial —, mas depois se dobram ao peso do equilíbrio e passam a marchar, como meninos comportados, acertando o passo com a tradição. Os modernistas — e certos modernosos de hoje conhecerão a sua vez — começaram incendiários e terminaram bombeiros. Como bem disse João Ribeiro, intelectual a quem não se pode atribuir a qualidade de submissso: — "Mas vencida essa crise de crescimento, se não se quer ser infante toda a vida, não há outro endereço mais que o do amor e respeito aos modelos eternos da linguagem" (*Páginas de Estética*, 2a ed., p. 108).

Além da diversidade temporal, as línguas conhecem a diversidade espacial, os chamados dialetos, que, às vezes, dentro de uma mesma língua histórica (veja-se, por exemplo, o caso do italiano), apresentam diferenças tão profundas quanto as que separam duas línguas históricas, como o português e o espanhol ou o inglês e o alemão.

Assim é que, para se ter um instrumento de comunicação que reflita a unidade nacional, os diversos dialetos se pautam por um modelo para chegar a uma língua comum. Elege-se uma variedade dialetal que apresenta, em determinada quadra da vida nacional, condições culturais e políticas ideais, e é em torno desse modelo que — com a contribuição de outras variedades com maior ou menor grau —, floresce o que se chama língua comum, que passa a ter a mesma denominação da língua histórica: o toscano florentino se chama língua italiana; o franciano de Paris passa a língua francesa; o interamnense se denomina língua portuguesa.

Agora, dentro da língua comum que, como vimos, é uma realidade supradialetal, nasce uma língua exemplar, de inspiração eminentemente cultural, que elege um somatório de usos considerados padrões da comunicação culta, em especial, da modalidade escrita. Nasce, desta maneira, a língua exemplar, que é uma língua comum idealmente criada dentro da língua comum, já que essa língua exemplar sobrepaira, como a língua comum, às variedades dialetais.

Eugenio Coseriu, que tem tratado magnificamente bem deste tema, chama a atenção para a confusão que se faz, mesmo entre os especialistas, entre uso correto e uso exemplar. Todo falar, do analfabeto ao letrado, tem o seu padrão de correção, que é o padrão de normalidade de cada comunidade ou de cada fração de uma comunidade. Há variedades em que o normal (porque todos desse nível dizem assim) é *sastisfeito*, *framengo*, o *povo foram*, etc. Quem diz diferente desse grupo destoa. A confusão, portanto, restringe o conceito de exemplaridade ao conceito de correção. Conforme a lição de Coseriu, a exemplaridade de um modo de falar não é intrínseca (como o é a correção), mas depende de uma situação histórica e, afinal, de um ato prático de eleição. É uma língua exemplar mais uniforme do que a língua comum porque se normaliza intencionalmente, como fruto da educação e da cultura. Assim é que não basta ler um bom autor; é preciso que se leia na quadra da maturidade do seu saber linguístico, livre de certos usos que a tradição culta lhe ensinou a rejeitar. Machado de Assis e Camilo Castelo Branco também já usaram construções como *houveram fatos, deu dez horas, fazem três dias*, dislates de que depois se corrigiram.

A língua portuguesa, como toda língua, apresenta fases históricas que se delimitam pela soma de atos linguísticos comuns, especialmente fonológicos e gramaticais, compreendendo-se por estes últimos a morfologia e a sintaxe.

Hoje há várias propostas de divisão das fases históricas do português; sem desmerecer nenhuma, pois sabemos que todas elas são passíveis de críticas, já que os fatos linguísticos não têm, em geral, nem data de nascimento, nem de mudança, nem de morte, e até porque não se pode dizer que um fato nasceu ou desapareceu em toda a extensão temporal, espacial, social e estilística de uma língua histórica, sem desmerecer as outras propostas — dizíamos —, vamos aqui utilizar a nossa para entreter o leitor com as informações que este artigo se propõe comentar.

Dividimos o percurso histórico do português escrito (falado já o devia ser havia muito) até nossos dias em quatro fases: *português arcaico* (séc. XIII ao XIV); *português arcaico-médio* (séc. XV até a 1ª metade do séc.

XVI); *português moderno* ou clássico (2ª metade do séc. XVI até final do séc. XVII ou primeiros anos do séc. XVIII); *português contemporâneo* (séc. XVIII aos nossos dias).

O marco séc. XIII como data do início dos documentos escritos em galego-português mais antigos de que temos até agora conhecimento é relativamente recente. Em 1957, graças inicialmente às pesquisas do Padre Avelino de Jesus da Costa, e depois do Prof. Luís Filipe Lindley Cintra, ficou patente que os dois documentos até então apontados como os mais antigos — *o Auto de Partilha* e *o Testamento de Elvira Sánchez*, ambos provenientes do Mosteiro de Vairão e datados de 1 1 92 o primeiro e 1 193 o segundo, tinham sido inicialmente redigidos em latim e os textos que chegaram até nós representam traduções de finais do séc. XIII, não marcando assim o início da língua escrita portuguesa. Destarte, consideram-se hoje os documentos mais antigos e marcos do início de nossa língua escrita a *Notícia de torto* (1214-1216) e o *Testemunho de D. Afonso* (1214), o que vale dizer, o séc. XIII, que assinalamos no início.

Antes de prosseguirmos, é oportuno acrescentar que o assunto da *Notícia de torto* é minucioso relato de uma série de violências, roubos e vexames que D. Lourenço Fernandes da Cunha sofreu, durante anos, dos filhos de Gonçalo Ramires e de outras pessoas, contra o seu patrimônio. O documento é assim conhecido porque as suas três primeiras palavras são Notícias de torto, sabendo-se que o substantivo *torto* significava "injustiça", "dano", "agravo", "malfeitoria".

Das fases históricas apontadas, a língua exemplar dos nossos dias tem suas raízes no português contemporâneo, isto é, nos primeiros anos do século XVIII. Nesta fase lingüística é que se assentam ou que se deveriam assentar as seleções de fatos idiomáticos correntes entre os melhores escritores e aqueles que atendem à tradição culta do português, que servem de modelos para a língua exemplar dos nossos dias.

Todavia a recomendação seguida é que se tomem por modelos os escritores dos dois últimos séculos, isto é, a partir do século XIX. A motivação deve ter sido de ordem estético-Iiterária ou política, mas não de ordem linguística. Explicamo-nos: de ordem estético-literária, porque o arcadismo ou neoclassismo, que floresceu no séc. XVIII em Portugal e no Brasil, pretendeu a reabilitação da expressão e espírito clássicos do séc. XVI, que o romantismo procurou contraditar. O fator político estaria determinado porque o séc. XIX coincide com o momento da nossa independência dos laços

governamentais de Portugal, com o motivo adicional, também, do esforço de literatos brasileiros de criar uma literatura tipicamente nacional. Como disse Clóvis Monteiro, a literatura brasileira do séc. XIX, "fugindo, às vezes ostensivamente, à imitação da literatura portuguesa, começou a exprimir de algum modo, o espírito nacional" (*Nova Antologia Brasileira*, pág. 7).

Se as duas motivações justificavam a opção pelo séc. XIX, do ponto de vista linguístico a escolha do séc. XVIII não destoaria dos fatos levantados como padrões da língua exemplar para os nossos dias. Afora isto, a não inclusão do séc. XVIII estaria abrindo mão da produção literária de muito bom nível, tanto de portugueses, como Antônio Diniz da Cruz e Silva, Correia Garção, Bocage, Filinto Elísio, Reis Quita, Marquesa de Alorna, quanto de brasileiros, como Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga (apesar de nascido em Portugal), Silva Alvarenga, Basílio da Gama, Santa Rita Durão.

Este movimento nacionalista deu um passo à frente, já no final do séc. XIX e início do XX, tentando substituir a denominação *língua portuguesa* para a língua que falamos e escrevemos no Brasil. A denominação *língua brasileira*, proposta por políticos e intelectuais mais açodados (por exemplo, o visconde de Pedra Branca, em 1826), não conseguiu o apoio e o aplauso dos linguistas, filólogos, gramáticos e escritores mais representativos entre nós. Optou-se, então pela denominação *língua nacional*, alteração que acabou frustrada. A decisão não era original, porque acontecia com o português no Brasil o que ocorria com o espanhol no México e na Argentina, dois países hispano-americanos mais ciosos do falar local, e com o inglês nos Estados Unidos. Amado Alonso escreveu um Iivro muito bem fundamentado sobre o assunto, em relação ao espanhol, lembrando também o caso do inglês nos Estados Unidos e do português no Brasil: *Castellano*, *español, idioma nacional*, *historia espiritual* de *tres nombres*.

Como o modelo exemplar de língua pode, com o tempo e a adesão das pessoas de cultura, conhecer mudanças, torna-se imperioso que a sociedade conte com uma agremiação que congregue especialistas para examinar as mudanças lingüísticas e se pronunciar favorável ou desfavoravelmente sobre elas. A Academia Brasileira de Letras, regimentalmente, seria esse órgão, mas lhe tem faltado avançar nesse sentido. Existe entre nós a Academia Brasileira de Filologia, a quem poderia competir tal tarefa, mas lhe falta o amparo legal, apesar dos seus quase sessenta anos de existência e de seus trabalhos em prol dos estudos lingüísticos, filológicos e gramaticais entre nós.

Mais eficientes nessa tarefa se têm mostrado a Academia Espanhola, a Academia Italiana e a Academia Francesa, entre outras, por congregarem a nata dos especialistas, trabalho que se reflete nas obras de maior vulto, seus dicionários, suas gramáticas e suas numerosas publicações especializadas. Por solicitação e apoio dos governos — e o prestígio da sociedade culta — foi possível a 1ª edição (e as sucessivas edições) do *Dicionário* da Academia della Crusca em 1612, do *Dicionário das Autoridades*, para o espanhol, em 1726, e o tricentenário *Dicionário* da Academia Francesa, ímpar entre todos, em 1694, hoje na nona edição. São exemplos e realizações que nos não permitem deixar de reclamar das instituições governamentais sua inércia, sua apatia, sua ausência em atividades desse alcance cultural e social.

A ABL e a reforma ortográfica[16]

Partícipe, desde o primeiro momento, do processo de que resultou o texto consubstanciado nas propostas do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, com a presença e atuação do eminente filólogo, o saudoso Acadêmico Antônio Houaiss, a Academia Brasileira de Letras aqui deixa consignado seu total apoio aos esforços de unificação ortográfica a ser adotada pelos países de expressão oficial e língua portuguesa.

Na óptica da Academia Brasileira de Letras, são tantos e tão diversos os benefícios de uma unidade ortográfica, que seria ocioso insistir nelas e explicitá-las perante um público de nível cultural qualificado que promove e que assiste a este ato oficial.

Pondo de lado subjetivas razões de ordem extralinguísticas que falam de um movimento neoimperialista que pretende arrancar de Portugal a condição histórica do berço da língua portuguesa, e que baralham a momentosa questão de que aqui se trata, que é de política e de maturidade cultural da língua, move-se a Academia Brasileira de Letras em defesa da unidade ortográfica nos países de expressão portuguesa pelas mesmas razões e motivos por que

[16] Comunicação da ABL à Assembleia da República sobre o Acordo Ortográfico. Assembleia da República – 7 de abril de 2008. O presente texto está agora em conformidade com o Acordo Ortográfico de 1990, aprovado pelo governo brasileiro com vigência em 1 de janeiro de 2009.

defenderam essa unidade os mais competentes filólogos, linguistas e pedagogos, bem como os mais representativos escritores das duas bandas do Atlântico. Estas razões e estes motivos se iniciaram nos esforços de uma reformulação científica do sistema gráfico do português, que viriam desaguar na *Ortografia Nacional*, em 1904, de autoria do extraordinário foneticista Gonçalves Viana, e nas *Bases para uma Unificação da Ortografia*, em 1911, a mais inteligente e fundamentada, nas linhas conceituais, de quantas propostas saíram até nossos dias. É desnecessário dizer que, na essência dessas *Bases*, estavam as ideias e lições de Gonçalves Viana.

Contra os defensores, no final do século XIX e no século XX, de uma intransigente obediência ao peso da tradição etimológica, partido a que se filiam, neste nosso século XXI, muitos adeptos, assim ponderava Gonçalves Viana, pelas páginas da *Ortografia Nacional*, com a sua autoridade de romanista e foneticista: "Não há vantagem neste francesismo anacrônico de conservar os exagerados vestígios da ortografia alatinada de nomes gregos, já abandonado em Espanha e nas nações escandinavas, e nunca seguido em Itália e nos países esclavônicos. Os dois idiomas cultos que mais se aproximam do português, pela sua fonologia e morfologia, são o italiano e o espanhol, e nestas denominações genéricas compreende grande parte dos diferentes dialetos românicos falados em Itália e em Espanha. Pelas ortografias destas duas nações é sensato que pautemos a nossa, simplificando-a, em vez de a complicarmos com as arrebiques inúteis, risível alguns deles, que vemos nos modos de escrever usados em França e Inglaterra, herança incômoda do pedantismo dos séculos XVI e XVII, que se pôde estabelecer, se bem que não sem protestos cordatos e enérgicos, porque nesses tempos a cultura literária era privilégio de poucos, uma prenda aristocrática, ou hierática" (pág. 42).

A primeira preocupação de quem quer estudar cientificamente alguma coisa é determinar-lhe o horizonte da pertinência em relação a outras maneiras de conceber e visualizar essa coisa e, em seguida, determinar-lhe o horizonte da pertinência em relação a outras maneiras de conceber e visualizar essa coisa e, em seguida, delimitar-lhe o espaço de sua atuação. Já disse um filósofo, com muita propriedade, que conhecer é distinguir. De Gonçalves Viana a nossos dias, muito têm avançado a ciência da linguagem, e em alguns campos do seu progresso estão noções que se vinculam diretamente com as funções da representação gráfica dos fonemas na língua escrita.

As sucessivas reformas ortográficas não se têm dado conta de algumas dessas noções; por exemplo, têm colocado nos ombros da ortografia

responsabilidades distintivas que não são propriamente da língua, mas do texto – da sua correta compreensão discursiva –, como quando, por exemplo, em certas condições para o emprego ou não do hífen, apelam os novos ortógrafos para o "sentimento do falante contemporâneo" quanto à consciência da perda ou não da noção de certas composições do tipo de *paraquedas* e *mandachuva*.

Não é sem razão que já se disse que a hifenização em português passou a ser um caso de infernização.

A grafia tem a função, no âmbito da língua, de transliterar para a escrita os fonemas, como unidades da língua falada. Ampliar-lhe essa responsabilidade para atribuir-lhe capacidade de captar a franja semântica que uma palavra pode adquirir graças ao entorno discursivo ou ao concurso a que, para essa franja, concorrem às outras palavras do texto, é confundir dois tipos de ortografia (nós chegaríamos a ampliar, dizendo dois sistemas de linguagem).

Nos nomes comuns e próprios abunda a possibilidade de explicitação dessas franjas semânticas: alguns que defenderam que, estética e pictoricamente, deveria ser a palavra *lágryma* escrita com *y* para melhor traduzir ao leitor a imagem da lágrima a cair pela face. Algumas escolas literárias aderiram a tais recursos gráficos. Podem também o *y* e as letras dobradas representar a profundidade no tempo e no espaço da raiz de uma árvore genealógica de vetusta família, como se fossem a única sombra do DNA familiar projetada aos pés da árvore de seus ancestrais.

Na tentativa de abortar os efeitos legais decorrentes da aprovação do presente Acordo Ortográfico, passou-se a defender a tese da ilegalidade dessa medida, sob a alegação de que um sistema de tal natureza não pode ser imposto à sociedade e aos escritores por um órgão de soberania, ou de qualquer outra instituição, ainda que seja uma Academia de letras. Ora, o argumento é novo, porque todas as *Bases* ou *Acordos* da ortografia portuguesa elaborados a partir de 1911 até nossos dias resultaram de propostas de linguistas, filólogos e escritores e sancionadas pelo Governo.

Por outro lado, cabe lembrar um lúcido ensaio em que o genial e complexo Fernando Pessoa discutiu esse tema. O ensaio deve ter sido escrito pelos anos imediatos a 1911, e aí distingue dois tipos de prática ortográfica sempre vigentes: uma prática que denominou *cultural*, e outra que chamou *social*. Relembremos desse ensaio a seguinte passagem:

"Distingamos cuidadosamente entre o dever cultural e o dever social. O meu dever cultural é pensar por mim, sem obediência a outrem (...); o meu

dever cultural é registrar pela palavra escrita, grafando como entendo que devo, o que pensei. Assim se cria a cultura e portanto a civilização. Cessa aqui, porém, o que é puramente o meu dever cultural. Com a publicação do meu escrito estou já, simultaneamente, em duas esferas – a cultural e a social: na cultural pelo conteúdo do meu escrito; na social pela ação, atual ou possível, sobre o ambiente. O meu escrito contém elementos prejudiciais à sociedade ou à Nação? Se legitimamente e por mim o pensei, continuo cumprindo o meu dever cultural; meu dever social é que, consciente ou inconscientemente, não cumpri. São fenômenos distintos, dependentes, um, de minha contundência; outro, da minha consciência moral, se a tiver.

Ora, a ortografia é um fenômeno puramente cultural: não tem aspecto social algum, porque não tem aspecto social o que não contém um elemento moral (ou imoral). O único efeito presumidamente prejudicial que estas divergências ortográficas podem ter é o de estabelecer confusão no público. Isso, porém, é da essência da cultura, que consiste precisamente em "estabelecer confusão" intelectual – em obrigar a pensar por meio do conflito de doutrinas – religiosas, filosóficas, políticas, literárias e outras. Onde essas divergências ortográficas produziriam já um efeito prejudicial, e, portanto, imoral. É se o Estado admitisse essa divergência em seus documentos e publicações, e, derivadamente, a consentisse nas escolas [a seu cargo]. No primeiro caso haveria um fermento de indisciplina, que nenhum governo pode ou deve permitir. No segundo haveria, além desse mesmo fermento, de desnortear crianças, incapazes por o serem, de refletir ou analisar esses problemas. Eu, porém, não defendo – nem, presumo, defender alguém – o critério de que o Estado, onde tem ingerência, admita variações ortográficas. Como o indivíduo, o Estado – que em certo modo também é um indivíduo – adota a – e uma só – ortografia, boa ou má, que entende, e impõe-a [sic] onde superintende – a não ser que, à laia das ditaduras totalitárias – quando superintende em tudo, o que não é já governo, mas tirania. O que de fato defendo, e pelas razões que expus, é que cada qual pode escrever com a grafia que entende ou achar melhor, salvo, naturalmente, em circunstâncias em que se entre na esfera da ingerência legítima do Estado" (*A Língua Portuguesa*, edição de Luísa Medeiros, Lisboa, Assírio & Alvim, 1997, págs. 23-25). [Atualizou-se a ortografia, mas não a pontuação.]

Este primor de exposição oferece luz ao primeiro aspecto da discussão sobre a natureza e a abrangência da aprovação oficial de um Acordo Ortográfico: não é nenhum ato de tirania, nem constitui ilegitimidade a

ingerência do Estado em, aprovando umas bases normativas de um sistema ortográfico, impedir o fermento da indisciplina gráfica nos seus documentos, nas escolas e nas agências de instrução que integram a sociedade. Isto não impede – como não tem impedido desde sempre – escolherem os escritores sua ortografia, ainda com "excentricidades", ou até o homem comum grafar como aprendeu nos bancos escolares, passando incólume pelas sucessivas reformas ortográficas.

Aliás, esse foi o espírito que presidiu à reforma de 1911.

Vencida, cremos nós, a tese falsa de que a aprovação desse ato normativo por parte de órgão de soberania é írrita e nula, cabe indagar se as Bases e os critérios em que se assenta este ato normativo necessitam de um aprimoramento, como toda obra humana, orientados por alguns critérios hauridos em propostas anteriores e que não agasalharam orientações de estudos históricos e descritivos mais recentes. Neste particular, linguistas e filólogos têm mostrado à saciedade como melhorar o texto do acordo ortográfico e, tornando-o mais científico, fazê-lo mais econômico e coerente, retirando-lhe, ainda, os aspectos tecnicistas que dificilmente são assimilados por aqueles que têm de grafar as palavras do português. Entre outras, a contribuição exarada em *A Demanda da Ortografia Portuguesa,* organizada pelos doutores Ivo Castro, Inês Duarte e Isabel Leiria, saída em 1987, dá bem uma ideia do contributo possível ao atual acordo.

Nesse sentido, além dos integrantes das suas academias, contam nossos estudos linguísticos e filológicos com uma excelente reserva técnica de especialistas capazes de brindar a língua portuguesa com a unidade ortográfica que ostentam o italiano e o espanhol, principalmente este último, que superou e soube harmonizar as diferenças entre os seus 400 milhões de falantes e as propostas das suas 22 Academias de Língua.

Em nome, honra e memória de uma plêiade de estudiosos que iniciaram a investigação e a descrição de nossa língua desde os trabalhos seminais de Adolfo Coelho, Gonçalves Viana, Leite de Vasconcelos, Epifânio Dias, e M. Said Ali, chegando até nós com Lindley Cintra, Herculano de Carvalho, Rebelo Gonçalves, Celso Cunha, Serafim da Silva Neto e Mattoso Câmara, esperamos que esta egrégia Assembleia de República implemente, agora ou para depois, as medidas, os esforços e os recursos que se fizerem necessários a esses pretendidos melhoramentos das Bases de unificação ortográficas da língua portuguesa. Se a proposta aprouver a esta egrégia Assembleia, saibam os Excelentíssimos Senhores que podem contar com a Academia Brasileira

de Letras, conforme é a vontade do seu Presidente, o Acadêmico Cícero Sandroni.

Senhor Presidente e Senhores Acadêmicos, Autoridades, meus Senhores e minhas Senhoras:[17]

Esta 5ª edição do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, elaborada em rigorosa consonância com as Bases do Acordo Ortográfico de 1990, obra esta de uma seleta e competente Comissão de filólogos e com adesão de sete delegações oficiais de países lusófonos, não é um produto de cedências, mas o resultado de aproximações de duas normas ortográficas que permite ao nosso idioma integrar ainda que tardiamente, o clube de línguas de cultura que tenham um só sistema oficial de grafar suas palavras.

A primeira versão das Bases do texto de 1986 contrariava frontalmente hábitos ortográficos vigentes em todo o domínio da lusofonia e, por isso mesmo, mereceu justas críticas de especialistas e o repúdio dos escritores, dos pedagogos e das pessoas de cultura.

Esta versão de 1990, pelo contrário, corrige os excessos do texto anterior e se aproxima conciliadoramente da tradição gráfica corrente no sistema brasileiro de 1943 e, com mais coincidências, do sistema luso-afro-asiático de 1945, elaborado por esta egrégia Acadêmica.

Assim, as Bases do Acordo de 1990 correspondem à mais próxima das propostas de conciliação entre os sistemas oficiais vigentes, e abrem o caminho para a completa e perfeita implantação das novas normas, testemunho da maturidade linguística e política a que chegou a língua portuguesa.

Prova evidente dessa implantação está no fato da facilidade que experimentam redatores e leitores de todas as idades de importantes órgãos de imprensa de língua portuguesa. Nas declarações de diretores de alguns desses jornais, a novidade não tem oferecido dificuldades, exceto, em certos sítios, a falta, na escrita, de consoantes não articuladas e, em outros, a omissão do trema. Na voz de um desses diretores de importante jornal esportivo de Portugal, a omissão, na escrita, de consoantes mudas tão somente "retira a qualidade estética às palavras".

Tais evidências desmentem declarações veiculadas de que a implantação das novas Bases imporá aos utentes dificuldades de toda a sorte sem que daí advenha qualquer proveito ao idoma.

---

[17] Palavras proferidas na sessão em que o Presidente da ABL, o acadêmico Cícero Sandroni, oferece à Academia das Ciências de Lisboa exemplares da 5ª ed. do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, elaborada pela ABL.

Senhor Presidente e Senhores Acadêmicos, recordando o poeta, podemos dizer que o relógio da História está batendo as horas da ortografia portuguesa. Perderem os utentes essa oportunidade ímpar de dotar nosso idioma de um sistema único de representação escrita é não só desmerecer o esforço dos especialistas que já se arrasta por mais de um século, mas também negar ao idioma melhores condições para garantir-lhe a unidade essencial e proporcionar-lhe maior florescimento e difusão no mundo de amanhã.

Qualquer que seja a natureza das razões, quer de ordem técnica, política, patriótica, econômica, estática e até das inconcebíveis previsões catastróficas de futurólogos de plantão que hoje se levantam contra a implantação definitiva do novo Acordo Ortográfico aprovado, qualquer delas não há de prevalecer sobre os resultados positivos desse movimento de adesão consciente, que nos permitirá repetir os votos reformulados no século XVI por Antônio Ferreira:

"Floresça, fale, cante, ouça-se, e viva
A portuguesa língua, e já onde for
Senhora vá de si, soberba e altiva"

E mais:

Que juízo jovens de hoje, oriundos de países lusófonos, fariam dos governos, das academias, dos políticos, dos especialistas responsáveis pela política do idioma, dos pedagogos, dos escritores e de toda a classe intelectual hodierna se tomassem ciência de que, passados 184 anos, estaríamos ainda nesse momento diante da mesma situação de inércia de que reclamava Almeida Garrett no prólogo da primeira edição de seu poema *Camões*, aos 22 de fevereiro de 1825? São suas palavras:

"Sôbre Orthographia (que é fôrça cada um fazer a sua entre nós, porque a não temos) direi eu que segui sempre a etmologia *em razão composta* com a pronúncia; que accentos, so os puz onde sem elles a palavra se confundiria com outra; e que de boamente seguirei qualquer methodo mais acertado, apenas haja algum geral irracionável em Portuguez: o que tam fácil e simples seria se a nossa academia e governo em tam importante cousa se impenhassem".

Como responderíamos hoje sem lhes frustrar a confiança e o respeito que em nós depositam?

Evanildo Bechara

Bibliografia

Amado Alonso
Materia y Forma en Poesía. Madrid, Gredos, 1952.

Andreas Blinkenberg
L'Ordre des Mots en Français Moderne, 2 vols. Copenhague, Horst, 1928.

Adolfo Coelho
Noções Elementares de Gramática Portuguesa. Porto, Lemos Editora, 1891.
A Língua Portuguesa, 3ª ed. Porto, Magalhães-Moniz Editora, 1896.

Antoine Grégoire
Petit Traité de Linguistique. Paris, Delagrave, 1923.

Adriano da Gama Kury
Novas Lições de Análise Sintática, 6ª ed. São Paulo, Ática, 1993.
Elaboração e Editoração de Trabalhos de Nível Universitário, 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa 1987.
Normas de Editoração, 2ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa 1987.

Emilio Alarcos Llorach
Gramática de la Lengua Española, 4ª ed. Madrid, Espasa Calpe, 1994.

Estudios de Gramática Funcional del Español, 3ª ed. Madrid, Gredos, 1976.

Antenor Nascentes
O Idioma Nacional, 5 vols. Rio, 1919. 3ª ed. S. Paulo, Ed. Nacional, 1957.
O Problema da Regência, 2ª ed. Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1960.
Dificuldades de Análise Sintática. Rio de Janeiro, 1959.
O Linguajar Carioca. 2ª ed. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1963.

Antonino Pagliaro
A Vida do Sinal, trad. Aníbal Pinto de Castro. Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1965.

Antônio Sandmann
Formação de Palavras no Português Brasileiro Contemporâneo. Curitiba, Scientia et Labor/ Ícone, 1989.

Karl Brugmann-Berthold Delbrick
Grundriss der vergleichenden Grammatik der indogermanischen Sprachen. 1. Aufl.

Charles Bally
Le Langage et la Vie, 3ª ed. Paris, Payot.
Linguistique Générale et Linguistique Française, 3ª ed. Francke, Berne, 1954.

Cláudio Brandão
O Particípio Presente e o Gerúndio em Português. Belo Horizonte, 1933.
Sintaxe Clássica Portuguesa. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1961.

Celso Cunha – Lindley Cintra
Gramática do Português Contemporâneo. Lisboa. João Sá da Costa, 1984.
Estudos de Poética Trovadoresca, Rio de Janeiro, INL.

Celso Pedro Luft
Dicionário Prático de Regência Verbal. São Paulo, Ática, 1996.

Edouard Bourciez
Éléments de Linguistique Romane, 4ª ed. Paris, 1946.

Emile Benveniste
Problemas de Linguística Geral I (trad. bras.). São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1976.
Problemas de Linguística Geral II (trad. bras.). São Paulo, Pontes, 1989.

Eugenio Coseriu
Teoría del Lenguaje y Linguística General. Madrid, Gredos, 1973.
Sincronía, Diacronía e Historia (El Problema del Cambio Linguístico). Madrid, Gredos, 1973.
Linguística Testuale. Roma, Boringhiere, 1997.
Lecciones de Linguística General. Madrid, Gredos, 1981.
Principes de Syntaxe Fonctionnelle. Strabourg-Nancy, Klincksieck, 1989.
Introducción a la Linguística. Madrid, Gredos, 1986.
Gramática, Semántica, Universales. Madrid, Gredos, 1978.
Competencia Linguísitca. Madrid, Gredos, 1992.
El Sistema Verbal Románico. México. Siglo Veinteuno, 1996. Versão em parte reduzida de *Das romanische Verbalsystem*. Tubingen, Verlag Gunter Narr, 1976.
Tradición y Novedad em la Ciencia del Lenguaje. Madrid, Gredos, 1977.
Estudios de Linguística Románica. Madrid, Gredos, 1977.
Pricipios de Semántica Estructural. Madrid, Gredos, 1977.
"O meu Saussure". In *Confluência*, 14:33-36, 1997.
El Hombre y su Lenguaje. Madrid, Gredos, 1977.
"Fundamentos e Tarefas da Sócio e Etnolinguística". In *Atas do 1º Congresso de Sócio e Etnolinguística*, João Pessoa, UFParaíba, 1990.

Epifânio Dias
Gramática Portuguesa Elementar, 12ª ed. Lisboa, A.F. Machado Editor, 1905.
Sintaxe Histórica Portuguesa, 5ª ed. Livraria Clássica Editora, 1970.

Alfred Ernout-Antoine Meillet
Dictionnaire Etymologique de la Langue Latine, 4ª ed. Paris.

Eugene Nida
Morphology, 2ª ed. Baltimore, Ann Arbor, 1961.

Eduard Sapir
A Linguaguem, trad. J. Mattoso Câmara Jr., Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.

Ferdinand Brunot
La Pensée et la Langue, 3ª ed. Paris, Masson, 1953.

Friederic Diez
Grammaire des Langues Romanes, 3 vols., 3ª ed. Paris, Viewew, 1874-76.

Samuel Gili Gaya
Curso Superior de Sintáxis Española, 2ª ed. Barcelona, 1948.

Georges Gougenheim
Système Grammatical de la Langue Française. Paris, D'Artrey-D'Artrey, 1939.

Gladstone Chaves de Melo
Gramática Fundamental da Língua Portuguesa. 2ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Padrão, 1970.
Excelência Vernácula de Gonçalves Dias. Rio de Janeiro, Livraria Padrão 1986.

J. G. Herculano de Carvalho
Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa, Editora Verbo.
Teoria da Linguagem, 6ª ed., I. Coimbra, Coimbra Editora, 1983.
Teoria da Linguagem, 4ª reimpr.; II. Coimbra, Coimbra Editora, 1984.
Estudos Linguísticos, vol. III. Coimbra, Coimbra Editora, 1984.

Heráclito Graça
Factos da Linguagem. Rio de Janeiro, Viúva Azevedo, 1904. 2ª Ed. ABL, 2008.

Harri Meier
Ensaios de Filologia Románica. Lisboa, Rev. de Portugal, 1948.

Horácio Rolim de Freitas
Princípios de Morfologia, 4ª ed. Rio de Janeiro, Editora do Autor, 1997.

J. Deely
Semiótica Básica. Trad. Valter Kehdi. São Paulo, Ática, 1994.

John Lyons
Introdução à Linguística Teórica, trad. bras. de Rosa Virgínia M. e Silva e Helio Pimentel, revista por Isaac Salum. São Paulo, 1979.

Júlio Moreira
Estudos da Língua Portuguesa, 2 vols. Lisboa, 1907-1913.

Johan Nicolau Madvig
Grammatica Latina, trad. de A. Epifânio Dias. Porto, Tip. M. Pereira, 1872.

José Oiticica
Manual de Análise Léxica e Sintática, 6ª ed. Rio de Janeiro, Fr. Alves, 1942.

Jules Vendryes
Le Langage, 2ª ed. Paris, Albin, 1925.

Karl Brugmann
Abrégé de Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes. Paris, 1905.

Kristofer Nyrop
Grammaire Historique de la Langue Française, V, 6 vols. Copenhague, 1935.

Leonard Bloomfield
Language, New York, Henry Holt, 1941.

Luís Felipe Lindley Cintra
Formas de Tratamento na Língua Portuguesa. Lisboa, 1972.

José Leite de Vasconcelos
Lições de Filologia Portuguesa, 2ª ed. Lisboa, 1926.
Opúsculos, 7 vols. Lisboa, Imprensa da Universidade.

Martinz de Aguiar
Notas de Português de Filinto e Odorico. Rio de Janeiro, Org. Simões, 1953.
Notas e Estudos de Português, 2ª ed. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas.
Repasse Crítico da Gramática Portuguesa, 2ª ed. Fortaleza, Casa José de Alencar – Univ. do Ceará 1996.

Mário Barreto
Novos Estudos da Língua Portuguesa, 3ª ed. Rio de Janeiro, Presença, 1980.
Últimos Estudos da Língua Portuguesa, 2ª ed. Rio de Janeiro, Presença, 1986.
Novíssimos Estudos da Língua Portuguesa, 3ª ed., 1980.
Através do Dicionário e da Gramática, 3ª ed., 1986.
De Gramática e de Linguagem, 3ª ed., 1982.
Cartas Persas de Montesquieu, trad. de Mário Barreto, Editora Garnier, 1923.
Factos da Língua Portuguesa, 3ª ed., 1982.

Michel Bréal
Essai de Sémantique, 3ª ed. Paris, Hachette, 1903.

J. Mattoso Câmara Jr.
Princípios de Linguística Geral, 4ª ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
Teoria da Análise Léxica. Rio de Janeiro, Aquarone, 1956.
Gramática, 3ª e 4ª séries. Rio de Janeiro, Briguiet, 1956.
Dicionário de Linguística e Gramática. Petrópolis, Vozes, 1977.
Elementos da Língua Pátria, 2ª ed., 4 vols. Rio de Janeiro, Briguiet, 1938.
Noções de Estilística. In *Littera*, Rio de Janeiro, Grifo.

Para o Estudo da Fonêmica Portuguesa, 2ª ed. Rio de Janeiro, Padrão, 1977.
História e Estrutura da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Padrão.

R. F. Mansur Guérios
Tabus Linguísticos. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1979.

W. Meyer-Lubke
Grammaire des Langues Romanes, 4 vols., trad. fr. de Doutrefont e Rabiet. New York, Stechert, 1923.

Mário Vilela
Estruturas Léxicas do Português. Coimbra, Almedina, 1979.
Gramática de Valências: teoria e aplicação. Coimbra, Almedina, 1992.

Raimundo Barbadinho Neto
Em Busca da Verdade da Língua: Dois Estudos
Sobre a Norma Literária do Modernismo. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1977.

F. Rebelo Gonçalves
Tratado de Ortografia da Língua Portuguesa. Coimbra, Atlántida, 1947.

C. Henrique da Rocha Lima
Gramática Normativa da Língua Portuguesa, 37ª ed. José Olympio Editora, 1992.

Manuel Rodrigues Lapa
Estilística da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.

Rodolfo Lenz
La Oración y sus Partes, 3ª ed. Madrid, Centro de Estudios Históricos, 1935.

Manuel Said Ali
Dificuldades da Língua Portuguesa, 5ª ed. preparada por Maximiano de Carvalho e Silva. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1957.

Gramática Secundária da Língua Portuguesa, 4ª ed. São Paulo, Melhoramentos.
Versificação Portuguesa. Rio de Janeiro, INL, 1949. 2ª ed. Editora da USP, 2006.
Meios de Expressão e Alterações Semânticas. Rio de Janeiro, Fr. Alves, 1930.
Gramática Histórica da Língua Portuguesa, 2ª ed. São Paulo. Melhoramentos, s/d [1931].
Colocação de Pronomes. In *Revista Americana*, II, 1911.

Mário Pereira de Sousa Lima
Gramática Portuguesa, 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1945.

Álvaro F. de Souza da Silveira
Lições de Português, 6ª ed. preparada por Maximiano de Carvalho e Silva.
Fonética Sintática, 2ª ed. Rio de Janeiro, Fund. Getúlio Vargas, 1971.
Trechos Seletos, 7ª ed. Rio de Janeiro, Briguiet, 1963.
Obras de Casimiro de Abreu, 2ª ed. Rio de Janeiro, MEC/ Casa de Rui Barbosa, 1955.
Um verso obscuro dos Lusíadas. In *Revista de Philosofia e de História,* tomo II. Rio de Janeiro, 1934, 374-377.
Notas sobre os pronomes Se e Ele. In *Revista de Cultura,* ano 17, jun. 1943, 265-268.

S. Ulmann
Semántica, trad. port., Lisboa, Fund. Calouste Gulbenkian, 1977.

Valter Kehdi
A Construção do Verbo Ser. São Paulo, GEL, 1985.
Morfemas do Português. São Paulo, Ática, 1989.
Formação de Palavras em Português. São Paulo, Ática, 1990.
Complemento Nominal: problemas de caracterização. In *Confluência*, 5/ 1993, 60-65.

Walther von Wartburg-Paul Zumptor
Précis de Syntaxe du Français Contemporain. Berne, Francke, 1973.

Formato	*15,5 x 22,5 cm*
Mancha gráfica	*12 x 18,3cm*
Papel	*pólen soft 80g (miolo), duo design 250g (capa)*
Fontes	*Times New Roman 17/20,4 (títulos),*
	12/14 (textos)